**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS**
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA – MESTRADO**
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM ARQUEOLOGIA**

# **"*A vida é um jogo para quem tem ancas*": uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX**

Dissertação

Marta Bonow Rodrigues

Pelotas

2015

Marta Bonow Rodrigues

# **“*A vida é um jogo para quem tem ancas*”: uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Antropologia – Àrea de Concentração em Arqueologia.

Orientador: Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira

Coorientadora: Profª Drª Flávia Maria Silva Rieth

Pelotas

2015

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas
Catalogação na Publicação

R696v Rodrigues, Marta Bonow

A vida é um jogo para quem tem ancas : uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX / Marta Bonow Rodrigues ; Lucio Menezes Ferreira, orientador ; Flavia Maria Silva Rieth, coorientadora. — Pelotas, 2015.

206 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, 2015.

1. Mulheres-escravas. 2. Trabalho-doméstico. 3. Afetividade. 4. Arqueologia-da-escravidão. 5. Arqueologia- documental. I. Ferreira, Lucio Menezes, orient. II. Rieth, Flavia Maria Silva, coorient. III. Título.

CDD : 930.1

Elaborada por Simone Godinho Maisonave CRB: 10/1733

**Banca examinadora:**

_____

**Prof. Dr. Lúcio Menezes Ferreira (Orientador)**

_____

**Drª Louise Prado Alfonso**

_____

**Profª Drª Rejane Barreto Jardim**

_____

**Prof. Dr. Jorge Eremites de Oliveira**

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
DEPARTAMENTO D PÓS-GRADUAÇÃO

PRPPG Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

## DEFESA DE DISSERTAÇÃO OU TESE

| NOME DO ESTUDANTE | MATRÍCULA |
|---|---|
| **Marta Bonow Rodrigues** | 13101605 |
| CURSO OU PROGRAMA | NÍVEL |
| Programa de Pós-Graduação em Antropologia | X MESTRADO ☐ DOUTORADO |

PROJETO DE PESQUISA:

| MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA | TÍTULO | ASSINATURA |
|---|---|---|
| Lúcio Menezes Ferreira | Dr. | |
| Jorge Eremites de Oliveira | Dr. | |
| Louise Prado Afonso | Dra. | |
| Rejane Barreto Jardim | Dra. | |

### APRECIAÇÃO SOBRE A DISSERTAÇÃO

☐ SIGILOSA ☒ NÃO SIGILOSA

Observações:
Aos 26 dias do mês de junho de 2015 os membros acima nomeados para a defesa da Dissertação de Mestrado da estudante Marta Bonow Rodrigues, matriculada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia, consideraram a dissertação aprovada, estabeleceram seu título definitivo como sendo "A vida é um jogo para quem tem anos: uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas..." e estabeleceram um prazo máximo de 30 dias para as correções e entrega da versão definitiva.

### DADOS PESSOAIS DOS MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA

| NOME COMPLETO | CPF | ANO NASCIMENTO | TITULAÇÃO | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | | | Área | Local | Ano |
| Lúcio Menezes Ferreira | 119.599.788-45 | 1969 | História | Unicamp | 2007 |
| Jorge Eremites de Oliveira | 343.699.101-53 | 1968 | História | PUCRS | 2002 |
| Louise Prado Afonso | 265.046.888-26 | 1977 | Arqueologia | USP | 2012 |
| Rejane Barreto Jardim | 335.719.370-15 | 1961 | História | PUCRS | 2005 |

1ª Via – Coordenador do Curso; 2ª Via – Orientador; 3ª Via – PRPPG.
**DISTRIBUIÇÃO A CARGO DA COORDENAÇÃO DO PROGRAMA.**

## AGRADECIMENTOS

A Lúcio Menezes Ferreira e a Flávia Maria Silva Rieth, orientador e coorientadora, pelos tempos disponibilizados, compreensões em momentos difíceis e pelos conhecimentos transmitidos. Para além da relação professor/professora e aluna, são meu/minha amigo/a particulares. Duas pessoas por quem tenho grande admiração e com quem espero conviver por muito tempo, dentro e fora da academia.

À banca de minha Qualificação, formada por Loredana Ribeiro e Pedro Sanches, pelas indicações de leituras e do caminho a ser percorrido até a versão final da dissertação.

A Lori Altmann e, novamente, a Flávia Rieth e Loredana Ribeiro, ministrantes da disciplina de Estudos antropológicos de gênero teoria feminista (optativa graduação) e Teorias feministas e gênero (optativa pós-graduação), em que fiz meu estágio obrigatório. Meu agradecimento especial a essas três mulheres admiráveis que trouxeram discussões imprescindíveis para meu trabalho durante o curso dessa disciplina, além de mostrarem elementos fundamentais sobre didática na sala de aula.

Às professoras e professores do Programa de Pós-Graduação e à querida secretária do curso, Thaíse Schaun pela dedicação dispensada diariamente.

A todos os amigos e colegas com quem tenho o prazer de conviver. Especialmente a Liza Bilhalva Martins, Vanessa Ercolani Duarte, Sandra Borges, Marília Floôr Kosby pelos compartilhamentos cotidianos que ultrapassam as salas do ICH e pela ajuda de sempre.

Aos amigos Aluísio Alves e Lúcio Xavier e à amiga Tui Villaça, que me ajudaram na elaboração de mapas, planilhas de dados e correções de textos.

A André Loureiro e, especialmente, Estefânia Jaékel da Rosa, colegas e amigo/a que entraram na minha vida e me ajudaram muito quando precisei.

À professora e amiga Louise Prado Alfonso que, em um momento pontual para mim, percebeu o potencial de meu trabalho, mesmo quando eu mesma não estava convencida disso. Agradeço pela disponibilidade de ouvir minhas aflições, incentivar-me e aconselhar-me, e pelo convite para participar das oficinas junto ao Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas, o que ampliou meu universo de pesquisa.

A todas as trabalhadoras domésticas de Pelotas, sindicalizadas ou não, principalmente à Sra. Ernestina Pereira, atual presidente do Sindicato.

À Sra. Ândula Beatriz, a Beta, que me fez refletir sobre as amas de leite durante prazerosos cafés da tarde em São Sepé.

Aos “sepeenses” que acompanharam parte desse episódio da minha vida, em especial a Paulo Rosa, por ter sido, sempre, grande incentivador.

Ao amigo Adão Monquelat e à colega de “humanas”, Ana Paula Costa, pelas informações e dados compartilhados.

Aos funcionários da Bibliotheca Pública Pelotense, Luciana Nebel e Maicon Rodrigues, com quem compartilhei muitos dias de trabalho na busca de dados nos jornais.

Ao amigo Alexandre Sá Britto, com quem dividi praticamente todos os meus horários de almoço durante o trabalho de coleta de dados na Bibliotheca.

Finalmente, às famílias pelotense e vitoriense, principalmente à prima Claudia, também sempre incentivadora; e um agradecimento especialíssimo às minhas queridíssimas e tolerantes irmãs, Cristina e Emília, amigas e parceiras sempre! Obrigada por tudo!

À CAPES, pela bolsa de pesquisa concedida.

Eu sou o líquido
Tenho poder do inexato
De tudo que passei
não guardei escudos
Sou mais um velho rio
pretendendo a paz
entre duas margens

Rebente-se quem quiser olhar para frente
E fizer dos seus dias juventude
Eu espero sem ânsias
Estou desperto e já não sonho há séculos

A vida é um jogo para quem tem ancas.

MEL – Marília Floôr Kosby, *Os Baobás do Fim do Mundo – trechos líricos de uma etnografia com religiões de matriz africana no sul do Rio Grande do Sul*

## RESUMO

RODRIGUES, Marta Bonow. "*A vida é um jogo para quem tem ancas*": uma arqueologia documental de mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Instituto de Ciências Humanas / Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, junho de 2015.

Esta dissertação de mestrado é o resultado de uma pesquisa arqueológica sobre as mulheres escravas domésticas em Pelotas no século XIX a partir das descrições dessas mulheres nos anúncios de jornais. A pesquisa objetivou analisar os anúncios de compra, venda, aluguel, ofertas e procuras de trabalhadoras domésticas escravizadas e seus cruzamentos com os anúncios de mulheres livres e libertas e homens escravos que se mantinham nas mesmas atividades. Busca-se, assim, entender as relações de classe, gênero e "cor" que permeavam o cotidiano dessas mulheres escravas, com especial atenção às criadas internas ligadas aos cuidados com as crianças. Partindo das descrições físicas, morais e da especialização do trabalho doméstico das escravas, buscamos compreender para além das relações de trabalho, identificando possíveis relações de afetividade. Para tanto, foram utilizados os conceitos da Arqueologia Documental ou Etnografia Histórica.



Palavras-chave: **Mulheres escravas – trabalho doméstico – afetividade – arqueologia da escravidão – arqueologia documental**

## ABSTRACT

RODRIGUES, Marta Bonow. "*A vida é um jogo para quem tem ancas*": a documentary archaeology about domestic women slaves in Pelotas/RS at the XIX century. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia - Instituto de Ciências Humanas / Universidade Federal de Pelotas. Pelotas, junho de 2015.

This dissertation is the result of an archaeological research about domestic women slaves in Pelotas/RS at the XIX century form the description of these women at the newspaper's advertisement. The research aimed to analyze the advertisements of purchase, sale, rent, offer and search of women domestic slaves and the cross-checking with the free or liberate women and the men slaves that maintained the same work. Therefore the dissertation intent to understand the relationship of class, gender and "colour" that permeated the daily life of these female slaves, with special attention to the in-house maids that were occupied with the children care. Beginning with the description of body type, moral and of the domestic labor specialization of the women slaves, we look to understand beyond the work relationship, identifying possible affection relationship. For this were used concepts of Documentary Archaeology or Historical Ethnography.



Key words: **women slaves – domestic labor – affection – slavery archaeology – documentary archaeology**

## LISTA DE IMAGENS

FIGURA 1 – Anúncios de escravos/as em meio a mercadorias variadas.....27

FIGURA 2 – Ândula Beatriz dos Santos.....32

FIGURA 3 – Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1809.....70

FIGURA 4 – Situação das Sesmarias de Pelotas e do Monte Bonito, de algumas estâncias e dos principais cursos d'água da região.....77

FIGURA 5 – Distribuição das charqueadas e primeiro loteamento.....79

FIGURA 6 – Mapa da malha urbana de Pelotas em 1835.....81

FIGURA 7 – Anúncio de aluguel de uma ama seca com especificação de idade.....97

FIGURA 8 – Anúncio e venda de um animal, uma cabra.....102

FIGURA 9 – Escravos de ganho compravam mais facilmente sua alforria.....108

FIGURA 10 – Quitandeiras em rua do Rio de Janeiro, 1835.....119

FIGURA 11 – Anúncio de ama de leite de "boa conduta".....129

FIGURA 12 – Anúncio de ama seca "sem vícios".....130

FIGURA 13 – Mapa de localização dos endereços dos comerciantes.....132

FIGURA 14 – Lavadeiras às margens do Arroio Santa Bárbara/Pelotas - Início do século XX.....133

FIGURA 15 – Percentual de homens e mulheres anunciadas dentro das condições de escravos/as, escravos/as ou livres e sem informação.....134

FIGURA 16 - Profissões gerais dos homens nos anúncios de jornais.....136

FIGURA 17 – Condição das mulheres para o trabalho doméstico relacionado à escravidão nos anúncios de jornais pelotenses.....137

FIGURA 18 – Gráfico com os percentuais totais de escravas, escravas ou livres, livres e sem informação.....139

FIGURA 19 – Mulheres trabalhadoras domésticas por categoria de condição social escrava, escrava ou livre e sem informação e suas especializações.....141

FIGURA 20 – Distribuição das atividades domésticas dos anúncios de mulheres especificamente livres.....143

FIGURA 21 – Anúncio de ama de leite "carinhosa" e "sadia".....148

FIGURA 22 – Anúncio de ama de leite com exigência: "sem cria".....149

FIGURA 23 – Anúncio de ama de leite de "bom comportamento".....154

FIGURA 24 – Anúncio de escrava de “conduta afiançada”.....154
FIGURA 25 – Anúncio de escrava “carinhosa” para “andar com uma criança”.....160
FIGURA 26 – Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870.....163
FIGURA 27 – Logomarca do Projeto Sindidomésticas / GEEUR / MUARAN.....172
FIGURA 28 – 1ª Oficina: Trabalhadoras domésticas e Oficineiras.....173
FIGURA 29 – Algumas trabalhadoras domésticas e sua luta.....173

# LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – População escravizada em Pelotas na primeira metade do século XIX.....91

TABELA 2 – Atividades dos escravos de propriedade dos charqueadores pelotenses.....103

TABELA 3 – Trabalho doméstico das mulheres e dos homens conforme os anúncios nos jornais.....134

## GLOSSÁRIO

**APERS –** Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul

**BBP –** Bibliotheca Pública Pelotense

**DIEESE –** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**FURG –** Fundação Universidade de Rio Grande

**GEEUR –** Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos

**MUARAN –** Museu de Arqueologia e Antropologia

**PEC –** Proposta de Emenda à Constituição

**UFPEL –** Universidade Federal de Pelotas

**SUMÁRIO**

**INTRODUÇÃO** .....16

**Parte I – O percurso até o objeto de pesquisa**.....16

**Parte II – Da metodologia - A análise das fontes escritas**.....22

**Parte III – As trabalhadoras domésticas na atualidade: a experiência com o Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas e a trajetória de vida de uma ama de leite**.....30

**CAPÍTULO I – ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS: A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA E OS TEMAS ABORDADOS**.....33

**1.1 – A constituição da Arqueologia da Escravidão**.....33

**1.2 – A Arqueologia da Escravidão no Caribe**.....41

**1.3 – A Arqueologia da Escravidão na América do Sul**.....47

**1.3.1 – A Arqueologia da Escravidão no Brasil**.....50

**1.3.2 – A cidade de Pelotas como foco de pesquisas em Arqueologia da escravidão**.....60

**1.4 – As mulheres escravas nas pesquisas arqueológicas**.....62

**CAPÍTULO II – A ESCRAVIDÃO NO SUL DO BRASIL**.....68

**2.1 – Breve apanhado sobre os estudos da escravidão no RS**.....68

**2.2 - Escravos africanos em território rio-grandense**.....73

**2.3 – A indústria *saladeril* na formação da cidade de Pelotas**.....76

**2.3.1 – A ocupação colonial e o desenvolvimento da região**.....76

**2.3.2 – A cidade se configura e se expande**.....80

**2.4 – Apontamentos sobre as práticas cotidianas dos cativos na sociedade oitocentista do Rio Grande do Sul e de Pelotas**.....83

**2.4.1 – A resistência ao sistema escravista**.....83

**2.4.2 – A possibilidade da formação da família escrava**.....88

**2.5 – Os trabalhadores escravizados em Pelotas: onde e como eram comercializados, quem eram e quais suas especializações laborais**.....89

**2.5.1 – A comercialização dos cativos**.....89

**2.5.2 – Quantidade de mulheres e homens escravizados**.....91

**2.5.3 – Idade dos cativos**.....95

**2.5.4 – Origem dos escravos**.....99

**2.5.5 – As especializações laborais da camada escravizada**.....102

**CAPÍTULO III – TRABALHO DOMÉSTICO, ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO, CLASSE E COR A PARTIR DE UMA LEITURA DOS JORNAIS PELOTENSES DO SÉCULO XIX**.....110

**3.1 – Dos primórdios dos estudos de gênero à atualidade: discussões sobre mulher e gênero**.....110

**3.1.1 – Breve histórico da Arqueologia de Gênero**.....116

**3.1.2 – Mulheres e trabalho doméstico: da "domesticidade" à questão da mulher negra**.....117

**3.2 – As escravas nos anúncios de jornais pelotenses do século XIX**.....121

**3.2.1 – Mulheres e escravas: da África ao Brasil**.....122

**3.2.2 - Os anúncios de jornais: escravidão, mulheres e trabalho doméstico**.....127

**3.2.2.1 – A ocupação do trabalho doméstico por homens e mulheres nos anúncios dos jornais**.....130

**3.2.2.2 - A idade das (os) escravas (os) nos anúncios e suas especializações domésticas**.....144

**3.2.2.3 – As qualificações das mulheres escravas**.....146

**CAPÍTULO IV – TRABALHO DOMÉSTICO E AFETOS: ENTRE O PASSADO ESCRAVISTA E O PRESENTE**.....150

**4.1 – Trabalho doméstico e afeto: sobre as criadas e as amas de leite na escravidão e seus reflexos na atualidade**.....150

**4.1.1 – O trabalho doméstico no Brasil e as leis trabalhistas**.....150

**4.1.1.1 – As criadas e as amas de leite: os anúncios de escravas e os regulamentos de postura**.....152

**4.1.2. – Trabalho doméstico e as relações de cuidado e afeto**.....155
**4.1.2.1 - As amas de leite: um caso especial**.....162

**4.2 – Entre o passado e o presente: a experiência junto ao Sindicato das (os) Trabalhadoras (es) Domésticas (os) de Pelotas**.....167

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**.....174

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**.....176

**ANEXOS**.....193

# INTRODUÇÃO

## Parte I – O percurso até o objeto de pesquisa

Posso relatar que meu interesse sobre o tema “escravidão” – e aqui vale lembrar que o foco incide sobre a escravidão de africanos e seus descendentes nas Américas – começou quando trabalhei, ainda que por um curto período, com a Profª Maria Luíza Queiroz, entre os anos 1994 e 1995, no curso de Bacharelado em História na Fundação Universidade de Rio Grande (FURG). Uma das tarefas junto ao trabalho desenvolvido por essa professora era coletar os dados de batismos de escravos na cidade de Rio Grande dos séculos XVIII e XIX. Assim ocorreu meu primeiro contato com a área. Em 2010, no momento em que ingressei no Bacharelado em Antropologia – Linha de Formação em Arqueologia – deparei-me com a pesquisa do professor Lúcio Menezes Ferreira sobre Arqueologia da Escravidão.

A Arqueologia da Escravidão é um tema de abordagem dentro da Arqueologia Histórica que se institucionalizou em diversos países após a década de 1960, quando os primeiros estudos sobre africanos e seus descendentes em solo americano foram realizados. Abarca temas diversos como entender a diáspora africana, as relações sociais que permeiam os sistemas escravistas americanos: culturais, identitárias, familiares, espaciais/habitacionais, religiosas/rituais, laborais, comerciais, alimentares, medicinais, práticas de resistência, e de relações de gênero (SINGLETON, 1995, 2009; POSNANSKY, 1984, 1999; SAMFORD, 1996; CORZO, 2005; SILLIMAN, 2006; SHARPE, 2003).

Atualmente, o Brasil ainda conta com poucas produções dentro dessa linha de pesquisa quando comparadas aos estudos nessa mesma área nos Estados Unidos e região do Caribe e mesmo comparadas à produção historiográfica brasileira sobre o tema (FERREIRA, 2009a). Ainda que em menor escala, trabalhos arqueológicos relacionados à escravidão africana no Brasil e em outros países da América Latina, como Argentina, têm sido realizados com foco na investigação multidisciplinar, para tentar entender as diversas faces do sistema escravista, tanto no âmbito rural (agricultura e pecuária), como no âmbito urbano, as relações sociais dentro desse sistema, as práticas culturais e a resistência à escravidão em suas mais variadas formas. (SCHÁVELZON, 2003; FUNARI e CARVALHO, 2005;

AGOSTINI, 2008, 2009; SYMANSKY, 2007; SYMANSKI e SOUZA, 2007; SOUZA, 2007; FERREIRA, 2009a; LARA et al., 2012; ROSA, 2012; ROCHA, 2014).

Foi, pois, com a leitura do projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780 – 1888)*, coordenado pelo professor Lúcio Menezes Ferreira, que ingressei para o grupo de estudos sobre escravidão, proposto e orientado pelo mesmo professor. Meu interesse em torno do tema aumentou. Um dos primeiros objetivos deste projeto era buscar documentação ligada a essa temática em Pelotas e região para compor um banco de dados. Esses dados estão sendo buscados em Pelotas, Rio Grande e Porto Alegre, em arquivos históricos, públicos ou particulares e englobam documentos oficiais ou não, como inventários *post-mortem* de proprietários de escravos, recibos de compra e venda e, quando possível, de aluguel de escravos, leis municipais ou de outros âmbitos, cartas de alforria ou manumissões, atas da câmara de vereadores, anúncios de jornais, entre outros.

Os diários dos viajantes europeus que estiveram no Rio Grande do Sul ao longo do século XIX também estão sendo analisados e suas informações estão sendo categorizadas e incluídas no banco de dados, pois muitos de seus relatos podem servir de base para o entendimento sobre a sociedade da época, uma vez que esses europeus descreviam, às vezes minuciosamente, as cidades e os campos com todos os elementos que os compõem. Assim, essas informações auxiliam nos estudos sobre as relações que se davam entre os diversos indivíduos que compunham as sociedades desde a formação do Rio Grande do Sul como província e, posteriormente, estado do Brasil. O foco especial desse projeto está na cidade de Pelotas e seu entorno, já que foi esse município um grande mantenedor do sistema escravista através da indústria charqueadora entre fins do século XVIII e durante o século XIX (FERREIRA, 2009a; ROCHA, 2014).

Além dos trabalhos de busca contínua por documentos primários que possam dar conta de trabalhos arqueológicos acerca da sociedade pelotense dessa época, algumas prospecções e escavações em antigas estâncias e charqueadas da região estão sendo realizadas no âmbito do projeto *O Pampa Negro* e temos como resultado, até então, além da presente pesquisa, duas dissertações de mestrado, alguns trabalhos de conclusão de curso e um de pós-doutorado em andamento. Todos esses trabalhos que são desenvolvidos dentro da área de Arqueologia Histórica ligam-se uns aos outros, complementando-se, por isso a importância de se

trabalhar os documentos escritos com um olhar arqueológico (FERREIRA, 2009a; ROSA, 2012; ROCHA, 2014).

Quando iniciei os trabalhos junto ao projeto, estava focada nos relatos dos viajantes europeus do século XIX que estiveram pesquisando flora, fauna, paisagens e pessoas no Brasil, Uruguai e Argentina. Especialmente as narrativas sobre escravos na região do pampa foram alvo de meu interesse. Entendemos, para o projeto *O Pampa Negro,* o pampa para além das delimitações geográficas, a exemplo de Hartmann (2011) para quem ele se estende pelos citados territórios do Rio Grande do Sul, Uruguai e Argentina e se caracteriza por ultrapassar os limites geopolíticos, compondo culturas de fronteira e tendo como principal fonte de economia os rebanhos de gado bovino, ovino e equino (RIETH *et al,* 2013). Assim, a denominação pampa pode ser "referida a partir dos agenciamentos de relações que se estabelecem entre paisagens, homens, animais, ofícios e utensílios, na configuração de um modo de vida" (SILVA, 2014. p. 6: nota de rodapé).

Porém, a partir de minhas idas ao Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (Arquivo de Obras Raras) para coletar as informações dos jornais do século XIX a quantidade de elementos contidos nas páginas de anúncios chamou minha atenção. Quando trabalhamos com os periódicos antigos junto ao projeto *O Pampa Negro*, está prevista a coleta de todas as informações possíveis sobre a região pampa, em todos os cadernos que fazem parte dos jornais. Portanto, estão sendo compilados diversos textos, como notícias gerais e locais, obituário, entrada e saída de embarcações e de diligências, exportação e importação de produtos, informativos policiais e anúncios.

As ideias iniciais foram incentivadas pelo Prof. Lúcio Ferreira Menezes e inspiradas na obra de Gilberto Freyre, *O Escravo nos Anúncios de Jornais Brasileiros do Século XIX*. Para Freyre (2010), os anúncios de escravos nos jornais do século XIX seguiam o modelo de anúncios de animais e objetos. O objetivo dos anúncios era "atrair, prender, absorver" a atenção do leitor do periódico. E esses anúncios denotam as relações de poder que permeiam essa sociedade. Freyre (2010) nos diz que

> São os anúncios de escravos à venda socialmente interessantes pelo que sugerem das atividades dos anunciantes – brasileiros da cultura e da etnia dominantes – para com os valores físicos, econômicos, culturais – representados por indivíduos da cultura e da etnia dominadas. Relações que não deixavam de implicar avaliações de

> qualidades “de corpo” e de comportamento de indivíduos servis, pelos senhoris. (p. 66).

Da mesma maneira, outros trabalhos sobre documentação foram inspiradores para o desenvolvimento desta dissertação, como *Símbolo não escolhido: Arqueologia das marcas a ferro em escravos de Cuba*, de Corzo & Ferreira (2013), para o qual também serviu de exemplo a obra de Freyre (2010). Assim, a partir das fontes escritas, podemos inferir sobre as relações entre diferentes indivíduos da sociedade em questão.

Para Galloway (2006), os textos escritos são parte importante do registro arqueológico quando se trata de arqueologia histórica, pois, ainda que sejam criados em uma determinada época e com um objetivo específico, eles possibilitam o diálogo com as evidências materiais e, portanto, o acompanhamento da rede de atores envolvidos na produção de ambos. Tanto os documentos escritos, quanto os indícios materiais, dentro de seu contexto de produção, fazem parte de uma rede dentro sociedade que se está estudando. Uma das explorações realizadas neste trabalho está na identificação dessas redes, envolvendo anunciantes (proprietários e negociantes de escravos), anunciados (trabalhadores escravizados) e veículo (jornais).

Juntamente com minha curiosidade pelos anúncios de jornais antigos, por seu formato, pelo espaço que ocupam no periódico e pelas descrições contidas para a comercialização dos cativos, aparece o meu interesse por questões que envolvem as discussões de gênero, que veio à tona através de acompanhamento de disciplinas e projetos junto à Profª Flávia Rieth. Optei, por isso, a dedicar-me ao estudo das mulheres escravas na cidade de Pelotas no século XIX.

Apesar de as descrições dos escravos nos anúncios serem, em sua grande maioria, balizadas principalmente sobre suas especializações profissionais e este fato ser o ponto de partida para a pesquisa, as questões de gênero são evidentes nos textos coletados. Logo, pretendo analisar as relações sociais a partir de um estudo de gênero e trabalho doméstico no ambiente urbano, atentando para as descrições das mulheres com suas especializações e seus atributos comportamentais, principalmente quando se trata de atividades que se dedicam à lida com crianças, como ama de leite, ama seca e mucama. As criadas, mucamas e, especialmente as amas de leite, são apresentadas com qualificações que

ultrapassam questões de trabalho e parecem direcionarem-se para relações de afeto, o que será explorado neste estudo.

A questão norteadora deste estudo está, portanto, em procurar entender a atuação das cativas na sociedade oitocentista pelotense, a partir das relações que se davam pelo trabalho doméstico feminino colocado nos anúncios de jornais. Como já citado, essas relações poderiam ultrapassar a questão do trabalho e abranger noções de afetividade, como é o caso dos anúncios de amas de leite. Ainda que o foco esteja sobre as mulheres escravas, foram coletadas, também, as informações de anúncios de homens escravos e de mulheres trabalhadoras livres e libertas, uma vez que muitas dessas ocupavam-se das mesmas atividades atribuídas às cativas, principalmente nos anos mais próximos ao fim da escravidão no Brasil.

Além dos anúncios, busquei documentos de contratos entre compradores, vendedores e intermediadores que pudessem elucidar um pouco mais a respeito das negociações relativas aos cativos. Alguns contratos de compra e venda de escravos puderam ser encontrados no Arquivo Público do Rio Grande do Sul e a maioria desses documentos foi transcrita e faz parte de um livro dessa instituição chamado *Documentos da Escravidão no RS: Compra e Venda de Escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Recorte temporal de set/1763 a maio/1888* (organizada por Scherer & Rocha: 2010).

Entretanto, não encontrei nenhum recibo ou contrato de aluguel de escravos, então, até o momento não temos documentação que comprove os valores que incidiam sobre esses cativos e como ocorriam esses contratos. Muitos contratos de compra e venda eram feitos em conjunto, em que um preço único era atribuído a um grupo de escravos, o qual poderia ser mais homogêneo (mesma idade, sexo, especialização) ou heterogêneo, como aparece nas compilações na obra acima citada.

A ideia de se ter os valores de comercialização dos escravos nos jornais seria para que se pudesse comparar a valorização ou desvalorização dos cativos pelas suas atividades, sexo, idade e mesmo etnia, além de acompanhar os valores com a aproximação da abolição da escravidão. Raríssimos são os anúncios em que aparece o preço do negócio; foi encontrado, ao longo desta pesquisa, apenas um, por isso o interesse pela busca de outros documentos. Entretanto, na falta de fontes mais seguras, especialmente para os aluguéis de escravos, optei por não utilizar o preço como um item a ser avaliado neste estudo, mesmo porque a maioria dos

contratos de compra e venda que aparecem para os anos de 1834 a 1884 em Scherer e Rocha (2010) – Documentos da Escravidão no RS –, são relativos a conjuntos de cativos, como já mencionado.

Da mesma forma, busquei fotografias de escravos em Pelotas, para que pudesse visualizar a existência de artefatos específicos das funções, porém todas as imagens de cativos que os acervos continham eram reproduções de outros locais do Brasil. Algumas foram incluídas no trabalho, mas apenas como ilustração de algumas atividades dos escravos.

Foram consideradas as categorias sexo, idade, origem e especialização, além das informações relativas às qualificações de comportamento e conduta dos anunciados, as quais são muito importantes para tal estudo. Outro item relevante foi a própria condição do trabalhador, pois muitos anúncios são explícitos em falar sobre a oferta ou procura de mão de obra escrava ou livre, enquanto outros não trazem essa informação.

Como ocorre em muitas pesquisas, não há uma totalidade de informações; por exemplo, a grande maioria dos anúncios não apresenta o proprietário dos escravos quando a negociação é realizada por intermediadores. Dessa forma, um elemento importante contido em grande parte dos anúncios é o endereço dos intermediadores dos trabalhadores. Foi possível, a partir desse conhecimento, elaborar um mapa das principais ruas onde ocorria a comercialização, o que nos leva a visualizar o trânsito comercial principal das mulheres escravas na cidade de Pelotas. Como poderá ser observado ao longo do texto, esse núcleo de negócios localiza-se quase todo na região do centro comercial da atual cidade de Pelotas, considerada, como um todo, o sítio da pesquisa.

Para dar conta dessa análise, busquei nos estudos de Arqueologia Documental, ou Etnografia Histórica, a base para pesquisar este tema, pois, além de meu interesse por documentos escritos, sabe-se que, em campo, quando se trata dos materiais relacionados à cultura dos escravos africanos provenientes de escavações em sítios arqueológicos, deve-se atentar para não essencializar os achados. Como indicam Symanski e Souza (2007), inúmeros artefatos podem não ser especialmente atribuídos a um único segmento da população. Os documentos são, portanto, de suma importância para o entendimento das relações sociais que ocorriam na Pelotas escravista do século XIX. Partindo dessa perspectiva,

apresentarei um apanhado sobre escravidão, gênero e trabalho doméstico, cruzando teoria e metodologia para interpretar os dados.

## Parte II – Da metodologia - A análise das fontes escritas

É importante lembrar que, ainda que se posicione a Arqueologia da Escravidão nas Américas dentro da Arqueologia Histórica, esta grande área da disciplina pode ser entendida de várias formas. Arqueólogos do mundo teorizam sobre a Arqueologia Histórica, porém ela está vinculada a compreensões diversas e não há um consenso em torno do seu conceito (DEAGAN, 2008). Em um artigo que originalmente data de 1982, a autora discorre sobre as possibilidades de se pensar a arqueologia histórica a partir dos pressupostos de vários autores desde meados de 1960, quando a área se "formaliza" (DEAGAN, 2008. p. 63). Uma particularidade da área, válida quando se trabalha com a escravidão africana nas Américas, é que, segundo a autora, pensa-se na Arqueologia Histórica como um campo que utiliza informações arqueológicas e históricas nas suas investigações:

> [...] El tema sugerido incluye restos materiales y comportamientos pasados. A partir de ello, la mayor parte de los investigadores probablemente coincide em señalar que la arqueologia histórica incluye el estudio de los comportamientos humanos mediante restos materiales, para los que la história escrita afecta su interpretación. (DEAGAN, 2008. p. 64)

Os documentos escritos criados ao longo dos anos são frutos e, ao mesmo tempo, produtores da ação humana. Assim, utilizando as palavras de Beaudry et al.(2007), podemos dizer que a análise documental não deve ser desligada do estudo da vida material nos períodos históricos, pois é parte integral e vital para a reconstrução dos contextos nessas pesquisas arqueológicas. Ela difere da pesquisa histórica no sentido de sua proposição: não apenas os dados contidos nos documentos são coletados, mas se analisa os artefatos (jornais, inventários, etc.) em que as informações estão inseridas e, também, as descrições dos materiais que estão apresentados nas fontes, além de se observar o tipo de linguagem utilizada nessas descrições. Ou seja, tenta-se perceber o contexto em que as fontes foram criadas, como forma de recuperar os significados desses dados a partir de perspectivas êmicas (de quem produziu ou escreveu o documento) ou, nas palavras

de Beaudry et al. (2007), percepções *folk*. Dessa forma, a partir de uma análise ética (do arqueólogo) sobre informações êmicas (quem escreveu ou forneceu as informações contidas na fonte documental) é possível que se chegue à construção do contexto cultural e social em que as fontes foram produzidas (BEAUDRY, 1988b; BEAUDRY et al., 2007; VOSS, 2006).

Segundo Beaudry, *et al.* (2007),

> [...] a análise documental (em acréscimo e em distinção à "pesquisa histórica") é parte integral do estudo da vida material no período histórico e [...] se constitui em um elemento vital em qualquer pesquisa arqueológica histórica. Isso é vital para se construir o contexto. (p. 85)

Para um estudo arqueológico de documentos deve-se partir da análise das fontes escritas não apenas como fornecedoras de dados, mas como material arqueológico, procurando atentar para o contexto da produção dessas fontes, sua época, onde elas estão inseridas e seus propósitos e não se ater apenas às informações nelas contidas.

Enfoques diversos podem ser adotados quando se fala em Arqueologia Documental; alguns arqueólogos partem de pesquisas já propostas em arqueologia e posteriormente chegam à análise de documentos, enquanto outros partem da ideia de que o próprio documento é a base arqueológica. As fontes documentais permitem as mais diferentes abordagens, dependendo do objetivo, das questões levantadas e dos problemas propostos pelo arqueólogo (BEAUDRY, 1988a; BEAUDRY, et al., 2007).

Beaudry (1988a), quando fala sobre estudos arqueológicos de documentos iniciados na década de 1980, traz a seguinte percepção sobre textos contidos na obra *Documental archaeology in the New World*, uma das primeiras que tratam sobre essa abordagem:

> Estes ensaios têm como objetivo demonstrar aos arqueólogos históricos que o registro histórico, longe de ser um corpo finito de informação especializada é, sim, um tesouro abundante de novas percepções sobre o passado. (p. 2 / LIVRE TRADUÇÃO)

A interpretação do pesquisador deve se valer, entretanto, de todo um entendimento de que os documentos são datados, são intencionais e têm um propósito (BEAUDRY, 1988a; BEAUDRY, et al, 2007).

Segundo Voss (2006), um conceito que pode ser utilizado no estudo de fontes escritas é o de “trabalho de representação”, em que os arqueólogos valem-se da análise contextual da produção dos documentos.

> O conceito de trabalho de representação pode fornecer uma ferramenta analítica poderosa para os arqueólogos que desejam explicar rigorosamente a produção social de imagens e textos históricos e avaliar o valor probatório dos documentos históricos. (VOSS, 2006: p. 147 / LIVRE TRADUÇÃO)

A autora aponta caminhos para analisar os trabalhos de representação envolvidos na produção e divulgação de textos ou imagens que abrangem o estudo do contexto histórico e político no qual as representações foram criadas, assim como da própria história da sua produção e suas características físicas. Além disso, deve-se traçar paralelos com outros documentos, fazer um levantamento de outras fontes que falem sobre e elucidem o documento em estudo e, em situações que se tem evidências materiais preservadas (artefatos, prédios, entre outros), deve-se avaliar as convergências e divergências entre esses materiais e as representações dos mesmos (VOSS, 2006). Em seu estudo, Voss (2006) observa estratégias e projetos políticos contidos na convenção intencional da representação (plantas) de presídios militares. As plantas às quais a arqueóloga refere-se foram desenhos de aquarela realizados por Joseph de Urrutia na segunda metade do século XVIII e representam o ideal de arquitetura hispano-colonial na América. Portanto, os conhecimentos vernaculares de indígenas locais foram desconsiderados nas representações arquitetônicas, ainda que essas populações estivessem presentes e participassem das construções dos prédios.

Da mesma maneira, Beaudry (1988b) observa que a metodologia para avaliação textual de taxonomias populares, objeto de seu estudo, abrange a busca por outras fontes escritas produzidas na mesma época dos documentos analisados, tais como obras literárias, pictóricas e materiais arqueológicos preservados, a fim de relacionar o mundo do objeto no passado ao mundo do pensamento no passado, para tentar compreender como os artefatos cotidianos eram incorporados no universo simbólico e social de outras épocas.

Como premissa básica para entender o passado, essa arqueóloga também atenta para o contexto em que inventários foram produzidos nos séculos XVIII e XIX em Chesapeake/EUA. Em seu estudo com esses documentos, são analisadas

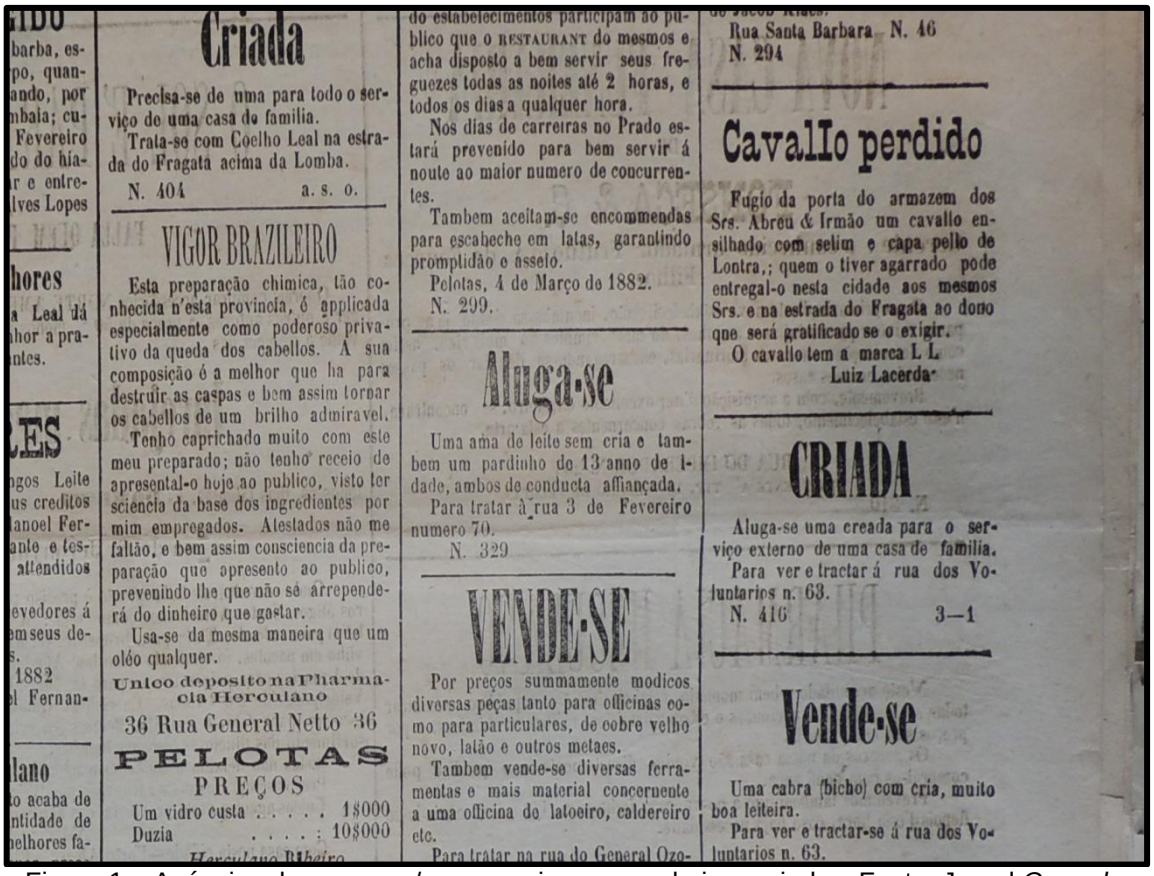
categorias êmicas utilizadas para nomear e adjetivar coleções de cerâmicas; essas qualificações das coleções eram lançadas pelos interessados nos inventários, seus representantes legais ou pelo próprio escrevente dos mesmos. Os termos utilizados descreviam as cerâmicas, vasos, potes, pratos entre outros utensílios e, de acordo com a época, pessoas envolvidas na produção do documento e mudanças nos próprios artefatos, esses nomes poderiam ser modificados. Características das cerâmicas como composição, idade, tamanho, capacidade, função, cor, forma, peso, conteúdo e condição estão presentes ou não nas descrições, variando conforme já mencionado. Portanto, um mesmo artefato pode ter nomes diferentes dependendo dessa série de fatores (BEAUDRY, 1988b). Uma grande colaboração dessa autora, portanto, é a defesa da incorporação, nos estudos arqueológicos, dessas categorias êmicas ou *folk.*

Estudos arqueológicos envolvendo questões de gênero podem centrar-se, também, em fontes documentais. A pesquisa de Mrozowski (1988) abrange anúncios de jornais de Rhode Island/EUA do século XVIII e XIX e seu foco está em duas questões básicas: na comercialização de cerâmica com suas mudanças ao longo do tempo e na análise do papel das mulheres na sociedade colonial a partir dos parâmetros êmicos envolvidos na apreciação de uma anedota sobre a preocupação de um marido com o crescente consumismo de sua esposa. O autor discorre, ainda, sobre as alterações do status das mulheres ao longo dos anos mil e setecentos e mil e oitocentos e sobre a relação entre essas alterações e a cultura material.

Para a primeira questão, Mrozowski analisa os anúncios de cerâmicas como forma de refinar as técnicas de datação e observar as mudanças de prioridades do mercado. Assim, a aparição das diferentes louças ao longo do tempo nos anúncios ajuda a elucidar questões de tipologias, ainda que os termos utilizados sejam êmicos - da mesma forma como ocorre com as pesquisas de outros autores – e, finalmente, pode-se fazer uma análise sobre a sociedade de consumo em épocas passadas. Cabe mais uma vez salientar que várias outras fontes contemporâneas aos anúncios (e mesmo material arqueológico, como louças, entre outros) devem ser estudadas criticamente, de maneira a se obter o contexto de inserção e produção dos documentos, para que o arqueólogo não se deixe levar apenas pelas palavras e imagens explícitas nesses documentos.

Um segundo problema que o autor levanta diz respeito a relações de gênero, em especial ao papel da mulher na sociedade industrial. Essa análise foi feita, em um primeiro momento, a partir de uma anedota escrita em um jornal em que o homem sente-se dominado pelo consumismo crescente de sua esposa, o que representa o pensamento social da época: aumento da circulação de mercadorias e percepção da mulher como agente nesse crescimento (MROZOWSKI, 1988). Assim, pode-se notar, novamente, a importância das fontes escritas para o desenvolvimento de uma pesquisa arqueológica histórica como forma de tentar entender o pensamento cultural, social e econômico das sociedades pretéritas.

Os anúncios de jornais o século XIX são, pois, documentos importantes produzidos para um determinado fim (oferta ou procura de produtos, animais, escravos, entre outros) para entender como o escravo estava inserido na sociedade oitocentista. Entre os produtos dos anúncios estão a oferta e procura de artigos variados para uso pessoal, de gêneros alimentícios, medicamentos, e cosméticos, máquinas e implementos em diversas áreas, imóveis rurais/urbanos e móveis (carroças, carros de boi ou cavalo) e animais (Figura 1). Além disso, há anúncios sobre prestação de serviços de profissionais liberais nas mais diferentes áreas, como professores, médicos, farmacêuticos, dentistas, advogados. Há, ainda, anúncios oferecendo e buscando trabalhadores para serviços artesanais ou braçais, especializados ou não, e é nestes que está o foco desta pesquisa, pois podem ser observadas a oferta e a procura de escravos para as mais diversas atividades.



barba, es-
po, quan-
ando, por
mbala; cu-
Fevereiro
do do hia-
r e entre-
lves Lopes

hores
a Leal dá
hor a pra-
ntes.

ES
ngos Leite
us creditos
anoel Fer-
ante e tes-
attendidos

evedores á
em seus de-
s.
1882
el Fernan-

lano
o acaba de
ntidade de
melhores fa-

## Criada

Precisa-se de uma para todo o serviço de uma casa de familia.
Trata-se com Coelho Leal na estrada do Fragata acima da Lomba.
N. 404 a. s. o.

## VIGOR BRAZILEIRO

Esta preparação chimica, tão conhecida n'esta provincia, é applicada especialmente como poderoso privativo da queda dos cabellos. A sua composição é a melhor que ha para destruir as caspas e bem assim tornar os cabellos de um brilho admiravel.
Tenho caprichado muito com este meu preparado; não tenho receio de apresental-o hoje ao publico, visto ter sciencia da base dos ingredientes por mim empregados. Atestados não me faltão, e bem assim consciencia da preparação que apresento ao publico, prevenindo lhe que não se arrependerá do dinheiro que gastar.
Usa-se da mesma maneira que um oléo qualquer.
Unico deposito na Pharmacia Herculano
36 Rua General Netto 36
PELOTAS
PREÇOS
Um vidro custa . . . . . 1$000
Duzia . . . . . 10$000
*Herculano Ribeiro*

do estabelecimentos participam ao publico que o RESTAURANT do mesmos e acha disposto a bem servir seus freguezes todas as noites até 2 horas, e todos os dias a qualquer hora.
Nos dias de carreiras no Prado estará prevenido para bem servir á noute ao maior numero de concurrentes.
Tambem aceitam-se encommendas para escabeche em latas, garantindo promptidão e asseio.
Pelotas, 4 de Março de 1882.
N. 299.

## Aluga-se

Uma ama de leite sem cria e tambem um pardinho de 13 anno de idade, ambos de conducta affiançada.
Para tratar á rua 3 de Fevereiro numero 70.
N. 329

## VENDE-SE

Por preços summamente modicos diversas peças tanto para officinas como para particulares, de cobre velho novo, latão e outros metaes.
Tambem vende-se diversas ferramentas e mais material concernente a uma officina de latoeiro, caldereiro etc.
Para tratar na rua do General Oze-

Rua Santa Barbara N. 46
N. 294

## Cavallo perdido

Fugio da porta do armazem dos Srs. Abreu & Irmão um cavallo ensilhado com selim e capa pello de Lontra,; quem o tiver agarrado pode entregal-o nesta cidade aos mesmos Srs. e na estrada do Fragata ao dono que será gratificado se o exigir.
O cavallo tem a marca L L
Luiz Lacerda

## CRIADA

Aluga-se uma creada para o serviço externo de uma casa de familia.
Para ver e tractar á rua dos Voluntarios n. 63.
N. 416 3—1

## Vende-se

Uma cabra (bicho) com cria, muito boa leiteira.
Para ver e tractar-se á rua dos Voluntarios n. 63.

Figura 1 – Anúncios de escravos/as em meio a mercadorias variadas. Fonte: Jornal *Onze de Junho*, n. 774, 9 de abril de 1882. p. 3. (Foto da autora, 2013).

Foram coletados anúncios de escravos de todos os jornais de Pelotas disponíveis para consulta na Bibliotheca Pública Pelotense (BPP), que abrangem os anos de 1875 a 1888, e alguns exemplares avulsos de anos anteriores. Quando digo “disponíveis” significa que, tirando os exemplares avulsos, os quais não são numericamente significativos para comporem um encadernamento em conjunto - ainda que tenham sido usados para a pesquisa -, os demais jornais são encadernados por semestre e muitos desses livros estavam interditados pelo mau estado de conservação em que se encontravam; portanto não há uma continuidade perfeita de todos os periódicos. Alguns encadernados aos quais tive acesso também apresentavam páginas em processo de deterioração avançada. O ano de 1875 foi o marco para o início desta pesquisa, porque os primeiros encadernados de semestres completos disponíveis da BPP são deste ano. O ano de 1888 foi a data limite para coleta por ser o marco da abolição da escravidão no Brasil.

Para a análise dos dados foram considerados os anúncios sem suas repetições para que fosse possível quantificar o número de indivíduos anunciados. O total de anúncios coletados nos jornais pelotenses entre os anos de 1875 e 1888, e

mais alguns exemplares avulsos da década de 1850 e 1860, foi de 7.000 (exatos) sendo que nessa quantidade estão contabilizadas repetições dos mesmos anúncios em dias diferentes. Sem as repetições, resultaram em 1026 anúncios. Em alguns casos, os anúncios são generificantes, não aparecendo a especificidade da mulher ou do homem na condição de escravo. Os jornais, como um todo, apresentavam 4 páginas. Em edições especiais, poderiam chegar a 6, mas essa quantidade é rara de aparecer. Os anúncios, em geral, encontram-se nas páginas 3 e 4 dos periódicos. Algumas vezes na página 2 e, em número menor ainda, na primeira página do jornal. Somente apareciam nas páginas 1 ou 2 quando a parte de informações gerais, polícia, exportação e importação e notícias era muito escassa.

Segundo Galloway (2006), os textos escritos raramente são criados buscando a posteridade, pelo contrário, eles são usados para realizar um objetivo em um presente que eles ajudam a criar. Assim, eles podem ser instrumentos de manutenção de poder, ajudando os alfabetizados a sobrepujarem os grupos que não detém o conhecimento da leitura e escrita. Com a observação desses anúncios, seu formato, sua veiculação – periódicos diários, o espaço em que ocupam no jornal e as descrições contidas para a comercialização de tais trabalhadores -, podemos pensar sobre o jornal como parte de uma rede de manutenção da escravidão (mesmo em seus últimos anos e no pós-abolição).

Os jornais são um dos meios pelos quais a ideia dos escravos como mercadoria pode se perpetuar na sociedade pelotense da segunda metade do século XIX. Mesmo que houvesse outra maneira de compra, venda e aluguel de cativos como mão de obra, as páginas de anúncios foram o objeto escolhido para uma rápida disseminação, propaganda e comércio na época. As escravas anunciadas estão nessa condição previamente ao anúncio e posteriormente a ele também. Elas são produtos da sociedade da época e, ao mesmo tempo, produtoras dessa sociedade, seja através de seu próprio trabalho (por aptidão ou imposição), seja através de sua descrição geral anunciada no periódico e de sua comercialização. Assim, temos diferentes elementos da sociedade interagindo através dos jornais.

> Os documentos, na verdade, codificam conexões entre pessoas em diferentes níveis: nas relações diretas de parentesco, na família, no domicílio, na vizinhança e comunidade, nas relações impessoais de poder entre proprietários de fábricas e trabalhadores, e assim por diante. (BEAUDRY et al., 2007: p. 85)

Em busca de uma Arqueologia Feminista Negra, a arqueóloga Battle-Baptiste (2011. p. 29 e 43) indica que não há uma fórmula metodológica para essa tarefa, que deve compreender teoria antropológica, etno-história, narrativa tradicional, história oral e o estudo de cultura material, aliados aos estudos feministas negros e à literatura negra. O entendimento das relações de gênero é o passo para o entendimento da inserção das mulheres escravas nas sociedades passadas. Entender as diferentes interpretações de raça e gênero no passado é importante porque as diferenças estão presentes nos grupos com os quais trabalhamos. Os comportamentos dos indivíduos diferem completamente em classe, gênero e “cor”, concomitantemente.

Junta-se a isso a constituição da ideia escravista que se mantém, mesmo próximo à abolição, e de elementos que se entendem como contra o sistema escravista. Alguns periódicos se identificam com a causa abolicionista, como é o caso do jornal *Onze de Junho;* porém, apesar de se posicionar a favor da libertação dos escravos, podemos observar a rede em que esse veículo está envolvido, pois continua trazendo anúncios de comercialização de escravos em suas últimas páginas, a despeito da apresentação de notícias e ideias abolicionistas nas páginas iniciais. Portanto, pode-se observar os elementos constituindo-se e andando conjuntamente na manutenção da sociedade escravista na segunda metade do século XIX: são pessoas, textos na forma de anúncios de cativos e de objetos relacionados a eles, a mobilidade desses escravos e, em especial, das escravas que circulam em diferentes casas pelotenses e que mantém a especificidade de trabalhar com serviços domésticos.

Podemos observar, portanto, que a análise dos anúncios dos jornais, realizada dentro da área da Arqueologia Documental, é uma forma de tentar compreender a sociedade pelotense oitocentista, e, ainda que houvesse um movimento abolicionista na época, havia a manutenção do sistema escravista como elemento primordial dessa sociedade.

## Parte III – As trabalhadoras domésticas na atualidade: a experiência com o Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas e a apresentação da história de uma ama de leite

Apenas para finalizar esta parte introdutória, gostaria de citar um importante evento que me ajudou a entender um pouco mais sobre trabalho doméstico e foi uma experiência extremamente gratificante durante o último ano de mestrado. Através do Museu de Arqueologia e Antropologia da UFPEL (MUARAN), coordenado pelo Prof. Pedro Sanches e, também, idealizado e organizado pela Profª Louise Prado Alfonso, fui convidada para apresentar minha pesquisa sobre os anúncios em um evento do Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas, mostrando às/os sindicalizadas/os (mulheres, em sua grande maioria) como era o trabalho doméstico no século XIX e quem o praticava. Esse evento fez parte do projeto de instalação do MUARAN, que tem por objetivo apresentar diversos setores sociais da cidade de Pelotas, os quais, geralmente, não estão representados nos museus tradicionais. Assim, foi realizado um sorteio com nomes das mais variadas entidades da cidade para que, através de palestras, oficinas e reuniões, fosse possível conhecer mais sobre esses setores da sociedade e saber se haveria interesse, por parte dos mesmos, de estarem representados no MUARAN. Um dos órgãos que foi contemplado no sorteio, portanto, foi o Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas.

Com o resultado de uma primeira oficina com essa entidade, ocorrida em 21 de setembro de 2014, onde então apresentei alguns anúncios e houve uma experiência de integração e troca de informações entre nós, ministrantes das palestras – Profª Louise Prado Alfonso, Profª Liza Bilhalva Martins e Profª Flávia Maria Rieth, além de mim – e as/os sindicalizadas/os, conseguimos montar um projeto via GEEUR (Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos/UFPEL) e MUARAN. Esse englobou mais uma oficina com apresentação das ideias proposta no primeiro encontro sobre como o Sindicato seria integrado às exposições do Museu, onde ocorreriam e através de que veículos. Essa troca de experiências foi extremamente importante, pois possibilitou-nos observar, através da apresentação dos anúncios e das narrativas das trabalhadoras, o quanto essa atividade passou por poucas mudanças ao longo dos anos, desde o século XIX até os dias atuais e o quanto há

para ser trabalhado em torno desse assunto que envolve, além de relações de trabalho, laços de afeto que se criam dentro do ambiente doméstico.

Assim, no primeiro capítulo, será apresentada a história da Arqueologia da Escravidão, bem como as principais pesquisas no Brasil, Rio Grande do Sul e os recentes trabalhos sobre o tema na cidade de Pelotas; no segundo, faço um levantamento da história da escravidão no Rio Grande do Sul e em Pelotas; no terceiro, trago as discussões que permeiam a presença escrava nos anúncios de jornais e o que podemos apurar a partir desse conhecimento sobre relações entre trabalho doméstico, gênero e afetividades, seguindo uma perspectiva da leitura arqueológica de documentos escritos. No quarto e último capítulo, busco um paralelo entre passado e presente do trabalho doméstico atentando para as relações afetivas.

Entre os indivíduos que aparecem nos anúncios temos, portanto, as mulheres cativas vinculadas principalmente aos afazeres domésticos ou ligados a serviços domésticos. As especializações atribuídas a homens e mulheres na sociedade escravista pelotense, bem como todos os aspectos relativos a esses trabalhadores (idade, condição social, atividade laboral, etc.) e o que se entende por trabalho doméstico no século XIX, serão discutidos tanto nos capítulos II como no III.

Entre as várias adjetivações para as trabalhadoras domésticas nos anúncios, uma que chama a atenção diz respeito às amas de leite. Sobre essas mulheres falaremos especialmente, pois, através de seus anúncios, podemos chegar a algumas reflexões sobre as fronteiras entre trabalho doméstico e afetividade.

Durante o ano de 2013, quando eu cursava as disciplinas do mestrado, morava na cidade de São Sepé/RS, onde conheci a Sra. Ândula Beatriz Oliveira dos Santos, a “Beta”, negra, aposentada, ex-trabalhadora doméstica e ama de leite. Na época, com 63 anos de idade, moradora de São Sepé, com cinco filhos, sendo que duas de suas filhas também foram amas de leite e são trabalhadoras domésticas, Janaína e Michella, ambas negras, com 34 e 37 anos respectivamente. Uma neta de Beta e filha de Michella, Francielly, com 19 anos e 2 filhos (uma menina e um menino), também foi ama de leite, porém de seu primo (sua tia teve um filho na mesma época que Francielly e não podia amamentar sempre porque trabalhava como doméstica) e não para “gente de fora”, como o foram as outras três mulheres.

Em entrevista, realizada em 15 de novembro de 2013, conversei com Beta a respeito de sua profissão e sua história de vida. É líder (cacique) de uma terreira de

quimbanda na cidade onde reside. Identifica-se com seus antepassados escravos, especialmente com os “pretos velhos”, de onde entende vir a força de sua religião e sua “obrigação” de amamentar as crianças cujas mães não podem ou “não querem” (palavras de Beta) aleitar. Sua história e suas percepções como trabalhadora doméstica e ama de leite serão incluídas no tópico “trabalho e afeto”. Segundo suas contas, “por cima” (ou seja, aproximadadamente) ela foi “mãe de leite” de 26 crianças, mais ou menos 5 crianças por amamentação, além de aleitar seus filhos.

Figura 2 – Ândula Beatriz dos Santos (Foto: Darc Santos, neta de Ândula Beatriz. 2014)

Mesmo depois que saí de São Sepé para tornar a morar em Pelotas, minha cidade de origem, eu mantive contato com Beta e suas filhas, bem como com sua neta Darc, com quem mantenho contato via rede social *Facebook.* Beta também tem *Facebook* especialmente “pras coisas de religião”, segundo ela.

Essa entrevista com Beta foi interessante e despretensiosa; na época eu ainda não tinha a ideia que direcionaria parte de meu trabalho para as relações de trabalho e afeto que podem ser percebidas através dos termos qualificadores das escravas nos anúncios de jornais. A ideia não era e não é fazer uma “varredura” nas amas de leite atuais nesta pesquisa, porém sua narrativa foi importante para identificar alguns pontos relacionados com os sentimentos de apego que se dão entre patroas/patrões e empregadas/os, bem como são importantes as falas de trabalhadoras domésticas durante as oficinas entre MUARAN/GEEUR e Sindicato.

# CAPÍTULO I – ARQUEOLOGIA DA ESCRAVIDÃO NAS AMÉRICAS: A CONSTITUIÇÃO DA ÁREA E OS TEMAS ABORDADOS

## 1.1 – A constituição da Arqueologia da Escravidão

Quando trabalhamos com Arqueologia da Escravidão, precisamos ter em mente que estamos falando, aqui, sobre o estudo da vida cotidiana dos trabalhadores forçados - a partir de seus vestígios materiais - que se dispersaram da África trazidos, principalmente, para o continente americano através da colonização europeia no Novo Mundo.

A Arqueologia da Escravidão surge em um período de fervor sócio-político envolvendo tópicos importantes para as comunidades negras nos Estados Unidos durante a década de 1960. Nesse período, forças intelectuais, sociais e políticas, como o ativismo negro, a aprovação da legislação de preservação histórica, o interesse em estudar diferentes grupos étnicos e o crescimento do uso da arqueologia para a interpretação de sítios históricos propiciaram e impulsionaram o aumento dos estudos de africanos e afro-descendentes em todas as áreas das ciências humanas (SINGLETON, 1995. p. 120). Os movimentos negros nas Américas, calçados na história de resistência escrava em um mesmo momento em que se estabeleceram os movimentos panafricanistas, a independência de países africanos e suas guerras por libertação, juntamente com a observação da relevância de se estudar os grupos excluídos, foram os principais impulsos para essa nova visão da Arqueologia Histórica, (SCHÁVELZON, 2003; FERREIRA, 2009b). Assim, unindo-se a vários movimentos, os arqueólogos estadunidenses, a exemplo de pesquisadores de outras áreas, voltaram suas atenções aos “oprimidos, maltratados ou esquecidos” pela história oficial, desenvolvendo uma “perspectiva subalterna”, desviando o foco dos estudos das elites para as camadas marginalizadas por uma determinada histografia. (ORSER, 1998, p. 65).

Cabe lembrar que a década de 1960 foi um período de ebulição em todo o mundo ocidental. Na Europa, ocorre o “Maio em Paris”, com estudantes ocupando a Sorbonne e questionando a academia; juntamente, tem-se uma descredibilidade dos partidos de esquerda franceses. Ambos os fatos tomaram força e se alastraram pela França com estudantes tentando alianças com movimentos operários, o que se

difundiu pelo mundo todo. É uma época de efervescência sociocultural, de revoluções musicais e de movimentos de liberação da mulher, com o feminismo discutindo relações de poder entre mulheres e homens. Nos Estados Unidos, há a entrada em massa de jovens do país na Guerra do Vietnã e o aparecimento do movimento *hippie* (PINTO, 2010). Assim, o movimento negro não está isolado de todos os outros eventos nesse período de relevância social para o ocidente.

Desde os anos 1930 até fins dos anos 1960 a Arqueologia Histórica dedicava-se quase exclusivamente às pesquisas e escavações dos sítios arqueológicos associados às elites, buscando a restauração ou reconstrução de edificações e monumentos ligados a essa camada da sociedade pós-colombiana, com o intuito de explorar o turismo histórico e fortificar a ideologia nacional da população dos Estados Unidos (ORSER, 1998. p. 65; ORSER, 2007, p. 12).

As *plantations* do sul do país e as treze colônias do norte foram alvo de trabalhos arqueológicos numa perspectiva elitista, branca e enriquecida, tendo como base de investigação material as estruturas das mansões dessas propriedades, bem como todo tipo de artefato atribuído a essas camadas da população. Ou seja, os arqueólogos tinham a intenção de procurar materiais que tivessem uma “assinatura” europeia e, ao mesmo tempo, traçar um caminho pelos quais os sistemas culturais se transformaram ao longo dos anos e tornaram-se cada vez mais “americanos”. Portanto, as investigações arqueológicas dos grupos escravos vêm, a partir de fins dos anos 1960 e princípios dos 1970, para dar visibilidade a esta população, uma vez que esta camada deixou poucos registros escritos (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998; LOREN & BEAUDRY, 2006; LITTLE, 2007) e “torna-se uma parte essencial e proeminente da Arqueologia Histórica” desde então (LITTLE, 2007. p. 107).

As pesquisas arqueológicas dos sítios ligados aos escravos foram propulsadas pela criação do *National Historic Preservation Act*, em 1966, lei que objetivou a preservação do patrimônio histórico dos Estados Unidos através da instauração de instituições especializadas (SINGLETON, 1995. p. 121; BLAKEY, 2001. p. 399) como o *Advisory Councilon Historic Preservation*, órgão similar ao Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no Brasil (ROCHA, 2014). A nova lei propicia o fomento de empresas especializadas em gestão de recursos culturais, conhecidas como *Cultural Resourse Management* (CRM), “ou simplesmente arqueologia de contrato” (SINGLETON, 1995. p. 121), ampliando e

sustentando as pesquisas arqueológicas no âmbito privado e, consequentemente, aumentando os focos das pesquisas arqueológicas (SINGLETON, 1995; BLAKEY, 2001).

Segundo Singleton (1995), a arqueologia de contrato

> constitutes a mixed blessing for African-American archaeology. CRM projects facilitate the study of many sites that otherwise would not receive attention in traditional academic research. On the other hand, these one-time, salvage projects tend to define the problem orientation of this research rather than long-term, ongoing fieldwork of a site or group of related sites. Consequently, the kinds of questions asked and data collected in many CRM projects are limited in scope. Additionally, because of their short duration, salvage projects present obstacles to developing ongoing dialogues with the local black communities whose heritage is being investigated. (p. 121)

Assim, temos os dois lados do incentivo a essas pesquisas: a visibilidade de grupos esquecidos e, em contrapartida, uma certa superficialidade nas análises dos sítios estudados. Porém, pela primeira vez há uma forma de direcionar os trabalhos arqueológicos para os grupos invisibilizados pelos estudos tradicionais.

As primeiras pesquisas arqueológicas sobre escravidão africana tomaram por base as *plantations* da costa da Geórgia e da Flórida e foram realizadas em 1968 pelo arqueólogo Charles Fairbanks, cujo interesse estava em tentar compreender como os africanos mantiveram suas próprias culturas mesmo após os horrores passados na travessia atlântica da África às Américas, ou seja, identificar “africanismos” nos restos materiais deixados por esses grupos (SINGLETON, 1995. p. 119; ORSER, 1998. p. 66; LITTLE, 2007. p. 108). A ideia de Fairbanks era apoiar o antropólogo Melville Herskovits, que defendia as “sobrevivências africanas” ou “africanismos” na cultura negra (LITTLE, 2007). Assim, o arqueólogo encontrou objetos de caça e para o preparo de alimentos identificados como de uso dos escravos, o que demonstrou que esses cativos poderiam consumir além da alimentação fornecida por seus senhores. No entanto, quando Fairbanks analisou os materiais advindos dessas escavações, concluiu que os elementos atribuídos especificamente a uma continuidade da cultura africana não puderam ser identificados nos artefatos, demonstrando que a dificuldade de encontrar “africanismos” estava posta mesmo para os arqueólogos (FOUNTAIN, 1995; ORSER, 1998).

Ressalta-se que essa “falta de provas” sobre a sobrevivência das culturas africanas na América não convenceu os arqueólogos que o conhecimento cultural dos escravizados tinha sido perdido na travessia do Atlântico; ao contrário, a maioria dos pesquisadores mantinha sua crença na resistência dos elementos culturais africanos ainda que os indivíduos estivessem sob regime escravista e parecessem subjugados ao europeu colonizador (ORSER, 1998. p. 67).

Apesar de ter sofrido críticas posteriores, a perspectiva da Arqueologia da Escravidão foi inovadora e Fairbanks, com suas primeiras escavações na *plantation* Kingsley, na Flórida, inaugurou esse tema que tomou corpo como uma nova linha teórica de investigação da Arqueologia Histórica (LITTLE, 2007). Segundo a arqueóloga Theresa Singleton, esses primeiros estudos tinham uma “missão moral” de contar a história dos esquecidos e excluídos, buscando interpretar a vida cotidiana dos grupos africanos e afro-americanos a partir de suas próprias perspectivas, analisando restos materiais e alimentares recuperados em escavações. Entretanto, alerta a autora, essas interpretações poderiam ser muito simplistas, ignorando a complexa rede de relações dos indivíduos na sociedade, isolando-os em grupos fechados que mantinham suas culturas de origem:

> Moral mission archaeology sought to interpret the everyday lives of African Americans from their own perspectives using the remains of housing, foodways, and personal effects recovered from excavations. It succeeded in giving a voice to the voiceless, but many of the interpretations were overly simplistic. African-American communities were perceived as bounded, insular enclaves (as was the case in nativistic approaches in cultural anthropology) capable of reproducing material aspects of African culture. [...] Further, by choosing African survival rather than its demise or reconfiguration as a research focus, moral mission archaeology establishe a research precedent that still stalks African-American archaeology today: the search for cultural markers linked to Africa as the most significant aspect of African-American material life (SINGLETON, 2001. p. 2)

Portanto, com o crescente interesse e comprometimento dos pesquisadores por esse tema dentro da Arqueologia Histórica, especialmente nos anos 1990, passa-se a criticar os estudos dedicados à procura das marcas africanas na cultura material dos escravos (SINGLETON, 1995). Novas abordagens são introduzidas e deixa-se de lado a “missão moral” da arqueologia para se pensar nos grupos escravos a partir de perspectivas de ação social e resistência (SINGLETON, 1995;

SAMFORD, 1996; LITTLE, 2007). As práticas cotidianas podem desvelar a ação social dos escravos; por exemplo, a maneira como os cativos lidavam com as moradias e qual era sua dieta mostram o quanto tinham suas próprias distribuições de espaço de convivência e seus próprios modos de se alimentar, ainda que o regime de escravidão impusesse formatos europeus de habitação e alimentação (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996).

Um fator que propiciou a divulgação dos estudos sobre escravidão, especialmente a partir dos anos 1990, foi a participação das comunidades locais nessas pesquisas, em uma perspectiva da arqueologia pública; sítios arqueológicos passaram a ser abertos a visitações e a população pode observar os artefatos retirados das escavações, incitando o público a colaborar e participar desses estudos (SINGLETON, 1995; ORSER, 1998; FERREIRA, 2009b; ROSA, 2012).

A grande maioria das pesquisas estava direcionada às *plantations* do sul dos Estados Unidos, porém o contexto da escravidão se estendia às pequenas fazendas, ao meio urbano, ao comércio de artesãos, à indústria, às docas, e vários outros locais nas Américas (LITTLE, 2007). Diferentes sítios passaram a ser escavados e seus achados analisados em cima de debates sobre raça/etnia, classe e gênero, na tentativa de compreender questões socioculturais dos diferentes grupos do sistema escravista em locais diversos, mostrando as transformações e novas elaborações das culturas trazidas da África para as Américas. Essa ampliação de abordagens forneceu possibilidades para se pensar a vida cotidiana dos escravos a partir dos sítios, da cultura material afro-americana e a da dispersão desses africanos pelos diversos locais onde existiu o sistema escravista, em uma perspectiva global e durante um período de tempo prolongado (SAMFORD, 1996; ORSER, 1998; SINGLETON, 2001; LITTLE, 2007).

Desde os anos 1970 e ao longo dos anos 1980 os estudos sobre escravidão aumentaram e mesmo que alguns arqueólogos continuassem as buscas por sobrevivências africanas, muitas dessas focadas nos cemitérios e algumas de certa forma bem sucedidas, com achados de objetos e formas de enterramentos que poderiam ser entendidos como de uma continuidade africana, há uma pressão para que se considere a escravidão africana e afro-descendente como um todo, ocorrendo como um fenômeno global (ORSER, 1998; LITTLE, 2007).

Essa perspectiva de se pensar a escravidão de forma global, levando-se em conta a diversidade de experiências dos africanos e seus descendentes em diferentes lugares do mundo depois de retirados da África de forma forçada ou por outros movimentos migratórios, abrange um novo conceito chamado de diáspora africana (ORSER, 1998; LITTLE, 2007; SINGLETON & SOUZA, 2009; SOUZA, 2013). A arqueologia da diáspora africana, cujos traços principais centram-se nessa retirada forçada em escala global de pessoas de um continente a outro para o trabalho cativo, envolve uma quantidade estimada de nove milhões e meio de africanos para as Américas e Europa de diversos locais da África. Desses, aproximadamente quatro milhões e meio vieram para o Brasil, o que torna o país o maior receptor de escravos no mundo e o Oceano Atlântico o maior formador de redes de trânsito e de novas configurações e transformações socioculturais (FALOLA, 2011; SOUZA, 2013).

Este conceito de diáspora africana surge em meio às ações sócio-políticas, já citadas, dos anos 1970 e é utilizado por áreas diversas das ciências humanas e sociais; porém a arqueologia "apropriou-se" dele apenas nos anos 1990 (ORSER, 1998; SINGLETON & SOUZA, 2009) e, segundo Singleton & Souza (2009, p. 449), os estudos arqueológicos contribuem para o entendimento da experiência histórica das populações implicadas na diáspora africana e para a compreensão dessas experiências vividas em diferentes locais.

Apesar de tardia em relação a outras ciências que já trabalham com esse conceito anteriormente aos anos 1990 um artigo do arqueólogo Merrick Posnansky, de 1984, já chamava atenção para a ideia de que "estudar a arqueologia da diáspora africana é um campo vital tanto para arqueólogos africanos quanto caribenhos" (p. 196). Para Posnansky (1984), da mesma forma como para Orser (1998), faz-se necessária a colaboração entre arqueólogos com trabalhos focados nas Américas, no Caribe e na África, já que o estudo da diáspora deve ser realizado de forma multidisciplinar e transcontinental, propiciando um entendimento global das diferentes formas de sítios escravos encontrados pelo mundo.

Para firmar essa ideia de estudos colaborativos, Orser (1998, p. 64) indica que a diáspora africana "tem raízes profundas na história e é um fenômeno verdadeiramente global", uma vez que antes mesmo do tráfico pós-colombiano de cativos, muitos povos africanos eram escravizados e comercializados para o Oriente

Médio, Índia e Ásia; em geral eram povos não-muçulmanos e considerados “infieis”, o que justificaria a escravidão. Lamentavelmente, segundo Orser (1998, p. 64), muitos arqueólogos ainda trabalham numa perspectiva de “arqueologia da escravidão”, focando seus estudos localmente nos africanos e afro-descendentes no Novo Mundo e não de uma perspectiva de “diáspora global”, ao contrário do que ocorre com os historiadores que mantiveram a natureza global da diáspora; esse desenvolvimento lento dos estudos arqueológicos sobre a diáspora africana tem a ver com o ritmo vagaroso da arqueologia dedicada aos estudos do mundo moderno. Com isso, perde-se muito da compreensão da diversidade de experiências dos africanos retirados de seus locais de origem na África.

Entretanto, a diáspora africana tornou-se foco de muitos estudos de arqueólogos estadunidenses nos últimos anos, na busca pelas relações entre África, Europa e Américas na tentativa de compreender a “história multicultural do Atlântico”, por meio das investigações sobre os navios negreiros naufragados, da diversidade estilística dos materiais dos escravos nas Américas e dos próprios corpos dos escravos nos estudos bioarqueológicos dos cemitérios, além das discussões acerca de raça e racismo (FERREIRA, 2009b; FERREIRA, 2009c). Assim, para Ferreira (2009c), a arqueologia da diáspora africana é entendida como o estudo da cultura material dos grupos escravos para entender as ações sociais desses indivíduos numa forma de comporem as suas identidades, sempre buscando o esforço de resistirem aos sistemas escravistas:

> Os estudos arqueológicos da diáspora africana buscam, em suma, entender como as identidades culturais dos escravos afro-americanos se expressam materialmente em vários contextos. Mas os indivíduos, como sabemos, constroem suas identidades para atuar no mundo. A atuação dos escravos foi, quase sempre, um esforço no sentido de não permanecerem escravos. Não é estranho, assim, que os arqueólogos identifiquem, nas cerâmicas, edifícios e habitações de diversas regiões da América, atos de resistência à escravidão. A “africanização das Américas”, portanto, reúne esses dois planos de análise: os processos de resistência ante o sistema escravista e a formação e a transformação das identidades culturais dos escravos. (FERREIRA, 2009c. p. 272).

Em resumo, pela diáspora africana estar entrelaçada com os fenômenos generalizados do colonialismo, do imperialismo e capitalismo emergente, consequentemente com a formação do mundo moderno, precisamos entender como

os escravos lidaram com os sistemas escravistas nos diferentes locais das Américas, pois dentro do período de escravidão, esta abordagem ampla pode comparar as vidas e as estratégias de africanos e afro-descendentes nas Américas, sob diferentes formas de cativeiro e diversas relações com os povos nativos e colonizadores (ORSER, 1998; LITTLE, 2007). Nas palavras de Ferreira (2009c), a diáspora africana “remete, pois, às variadas histórias de resistência, como também às distintas ações sociais e identidades culturais dos escravos afro-americanos” (p. 268).

Firmando a ideia das transformações dos processos identitários através do Atlântico, Gilroy (2012, pp. 57-58) nos diz que as trocas que ocorriam nos movimentos dentro dos navios entre negros escravizados levados de um continente ao outro formavam novas culturas nas Américas, África e Europa, concomitantemente. Assim, os navios negreiros são importantes “elementos móveis” da diáspora africana, pois eram eles que “representavam os espaços de mudança entre os lugares fixos que eles conectavam” (GILROY, 2012. p. 60).

O tráfico transatlântico propiciava ainda mais guerras internas que já existiam entre diferentes pontos da África, com captura de prisioneiros feitos escravos: homens, mulheres e crianças. A escravidão como instituição e comércio é o que melhor localiza a África no sistema internacional e o tráfico transatlântico ocupa um lugar preponderante nesse processo, uma vez que foi através dele que se estimulou a retirada massiva de indivíduos de seus locais de origem, propulsando transformações irreversíveis e formações de novos grupos socioculturais (FALOLA, 2011; CUNHA, 2012; DIAS, 2012).

Assim, as transformações, formações e articulações culturais ocorriam através das dispersões dos escravos pelos diferentes locais onde se mantinha o regime escravista, desde a saída dos indivíduos de seus locais de origem até seus destinos, passando pelos navios negreiros e perfazendo movimentos de ida e vinda entre as Américas (incluindo Caribe), África e Europa. Para uma melhor compreensão de como a arqueologia trabalhou a arqueologia da escravidão ou a diáspora africana nas Américas, seguiremos o modelo de apresentação já propostos por Rosa (2012) e Rocha (2014), situando os principais trabalhos no desenvolvimento da disciplina no Caribe, na América do Sul e, como novidade dos últimos três anos, em Pelotas/RS.

## 1.2 – A Arqueologia da Escravidão no Caribe

A Arqueologia Histórica na região do Caribe, ainda que em menor proporção em relação aos Estados Unidos (FERREIRA, 2009a), tem crescido desde a década de 1960, quando ocorreram as primeiras investigações, e aborda temas diversos. Especialmente no final dos anos 1970 e início dos 1980, pela influência das pesquisas dos Estados Unidos que focavam na diáspora africana, os sítios vinculados a grupos escravos africanos e afro-descendentes passaram a ser investigados. Inicialmente os trabalhos eram isolados e detinham-se em poucos sítios na Jamaica e em Barbados; porém com essa influência estadunidense, os estudos em todo Caribe cresceram exponencialmente e focaram não mais somente na vida rural, nas *plantations*, mas também em espaços de habitação urbana (KELLY, 2004. p. 1).

Assim, têm sido analisados, como foco da Arqueologia Histórica a indústria e o trabalho nas *plantations* de açúcar, café e algodão, em praticamente todos os espaços das ilhas do Caribe. Além desses sítios rurais, foram estudadas fortificações militares, além de locais residenciais e comerciais urbanos. As minorias étnicas dentro das classes dominantes, como populações judaicas e irlandesas são alvo de investigações. No entanto, a maior parte das pesquisas está no âmbito da Arqueologia da Escravidão, nas condições de vida dos grupos de cativos em todos os ambientes (KELLY, 2004).

Os primeiros arqueólogos a escavar um sítio relacionado ao cotidiano dos cativos no Caribe foram Frederick Lange e Jerome Handler, no início dos anos 1970. Essa pesquisa ocorreu em um cemitério de escravos em Barbados, o *Newton Cemetery*, e firmava-se em uma perspectiva de *ethnohistorical approach* (abordagem etno-histórica). Previamente a esse estudo, a maioria dos dados sobre escravidão provinha de documentos históricos e os próprios arqueólogos imaginavam que somente escavações arqueológicas não identificariam dados sobre a escravidão. Entretanto, com essa abordagem etno-histórica, os arqueólogos demonstraram o potencial dos estudos arqueológicos da escravidão a partir de padrões nos diversos sítios, ainda que sobre esses se disponibilizasse pouca ou nenhuma documentação (KELLY, 2004; LANGE & HANDLER, 2009, p. 15 e 16).

Segundo Kelly (2004), após essas primeiras investigações, alguns dos principais trabalhos arqueológicos que exploraram as condições enfrentadas por escravos africanos e afro-descendentes no Caribe, situaram-se nas plantações de Barbados, Jamaica, Montserrat, entre outras ilhas. Essas pesquisas foram além das análises das condições de vida dos escravos nas *plantations,* atentando para a "criação e manutenção de identidades afro-caribenhas" através da arquitetura, do uso dos espaços, dos hábitos alimentares e da escolha dos artefatos utilizados pelos cativos (KELLY, 2004).

Os arqueólogos focam seus trabalhos tanto nas *plantations* das ilhas colonizadas por britânicos, quanto nas ilhas francesas e incluem agricultura de café, açúcar, rum, anil e algodão; um item importante descoberto pelos pesquisadores Verrand e Vidal foram fornos de cal, utilizado na indústria de açúcar e nas edificações e que, segundo os arqueólogos, pode ter sido importante produto na economia da ilha francesa Martinica (KELLY, 2004). Além da variedade de *plantations* pesquisadas*,* foram arqueologicamente analisadas aldeias de libertos no pós-emancipação, bem como quilombos. Para Kelly (2004) esses assentamentos *maroons*[1] são importantes para entender como os escravos se opunham ao sistema, esforçando-se para contestar a instituição.

Um país que foi, e ainda é, destaque para as pesquisas da diáspora africana é Cuba, onde desde os anos 1960 também se busca sítios ligados aos cativos. O sistema escravista em Cuba teve seu auge entre os anos 1790 e 1860, quando a economia local baseava-se principalmente nas *plantations* de café e açúcar (CORZO, 2005). Os primeiros trabalhos arqueológicos foram desenvolvidos em uma dessas *plantations* na cidade de Cangrejeras, pelo Departamento de Arqueologia da Academia de Ciências de Cuba. Nessa cidade, entre fins da década de 1960 e princípios de 1970, foram analisadas as estruturas remanescentes do engenho Taoro, incluindo as habitações dos cativos, chamados *barracóns*, e um cemitério de escravos (DOMINGUEZ, 2005; SINGLETON & SOUZA, 2009). Em um trabalho realizado entre 1972 e 1974 em Pinar Del Río, Dominguez (2005) observou uma configuração diferente no espaço da *plantation* de café: não havia as moradias coletivas de escravos (os *barracóns*) e os cativos provavelmente habitavam casas

[1] *Marrons, cimarrones, palenques* – locais temporários para escravos fugidos.

distribuídas pela propriedade, o que pode ser consequência da migração de fazendeiros franceses fugidos da revolução haitiana[2].

Uma investigação arqueológica foi realizada no *Cafetal Del Padre* como parceria do *Gabinete de Arqueología de la Oficina Del Historiador de la Ciudad de La Habana* e a arqueóloga Theresa Singleton, da Universidade de Siracusa em Nova Iorque a partir de 1999. Essa *plantation* foi alvo de interesse por esse sítio apresentar um muro de alverania de 3,35 metros de altura que cercava um local de habitação de escravos, o que, segundo Singleton (2005), era uma prática incomum. A autora destaca que neste trabalho o interesse estava mais em entender a vida cotidiana dos escravos, as formas com que estes respondiam à vigilância dentro desse espaço e menos em compreender o porquê dos proprietários escolherem a construção desse tipo de muro. Dentro do espaço cercado pelos muros, existiram, conforme inventários consultados, de 30 a 45 *bohíos*[3]. Os objetivos dessa pesquisa foram entender como os escravos utilizavam os espaços, "avaliar o nível de participação da comunidade de escravos em atividades econômicas independentes de seu próprio interesse" e analisar a utilização dos objetos simbólicos sempre que possível (SINGLETON, 2005. pp. 6 e 7).

Singleton (2005) chama a atenção para como a cultura material encontrada nos espaços dos escravos indica que, apesar desse cercamento e distribuição espacial (os quais se traduziam numa tentativa de maior controle social dos cativos e induzia a uma maior produção), essa população participava de muitas atividades iguais às de cativos de outros locais, encontrando meios de suplementar sua alimentação, de manterem suas ações religiosas e recreativas e de sustentarem um sistema econômico interno como produtores e consumidores, além de conservarem contatos com o meio externo, o que propiciava fugas e rebeliões. O grande diferencial desse trabalho está justamente na presença desse muro, pois apesar da configuração totalmente diferente do espaço da *plantation* em relação às outras existentes em Cuba, os escravos eram agentes ativos e exerciam ações da mesma forma como em qualquer outro local.

---

[2] Revolução haitiana – revolução de escravos no Haiti entre 1791 e 1804, quando a população cativa voltou-se contra os fazendeiros franceses e tomou a ilha, acabando com o sistema de *plantations,* implantando um "governo de negros e mulatos" e aniquilando tanto quanto possível a população branca (ANDREWS, 2007. p. 84).

[3] Cabanas pequenas e individuais de moradia de escravos (CORZO, 2005).

Apesar de existirem pesquisas nas *plantations* em Cuba, para Singleton & Souza (2009), enquanto o foco dos estudos da escravidão nos Estados Unidos está nesse sistema de agricultura, em Cuba, e da mesma forma no Brasil, as pesquisas centram-se mais nas comunidades "auto-emancipadas", ou seja, *palenques* e *cimarrones*. Estes são os assentamentos temporários ou aldeias dos escravos que fugiam das *plantations* em direção às serras cubanas (CORZO, 2005). Os sítios quilombolas (*palenques e cimarrones)* foram alvo de investigações de Gabino La Rosa Corzo (2005) em Havan e Matanzas. Corzo usa amplamente a documentação histórica para pesquisar os locais de acampamentos de escravos fugidos das *plantations* e indústrias cubanas, ainda que nesse momento, o autor nos diga que para uma compreensão mais completa da cultura material dos escravos somente os documentos são suficientes:

> [...] a documentação pode fornecer uma imagem sobre as frequências das fugas, sobre os lugares que serviam de refúgio ou assentamento, número de habitantes que podiam ter, tipos de cultivos, número de moradias; mas nada elucida acerca da vida cotidiana das comunidades. A mesma (documentação) não nos brinda com a possibilidade de acessar o conhecimento da cultura material, por meio da qual se expressam as raízes africanas e o processo de transculturação que deve ter sido produzido como reflexo das variações ocorridas na vida, conduta, conhecimentos e hábitos dos grupos escravizados como consequência de sua introdução nos territórios americanos (CORZO, 2005. pp. 47 e 48).

Nessas pesquisas de investigação nas serras cubanas, Corzo (2005), utilizava a documentação conjuntamente com os materiais obtidos nas escavações para o entendimento da vida cotidiana dos escravos; posteriormente, esse mesmo autor, em conjunto com o arqueólogo brasileiro Lúcio Menezes Ferreira, discorrerá sobre os documentos como passíveis de serem lidos arqueologicamente, sem a necessidade de escavações para entender alguns aspectos socioculturais desses grupos (CORZO & FERREIRA, 2013). Sobre esse trabalho, discorreremos mais adiante, embora já tenha sido abordado no ponto da metodologia na introdução da presente pesquisa.

Corzo (2005), em suas escavações em Matanzas e Havana, percebe a predominância nas zonas montanhosas da porção oriental da Ilha de Cuba do apalencamento ou construção de aldeias ocultas, como formas de resistência escrava; os cativos nessa região representavam 28% da população total. Para a

região central, o autor aponta um mesmo comportamento, porém nesse estudo ele não analisa mais aprofundadamente os dados, apesar de indicar uma quantidade de 26% de cativos nesse local. Já na região ocidental da Ilha, o número de escravos é bem maior e eles representavam 73,60% do total de cativos de toda a Ilha. Isso porque nessa zona estava a maior concentração de grandes plantações e engenhos de açúcar e cafezais. Essas diferenças numéricas acarretavam as diferentes formas de resistência por fugas, pois a porção ocidental contava com planícies e, ao sul, regiões pantanosas, o que dificultaria a formação de "aldeias estáveis" para os escravos. Assim, nessa porção da Ilha, os cativos buscavam refúgios temporários em cavernas e abrigos rochosos (CORZO, 2005. p. 49).

Os *palenques* eram das mais variadas formas, porém tinham em comum o fato de persistirem em locais reduzidos e de difícil acesso e se integravam a "uma concepção espacial definida pela sobrevivência perseguida" (CORZO, 2005. p. 52). Diferentemente do que caracterizava os "simples fugitivos", a comunidade de apalencamento era uma forma de resistência que sugeria princípios de defesa e ultrapassavam a fuga em si. O modo de vida dessas comunidades era baseado na subsistência e era importante a tentativa de uma "invisibilidade", uma vez que o interesse estava em não permanecer fugindo de um local a outro (CORZO, 2005. pp. 52 e 53).

Em contraponto aos *palenques* das regiões montanhosas, na porção ocidental da Ilha de Cuba as fugas eram individuais ou em grupos muito reduzidos e tinham, em sua grande maioria, um caráter temporal. Essa forma de fuga é conhecida por *cimarronaje* e os refúgios desses indivíduos ou grupos eram constantemente mudados; a mobilidade desses escravos era importante para evitar a captura e para sua sobrevivência lançavam mão de materiais e alimentos advindos de roubos e trocas, além de utilizarem a coleta, a caça e a pesca (CORZO, 2005; LARA *et al.,* 2012). Esses foragidos mantinham-se em locais nas periferias das *plantations* e engenhos, de onde poderiam observar a sua movimentação sem serem observados. Isso porque mantinham contato com os escravos em cativeiro e buscavam nessas fazendas, produtos para sua manutenção, em forma de roubo e furto. Através dos restos faunísticos e de objetos usados no preparo de alimentos, foram encontrados em refúgios *cimarrones* artefatos de uso pessoal, ritual e para

defesa dos foragidos, identificando uma vida sociocultural para fora do cativeiro. (CORZO, 2005; LARA *et al*., 2012).

Além das escavações realizadas em Cuba, Corzo & Ferreira (2013), trabalharam com as marcas a ferro utilizadas nos escravos. A cultura material era articulada de forma a controlar os escravos, especialmente a arquitetura com a organização dos espaços de produção e de moradias das *plantations,* e as marcas a ferro impostas aos cativos, as quais operavam da mesma maneira (p. 129). Porém, o diferencial desse trabalho foi a metodologia; como já discutido anteriormente, foram usadas fontes escritas para se chegar às marcas utilizadas nos escravos e para entender como essas marcas identificavam o cativo como uma propriedade de alguém. Em Cuba, foram identificadas, pelos documentos, três tipologias principais de marcas: marcas por introdução, por indulto e as de proprietários[4] (CORZO & FERREIRA, 2013. p. 132).

Em todos os casos, o escravo estava identificado com uma marca que determinava o controle sobre ele. Sobre os proprietários, havia o controle da Coroa. As marcas definiam tanto os escravos, como os seus senhores, como súditos da Coroa. Como última instância, as marcas são instrumentos de uma "técnica de governo", de um controle social que tanto inflige o poder da Coroa sobre os indivíduos, quanto é uma resposta dos proprietários ao sistema governamental, no momento em que burlam a Coroa através do contrabando (CORZO & FERREIRA, 2013).

É necessário lembrar, entretanto, que os escravos, apesar de marcados a ferro como forma de subjugá-los e controlá-los, eram indivíduos e agiam socialmente. Apesar de as marcas acompanharem os escravos para toda a sua vida, e essas marcas não serem um símbolo escolhido pelos próprios cativos, elas infligiam uma identidade a esses indivíduos, que eram sempre propriedade de alguém; por outro lado, embora marcados, os cativos resistiam ao sistema, mesmo carregando em seus corpos essa identificação que não era originalmente deles. Mesmo sabendo que seriam caçados, eles resistiam dentro das fazendas, fugiam, aquilombavam-se e formavam novas formas de vida. Se não houvesse essa resistência, não haveria necessidade de marcas, quaisquer que fossem, e nem de

[4] Por introdução: marca firmada no escravo quando este chegava em Cuba; por indulto: quando o cativo entrava no país por meio de contrabando; marcas de proprietário: identificava o senhor dos escravos.

descrições pormenorizadas dos escravos na documentação. As documentações, lidas arqueologicamente, possibilitam um entendimento do sistema escravista envolvendo governo, proprietários/colonos e escravos (CORZO & FERREIRA, 2013).

Os trabalhos arqueológicos desenvolvidos no Caribe, assim como nos Estados Unidos, avançam em direção a novas perspectivas na busca do entendimento da diáspora africana nas Américas. Ainda que na América do Sul as pesquisas não sejam em um número tão expressivo quanto nesses outros locais, e também sejam mais tardios, temos arqueólogos em diferentes países trabalhando com o tema em ambientes rurais e urbanos. Algumas das principais pesquisas serão apresentadas a seguir.

## 1.3 – A Arqueologia da Escravidão na América do Sul

Embora o sistema escravista tenha sido amplamente implantado e mantido durante séculos em toda América do Sul e América Latina em geral, os estudos sobre arqueologia da escravidão ou sobre arqueologia da diáspora africana ainda são pouco desenvolvidos nos países constituintes nessas partes do continente americano e têm como base de investigação principalmente o Brasil e a Argentina, ainda que exista interesse no tema também no Uruguai. (FERREIRA, 2009b; ROSA, 2012).

A exemplo do que ocorreu na década de 1960 em todo o continente americano, os movimentos civis que se instauraram nesse período influenciaram o desenvolvimento da Arqueologia Histórica na América do Sul; entretanto as explorações arqueológicas nem sempre eram realizadas por arqueólogos, tendo profissionais de outras áreas, como arquitetos, historiadores, entre outros, trabalhando nessas investigações entre os anos que abrangem as décadas de 1960 e 1970 (LIMA, 1993; ZARANKIN & SALERNO, 2007; FERREIRA, 2009b). Vale lembrar que nesses períodos, os estudos em Arqueologia Histórica

> intentabam buscar correlatos materiales de documentos escritos, rescatar objectos o estructuras de valor histórico, aportar información en labores de restauración, o satisfacer curiosidad y afición de sus empreendedores. (ZARANKIN & SALERNO, 2007. p. 19).

Assim, foi apenas a partir da década de 1980 que a Arqueologia Histórica passou a ser efetivamente estudada na América do Sul, pois nos anos anteriores de regimes ditatoriais não havia espaço para o crescimento da disciplina e, se para os historiadores e alguns outros pesquisadores havia a possibilidade de burlar a perseguição, para os arqueólogos a própria natureza do trabalho de campo dificultava a oposição ao sistema governamental (FUNARI, 1998; ZARANKIN & SALERNO, 2007). Esse desenvolvimento incluiu o Brasil, onde houve uma ampliação da área, primeiramente com o "relaxamento da censura" em 1979 e posteriormente com o fim do regime ditatorial militar, em 1985 (FUNARI, dez/2004-jan/2005. p. 3). A abertura política possibilitou a busca pelas histórias de grupos não contempladas pelos estudos oficiais e a arqueologia participa desse processo de resgate sul-americano, que se desenvolve principalmente na década de 1990 (ZARANKIN & SALERNO, 2007).

Dos três países acima citados, que apresentam uma linha de pesquisa sobre Arqueologia da Escravidão, segundo Funari (1998), a Argentina foi onde a Arqueologia mais sofreu durante o período de regime militar e a Arqueologia Histórica, como um todo, não se desenvolveu até a abertura civil em 1984. Schávelzon (2003) aponta que, da mesma forma como ocorreu em toda a América, incluindo Brasil e Cuba, onde o aporte de africanos é amplamente reconhecido, estudar e identificar a cultura afro na Argentina foi, e é, um processo complexo com barreiras a serem transpostas a todo momento, pois

> Aceptar que era posible hallar sus restos materiales era aceptar que tuvieron su propia cultura, incluso que mantuvieron costumbres tradicionales pese a los siglos de dominación y servilismo a que fueraon sometidos: era reconocer que hubo resistência, oposición, enfrentamiento al Blanco; aunque fuera escondido, silenciado, no explícito, el espíritu de resistência siempre estuvo alli, esperando, asomando (p. 129).

Neste país, os primeiros estudos sobre a arqueologia da diáspora africana podem ser atribuídos a Agustín Zapata Gollán, com suas descobertas em Santa Fe la Vieja de objetos com símbolos africanos, como cachimbos com figuras não indígenas e estatuetas com rostos africanos. Embora possa ter sido o precursor das pesquisas na área, este estudioso não fez uma leitura mais ampla dos achados (SCHÁVELZON, 2003. p. 134). Outros arqueólogos retomaram o tema

posteriormente, porém os estudos em Buenos Aires de maior repercussão são os de Daniel Schávelzon que procurou, em fins da década de 1990, identificar artefatos que remetessem a uma cultura afro-argentina na capital do país, a qual chamou de afro-portenha (ZARANKIN & SALERNO, 2007).

Havia na Argentin, e ainda há a, da mesma maneira como em muitos outros locais que viveram o sistema escravista, a ideia de uma unidade nacional, onde apenas grupos indígenas compuseram, junto à maioria branca, a população. Para demonstrar que os negros participaram da formação dessa sociedade, Schávelzon (2003) escavou em pontos diversos de Buenos Aires na tentativa de encontrar restos materiais que pudessem ser associados à população afro-portenha. Junto aos primeiros achados, encontrava-se uma vasilha, primeiramente identificada como sendo de uma cultura indígena, e que, posteriormente, em associação a outros artefatos, o pesquisador pensou ter tido uma origem afro-indígena local (SCHÁVELZON, 2003. p. 138). Essa mudança mostra como os artefatos encontrados em escavações não podem ser entendidos isoladamente, fora de um contexto mais abrangente. As evidências materiais afro encontradas ao longo dos trabalhos de escavação incluem cachimbos com símbolos africanos, ornamentos pessoais (medalhas, discos de cerâmica provavelmente utilizados pendurados no pescoço ou cintura, podendo ser de cunho religioso), artefatos cerimoniais em cerâmica e madeira, esculturas, jogos, instrumentos de corte e trabalho feitos de vidro, ossos e pedras, vasos cerâmicos, entre outros, contendo símbolos de propriedade e cosmogramas mágicos (SCHÁVELZON, 2003).

Contando com uma discussão sobre a diáspora africana em uma proporção bem menor, no Uruguai, segundo Rosa (2012), as pesquisas arqueológicas estão restritas ao *Caserío de los Negros*. Esses trabalhos são realizados a partir do projeto *El Caserío de los Negros: Investigación arqueológica del contacto Afro-Americano*, iniciado em 1998 por arqueólogos da Universidad de la República (UDELAR) no bairro Capurro - Montevidéu, onde foram realizadas escavações em busca da localização de antigos prédios do alojamento de escravos chegados à região. Esse alojamento servia de local de quarentena dos escravos até sua venda (ONEGA, 2005; FREGA, 2011 *apud* ROSA, 2012. pp. 29 e 30). Segundo Rosa (2012. p. 30), em 2012 ainda havia discordância entre os pesquisadores sobre onde seria o local

exato do *Caserío de los Negros* e mais escavações deveriam ser realizadas na tentativa de encontrar o lugar dos prédios.

Argentina e Uruguai desenvolvem poucos trabalhos arqueológicos sobre a diáspora africana e necessitam de mais pesquisas para que se obtenha resultados que contemplem “interpretações mais abrangentes acerca dos vestígios materiais da experiência africana no Rio da Prata” (ROSA, 2012. p. 30).

No Brasil, assim como na América do Sul como um todo, as pesquisas sobre arqueologia da escravidão também ainda não são numerosas, porém há uma dedicação cada vez maior de pesquisadores na busca por respostas às questões que permeiam a vida cotidiana do escravo em seus diversos âmbitos.

### 1.3.1 – A Arqueologia da Escravidão no Brasil

No Brasil, embora as pesquisas em Arqueologia da Escravidão e Diáspora Africana ainda sejam em pequena escala quando comparadas aos trabalhos desenvolvidos nessa área nos Estados Unidos, por exemplo, e mesmo quando comparadas aos estudos de História, alguns arqueólogos estão se dedicando ao tema desde os anos 1980 e há um crescente interesse abrangendo diferentes propostas teórico-metodológicas (SYMANSKI & GOMES, 2012; SINGLETON, 2013). Trabalhos multidisciplinares têm sido cada vez mais frequentes envolvendo o diálogo entre Brasil e outras regiões das Américas, o uso mais assíduo dos métodos quantitativos, a sistematização dos dados baseados em diferentes fontes documentais primárias e a diversificação das temáticas que podem envolver estudos de casos específicos ou enfoques mais amplos em determinadas regiões, além do resgate de temas clássicos na Arqueologia da Escravidão (SYMANSKI & GOMES, 2012).

Como já comentado anteriormente, até os anos 1980 a dificuldade em se trabalhar o tema da escravidão estava ligada aos regimes ditatoriais impostos nos países sul-americanos, incluindo o Brasil, pois buscava-se um discurso de homogeneidade na formação identitária da sociedade brasileira (SINGLETON & SOUZA, 2009; SYMANSKI & GOMES, 2012). Entretanto, com a abertura e o aumento dos estudos sobre escravidão, pesquisadores passaram a se preocupar não mais com as ideias clássicas dos “africanos genéricos” e de uma “crioulização a-

histórica", ambos típicos dos estudos anteriores ao pensamento crítico em torno da presença africana em solo brasileiro. A arqueologia é uma das disciplinas que participa dessa reconfiguração preocupando-se sobre quem eram os escravos africanos e afro-descendentes, quais os impactos do tráfico atlântico sobre os indivíduos e as sociedades envolvidas e como ocorria o cotidiano do escravo (trabalho, família e identidade da escravidão) nas Américas e, especialmente para a disciplina, qual era a cultura material da sociedade escravista (SYMANSKI & GOMES, 2012).

A década de 1980 foi o marco da primeira investigação arqueológica englobando a temática da escravidão em que Carlos Magno Guimarães e Ana Lúcia Lanna analisaram diversos assentamentos de quilombos localizados em Minas Gerais. Posteriormente, Guimarães dedicou suas escavações e análises a um desses sítios, o quilombo do Ambrósio, onde identificou vestígios de casas de pau-a-pique, uma vala utilizada no sistema defensivo e fragmentos de artefatos de uso cotidiano como vasos cerâmicos e cachimbos, além de restos alimentares. Porém, Guimarães não deu continuidade às pesquisas arqueológicas, publicando apenas os resultados de suas análises iniciais (SINGLETON & SOUZA, 2009; SYMANSKI & GOMES, 2012).

Nos anos de 1992 e 1993, os arqueólogos Pedro Paulo Funari (Brasil) e Charles Orser Jr. (EUA) e o africanista Michael Rowlands (Inglaterra) iniciaram o Projeto Arqueológico Palmares, onde realizaram escavações no quilombo dos Palmares, localizado na Serra da Barriga no estado de Alagoas. O objetivo do projeto era tentar entender o cotidiano dos aquilombados através de sua cultura material. Esse quilombo foi um importante local de resistência de escravos foragidos no início do século XVII, era conhecido pelos habitantes da região como "Angola Janga" (Pequena Angola) e perdurou até 1694, quando os caçadores de escravos o destruíram (FUNARI, 1996, 2001; OLIVEIRA & TAMANINI, 2008). De acordo com a documentação, entre 1.000 e 6.000 pessoas viveram em diferentes comunidades que englobavam os 14 sítios identificados durante quase um século (SINGLETON & SOUZA, 2009). Foram encontrados artefatos diversos, muitos foram identificados como cerâmicas indígenas, cerâmicas vidradas majólicas finas, faianças européias e cachimbos de barro; entretanto, mesmo na possibilidade de identificação de alguns materiais como sendo ou tendo características indígenas, africanas ou europeias,

ainda há dúvidas quanto às origens de alguns objetos e há um tipo de cerâmica que apresenta ao mesmo tempo características indígenas, africanas e europeias e ficou conhecida como cerâmica e Palmares (FUNARI, 1996, 2001; ALLEN, 1998; SINGLETON & SOUZA, 2009).

Segundo Allen (1998. p. 165) a identificação de materiais de origens diversas, bem como de elementos étnicos combinados em um mesmo tipo de artefato podem indicar que palmarinos e grupos indígenas co-habitaram os mesmos espaços, ou que os palmarinos adquiriam os artefatos dos nativos, assim como ocorre com a presença de materiais europeus. No entanto, ainda não se tem uma interpretação mais concreta de como ocorriam as relações entre grupos nativos e palmarinos e Scott Allen refuta a ideia de um sincretismo e de uma comunidade africana, pois acredita que as interpretações são baseadas em noções estáticas de etnia (ALLEN, 1998; SINGLETON & SOUZA, 2009). Segundo Singleton & Souza (2009), “Allen sees the pottery as an expression of separation from the colonies, allowing Palmarinos to emphasize their difference, while maintaining relationships at various levels with the colonial society” (p. 462).

A divulgação da importância de Palmares se dá mais fortemente a partir dos anos 1970, quando ativistas do movimento negro passam a usar esse assentamento como referência de suas causas e o dia 20 de novembro, quando ocorre a morte de seu último líder quilombola, Zumbi, é proposto como o dia da Consciência Negra (FUNARI, 1996). A identificação de uma multiplicidade étnica habitando Palmares, no entanto, gerou conflitos com membros desse movimento, já que a ideia era firmar-se sobre a questão da resistência negra neste local.

Entre outros estudos desenvolvidos na linha da resistência escrava em áreas de quilombos, temos, no Rio Grande do Sul, as escavações realizadas por Claudio Carle, em 2005. Este autor estudou três pequenos quilombos: do abrigo do Monjolo, na cidade de Santo Antônio da Patrulha; do Paredão, entre os municípios de Taquara e Gravataí; e da Ilha do Quilombo, na própria capital. Foram analisadas as influências do caráter simbólico e filosófico das manifestações africanas na formação desses espaços e suas possíveis retomadas pela comunidade (CARLE, 2005). Além desse, outros estudos são realizados em áreas de quilombos por todo o Brasil, incluindo novas escavações em Palmares (SYMANSKI & GOMES, 2012).

Na mesma época das primeiras escavações de Palmares, em 1993, Tânia Andrade Lima, Cristina Bruno e Marta Fonseca publicaram o resultado do trabalho desenvolvido na região de Vassouras, no Rio de Janeiro, o qual foi o primeiro em que se escavaram estruturas de uma senzala na Fazenda São Fernando, de produção cafeeira do século XIX. Baseando-se na ideia de que a o cotidiano da vida social dos indivíduos dentro da fazenda ocorria entre os dois segmentos polarizados representados pelos senhores e pelos escravos, as autoras objetivaram examinar as práticas socioculturais dos cativos, bem como identificar as suas estratégias de sobrevivência através da cultura material; para isso, escavaram diferentes pontos da fazenda, sendo a primeira concentração dos esforços nos locais de possível despejo de lixo (LIMA, BRUNO & FONSECA, 1993. p. 185; SINGLETON & SOUZA, 2009). As escavações sobre o cotidiano do escravo concentraram-se, primeiramente, no local onde seria a senzala e resultaram em poucos fragmentos de cerâmica e vidro, além de restos da construção (LIMA, BRUNO & FONSECA, 1993. p. 186; SINGLETON & SOUZA, 2009). Com isso, o foco das escavações passou a ser as áreas de trabalho doméstico, as quais renderam uma concentração maior de achados, incluindo cachimbos e contas de colar que foram identificados como sendo de uso dos escravos (LIMA, BRUNO & FONSECA, 1993. pp. 186 e 187).

Na mesma linha de identificação dos espaços das senzalas nas fazendas brasileiras, e no que diz respeito à agência dos grupos cativos no ambiente escravista estão os trabalhos dos arqueólogos Luís Cláudio Symanski e Marcos André Torres de Souza, os quais se propõem a dar maior visibilidade ao registro dos escravos, possibilitando, assim, a preservação desse legado (SYMANSKI & SOUZA, 2007).

Em sua pesquisa sobre o Engenho São Joaquim, construído em 1800, na cidade de Pirinópolis em Goiás, Marcos André Torres de Souza (2007) analisou a paisagem social que se configurou nesse espaço, demonstrando que o modelo de a escravidão ali instaurada estava fortemente alicerçada no pensamento iluminista. Pela distribuição espacial e arquitetura do local, o autor discute as relações que ocorriam entre senhores (casa grande) e os escravos (senzala) e coloca que assim como houve vários modelos de escravidão, ali se estabeleceu um tipo que diferia do sistema comum ao século XVIII. Para tal análise, foi realizado um estudo de fontes documentais e achados materiais advindos das estruturas arquitetônicas (e sua

distribuição) ainda presentes e das senzalas que puderam ser localizadas arqueologicamente, além dos artefatos encontrados nas escavações. Além das estruturas, na área central das senzalas em formato de “L” invertido o pesquisador encontrou restos de alimentação (fauna), e fragmentos de cerâmica, metal e vidro, o que sugere um amplo uso do espaço para as refeições e para sociabilidade (SINGLETON & SOUZA, 2009. p. 456). Souza parte das discussões de espaços/temporalidades/experiências vividas que abrangem pessoas e coisas e a partir dessas discussões, examina o espaço do engenho por meio da sintaxe espacial[5].

Através desse método, Souza (2007) entende que a distribuição arquitetônica do engenho reafirma as diferenças entre os grupos sociais que ali conviviam e analisa os espaços em que ocorrem os encontros e os espaços onde os grupos evitam o contato (SOUZA, 2007. p. 66). Esses espaços de encontros poderiam ser públicos ou privados e eram determinados por condição social e gênero. Além dos espaços, as relações também se dão de modo temporal e podem ser segmentadas tornando-se independentes, como, por exemplo, a jornada de trabalho no ambiente de plantio e indústria, as paradas para alimentação e descanso, etc. são compostas de uma temporalidade diferente da que ocorre no ambiente doméstico. Assim, seguindo espaço e temporalidades das relações, pode-se visualizar o modelo iluminista de “ordem e progresso” estabelecido nesse sítio (SOUZA, 2007).

O estado de Mato Grosso também foi foco dos estudos arqueológicos sobre escravidão. Luís Cláudio Symanski escavou sítios arqueológicos em antigos engenhos de açúcar dos séculos XVIII e XIX em Chapada dos Guimarães (SYMANSKI, 2007). Neste trabalho, Symanski (2007) analisa a manutenção das práticas religiosas dos escravos a partir dos artefatos encontrados nos contextos relacionados a essa camada de trabalhadores e entende que essa era uma forma de subverter o sistema de poder, o qual se mantinha nesses engenhos através de uma rígida estratificação social e que de outra maneira, mais abertamente, não seria possível.

Os engenhos eram configurados fisicamente de forma a afirmar a ordem hierárquica, na intenção não só de manter a subjugação dos escravos, como de

[5] Método criado por Hillier e Hanson (1984) e usado por Zarankin (2002) para analisar a arquitetura de Buenos Aires (SOUZA, 2007).

impor uma cosmologia ocidental a eles (SYMANSKI, 2007. p. 19). A maior ou menor proximidade da sede do engenho em relação a outras estruturas poderia definir o controle visual desse espaço. Porém, mesmo com esse controle imposto de várias formas, inclusive pelo conjunto arquitetônico, os escravos subvertiam e se apropriavam do espaço pré-determinado de outras maneiras. Através da análise da cultura material atribuída aos cativos, como cachimbos, garrafas, figas, contas de colar, entre outros, encontrados tanto nas senzalas, quanto na sede da fazenda, Symanski (2007) conclui que alguns desses objetos tinham caráter mágico-religioso e seriam utilizados em práticas contra os senhores (em enterramentos dentro da casa grande), porém não descarta a ideia de os próprios senhores terem sido influenciados pelas crenças africanas. Assim, os escravos mantinham suas próprias crenças, mesmo em regimes de imposição das visões de mundo ocidental, resistindo ao sistema, apropriando-se subversivamente dos espaços nos engenhos.

Os depósitos arqueológicos nos espaços rurais, assim como ocorria com os sítios urbanos, muitas vezes eram formados pela “agência tanto de livres quanto de escravos”, portanto, os materiais encontrados podem ser de difícil atribuição direta a uma ou outra categoria social (SOUZA & SYMANSKI, 2007). Nas cidades, muitas vezes os cativos viviam sob o mesmo teto de seus senhores e, ainda que em alguns casos existissem senzalas urbanas nos quintais dos casarões, os refugos eram na maioria das vezes despejados em uma área comum, ocasionando o mesmo problema de discernir objetos relacionados às práticas das diferentes camadas sociais (SOUZA & SYMANSKI, 2007. p. 217).

No ambiente rural do Rio Grande do Sul, algumas pesquisas arqueológicas em escravidão foram e estão sendo realizadas, bem como no ambiente urbano, embora sejam em número mais reduzido ainda quando em relação a outros locais do Brasil. Um dos estudos está locado em Rio Grande/RS, onde Thiesen, Molet e Kuniochi (2011), pesquisaram a Charqueada dos Carreiros, baseando-se principalmente em prospecções arqueológicas, onde puderam ser observados os indícios estruturais já não mais presentes na paisagem, bem como uma casa antiga ainda habitada. A configuração espacial, bem como os documentos escritos, revelou uma distribuição de espaços semelhantes às charqueadas pelotenses analisadas pela arquiteta Ester Gutierrez (2011), as quais serão discutidas mais adiante, e

puderam demonstrar claramente o estabelecimento de uma indústria produtora de charque baseada na mão de obra escrava.

Trabalhando com os espaços de escravos em um casarão urbano, a Casa dos Mello, na cidade de São Martinho da Serra/RS, Machado (2004) propõe uma análise dos diferentes elementos que compunham a formação do Rio Grande do Sul desde o século XVII atentando para o cenário cotidiano do município durante o século XIX, através de pesquisas arqueológicas em dois sítios: o Sítio Guarda de San Martín e a Casa dos Mello. Em ambos sítios, a arqueóloga estudou os espaços físicos e estruturais dos locais (um dos quartéis da guarda, a dispersão das casas e as casas, a rua, a senzala e a cozinha – ambiente que, para a autora, era espaço de convivência dos escravos, além da senzala urbana) e encontrou, na Casa dos Mello restos de artefatos diversos e, entre eles, alguns identificados como de uso dos escravos (fragmentos de cachimbos cerâmicos). Para esse trabalho a autora utilizou, além de pesquisa prévia de bibliografia histórica, arqueológica e arquitetônica, entrevistas com moradores locais, antigos habitantes e descendentes de escravos e concluiu que o lugar constitui-se muito mais como um espaço de discussões políticas do que apenas um espaço doméstico (MACHADO, 2004. p. 121 e 122).

Sobre esses restos de materiais escravos, Machado (2004. p. 159), da mesma maneira que Agostini (1998. p. 132 e 133), diz que as pesquisas ainda carecem de mais análises, como sobre o tipo de produção dos cachimbos, que poderiam, por exemplo, ser locais e estarem associados a um comércio interno não-especializado ou ligado às comunidades quilombolas. Sobre os outros materiais, como as louças, Machado fala que, pelo ambiente estudado, por ser urbano, com vários elementos convivendo em conjunto e possivelmente descartando restos numa lixeira comum, não há possibilidade de se definir quem eram seus usuários, a exemplo do que nos falam Souza & Symanski (2007). Um dado interessante foi que ao longo dos trabalhos arqueológicos de Neli Machado (2004) muitas pessoas, tanto entrevistados quanto curiosos começaram a se identificar com a história da escravidão na cidade de São Martinho da Serra, mesmo que, anteriormente, quase não se falasse sobre a presença de escravos na região.

Como já comentado a respeito de materiais atribuídos a escravos, em um trabalho anterior ao de Neli Machado (2004), Camilla Agostini (1998) busca, através das análises de fragmentos dos cachimbos usados pelos escravos no Rio de

Janeiro/RJ do século XIX, entender como os símbolos “criados e dinamizados” pela camada escravizada de africanos e afro-descendentes podem ser entendidos como estratégias de resistência (p. 115). Essa camada de trabalhadores escravizados era etnicamente heterogênea, e no continente americano esses diferentes grupos foram misturados; assim, a autora propõe analisar como ocorreu a manutenção de estilos étnicos e uma elaboração de um novo sentimento de identidade. Para tanto, a autora analisa material de 17 amostras arqueológicas e 2 coleções de museus, além de fontes primárias e documentação histórica, tais como os diários dos viajantes europeus, imagens e documentos oficiais, e percebe que algumas decorações e padrões morfológicos são mais encontrados no Rio de Janeiro. Esse fato, no entanto, não indica uma exclusividade desses padrões no local, eles também estavam presentes em artefatos achados em Porto Alegre, o que demonstra esses elementos fazendo parte de uma resistência na diáspora africana (AGOSTINI, 1998; 2009).

Em relação aos artefatos encontrados em escavações no Brasil, discutindo aspectos da diáspora africana, Singleton (2013) e Symanski & Hirooka (2013) nos falam que, provavelmente até o momento, os estilos da cerâmica (vasilhas, potes, panelas, cachimbos, etc.) atribuída à produção e utilização dos escravos é o exemplo mais distintivo da cultura material Afro-Brasileira, pois muitos dos elementos de decoração dos artefatos se assemelham às escarificações encontradas em grupos escravos específicos como os Yoruba, Macua e Angola. Isso reforça as questões de firmar identidades (de etnia e de gênero) e, ao mesmo tempo, reconfigura-as (SINGLETON, 2013; SYMANSKI & HIROOKA, 2013). Da mesma maneira, Agostini (2013) apresenta um estudo sobre as práticas religiosas derivadas dos encontros culturais africanos em um sítio no litoral norte de São Paulo, em que ocorria a intermediação do tráfico ilegal de escravos na primeira metade de século XIX. A dinâmica do mundo Atlântico propiciava esses encontros e, ao longo da pesquisa, a arqueóloga encontrou resquícios de objetos mágico-religiosos, como uma pia batismal, fragmentos de panelas cerâmicas e cabos de panelas com representação fálica que remetem à fertilidade, cabos de panelas ou frigideiras em formato de figas, entre outros. Todos esses materiais mostram essas ações de encontros culturais (AGOSTINI, 2013).

Temos, ainda, nas questões de identidades e etnogênese, Symanski & Zanettini (2010) discutindo a formação populacional afro-brasileira no vale do Guaporé (Mato Grosso e Rondônia) desde o século XVIII. Nesse estudo, analisam de que maneira os materiais locais abandonados pela elite luso-brasileira no início do século XIX foram re-apropriados pelas comunidades africanas e afro-descendentes. Os autores baseiam-se em documentações escritas, estudos etnográficos e arqueológicos para tentar compreender de que forma ocorreu essa etnogênese, já que, apesar de os afro-descendentes terem sido sempre a maioria significativa da população local, tenham sido excluídos da história oficial. Os dados encontrados apontam para a preservação de ricos traços culturais de herança centro-africana, demonstrando a resistência desses grupos através dos anos (SYMANSKI & ZANETTINI, 2010).

Camilla Agostini (2010) trabalhou, ainda, com as dinâmicas sociais e simbólicas que envolvem a produção de panelas nos séculos XIX e XX em São Sebastião, litoral norte de São Paulo. Neste estudo, foram identificados produtores e consumidores das panelas produzidas na localidade para uso interno e, também, para exportação, onde os produtos eram utilizados até mesmo na Corte do Rio de Janeiro à época do Império. Os objetos eram confeccionados por mulheres e a autora observa a mudança na produção desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX a partir do estudo de documentos comerciais, fontes iconográficas e objetos resgatados de intervenções arqueológicas. Através das análises, Agostini (2010) entende que as relações entre os diferentes grupos permearam as escolhas e os significados dados aos artefatos utilizados no âmbito doméstico, caso das panelas. São Sebastião, como já apontado em outro estudo da mesma autora, foi um local de intermediação do tráfico Atlântico, portanto um espaço de encontro e de formação de diferentes identidades.

A produção das panelas era realizada, em sua grande maioria, por mulheres índias e negras, viúvas e solteiras, cuja posição socioeconômica era desfavorecida (AGOSTINI, 2010). Essas *paneleiras* mulheres representavam cerca de 70% da mão de obra produtora desses objetos, podendo ser livres ou escravas, e vendiam diretamente suas mercadorias; e assim ocorriam as relações sociais entre grupos diversos. Mais uma vez estão postas, nesse estudo, as questões relativas a identidades e as dinâmicas sociais ocorridas ao longo do tempo, tanto em função do

mercado, quanto dos envolvidos na produção, uma vez que os símbolos inseridos na cerâmica variavam de acordo com o artefato e a época de sua confecção. Os africanos e afro-descendentes de diferentes regiões do Brasil estavam entre os produtores e os consumidores dessas panelas. Segundo Agostini (2010), os africanos, apesar de ser a minoria produtora, estariam influenciando na confecção das panelas e símbolos inseridos na decoração que teriam sentidos atribuídos e não seriam meramente estéticos. Alguns aspectos decorativos foram extintos de uso nas cerâmicas com o fim da escravidão e não é possível inferir sobre o significado implícito desses símbolos. Porém “pode-se, ao menos, inferir sua dinâmica em redes de sociabilidade que envolviam africanos de diferentes procedências, seus descendentes crioulos e a população caiçara local” (AGOSTINI, 2010. p. 140).

Assim, para Agostini (2010) a estética conferida às panelas confeccionadas e consumidas propiciava uma rede de relações. Nessas redes, além do uso das panelas caiçaras por africanos e seus descendentes por conta das simbologias das insígnias e tudo o que elas acarretam, há a ideia de que utensílios de uso cotidiano, na cozinha, podem servir para a manutenção dos referenciais africanos que dentro da diáspora são reinterpretados, como nesse caso ocorreu pela população caiçara.

Como já foi comentando, as pesquisas em Arqueologia da Escravidão no Brasil são incipientes, ainda mais quando comparadas à disciplina nos Estados Unidos, porém elas vêm crescendo nos últimos anos em vários locais, incluindo o Rio Grande do Sul. Não temos como abordar todas as pesquisas arqueológicas que têm sido desenvolvidas sobre escravidão, porém neste breve apanhado podemos acompanhar alguns dos temas mais explorados. O país apresenta-se como um campo fértil para esses estudos e a cidade de Pelotas, com todo o seu potencial calçado na história da indústria charqueadora, cuja principal engrenagem para seu funcionamento era a mão de obra escravizada, está começando a ser alvo do interesse de pesquisadores a partir do projeto do arqueólogo e professor da UFPEL Lúcio Ferreira Menezes (2009) *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*.

### 1.3.2 – A cidade de Pelotas como foco de pesquisas em Arqueologia da escravidão

Seguindo as pesquisas ainda incipientes sobre a Arqueologia da Escravidão no Brasil, a região de Pelotas conta com raros trabalhos desenvolvidos até o momento. Comumente, os estudos sobre escravos estão contemplados na área da História visando uma análise do trabalho, das práticas cotidianas, das práticas religiosas, da resistência ao sistema escravista e da memória de quem viveu, direta ou indiretamente, a escravidão, entre outros (FERREIRA, 2009; DALLA VECHIA, 1994; MAESTRI, 1984; AL-ALAM, 2008; SILVA, 2001).

Dois recentes trabalhos em Arqueologia da Escravidão na região de Pelotas, realizados por Rosa (2012) e Rocha (2014) contemplam o tema, ambos no âmbito do projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*. O primeiro traz uma abordagem sobre paisagem das charqueadas pelotenses, em que a autora analisa a dinâmica do funcionamento desses estabelecimentos e a ação dos escravos nesses locais; o segundo faz uma apreciação espacial de estruturas arqueológicas no local denominado “Passo dos Negros”, com o intuito de observar as transformações, ao longo do tempo, da paisagem, da história e do contexto político-econômico, em âmbitos local, regional, nacional e global.

Estefânia Jaékel da Rosa (2012) apresenta um dos primeiros resultados sobre as pesquisas em arqueologia da escravidão em Pelotas e, através do estudo da estrutura interna de algumas charqueadas locais, procura evidenciar a vida cotidiana do escravo na indústria *saladeril* em todos os seus aspectos. A abordagem ocorreu por meio de fontes escritas e mapeamentos das regiões de interesse. Uma análise dos documentos escritos com uma visão arqueológica foi fundamental para apreender as informações sobre objetos domésticos e da indústria, sobre a distribuição espacial da arquitetura das charqueadas exploradas, bem como sobre os dados que dizem respeito aos indivíduos livres e escravos envolvidos nesse ambiente. A intenção da autora centra-se em compreender a vida sociocultural dos escravos, isolando-os de seu conceito como mercadoria e colocando-os como sujeitos de agência, que possuem suas próprias redes de relações, resistem ao sistema e procuram obter melhorias de seu cotidiano em cativeiro.

Rosa (2012), além de trabalhar com estabelecimentos já conhecidos dos estudos historiográficos e arquitetônicos, como a Charqueada São João, a de Boaventura Rodrigues Barcellos, a do Barão do Butuí, a do Barão do Jarau e a de Manoel Soares da Silva, realizou a descoberta de uma nova charqueada denominada Santa Bárbara. Essa descoberta ocorreu a partir de indicações do professor e arqueólogo Cláudio Carle que havia feito uma vistoria de terrenos adquiridos pela UFPel em 2010. Os terrenos beiram o local do antigo arroio Santa Bárbara; Carle observou um conjunto de estruturas edificadas, as quais se assemelhavam às propriedades charqueadoras do século XIX. Após entrevistas com moradores locais e algumas visitas, chegou-se a conclusão de que ali existiu um complexo charqueador (ROSA, 2012. p. 137). Posteriormente, no ano de 2011, iniciaram-se escavações onde foram achados materiais como louças, vidros, restos faunísticos, contas de colar, fragmentos de um cachimbo cerâmico, outros fragmentos cerâmicos e uma moeda do século XIX (ROSA, 2012). A autora não aprofunda as análises sobre os materiais, porém sugere que, a partir das fontes documentais, é possível inferir sobre questões da escravidão nessa charqueada, além de indicar a necessidade de mais intervenções arqueológicas no local.

Marcelo Garcia da Rocha (2014) investigou a região denominada Passo dos Negros localizada em um espaço geográfico de 26 hectares, hoje conhecida como Chácara da Brigada. Partindo de documentos escritos e algumas primeiras observações de estruturas e outros materiais existentes nessa localidade, o autor apresenta uma proposta de cunho arqueológico para tentar entender de que maneira a região do Passo dos Negros relacionou-se com outros lugares do mundo firmando essas relações primordialmente no comércio do charque e outros derivados bovinos. Assim, procura apresentar o valor patrimonial e histórico do sítio em questão. O Passo dos Negros apresenta elevada importância durante o século XIX por ser um local de entrada e saída de diversas mercadorias. Ali, havia grande circulação de objetos, gêneros alimentícios e pessoas, incluindo escravos, e a região abrigou 3 charqueadas. Por todos esses aspectos, Rocha (2014) indica seu potencial para pesquisas arqueológicas sobre escravidão. Durante as visitas ao local, foram encontrados superficialmente, durante um caminhamento, fragmentos de louça e cravos de metal (possivelmente associados à linha férrea). Além do georreferenciamento dos locais onde esses fragmentos foram encontrados, foram elaborados mapas dos conjuntos de prédios e mapas do trânsito de mercadorias

que saíam e chegavam a Pelotas através do Passo dos Negros, indo e vindo de outros locais do Brasil, das Américas e da Europa (ROCHA, 2014). Dessa forma, o pesquisador, além de apresentar uma discussão da diáspora africana, consegue fazer uma conexão de Pelotas com vários locais do mundo, dentro de uma perspectiva do arqueólogo Charles Orser (1998), sobre o processo global de formação do mundo moderno (ROCHA, 2014. p. 20).

Além desses dois trabalhos acima apresentados, em regiões próximas a Pelotas/RS, Gil Passos de Mattos tem desenvolvido pesquisas também no âmbito do projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)*, em que mapeia e trabalha com comunidades remanescentes quilombolas no entorno desse município, bem como em municípios vizinhos, como no quilombo Maçambique, em Canguçu, no Monjolo, em São Lourenço do Sul (comunicação pessoal) e no Fazenda Cachoeira, em Piratini (MATTOS, 2014).

Busco, portanto, acrescentar uma análise arqueológica que aborde o tema e que possa auxiliar no entendimento das relações sociais entre escravos, senhores e comerciantes. A ênfase está no cotidiano das mulheres escravas relacionadas especialmente ao trabalho doméstico, tanto no ambiente charqueador rural, quanto no urbano, uma vez que, em Pelotas, esses dois pólos são permeáveis.

## 1.4 – As mulheres escravas nas pesquisas arqueológicas

Como tem sido discutido usualmente, há uma dificuldade em se discernir, com um certo grau de certeza, quais são os materiais atribuídos a escravos e quais atribuídos a outras camadas de trabalhadores e senhores (e mais ainda quando se trata de sítios urbanos e no ambiente doméstico) e deve-se sempre ter em mente que há o risco de o pesquisador acabar por essencializar suas análises sobre a cultura material (SAMFORD, 1996; MACHADO, 2004; SYMANSKI & SOUZA, 2007; ROSA, 2012). Portanto é necessário que se compreenda os contextos escravos, as formas de distribuição dos assentamentos, identificando as unidades domésticas e laborais, para um melhor discernimento no momento das análises dos artefatos (SINGLETON, 1995; SAMFORD, 1996). Com os materiais atribuídos aos cativos homens e mulheres pode ocorrer o mesmo problema; para evitá-lo, as fontes

escritas fornecem dados imprescindíveis para o entendimento tanto dos espaços femininos e masculinos, quanto dos artefatos atribuídos a um ou outro. Alguns espaços femininos e masculinos podem ser identificados nos contextos escravos, como ocorre nas pesquisas das senzalas nas Américas continentais e ilhas do Caribe que apontam para uma variedade de modos de habitação escrava, e há uma certa separação entre os escravos de diferentes ocupações, bem como entre espaço de escravos solteiros e escravos com famílias, e espaços de homens e de mulheres (SAMFORD, 1996; HEATH, 1999; MARQUESE, 2005; SYMANSKY & SOUZA, 2007; SLENES, 2011; ROSA, 2012).

Ainda que se deva analisar os materiais sempre com cautela, os usos de algumas ferramentas podem ser associados a escravos homens ou mulheres, de acordo com as atividades exercidas por ambos os sexos. Também devemos ter em mente que os materiais associados aos escravos podem ser de utilização de grupos ou de uso individual, quando os escravos eram claramente donos dos artefatos, como é o caso de canivetes e dedais, objetos pessoais (HEATH, 1999). Nos anos 1990, no sítio arqueológico da fazenda Poplar Forest, propriedade de Thomas Jefferson, localizada no sul dos Estados Unidos, pesquisadores conseguiram identificar algumas ferramentas que podem ser atribuídas a homens ou a mulheres, de acordo com o trabalho especializado dos escravos. Incluem-se nos artefatos de uso feminino, peças de fiar e tecer, além de algumas fibras como lã, algodão, linho e cânhamo, todos encontrados no espaço destinado aos escravos. Segundo Heath (1999), isso indica que ao menos durante certo período de tempo, as cativas trabalhavam na produção de roupas dentro do espaço escravo.

Alguns objetos encontrados e que foram atribuídos às mulheres cativas são tesouras, tesourinhas, alfinetes e dedais, além de botões, indicando, portanto as mulheres dispensando muito de seu tempo no ambiente doméstico, na costura para si e para suas famílias. Aos homens artesãos, associam-se os resquícios de serras de ferro, verrumas, cunhas, javre de ferro e uma dobradiça. Os materiais indicam carpinteiros e produtores de barris, entre outros especialistas. Muitos artefatos encontrados devem ter sido adaptados a partir da reciclagem de objetos que seriam, anteriormente, de propriedade da casa grande. Uma série de outros artefatos não atribuídos a atividades laborais também foram encontrados como moedas, botões de vários tamanhos, fivelas, contas, entre outros objetos de adorno e uso pessoal

(HEATH, 1999). Os materiais encontrados atribuídos às atividades diárias de trabalho indicam os espaços das mulheres no ambiente doméstico, enquanto os homens estão no meio externo, o que ocorre comumente, apesar de as especializações femininas e masculinas poderem se misturar e ultrapassar esses espaços.

O trabalho arqueológico de Rosa (2012), assim como de historiadores cujos estudos centram-se nas charqueadas pelotenses, apresenta um levantamento sobre as profissões dos escravos especializados nas charqueadas pelotenses no século XIX e aponta em inventários de proprietários de charqueadas, escravos homens trabalhando como alfaiates, mucamos e cozinheiros, entre outros, o que indica que eles utilizam artefatos comumente ligados às atividades femininas, como materiais de costura e cozinha. Isso corrobora a ideia do cuidado na leitura arqueológica dos artefatos.

A confecção de alguns objetos também pode ser atribuída ao meio feminino ou masculino e os símbolos inseridos nas cerâmicas podem indicar não só uma marca de etnicidade e questões sociais ou mágico-religiosas, como um parâmetro de sexo (DeCORSE, 2001; LITTLE, 2007; AGOSTINI, 2010; SYMANSKI & HIROOKA, 2013). DeCorse (2001) também nos fala que, na África, a confecção de potes e panelas de cerâmica, entre outros, em geral é uma atividade feminina, ainda que em algumas regiões tanto homens quanto mulheres podem produzir vasilhas e cachimbos de cerâmica. Mesmo a questão de *status* aparece dentro de uma comunidade, ou ainda, dentro de um grupo com um mesmo gênero atribuído (homens/mulheres), como nos aponta Hodder (1982), cujo estudo etnoarqueológico não está centrado em populações cativas africanas ou afro-descendentes, mas com povos na África.

Em estudo no Engenho São Joaquim no Mato Grosso/Brasil, Symanski & Hirooka (2013) indicam as mulheres escravas fabricando vasilhas cerâmicas de produção local e utilizando-as no preparo de alimentos para si e dentro da casa grande. Apesar de existir uma proporção de 15 escravos para 10 cativas, elas estão presentes nas atividades diárias da fazenda. As confecções desses artefatos cerâmicos indicam uma série de informações sobre seus produtores.

Isso não ocorre apenas nos estudos com povos africanos e afro-americanos, os quais alocados nas Américas transformaram e firmaram novas identidades ao

longo do processo transatlântico, o que reflete tanto na produção, quanto no uso dos objetos (DeCORSE, 2001; AGOSTINI, 1998, 2010) e deve-se ter em conta que os artefatos são passíveis de múltiplos agentes de uso (SYMANSKI & SOUZA, 2007). Portanto, nem sempre as análises serão precisas, como acontece em outras áreas de investigação em que se trabalha com gênero, como na arqueologia pré-histórica, por exemplo. (PESSIS, 2005).

Como já foi comentado anteriormente, considera-se, em geral, os espaços domésticos como do âmbito das mulheres, sendo assim, muitos objetos associados a tarefas da casa são atribuídos ao universo feminino, enquanto objetos de funções externas à casa estão no meio masculino (HEATH, 1999; MACHADO, 2004; SOUZA, 2007). Obviamente, como já foi discutido, não se deve essencializar os achados, pois muitos artefatos do meio doméstico eram utilizados por homens, bem como os do meio externo, eram usados por mulheres; assim como não se deve atribuir um objeto a uma camada específica, como escravos ou senhores, sem levar em conta todo um levantamento documental e o contexto arqueológico onde os artefatos ou fragmentos foram achados (SAMFORD, 1996; HEATH, 1999; SYMANSKI & SOUZA, 2007; ROSA, 2012; SYMANSKI & HIROOKA, 2013).

Por outro lado, para Battle-Baptiste (2011), arqueóloga atuante no feminismo negro nos Estados Unidos, as unidades domésticas dos escravos são áreas especiais que não se restringem ao espaço físico, pois apresentam múltiplos significados para seus ocupantes, uma vez que elas se transformam em centro de "vida, cultura, tradição e humanidade" (p. 87). É um ambiente que nunca pode ser totalmente controlado pela "jurisdição" do sistema escravista, apesar de estar dentro dele e, apesar de serem diferentes para cada tipo de fazenda ou espaço urbano, as unidades domésticas dizem muito a respeito das mulheres cativas. Segundo Battle-Baptiste (2011), uma de suas preocupações é que se associa exageradamente o espaço doméstico físico como local das mulheres escravas. Para a autora, que defende a perspectiva de uma "*black feminist archaeology",* a esfera doméstica escrava ultrapassava as paredes estruturais da casa ou da senzala e seu entorno, pois o trabalho doméstico pode ser entendido como compartilhado entre os vários outros espaços nas *plantations* onde cada membro da comunidade tinha tarefas cotidianas e responsabilidades. Os cuidados com as crianças, a preparação de alimentos, a manutenção da unidade familiar e a manutenção dos relacionamentos

domésticos e pessoais eram problemas que as mulheres não-cativas lidavam de outras formas, possivelmente considerando o âmbito doméstico como um espaço físico mais restrito (BATTLE-BAPTISTE, 2011).

Juntamente com os achados advindos de escavações, os trabalhos com fontes documentais, etno-história e etnografias são importantes para o entendimento dos contextos escravos (SAMFORD, 1996). Assim, além dos trabalhos arqueológicos que utilizam prospecções e escavações em sítios escravos, temos pesquisas baseadas em documentos escritos e em iconografia, como nos mostra Sharpe (2003). A autora analisa imagens e documentos escritos para apresentar mulheres escravas que foram e são importantes personagens da história de resistência na região do Caribe e como esses ícones estão presentes no cotidiano da população em narrativas e contos, além de aparecerem em artefatos do dia-a-dia como em figuras de embalagens de produtos. Dessa forma, esses personagens estão na formação da imagem das mulheres escravas não só como indivíduos ligados à categoria trabalho e à casa, mas nas ruas e como líderes de movimentos de libertação de populações cativas, e não mais “seres domesticados”. É o caso da escrava conhecida como Nanny, a qual liderou um levante contra os senhores de escravos na Jamaica e hoje sua imagem estampa xícaras, embalagens de produtos alimentícios, entre outros.

Segundo Scott (2004), as pesquisas arqueológicas envolvendo questões de gênero, assim como raça, etnia, entre outras, estão sendo cada vez mais exploradas na tentativa de se buscar as raízes das desigualdades sociais que persistem ainda hoje. Assim, os estudos sobre como as questões de gênero eram moldadas dentro do regime escravista são importantes para o entendimento da formação das sociedades que se derivaram desse sistema e, quando se fala em mulheres negras, para tentar compreender os problemas que persistem em relação a trabalho, família e outros âmbitos da vida cotidiana.

A partir de 1995, em um trabalho arqueológico realizado por Singleton & Bograd, o papel de gênero passou a ser considerado nas interpretações dos sítios escravos (SCOTT, 2004). Uma série de estudos se seguiu abrangendo, em geral, as *plantations* nos Estados Unidos com o foco na cultura material dos elementos homem/mulher, apesar de algumas pesquisas dedicarem-se a outros contextos. A maioria das arqueólogas que se dedicam ao tema de gênero são mulheres e muitas

evidenciam o viés feminista de seus estudos, embora outras não sejam tão explícitas nessa questão; entretanto todas buscam a compreensão de como o meio social em que as mulheres escravas viviam “moldavam-nas” e, ao mesmo tempo, de como elas modificavam ou mantinham o sistema, seja através de seus trabalhos, suas relações familiares, religiosas e nas relações com seus senhores, etc. Com essas interpretações pode-se trazer análises para o tempo presente na tentativa, então, de compreender as questões de desigualdades existentes (SCOTT, 2004; BATTLE-BAPTISTE, 2011).

Embora exista um crescente interesse pela arqueologia da escravidão e diáspora africana e, no país que inaugurou a temática - os Estados Unidos - haja numerosos trabalhos na área, muitos deles já contando com análises de gênero (especialmente falando em homens/mulheres), no Brasil os estudos sobre os escravos em geral ainda estão em seu início e sobre as mulheres escravas a produção é menor ainda.

Em Pelotas, cidade com sua formação histórica baseada na mão de obra cativa, ainda que existam estudos sobre a escravidão, especialmente na área da História, são poucos os que dedicam o foco principal às mulheres escravas. Na arqueologia, como já comentado, os trabalhos em escravidão africana e afro-brasileira ainda são ínfimos e nenhum contempla as questões de gênero. Há, portanto, um grande campo a ser explorado, uma vez que em Pelotas o sistema escravista perdurou por mais de um século, como será discorrido no capítulo a seguir.

# CAPÍTULO II – A ESCRAVIDÃO NO SUL DO BRASIL

## 2.1 – Breve apanhado sobre os estudos da escravidão no RS

> Paira no imaginário nacional que o Rio Grande do Sul é um estado branco, onde não existem negros, ou que neste lugar a escravidão foi "mais branda", corroborada pelo mito da "democracia pastoril". (ESCOBAR, 2010. p. 48)

Por mais estranho que esse mito de um Rio Grande do Sul branco ou com um processo de cativeiro mais brando possa soar aos ouvidos de quem tem interesse em trabalhar com o contexto da escravidão, a maior parcela da população brasileira ainda considera este Estado dentro desse modelo. Isso, em grande parte, deve-se aos primeiros historiadores que trabalharam com o assunto.

Nos primórdios dos estudos sobre a constituição do Rio Grande do Sul, em fins do século XIX e início do XX, dentro da chamada *corrente tradicional*, a participação do negro escravizado era quase inexistente na formação da população sulina. Além dessa invisibilidade, traziam a ideia de uma harmonia quase total entre negros e brancos, o que seria um diferencial entre o tratamento dado aos escravos neste Estado em comparação a outras províncias brasileiras. (CARDOSO, 1977; SILVA e CUNHA, 2007; MAESTRI, 2008; XAVIER, 2009; ESCOBAR, 2010). Esses historiadores tinham por base especialmente os relatos dos viajantes e naturalistas europeus do século XIX. Estes, ainda que em alguns momentos tenham se sentido chocados pelo tratamento dispensado aos escravos, corroboram a ideia de uma democracia pastoril em que o cativo dos campos sulinos seria mais livre e menos submisso (MAESTRI, 2008; ESCOBAR, 2010).

O francês Auguste Saint-Hilaire, em sua visita ao Rio Grande do Sul em 1820, narra sua impressão sobre essa relação supostamente mais benevolente dos senhores e de uma maior liberdade dos escravos:

> [...] não há talvez, no Brasil, lugar algum onde os escravos sejam mais felizes do que nesta Capitania. Os senhores trabalham tanto quanto os escravos; conservam-se próximos a eles e tratam-nos com menos desprezo. O escravo come carne à vontade; não veste mal; não anda a pé; sua principal ocupação consiste em galopar pelos campos, o que constitui exercício mais saudável do que fatigante; enfim, ele faz sentir aos animais que o cercam uma superioridade

> consoladora de sua condição baixa, elevando-se aos seus próprios olhos. (SAINT-HILAIRE, 1987. pp. 52 e 53)

Da mesma forma, o comerciante francês Nicolau Dreys fala sobre o trabalho menos forçoso dos escravos do campo, quando diz que “nas estâncias pouco tem que fazer o negro, *excepto* na *occasião* rara dos rodeios” (DREYS, 1839. p. 203 *apud* CARDOSO, 1977).

Entre tantos outros, um dos principais historiadores dessa corrente tradicional foi Jorge Salis Goulart que centra seus esforços em demonstrar essa ideia de “democracia pastoril” no Rio Grande do Sul, o que significaria um relacionamento menos servil e mais próximo entre senhores e escravos (CARDOSO, 1977; MAESTRI, 2008). Goulart (1935, *apud* CARDOSO, 1977) afirmava que as atividades pastoris teriam sido desenvolvidas por brancos ou por indígenas e que a própria família do estancieiro cuidava das criações e plantações, deixando clara a quase nula presença negra.

Figura 3 – Mapa da Capitania do Rio Grande de São Pedro do Sul em 1809. (compilado de COSTA, 2013)

Segundo Camargo (2013), para estudar o pampa sul-riograndense como um todo, incluindo a presença dos negros na formação do Estado, foi necessário passar por autores como Emílio Fernandes de Souza Docca, Moysés Vellinho, Arthur Ferreira Filho, Walter Spalding, entre outros, principalmente entre os anos de 1930 e 1970. Todos, a exemplo de Salis Goulart, sugeriam que, se por ventura houvesse escravos negros trabalhando nas estâncias, eles estariam em uma posição mais favorecida em relação aos cativos de outras províncias brasileiras.

Dante de Laytano (1957) é um dos primeiros historiadores a explorar a presença do negro no sul e aponta para o próprio Saint-Hilaire referindo-se a essa

“escravidão mais branda” apenas em relação às fazendas e estâncias, pois no momento em que o viajante se depara com a realidade das charqueadas, suas impressões são outras e a sua conclusão para a rigidez com que se tratava os cativos nesses estabelecimentos devia-se à necessidade de corrigí-los e enquadrá-los no modo de produção, pois chegavam à indústria “cheios de vícios” (LAYTANO, 1957). Segundo as palavras de Saint-Hilaire (1987):

> Nas charqueadas os negros são tratados com muito rigor. [...] Já tenho declarado que nesta Capitania os negros são tratados com brandura e que os brancos com eles se familiarizam mais do que noutros lugares. Isto é verdadeiro para os escravos das estâncias, que são poucos, mas não o é para os das charqueadas que, sendo em grande número e cheios de vícios trazidos da capital, devem ser tratados com mais rigor. (pp. 86 e 87)

Laytano (1957) publica uma obra confirmando que os negros estiveram presentes neste território desde sua ocupação e, como escravos, eram considerados indispensáveis ao colonizador, embora seus estudos fossem cunhados em uma visão de supremacia de algumas etnias sobre outras e com a ideia de miscigenação e branqueamento, posição comum entre os intelectuais desse período (ESCOBAR, 2010). Além disso, o autor analisou vários outros aspectos da sociedade que envolviam a presença negra, como as casas de cultos afro-brasileiros e cultos da cosmogonia sudanesa, as charqueadas e as batalhas da Revolução Farroupilha. Assim, apontou caminhos para se pensar a participação do africano e afro-descendente na formação sociocultural e econômica rio-grandense (MAESTRI, 2008).

Maestri (2008) chama a atenção para as questões da memória, do que se quer fixar e o que se quer esquecer quando alguns elementos não são incluídos na história oficial. Havia uma intencionalidade dos estudos em não visualizar os negros na composição da sociedade sulina, já que a presença cativa é confirmada em relatos e documentos oficiais os quais mostram a existência dessa população no território desde muito tempo. Segundo este autor, em 1872 o Sul era a sexta região em número absoluto de cativos (p. 54). Portanto, a corrente da história tradicional firma-se sobre a desqualificação do negro como escravizado em benefício do branco como colonizador e dominador por excelência, ou seja, o elemento que acarretou o “progresso” do Rio Grande do Sul (MAESTRI, 2008).

A partir do final da década de 1970, há um aumento de pesquisas advindas dos primeiros cursos de História do Estado. Com isso, há um crescimento nos debates sobre a formação do Rio Grande do Sul em que se problematiza a suposta existência de um padrão de comportamento e convivência interétnica (“democracia racial”) e a “leveza” do trabalho dos cativos africanos e afro-descendentes da província (CAMARGO, 2013).

Um dos estudos pioneiros para demonstrar a efetiva participação do negro cativo na composição da sociedade rio-grandense numa perspectiva sociológica observando as relações polarizadas entre senhores e cativos foi o de Fernando Henrique Cardoso (1977), cuja argumentação procura desconstruir esse mito da “democracia rural gaúcha”. Para o autor, o entendimento das relações que se davam entre senhores e escravos, só é possível quando se percebe os componentes de base da sociedade escravagista. Assim, Cardoso (1977) considera a família, a estância, a charqueada e a cidade:

> [...] é preciso compreender concretamente de que maneira, em cada uma das situações típicas e decisivas para a constituição da sociedade senhorial gaúcha, o escravo se inseria nos sistemas sociais particulares que nelas se desenvolviam e como se articulavam esses vários sistemas num todo complexo. [...] não basta a enumeração das situações e sua descrição: é preciso compreender os mecanismos sociais básicos que mantinham senhores e escravos em cada uma dessas situações em posições determinadas de afastamento recíproco e o conjunto de valores que orientavam seus comportamentos. (p. 127)

Maestri (1984) também busca uma nova perspectiva sobre os escravos procurando mostrar o lugar ocupado por esses indivíduos na gênese da sociedade e foca seus estudos sobre as charqueadas como elementos fundamentais para a sustentação do sistema escravista. Este autor, ainda, inaugurou os estudos sobre resistência escrava no Brasil meridional, os quais continuam sendo explorados.

Outras pesquisas se seguiram e passa-se, então, a uma mudança no modo de pensar as relações entre os diferentes componentes da sociedade escravagista sulina. Assim, a *corrente de vanguarda,* representada especialmente por historiadores a partir da década de 1980, mostra cativos africanos e afro-descendentes como participantes ativos da população rio-grandense em todos os seus aspectos e esclarecem que não há diferença de tratamento para com os

senhores e seus escravos entre as diversas províncias onde a base da economia era o sistema escravista (MAESTRI, 2008; SILVA e CUNHA, 2007; ESCOBAR, 2010; ROSA, 2012).

As pesquisas sobre a indústria charqueadora, por sua relevância em impulsionar e manter o sistema escravista no sul, acabaram por esquecer que o cativo negro estava presente em outros locais e exercendo atividades além das atinentes ao ambiente *saladeril*. Foi principalmente a partir da década de 1990 que os historiadores se dedicaram à experiência da escravidão em meio a outras atividades agro-pastoris e urbanas, não só relativas às questões de trabalho, mas nos diversos âmbitos da sociedade (XAVIER, 2009).

Porém, deve-se refletir que foi a partir da categoria trabalho que se instauraram os estudos sobre o sistema escravista, pois foi da necessidade de mão e obra cativa para impulsionar a economia rio-grandense que se estabelece essa sociedade. Assim, mesmo as questões de resistência, de etnicidade, de liberdade, de comercialização, entre outras, estão calçadas, primordialmente, nessa categoria. E, quando se trata de estudar o meio urbano, cabe ressaltar que as cidades do Rio Grande do Sul não se encontravam isoladas umas das outras: comunicavam-se entre si e com outros locais do Brasil e exterior, assim como os ambientes rurais e urbanos não são afastados um do outro. As experiências passadas por escravos nos diferentes locais, ainda que com suas peculiaridades, não deixavam de apresentar semelhanças.

Para demonstrar o quanto os cativos, homens e mulheres, estavam inseridos na sociedade oitocentista formando a população rio-grandense e, em especial, pelotense, devemos primeiro recordar de que maneira os cativos africanos ou afro-descendentes entraram em território rio-grandense.

## 2.2 - Escravos africanos em território rio-grandense

A história dos escravos africanos em terras brasileiras remonta aos princípios da colonização lusitana onde a produção açucareira foi uma das grandes propulsoras do uso de mão de obra escrava africana nas Américas. Após 1560, nas principais capitanias açucareiras brasileiras a mão de obra indígena foi rapidamente substituída pelos africanos e seus descendentes. O Brasil foi uma das primeiras

colônias a desenvolver diversas atividades agro-industriais e extrativas a partir desse trabalho, além de ser o último país a abolí-lo. (SIMÃO, 2002; MAESTRI, 2006).

Dentro das mercadorias extraídas ou produzidas pelo trabalho escravo, além do açúcar, tem-se arroz, café, fumo, minerais e pedras preciosas, entre outros. Frutos da entrada de gado nas América há, também, primeiramente a extração dos derivados bovinos, em especial o couro, altamente valorizado em detrimento dos outros produtos devido à ausência de um modo pleno de conservação das carnes e, posteriormente a produção do charque, principal base econômica do Brasil meridional no século XIX. Foi o charque industrializado o responsável pela solidificação do sistema escravista sulino, pois, a grande produção para o mercado externo demandava uma quantidade de mão de obra que, se assalariada dificilmente propiciaria uma atividade economicamente rentável. Além disso, geralmente mesmo os mais pobres trabalhadores livres evitariam as charqueadas, tamanha brutalidade do serviço. (CARDOSO, 1977; MAESTRI, 1984; SANTOS, 1991; SIMÃO, 2002; ROSA, 2012; RIETH *et al.*, 2013).

As primeiras menções específicas aos escravos africanos são encontradas na documentação que se segue à fundação da Vila do Rio Grande, em 1737, quando se inicia a colonização sistemática do atual Rio Grande do Sul (LAYTANO, 1957. p. 30; BAKOS, 1982). Ainda assim, acredita-se que a presença do cativo negro precede a essa data, tendo entrado nesse território possivelmente com a frota de João de Magalhães (em 1725), que contava com a maior parte de seu corpo formado por cativos negros e cujo objetivo seria evitar que espanhóis e grupos nativos instalassem-se na região da campanha (CÉSAR, 1970; CARDOSO, 1977; SIMÃO, 2002; MAESTRI, 2008).

Embora em seus primórdios a caça ao gado selvagem da primeira metade do século XVIII não contasse primordialmente com a mão de obra cativa negra, ela aparece nas vilas fortificadas e nos currais onde se matinha o gado preado. (CARDOSO, 1977; SIMÃO, 2002). Cabe lembrar que nessa época a utilização dos cativos negros não era tão comum, e ao longo do século XVIII seu número como cuidadores dos currais foi reduzido, permanecendo a maior parte dos trabalhadores escravizados vinculados às atividades domésticas e urbanas nas povoações que se desenvolveram a partir das fortificações (CARDOSO, 1977). Nessa época de

gênese sul-riograndense já havia um grande desequilíbrio entre os sexos dos cativos, bem como entre a população livre, fenômeno típico das regiões de fronteira. Para os escravos, encontram-se números de mais de três homens para cada mulher, enquanto entre as pessoas livres, essa proporção é de dois homens para cada mulher (KÜHN, 2002).

Foi principalmente a partir da instalação das fazendas ou estâncias sulinas, quando houve um decréscimo da economia baseada na preia ao gado, que se tem um aumento na aquisição de escravos tanto para o trabalho nas plantações de trigo, quanto para as criações de animais (MAESTRI, 2009). Segundo Kühn (2002), essas primeiras propriedades rurais eram de homens que possuíam uma pequena quantidade de cativos quando comparados aos criadores e charqueadores do século XIX e em 1751, o militar Francisco Pinto Bandeira era considerado o maior estancieiro sulino tendo, em suas posses, vinte trabalhadores escravizados.

Nesse primeiro momento de formação do território, o trabalho cativo já era, portanto, essencial para a manutenção das fazendas, pois os trabalhadores livres tinham possibilidade de produzir independentemente de senhores e patrões, como consequência da abundância de terras a serem ocupadas, mesmo dentro de um contexto de monopólio real das terras (MAESTRI, 2009. p. 93).

O escravo com plena capacidade para o trabalho rural tinha um alto preço e, até o início do século XIX um cativo poderia ter o mesmo valor de uma pequena propriedade ou de várias cabeças de gado, sendo os criadores considerados “mais como senhores de escravos do que senhores de terras” (DAL BOSCO, 2008; MAESTRI, 2009). Tanto o número de escravos das estâncias, quanto a atividade que eles desempenhavam, eram diretamente pautados no tamanho das propriedades rurais e suas características físicas e de produção. Enquanto em algumas havia uma quantidade permanente de trabalhadores com funções específicas, em outras uma única pessoa se encarregava de vários serviços e, em outras, ainda, poderia existir um número oscilante de cativos, como ocorria em regiões de plantações, onde o trabalho era sazonal, ou em locais em que existia o consórcio de criatórios de reses e agricultura. (OSÓRIO, 1999; FARINATTI, 2003; XAVIER, 2009).

Diferente da estância ou fazenda, em que um único campeiro pode dar conta de pastorear uma grande quantidade de reses, nas charqueadas esse número de

escravos em uma única propriedade era ampliado, pois, nos períodos de safra dessa indústria a demanda de trabalhadores era alta, e um único animal ocupava uma série de pessoas especializadas para abatê-lo e operar nas atividades que se seguiam. Assim, alguns estabelecimentos poderiam possuir até mais de 100 cativos (OGNIBENI, 2005; ROSA, 2012; RIETH *et al.*, 2013). Porém, da mesma forma como ocorria com as propriedades de criação de gado, o número de cativos estava relacionado ao tamanho do estabelecimento e ao poder aquisitivo do charqueador e muitos trabalhadores circulavam entre o ambiente rural das charqueadas e o meio urbano desempenhando atividades variadas (SIMÃO, 2002; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012).

Como já mencionado anteriormente, as charqueadas formam um importante núcleo de manutenção do sistema escravista no século XIX, e é a partir desses estabelecimentos que ocorre o desenvolvimento e a urbanização do município de Pelotas. Então, para entender as questões sobre esses escravos que circulam entre rural e urbano é necessário que nos reportemos aos princípios da formação da cidade.

## 2.3 – A indústria *saladeril* na formação da cidade de Pelotas

### 2.3.1 – A ocupação colonial e o desenvolvimento da região

A ocupação colonial do território onde atualmente se encontra o município de Pelotas ocorreu, efetivamente, a partir de 1777, quando Portugal e Espanha assinam o Tratado de Santo Ildefonso e sesmarias são concedidas nessa região. Em fins do século XVIII, essa zona era formada por sete estâncias, que correspondem às sesmarias Feitoria, Pelotas, Monte Bonito, Santa Bárbara, São Tomé, Santana e Pavão (MARQUES, 1987; ARRIADA, 1994; GUTIERREZ, 2011). As propriedades tinham os seguintes limites geográficos: ao norte, a serra dos Tapes; ao sul, o sangradouro da Lagoa Mirim; a leste e a oeste, intercalavam-se os arroios Pavão, Padre-doutor ou Tomé, Fragata ou Moreira, Santa Bárbara e Pelotas. A exceção era da sesmaria da Feitoria, que estava estabelecida entre a Laguna dos Patos e os arroios Grande e Correntes (GUTIERREZ, 2011. p. 84).

Muitas sesmarias doadas aos militares foram, em seguida, vendidas em *datas* (1.089 ha) (MARQUES, 1987) e, segundo Gutierrez (2011), a sesmaria do Monte Bonito é de importância relevante nos estudos sobre Pelotas, pelo número de estabelecimentos *saladeris* que ali se desenvolveram. Assim, instalam-se as charqueadas em solo colonial português às margens do arroio Pelotas e, também, na Banda Oriental do Uruguai, com suas localizações derivadas do acordo de Santo Ildefonso (GUTIERREZ, 2011).

Figura 4 – Situação das Sesmarias de Pelotas e do Monte Bonito, de algumas estâncias e dos principais cursos d'água da região. In: Gutierrez, 2010 (p. 33).

Devido à concorrência com esses estabelecimentos do solo espanhol, as charqueadas no Rio Grande do Sul nem sempre foram prósperas, pois os *saladeros* do Rio da Prata contavam com taxas de exportação mais baixas, gado de melhor qualidade, abate mais organizado e facilitado escoamento da produção através dos

portos. Entretanto, por questões políticas, especialmente por guerras e lutas pela independência platina, esse mercado passa a esmorecer e, consequentemente, há um aumento de produção e exportação do charque rio-grandense (CARDOSO, 1977. p. 70 e 71).

As charqueadas ou *saladeros* (assim chamadas na região platina) eram indústrias de salga de carne, onde ocorria o abate do gado e a produção de charque e de outros derivados bovinos. O charque de vento (carne salgada, desdobrada em mantas finas postas ao vento para secagem) já era confeccionado de forma artesanal e mais comumente usado para o consumo interno das propriedades antes de 1779 ou 1780, pois não havia outra forma de conservação das carnes que não seriam consumidas imediatamente. A carne salgada já era, então, o principal alimento dos escravos no Brasil e em outras partes do mundo. Porém essa data marca o surgimento das charqueadas na região de Pelotas, as quais, ao longo do século XIX, tornaram-se o principal fomentador econômico da região. O nome de José Pinto Martins aparece como o primeiro proprietário a produzir em escala industrial. Este produtor veio para o sul fugindo da seca que dois anos antes havia assolado o Ceará, província que fornecia ao Brasil quase toda a carne seca ao sol e, ainda que existam questionamentos quanto a essa primazia, anteriormente a carne salgada no extremo sul do país era feita de maneira artesanal e em uma quantidade bem aquém da realizada por esse charqueador (CARDOSO, 1977; MAESTRI, 1984; MARQUES, 1987; OGNIBENI, 2005; GUTIERREZ, 2010; 2011; ROSA, 2012; MAGALHÃES, 2013).

No decorrer do século XIX, o núcleo *saladeril* pelotense foi composto por até 30 charqueadas instaladas umas ao lado das outras na prévia sesmaria do Monte Bonito (GUTIERREZ, 2011). Além do charque, outros derivados bovinos eram extraídos como sebos, graxas, couros e chifres, destinados ao consumo local e à exportação. As propriedades, conforme descrição do sítio charqueador pelotense de Gutierrez (2010), constituíam-se em faixas de terras subdivididas em potreiros, hortas, pomares de espinhos, olarias e o terreno ribeirinho. A casa, os varais de secagem da carne salgada e os galpões de produção, dos sebos e dos couros ficavam junto às águas. Essas indústrias funcionaram às margens dos arroios que banham o município, pois as águas serviam para jogar os dejetos, escoar a produção e importar sal e escravos, sendo essenciais para a exportação e

importação de produtos. (CARDOSO, 1977; MAESTRI, 1984; MARQUES, 1987; ARRIADA, 1994; OGNIBENI, 2005; GUTIERREZ, 2010; 2011; ROSA, 2012).

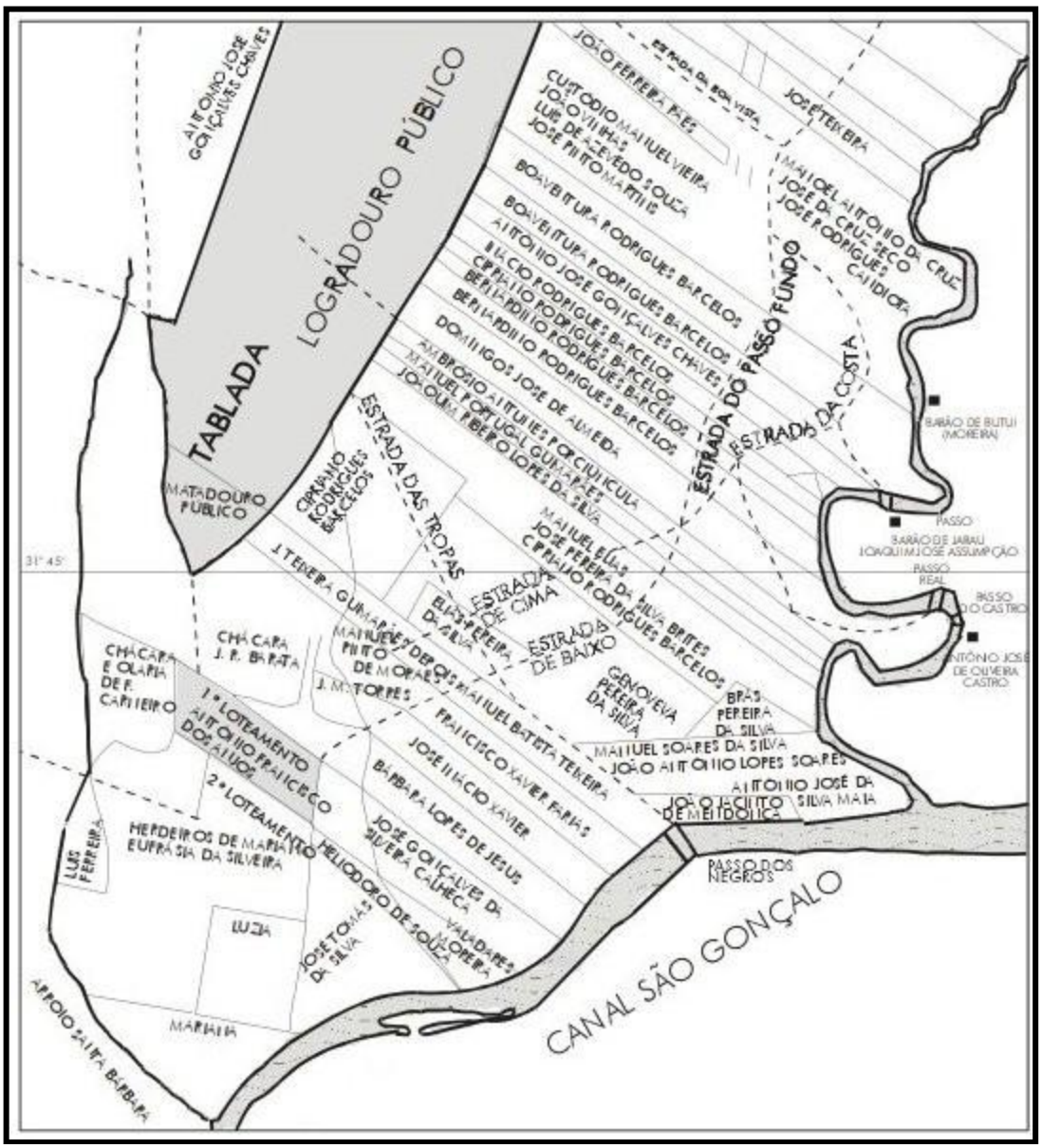



Figura 5 - Distribuição das charqueadas e primeiro loteamento. In: Gutierrez, 2001. (p. 164)

Os viajantes europeus que passaram pela região das charqueadas pelotenses no século XIX, descreveram-na como um ambiente “mórbido, insalubre, que chegava a alcançar o macabro” e apresentaram a zona fabril como sendo digna de admiração quando vista de longe; porém, ao chegarem perto, ainda nos barcos, observaram porções de “ilhas movediças” nos arroios, formadas pelo acúmulo de dejetos despejados pelas charqueadas, sentiram o mau cheiro e ouviram os urros

dos animais sendo abatidos (GUTIERREZ, 2010. p. 19). Alguns detalharam não só o complexo de prédios e a distribuição dos espaços, mas o próprio abate e a manufatura do charque, como foram os casos de Louis Couty (2000), em sua obra de 1880, *"A erva mate e o charque"*, em que compara as indústrias rio-grandenses aos *saladeros* platinos e de Nicolau Dreys, em 1839. Essas narrativas de viajantes foram as principais fontes para os primeiros historiadores entenderem o cotidiano das charqueadas, e são utilizadas até hoje para descrição do seu funcionamento (MAESTRI, 1984; GUTIERREZ, 2001, 2004, 2010, 2011; ROSA, 2012).

Durante o período em que a escravidão permaneceu instituída no Brasil, a maior parte da mão de obra era constituída por africanos e afro-descendentes escravizados para o trabalho da manufatura do charque e outros subprodutos bovinos – sebo, graxa, couro, entre outros (MAESTRI, 1984; GUTIERREZ, 2010; ROSA, 2012). Durante os meses de novembro/dezembro a abril/maio, cerca de 2.000 escravos trabalhavam com aproximadamente 1.200 animais ao dia; durante os meses mais frios, com pastagem escassa e o gado enfraquecido, não havia produção (GUTIERREZ, 2010; MAGALHÃES, 2013). É justamente por essa sazonalidade que por volta de 1820 os charqueadores da região ainda residiam na Vila de Rio Grande, à qual Pelotas pertencia. No entanto, a evidente prosperidade dos negócios, paulatinamente fez com que os proprietários viessem a residir próximo às charqueadas (MAGALHÃES, 2013).

### 2.3.2 – A cidade se configura e se expande

Desde 1812, quando foi criada a Freguesia de São Francisco de Paula, hoje Pelotas, havia um povoado entre as atuais Av. Bento Gonçalves e a rua General Netto com algumas casas e, em 1813, o local recebeu a primeira capela; nesta região, foram edificados os casarões dos charqueadores, expandindo o espaço cada vez mais ao sul como modo de "fugir" do mau cheiro expelido pela indústria e das várzeas que circundam a cidade (ARRIADA, 1994; MAGALHÃES, 2013). Com a riqueza e o adensamento populacional propiciado pela produção, a maioria dos donos de *saladeros* mantinha propriedade urbana, então a cidade começa efetivamente a se configurar (ARRIADA, 1994).

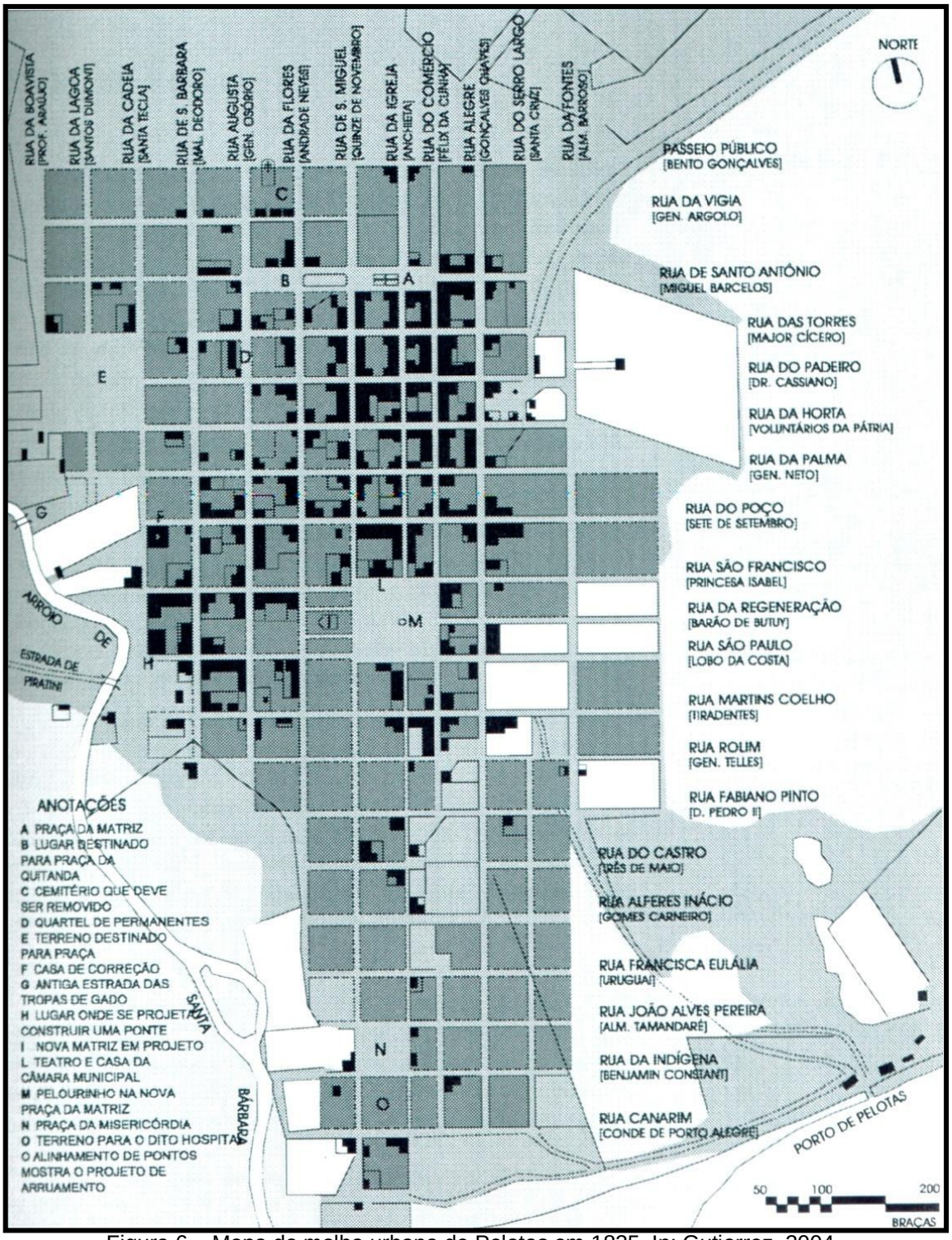


Figura 6 – Mapa da malha urbana de Pelotas em 1835. In: Gutierrez, 2004.

Ressalta-se que o apogeu do ciclo do charque ocorre especialmente pós Guerra Farroupilha, a qual durou 10 anos e cujo fim ocorreu em 1845, quando há um acordo sobre a tributação para que o produto rio-grandense pudesse concorrer principalmente com a indústria platina; em 1851 impõem-se taxas de 25% sobre o charque uruguaio e a isenção de impostos sobre o gado vivo que entrava para

abastecer o mercado do Rio Grande do Sul. (MONASTÉRIO, 2005. p. 6). Advindo, portanto, das boas safras charqueadoras, expande-se o centro urbano econômico, comercial e cultural da região, consolidando uma realidade que impulsiona a cidade rumo à modernização com melhoramentos nos setores de iluminação, transporte e saneamento, especialmente entre os anos de 1860 e 1890 (MAGALHÃES, 1993; AGUIAR, 2009).

Por outro lado, é no último quartel do século XIX que se instala uma crise na indústria charqueadora de Pelotas com a chegada da abolição e com um período de relevância econômica das regiões de fronteira brasileira com Uruguai e Argentina, derivada principalmente da livre navegação nos rios e do envolvimento político e comercial entre os três países, consequências do fim das guerras por independência. Essa abertura impulsionou principalmente o município de Bagé, localizado próximo à fronteira com Uruguai e grande fornecedor de gado para a indústria *saladeril* pelotense, a intensificar sua criação de gado e a estabelecer suas próprias charqueadas, ações incentivadas, também, pelas vias férreas que facilitavam o transporte do produto por terra até Rio Grande. Esses foram alguns fatores que contribuíram para a queda da indústria do charque em Pelotas (SOARES, 2006; RIETH *et al*., 2013; LAGO, 2014).

Dessa forma, o investimento em outros produtos e serviços passa a fazer parte do cotidiano pelotense mais intensamente e uma série de pontos comerciais e fábricas são exploradas dando outro panorama socioeconômico ao município. Setores variados entram nesse cotidiano comercial, como indústria de vestuário e calçados, fiação e tecidos, chapéus, móveis e acessórios para casa, produtos de olaria, fábricas de sabão, de velas, de cerveja, entre outros. E, ainda, havia as charqueadas, fornecendo matéria prima para curtumes, e outros pontos industriais e comerciais, em que se utilizava mão de obra escrava ou livre. O pólo comercial do município, com o passar do tempo, desvia-se das charqueadas para a cidade (MAESTRI, 2008; AGUIAR, 2009).

Não é possível separar o estudo da escravidão na cidade e nas charqueadas, uma vez que foi essa indústria a propulsora do desenvolvimento de Pelotas. Rural e urbano se confundem e os escravos que não estão operando diretamente em serviços especializados na indústria *saladeril* em períodos de safra podem operar em diversas atividades laborais domésticas ou externas em ambos espaços

(CARDOSO, 1977; MAESTRI, 1984; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012). Essas atividades ultrapassam, portanto, o ambiente charqueador, impulsionando o escravo para regiões urbanas, tanto na entressafra, quanto nos períodos de declínio da indústria.

## 2.4 – Apontamentos sobre as práticas cotidianas dos cativos na sociedade oitocentista do Rio Grande do Sul e de Pelotas

### 2.4.1 – A resistência ao sistema escravista

Um dos temas frequentemente explorado tanto no âmbito rural, quanto no ambiente urbano diz respeito às práticas de resistência ao sistema escravista sulino. Isso porque esse tema enfatiza o quanto, apesar de existirem negociações entre cativos e senhores, não havia aquela escravidão passiva indicada pelos primeiros historiadores da corrente tradicional e apresenta um quadro sociocultural dos cativos em meio ao mundo escravista. Não se pode esquecer o quanto aquele sistema era cruel para os trabalhadores, entretanto não é mais aceitável colocar o escravo como indivíduo vitimizado ou acomodado em todas as situações.

Enquanto alguns autores defendem as formas mais radicais de resistência através de conflitos diretos com seus senhores como fugas, aquilombamentos, criminalidade e atos de violência em geral, outros estudiosos apresentam estratégias utilizadas pelos cativos de forma mais cotidianas, como sua presença em espaços “inapropriados”, embriaguez, “imoralidade”, roubos e furtos, entre outros. Além disso, havia a criação de espaços de convívio entre cativos e a população livre pobre, locais da periferia em que era possível alugar quartos ou pequenas casas, ainda que se tentasse, por meio de repressão, combater essa sociabilidade. (SIMÃO, 2002; ZANETTI, 2002; MOREIRA, 2003; XAVIER, 2009; ROSA, 2012).

Segundo Xavier (2009), sobre as práticas urbanas:

> Se a cidade era um lugar de conflitos e resistência para os escravos, era, ao mesmo tempo, um lugar que propiciava espaços de convivência à comunidade negra, importante na construção de estratégias variadas na busca de melhores condições de vida. (p. 25)

Como citado anteriormente, Mário Maestri (1984) é um dos primeiros autores a trabalhar com a ideia de resistência escrava no sul e com a formação de quilombos em Pelotas e afirma que, assim como ocorreu nos outros locais escravistas, as práticas eram decorrentes de atos individuais ou coletivos e seguiam oportunidades e tendências locais e temporais. Nas resistências grupais, havia os quilombos e as insurreições, temidas pelos senhores de escravos. Exemplos de estratégias individuais são a oposição ao trabalho, dificultando a produção da indústria; a violência contra seus senhores, como o "justiçamento", quando o escravo voltava-se contra seu amo, seu feitor ou suas famílias; o suicídio, que seria uma "fuga" à escravidão e ao mesmo tempo causava danos ao seu proprietário; e as fugas temporárias ou definitivas por liberdade ou por busca de outros senhores.

Petiz (2001) apresenta as fugas dos escravos urbanos e rurais do Rio Grande do Sul para além-fronteira na primeira metade do século XIX. Essa prática era estimulada, especialmente por uruguaios, argentinos e rio-grandenses dissidentes que procuravam esses cativos para integrarem as causas militares. A alta frequência dessa prática, de forma individual ou coletiva, é um "testemunho comprobatório de que o negro não esteve impotente diante da organização social escravista" (PETIZ, 2001. p. 166).

Ainda nas questões de resistência mais radicais no ambiente urbano, Zanetti (2002) fala sobre o desenvolvimento de Porto Alegre e já ressaltava a grande participação negra como trabalhadores de ganho ou aluguel urbanos ou nos arredores rurais da cidade. Em cima dessa categoria "trabalho", a autora traz um debate sobre os confrontos que existiam entre cativos e seus senhores e o quanto o tipo de atividade influenciava nas questões de resistência ao sistema. As práticas como fugas e crimes cometidos pelos cativos davam-se, especialmente, em função das más condições de vida dos escravos de ganho propiciadas pela busca diária para seu sustento.

Para Ana Regina Simão (2002), pode-se pensar que havia acomodação por parte dos escravizados em Pelotas, especialmente quando se tratava de acordos e promessas de alforria por bons comportamentos e fidelidade a seus senhores. A autora buscou nas cartas de alforria e manumissões da primeira metade do século XIX os dados para pensar sobre uma certa segurança que se criava para os senhores, senhoras e suas famílias quando estes acenavam aos cativos uma

possibilidade de liberdade, evitando, assim, atos de fuga, justiçamento, sabotagem, etc. (p. 68). Em contrapartida,

> Sobretudo para os cativos domésticos, a conquista da confiança do senhor era estratégica para a obtenção de "privilégios" incomuns à ordem escravista. (SIMÃO, 2002. p. 68)

Da mesma maneira, Zanetti (2002) observa que as negociações de liberdade entre escravos e senhores, através das cartas de alforria, não ocorriam de maneira tão facilitada como se pode pensar. Os cativos não estavam acomodados ao sistema, mas não tinham total controle sobre essas negociações, embora alguns cativos pudessem ser mais beneficiados em relação a outros com as promessas de liberdade.

Entretanto, quem mais ganhava com essas promessas certamente seriam os senhores, já que muitas dessas cartas de alforria eram compradas pelos próprios cativos (SIMÃO, 2002) e poderiam ser um jogo de estratégia dos senhores para tentar "anular" o escravo, impondo uma condição de subordinação e esvaziando as lutas de classe e de etnia que conformavam (MOREIRA, 2007). Para este autor, as negociações eram tensas e os cativos contestavam as decisões e em muitos casos não correspondiam às expectativas dos senhores (MOREIRA, 2007).

Simão (2002) reforça essa elasticidade do sistema, pois se por um lado pode-se pensar que havia essa relativa acomodação, por outro lado a resistência estava presente cotidianamente. Processos-crime foram analisados e apontaram para suicídios, crimes contra a propriedade, homicídios e lesões corporais. Furtos e roubos eram uma realidade constante. Esses crimes ocorriam entre os próprios escravos e entre escravos e senhores (p. 91).

Da mesma maneira, Araújo (2008, p. 139), em estudo na cidade de Cruz Alta/RS, assinala que as imposições dos senhores acarretavam atos conscientes e providos de ação política por parte dos escravos, transformando diariamente as relações do cativeiro, ora fazendo acordos, ora desarticulando o sistema, opondo-se a ele; as ações poderiam ser mais pacíficas ou mais tensas, porém nunca eram totalmente subordinadas às elites.

Alguns crimes mais "radicais" ou "mais cotidianos" cometidos pelos cativos em Pelotas também podem ser observados no trabalho de Silva (2001), cujo objetivo foi

mostrar de que maneira esses indivíduos aplicavam e utilizavam substâncias químicas tóxicas tanto contra terceiros quanto para consumo próprio. Segundo esse autor, era comum a criminalidade fundamentada sobre o manuseio de venenos para assassinatos e o uso de álcool, tabaco e outros produtos, amiúde, entre os anos de 1828 e 1888.

Corroborando uma resistência diária no meio urbano pelotense, Mello (1994) fala sobre as religiões de matriz africana, as festas e manifestações culturais em geral como formas de oposição aos eventos de seus senhores. O autor usa a expressão de “fuga para dentro”, para se referir às infiltrações do cativo na cidade, onde o trabalho é menos penoso que no ambiente charqueador. Para o escravo da indústria na entressafra ou o que não trabalhava diretamente com o charque, o proprietário tinha como opção alugar seu serviço no meio urbano. Assim, era possível uma aproximação maior do cativo com outros escravos e outras camadas sociais (p. 108). O número de fugas é maior entre trabalhadores das charqueadas nas épocas de produção, mesmo que essas escapadas não fossem definitivas, e sim, para aproveitar pequenos períodos de liberdade. Havia, obviamente, as fugas definitivas, porém após 1870, com as mudanças políticas, os movimentos de libertação e o crescimento urbano, as “fugas para dentro” tornam-se uma alternativa mais interessante quando comparadas às fugas para fora (p. 113). Este autor trata de outros tipos de resistência além das manifestações negras e das fugas, como os furtos e assaltos e as transgressões às regras impostas pela sociedade oitocentista, outras formas cotidianas de oposição.

Dalla Vechia (1994) apresenta-nos entrevistas com descendentes de escravos de Pelotas e região, os quais relatam histórias em que seus antepassados fugiam, escondiam-se nos matos, roubavam de seus patrões, praticavam atos de vinganças, costumavam fazer festas com danças; as mulheres usavam de práticas como o aborto, feitiços, benzeduras e simpatias próprias dos escravos que muitas vezes eram direcionadas aos senhores ou patrões, ou suas famílias. Uma das entrevistadas, a senhora Honorina, narra que os filhos da “patrona” tentavam roubar ovos das galinhas criadas pelos escravos e como estes driblavam o problema:

> [...] eles (escravos) tinham casa deles, então eles iam *trabaiá,* deixavam a casinha fechada deles, diziam... Então, botavam uma cobra prá dentro e a cobra se enrolava ali na porta pra não *entrá* ninguém. Ali não entravam ninguém. Chegava o patrão, dizia os

> *nego veio*, os *nego véio* do cativeiro. "*Bueno*!" Aí as crianças das *patrona vinha* correndo pra *tirá* ovo das galinhas dos escravos. Chegava lá, entrava pra dentro e a cobra se enrolava na porta. E agora, pra *saí*? Corriam na volta e gritavam e choravam. E tinha que *chamá* o *nego véio*, pra ele *vi* pra *dizê* pra cobra que *saí* dali e deixasse saírem: "Eu não disse, hum, eu não disse, não é pra ninguém aí!" Saía aquela criança e nunca mais botava os *pé* ali. As cobras não deixavam *entrá*. Era assim. Os *nego véio* saíam, mas deixavam as cobras cuidando. (In: DALLA VECHIA, 1994. p. 218)

Com a atitude de "deixar uma cobra cuidando suas casas", os escravos faziam com que seus bens fossem preservados e resistiam ao sistema, não de uma maneira radical, mas criando contos e lendas próprias que ultrapassavam gerações.

Segundo Moreira (2010), um tipo de poder mágico atribuído a esses trabalhadores, principalmente quando eram originários da África, era comum nessa sociedade de senhores e escravos, onde crenças, religião e práticas de cura se mesclavam e caracterizavam uma proximidade cultural entre essas diferentes camadas da população. A "feitiçaria" atribuída especialmente às mulheres negras era muitas vezes motivo de punições, como prisão, espancamento e pena de morte, como aparece em Paulo Roberto Moreira (2010) que narra a história de uma escrava preta africana cujo senhor mandou que fosse queimada na fogueira por atos de bruxaria no ano de 1856, em uma estância na fronteira com o Uruguai. Monquelat (2014) também traz notícias sobre "feiticeiras pretas", como no exemplo em que duas mulheres foram presas em 1877 na cidade de Pelotas pela polícia particular e um santo e uma vela foram apreendidos como prova de suas atividades mágicas (pp. 53 e 54).

Um importante estudo sobre crimes e penalidades foi realizado por Caiuá Al-Alam (2008), que identifica quando e como se conformou a primeira Casa Correcional de Pelotas e quem eram os principais "punidos" nos anos de 1830 a 1857. Os principais transgressores eram os peões de tropas (muitos "incivilizados" da fronteira) e os escravos; ambos os grupos desrespeitavam as "regras" da sociedade. Segundo este autor, em princípios dos anos 1830, com a população de Pelotas composta em sua grande maioria por escravos, as elites pelotenses cerceavam seus passos, procurando evitar revoltas, fugas e aquilombamentos. Isso era feito através de punições e condenações à prisão e à morte de muitos infratores cativos, bem como de outros indivíduos das camadas populares, em geral, negros livres. Esses sujeitos opunham-se ao sistema, violando as leis cotidianamente,

através de pequenos ou grandes delitos, como frequentar tabernas e consumir bebidas alcoólicas, reunir-se em ambientes públicos ou ficarem “vadiando” pela cidade. Mesmo os trabalhadores das charqueadas não estavam isolados e mantinham redes com outros indivíduos ou coletivos escravos e livres propiciando, assim, um esmorecimento do controle social (AL–ALAM, 2008).

Todas essas práticas de resistência mais radicais ou “ativas”, como apalencamentos/quilombos e fugas e as mais cotidianas ou “passivas”, como suicídios, abortos, quebra de equipamentos, resistência ao trabalho, o ensinamento de canções africanas para crianças brancas, etc., eram comuns a todos os locais onde ocorreram sistemas socioeconômicos firmados no trabalho de escravos africanos e afro-descendentes (SHARPE, 2003; CORZO, 2005).

### 2.4.2 – A possibilidade da formação da família escrava

Outro ponto a ser explorado quando se fala em cotidiano dos escravos diz respeito à possibilidade de formação da família. Questiona-se a categoria “família escrava”, visto que esse enlace poderia incluir sujeitos de condições jurídicas diferentes, por exemplo, a união legal entre cativos e libertos; ou a família expandida, que abrange mais de uma geração, primos, e outros parentes, bem como padrinhos dos cativos. A “família cativa” envolve estratégias e projetos comuns, recordações, vivências e esperanças que acabavam por dar manutenção das heranças culturais e formar identidades dentro do ambiente escravista. No entanto, ainda utiliza-se essa categoria como instrumento de análise e deve-se buscar a diversidade da “família” quando se trata de casamentos envolvendo escravos (GUEDES, 2008; JACINTO, 2008; SLENES, 2011).

Essas uniões oficiais, para formação de família nuclear, típica dos sujeitos brancos e livres poderiam ser aprovadas e incentivadas pelos proprietários e dependiam do local, tipo de trabalho e época. Temos senhores incentivando as uniões, garantindo assim a manutenção dos escravos em seu plantel e evitando fugas para uniões informais, bem como aparecem proprietários não permitindo que seus cativos casassem, com vistas em possíveis comercializações de algum membro dessa família, pai, mãe ou, especialmente, fillhos (SIMÃO, 2002; GUEDES, 2008; JACINTO, 2008; SALES, 2008; SLENES, 2011).

Para o município de Pelotas, Simão (2002, p. 115 e 116), demonstra dados que se referem ao modelo de família nuclear, limitada em um grupo de parentesco consanguíneo. Em sua pesquisa com livros da igreja matriz de Pelotas, ela encontrou 59 registros de casamentos oficiais e católicos entre cativos, para os anos 1821 a 1845. A maioria das uniões ocorreu entre escravos de origem declarada africana, seguidas pelos casamentos entre africanos e crioulos e, por último, entre crioulos, os quais representaram uma pequena porcentagem do total. A significativa quantidade de africanos “abençoados” deve-se à maior entrada desses no município durante a primeira metade dos anos 1800.

As fugas para efetuar uniões ocorriam quando não eram consentidas pelos senhores ou quando alguns membros da família eram libertos e outros, escravos; como já foi apontado anteriormente, cabe lembrar que, em geral, esses cativos estavam inseridos em uma rede de solidariedade, formada por indivíduos ou coletivos escravos de outras propriedades, por libertos, por aquilombados e outros elementos da sociedade (SIMÃO, 2002; AL-ALAM, 2008; MOREIRA, 2012).

Apresentar o escravo ativo no ambiente oitocentista é um objetivo das pesquisas nos últimos anos e as mulheres cativas aparecerem em todos os estudos, ainda que não tenham o protagonismo. Para entender as práticas dessas mulheres em Pelotas e a sua perpetuação através de gerações é preciso que se tenha um panorama geral da camada trabalhadora cativa, uma vez que o sistema escravista está centrado primordialmente na categoria trabalho e a comercialização dos cativos ocorresse em função da mão de obra.

## 2.5 – Os trabalhadores escravizados em Pelotas: onde e como eram comercializados, quem eram e quais suas especializações laborais

### 2.5.1 – A comercialização dos cativos

O Passo dos Negros, primeiramente conhecido por Passo das Neves e Passo Rico, foi o ponto primordial de comercialização dos escravos que chegavam a Pelotas (Figura 5). Sua localização é estratégica, às margens do Canal São Gonçalo e próximo ao Arroio Pelotas, importantes fluxos de escoamento da produção, saída e entrada de todo tipo de mercadoria, escravos e passageiros livres. O local também

servia para travessia de gado e funcionava como porto e praça de pedágio, onde se cobrava as taxas e impostos sobre mercadorias na tentativa de impedir o contrabando de gado, escravos e produtos para a região platina (AGUIAR, 2009; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012; ROCHA, 2014). Escravos vindos da África e de outros pontos do Brasil e do exterior desembarcavam no porto de Rio Grande e, vindos pela Lagoa dos Patos, chegavam ao Passo dos Negros, através do Canal São Gonçalo. Ali, eram comercializados ou encaminhados a outros pontos de comercialização. (ROSA, 2012; ROCHA, 2014).

O comércio dos cativos era realizado diretamente entre proprietários ou através de intermediadores. Com o fim do tráfico transatlântico, após 1850, o comércio de escravos, ainda lucrativo, passa a ser interno (ROSA, 2012). A importância dos jornais para esse comércio interno durante todo o século XIX é indiscutível e podemos observar em muitos anúncios de oferta e busca de escravos, o comerciante e o endereço para a negociação (Anexos 1 e 2). Esses negociantes muitas vezes não trabalhavam apenas na compra, venda e aluguel de escravos; imóveis, produtos diversos, maquinários, insumos e animais poderiam estar lado a lado no mesmo anúncio:

> **Dinheiro, escravos, terrenos** - Rua 3 de Fevereiro, 55 - Compram-se escravos de ambos os sexos e idades, casas e terrenos; recebem-se escravos e casas para alugar, coloca-se dinheiro a *premio* sobre *hypothecas* e boas firmas. Comissão módica. (*Jornal do Commercio,* n. 10, sexta-feira, 14 de janeiro de 1876. p. 4)

É interessante salientar que as ruas onde estavam localizados os intermediadores/comerciantes de escravos em Pelotas correspondem ao mapa onde iniciou a primeira vila. Atualmente, esse núcleo está no centro comercial da cidade, o qual permaneceu no mesmo lugar ao longo dos anos (Figura 13).

Sabendo-se como ocorriam as entradas e saídas de escravos em Pelotas e como se dava sua comercialização, passamos aos dados demográficos referentes a essa população cativa em fins do século XVIII e ao longo do XIX, até o momento da abolição.

## 2.5.2 – Quantidade de mulheres e homens escravizados

Os dados demográficos sobre os escravos muitas vezes não podem ser considerados absolutos, pois ao longo da história houve desinteresse por parte dos órgãos governamentais em coletar e organizar as informações sobre essa população; a exceção é o censo de 1872, o qual, apesar de falho e incompleto, apresenta números oficiais para os cativos (BAKOS, 1982). Entretanto, pesquisas mais atuais concentram seus esforços na busca de documentos que possam elucidar nas reflexões sobre essa camada.

Grande parte dos estudos sobre escravidão atenta para os dados demográficos analisando fontes diversas como inventários *post-mortem* dos charqueadores, recenseamentos, cartas de alforria e manumissões, contratos de compra e venda de escravos, matrículas dos cativos, registros de óbito e batismo, dados de entradas e saídas de escravos nos portos, registros de fugas nas delegacias policiais, entre outros documentos oficiais ou extraoficiais, como jornais locais que podem auxiliar no conhecimento sobre quem eram os indivíduos que compunham a camada escravizada (MAESTRI, 1984, ARRIADA, 1994; PETIZ, 2001; SIMÃO, 2002; BERUTE, 2006; AL-ALAM, 2008; ARAÚJO, 2008; PESSI, 2008; ASSUMPÇÃO, 2009; EIFERT, 2009; MOREIRA, 2009; GUTIERREZ, 2011; LEITE, 2011; ROSA, 2012; MONQUELAT, 2014).

Segundo informações levantadas por Arriada (1994), entre 1811 e 1872 a quantidade de habitantes de Pelotas passou de 2.119 para 21.258, representando um aumento de 903,20%, sendo que de 1820 até 1872 a população urbana passou de 1.000 (mais de), para 18.999 (p. 155). Ao longo desse período, temos alguns números aproximados para o total da população de Pelotas e para os escravizados na primeira metade do século XIX:

| ANO | TOTAL HABITANTES | TOTAL ESCRAVOS | MULHERES ESCRAVAS | HOMENS ESCRAVOS |
|---|---|---|---|---|
| **1814** | 2.419 | 1.226 (51%) | Sem informação | Sem informação |
| **1833** | 10.873 | 5.623 (51,71%) | Sem informação | Sem informação |
| **1846** | 11.244 | 4.816 (42,83%) | Sem informação | Sem informação |
| **1859** | 12.895 | 4.788 (37,13%) | 1.693 (35,36%) | 3.095 (64,64%) |

Tabela 1 – População escravizada em Pelotas na primeira metade do século XIX. Fonte: Arriada, 1994; Simão, 2002; Couto, 2011; Gutierrez, 2011.

Pessi (2008) fala que até o fim do tráfico de escravos em 1850, quando se implanta a Lei Euzébio de Queiroz, havia uma média de 80 cativos por charqueada. Nos períodos posteriores, esse número cai para 43. O fim do tráfico poderia explicar uma queda proporcional de escravos nos números totais após 1850.

Na indústria charqueadora, segundo Rosa (2012), os dados de inventários *post-mortem* de alguns charqueadores pelotenses entre os anos de 1844 e 1877 apontam para uma proporção média de 80% de escravizados homens e 20% de mulheres; entretanto esses números variaram, com o número de mulheres podendo chegar a 32% do total de cativos, caso da Charqueada Santa Bárbara no inventário de Rita Leocádia de Moraes Borges, de 1851. Esta proprietária poderia necessitar de mais escravos domésticos, o que explicaria o aumento na proporção de mulheres (p. 178).

Os números sobre essa proporção são variados, porém as mulheres estão sempre em quantidade muito inferior aos homens. Gutierrez (2010, p. 31), diz que as mulheres cativas representavam apenas 13% dos plantéis, enquanto Assumpção (2009) aponta para o período entre 1780 a 1888, um número médio de 85,37% de cativos contra 14,63% de cativas.

Pessi (2008, p. 33 e 34) constatou que entre 1846 e 1850 havia 633 cativos nos inventários consultados, desses 75% eram homens e 24%, mulheres; entretanto, entre os anos de 1870 e 1874, foram encontrados apenas 386 escravos, dos quais 86,5% eram do sexo masculino e apenas 13,2% do sexo feminino. De acordo com esse autor, esse aumento de homens nas indústrias é reflexo do tráfico interno e do interesse dos proprietários em manterem os cativos em seus plantéis.

Rosa (2012) nos traz um resumo sobre essa desproporcionalidade e fala que, em média, mais de 70% dos cativos eram do sexo masculino porque a indústria charqueadora exigia trabalhadores “mais fortes e resistentes para enfrentar o trabalho pesado da produção de charque” (pp. 63 e 64)

Para o ano de 1872, quando há o único censo oficial com a quantidade de trabalhadores escravizados Pelotas possuía um total de 21.756 habitantes em seu núcleo e “mais 2.747 indivíduos da paróquia de Santo Antônio da Boa Vista, não se computando os dados de duas outras paróquias, o que somaria 24.503 habitantes” (LONER, GILL e SCHEER, 2012. p. 138). Neste ano, pelo censo oficial, temos um número de 3.575 cativos, com uma queda de 1.213 indivíduos em relação aos anos

de 1858 e 1859; entretanto, após análises mais aprofundadas, pesquisadores encontraram uma população escrava equivalente a 8.141 indivíduos para o ano de 1873, o que mostra os erros do levantamento oficial de 1872 (VARGAS, 2012. p. 279-181).

Loner *et al* (2012) e Vargas (2012), indicam que somente após 1873 é que teremos dados mais corretos, pois há a obrigatoriedade de se fazer matrícula dos escravos em todo o país, advinda da Lei do Ventre Livre. A matrícula requeria um cadastro dos escravos e o pagamento de uma taxa; caso contrário, os senhores perderiam o título de propriedade dos cativos, que poderiam considerados livres. Em setembro de 1873, segundo dados posteriores, encontrados no jornal *Correio Mercantil* de 1884, Pelotas contava com 8.142 escravos (23% da população total), sendo 5.125 homens e 3.017 mulheres (LONER, GILL e SCHEER, 2012). Há dados que indicam uma diminuição no percentual da população cativa, em relação ao número total de habitantes, posterior a 1873, quando se intensifica a busca por mão de obra riograndense para as plantações de café do sudeste (VARGAS, 2012. p. 281).

Monquelat (2014) traz alguns dados sobre a população escravizada coletados a partir de jornais pelotenses do século XIX. Até junho de 1882, o autor encontrou matriculados até o encerramento das matrículas: 8.411; matriculado após esse período: 1; entraram: 1079; saíram: 567; faleceram: 944; manumissões: 929; total de indivíduos escravizados em Pelotas: 6.781 (2.530 mulheres, 4.251 homens). Além desses números de cativos, até 30/06/1882 foram contabilizados os seguintes filhos livres de mulheres escravas: 814 homens e 804 mulheres, totalizando 1.618 indivíduos (p. 121). Nessa mesma década, para o ano de 1884, próximo à abolição, Pelotas é a cidade com o maior índice de cativos no Rio Grande do Sul, totalizando 6.526 pessoas nessa camada. Essa queda nos números de cativos deve-se à quantidade de libertos que aumentou às vésperas do fim da escravidão (LONER, GILL e SCHEER, 2012).

Apesar da proximidade da abolição, muitos trabalhadores estavam atrelados a um período de “compensação” ou “indenização” a seus patrões pelas já mencionadas promessas de liberdade. A diferença desses trabalhadores “quase livres” é que não poderiam ser castigados ou ter o tratamento dos escravos, porém

as obrigações desses indivíduos permaneciam as mesmas, acarretando fugas e venda de serviço para outros senhores (SIMÃO, 2002; LONER, 2007).

Esse vínculo obrigatório era um ato comum e estratégico para manter os trabalhadores a serviço da família, como já foi mencionado anteriormente. Rosa (2012) traz o exemplo do testamento de um charqueador, no qual indica a concessão de liberdade a dois escravos, que só a desfrutariam anos após a morte de seu proprietário e esses libertos receberiam duzentos mil réis cada um desde que continuassem a acompanhar um dos filhos do charqueador ou sua mulher.

As cartas de alforria e manumissões foram importantes fontes para entender algumas relações que se davam entre senhores e cativos e incidem diretamente na questão da proporção desigual entre cativos homens e mulheres. Tanto Simão (2002), quanto Couto (2011) verificaram que, embora a camada de trabalhadores escravizados homens fosse significativamente maior que a de mulheres, mais alforrias foram concedidas a estas. Ana Regina Simão (2002) reforça, ainda, que as senhoras conferiram mais cartas de liberdade em relação aos senhores. Conforme a autora, isso se deve provavelmente pela proximidade entre senhores e escravos domésticos, os quais, em sua grande maioria, eram mulheres.

Muitos outros fatores, entretanto, podem ajudar a entender essas ações, como a importância econômica da manutenção dos escravos homens no trabalho da charqueada, a diminuição do custo em sustentar escravas domésticas, pois estas pagavam pela sua liberdade, sendo com dinheiro, com trabalho ou colocando outro escravo em seu lugar (SIMÃO, 2002). Entretanto, ambos os autores trabalharam com a primeira metade do século XIX. Para os anos entre 1880 e 1884, Leite (2011) encontrou uma proporção muito maior de homens alforriados (87,75%) em relação às mulheres (12,25%), o que a autora explica analisando os grandes plantéis que ainda funcionavam com uma quantidade de homens bem mais elevada que a de mulheres. Outros fatores podem ajudar a entender esses números, como a crise das charqueadas (MONASTÉRIO, 2005) e as próprias alforrias já concedidas anteriormente a um maior número de mulheres, cujos filhos também já não seriam mais escravos.

O número de mulheres cativas bem inferior ao número de homens não é prerrogativa apenas para a região charqueadora pelotense, nem mesmo somente para o Rio Grande do Sul (KÜHN, 2002; MAESTRI, 1984; ASSUMPÇÃO, 2009;

PALERMO, 2009). Segundo Góes e Florentino (2000), no Brasil todo, a diferença numérica entre os sexos era variável conforme a flutuação do tráfico, e nas épocas dos grandes desembarques, a proporção chegava a ser de sete homens para cada mulher escravizada (p. 178).

Contrapondo essa realidade, Eifert (2009) apresenta índices demográficos de cativos nas estâncias pastoris da região do atual município de Soledade (RS), em que há um equilíbrio entre homens e mulheres, possivelmente devido à importância das tarefas domésticas e da agricultura. O mesmo ocorria nas regiões de fazendas e estâncias de criação de gado em Rio Pardo, Bagé e Vacaria (DAL BOSCO, 2009).

Tanto o sexo, quanto a faixa etária dos cativos influenciavam o tipo de atividade a ser desempenhada. A idade, segundo Rosa (2012), é um "atributo relevante para compreender a disponibilidade de mão de obra produtiva na charqueada" (p. 178). Isso também é válido para as tarefas domésticas e urbanas, como veremos a seguir.

### 2.5.3 – Idade dos cativos

Com relação à faixa etária dos escravos, pesquisas assinalam que eram considerados produtivos para a indústria charqueadora os trabalhadores de 15 a 49 anos e essas idades representavam mais de 50% dos plantéis, pois era a faixa de maior produtividade dos escravos (PESSI, 2008; ROSA, 2012).

Segundo Assumpção (2009), de 1780 a 1888 houve um decréscimo no número de trabalhadores com menos de 40 anos; para a primeira data, eles representavam, em média, 71,1% dos plantéis, e para o ano da abolição, esse percentual cai para 45,9%, porém, essa queda pode ser consequência de alforrias, de desvalorização da mão de obra, entre outros fatores. Os números eram variados nesses 100 anos, porém as idades entre 10 e 49 anos são sempre acima de 50% da população cativa.

Rosa (2012) encontrou uma média aproximada de 71% de adultos, 24% de idosos e 5% de crianças nos inventários analisados; a exemplo de alguns historiadores, como Assumpção (2009), esta autora considerou como crianças os indivíduos até 14 anos, como adultos, os de 15 até 49 anos e como idosos, aqueles acima de 50 anos (ROSA, 2012. p. 180). As idades dos escravos eram suposições,

poderiam não ser exatas, muitas vezes atribuídas apenas pela aparência dos indivíduos (ROSA, 2012).

Gutierrez (2006) encontrou uma quantidade muito pequena de crianças escravas, em torno de 1% apenas, e atribui esse fator à preferência dos proprietários em investir mais na compra de escravos do que na reprodução da mão de obra. Entretanto, Rosa (2012, p. 99) entende que a reprodução dos escravos foi uma estratégia de alguns proprietários; um exemplo está em um dos inventários analisados pela autora, em que uma única escrava era mãe de, pelo menos, 3 escravos trabalhadores diretos da charqueada em questão. Assim, da mesma forma que há a presença de mulheres nas charqueadas, há crianças, provavelmente pela necessidade de trabalhadores domésticos.

A categoria "criança" pode ser pensada como aquele indivíduo que não tem capacidade de desempenhar uma atividade laboral. A partir do momento em que é capaz de iniciar uma função, pode ser considerado aprendiz e, quando é plenamente apto para o trabalho, principalmente nas profissões especializadas, esse cativo começa a ser apreciado como adulto. Então, um escravo pode ser considerado criança até seus 4 a 6 anos, dependendo do local e tipo de estabelecimento, passando a pequeno trabalhador ou aprendiz até aproximadamente seus 12 anos quando passa a fazer parte da camada adulta (GÓES e FLORENTINO, 2000; SCARANO, 2000; PESSI, 2009; PRIORE, s/d).

Para os homens cativos, a idade de 15 anos, em geral, é o marco para entrar na idade adulta, enquanto para as mulheres, os 12 anos são o fim do período de aprendiz; um escravo com um alto valor comercial está na faixa etária entre os 15 e os 24 anos (SCARANO, 2000). Essa idade está ligada à capacidade física do trabalhador e alguns comerciantes são específicos quando anunciam a preferência por escravos dentro dessa faixa etária, como no anúncio de jornal a seguir:

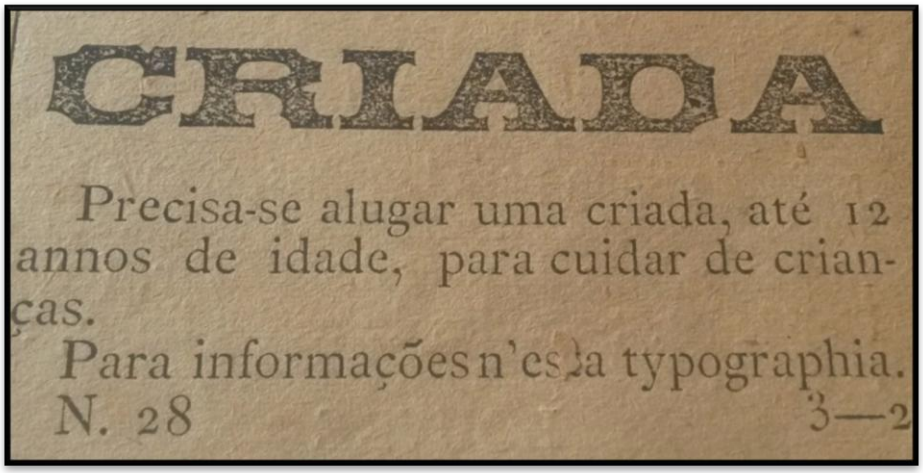
> **Joaquim Monteiro** compra escravos, preferindo os de **14 a 26 annos** de idade. rua de S. Miguel n. 119. (Jornal *Diário de Pelotas,* n. 21, quinta-feira, 27 de janeiro de 1876, p. 3)

Pode-se supor, ainda, que alguns proprietários preferiam contratar ou comprar cativos abaixo do marco da idade adulta se estes pudessem desempenhar a função desejada, pois pagariam um valor menor pelo serviço/trabalhador. Apenas para percebermos a especificação de idade, tanto em relação ao desempenho de

funções, quanto por provavelmente se pagar menos pelo serviço ou pelo cativo, vale trazer alguns exemplos de anúncios:

> **Aluga-se** um mulato de 10 para 12 *annos*, *proprio* para qualquer serviço **segundo sua idade**. Na rua 16 de Julho n. 66. (*Jornal do Commercio,* n. 236, sexta-feira, 16 de outubro de 1875. p. 3)

> **Escrava**: quem precisar comprar uma escrava de 13 *annos* mais ou menos, muito boa, vinda de *fóra* e própria **para ensinar a mucama**, dirija-se a Casa Vermelha, a rua 16 de Julho, n. 18. (Jornal *Paiz,* n. 2, sábado, 02 de setembro de 1876. p. 3)


CRIADA

Precisa-se alugar uma criada, até 12 annos de idade, para cuidar de crianças.

Para informações n'esta typographia.

N. 28 3—2

Figura 7 – Anúncio de aluguel de uma ama seca com especificação de idade. FONTE: Jornal *A Discussão,* n.5,quinta-feira, 13 de janeiro de 1881. p. 3. (Foto da autora, 2014).

Da mesma maneira que ocorre com a categoria "criança", a categoria "idosa/idoso" está relacionada à capacidade de trabalhar e seria usada quando há uma diminuição na produtividade, podendo variar em função do local, época e tipo de serviço. Portanto, em alguns locais, os escravos já poderiam ser considerados idosos com aproximadamente 35 anos (SCARANO, 2000), enquanto em outros, da fase adulta para a idosa o marco seria os 50 anos (ASSUMPÇÃO, 2009; ROSA, 2012).

Mesmo sendo considerados impróprios para determinados trabalhos, os idosos, assim como os indivíduos em idade de aprendiz, eram recrutados para atividades específicas como mostra o seguinte anúncios de jornal:

> **Precisa-se** alugar um preto velho, forro ou *captivo*, para serviço de chácara, **em relação à sua idade.** Dá-se *gratis* moradia em uma

> chácara perto da cidade a qualquer homem casado. Rua da Igreja n. 24. (*Jornal do Commercio,* nº 218, sábado, 25 de setembro de 1875. p. 3)

Rosa (2012) encontrou um caso de dois inventários subsequentes de uma mesma propriedade com os mesmos escravos aparecendo em ambos e tendo suas idades diminuídas ao longo dos anos, o que seria uma forma de valorizar economicamente o cativo, uma vez que seu preço comercial diminuía com o envelhecimento (p. 180). Neste anúncio observamos essa desvalorização para uma escrava doméstica idosa:

> **Escravos a venda -** 1 escrava de 24 *annos*, de todo o serviço, de boa *conducta* e sadia; 1 *ditta*, 23 *annos* com um filho de 5 a 6 *annos*, boa escrava para família; 1 *ditta* de todo serviço, boa escrava com três filhos homens; **Uma preta, velha, boa lavadeira e *cosinheira*, sadia, sem vícios e de boa *conducta*, que se vende muito barata**. Casa Vermelha. Rua 16 de Julho, n. 17. (*Jornal do Commercio,* nº 46, terça-feira, 27 de fevereiro de 1877. p. 3)

Em muitos documentos, oficiais ou não, a idade não aparece nem mesmo como um número aproximado, sendo trocada por características subjetivas que eram atribuídas a determinadas fases da vida como, por exemplo, “anjinho” (a criança morria antes ser batizada), ingênuo, de colo, “cria de peito”, moleque, menor, rapaz, rapariga, moça/moço, maior idade, meia idade, de mais de meia idade, velho, de idade, etc. (SCARANO, 2000; SCHWARTZ, 2001; BERUTE, 2006; PESSI, 2008; ROSA, 2012). Essas “idades subjetivas” aparecem, também, nos anúncios:

> **Escravo a venda** – Vende-se um escravo **de mais de meia idade**, apto para todo e qualquer serviço doméstico e por módico preço. Para informações nesta typographia. (Jornal *Diario de Pelotas,* n. 256, quarta-feira, 15 de novembro de 1876. p. 3)

> **Escravo a venda** – vende-se um preto **de meia idade** e que entende de serviço de chácara. Para tratar com Cinccinato Soveral. Rua de S. Miguel n. 29. (Jornal *Diario de Pelotas,* n. 271, terça-feira, 27 de novembro de 1877. p. 2)

> **Aluga-se** um creoulinho **de menor idade**, apto para todo e qualquer serviço de uma casa de família. Quem precizar pode dirigir-se á rua dos Voluntários esquina da de Santa Barbara, n. 51. (Jornal *Onze de Junho,* n. 874, quarta-feira, 09 de agosto de 1882. p. 3)

No primeiro anúncio, supõe-se que o preço do escravo seja “módico” por ser ele “de mais de meia idade” e, portanto, com um menor valor comercial, corroborando as informações da desvalorização do trabalhador conforme o avanço da idade adulta para idosa.

Algumas idades relativas confundiam-se com características físicas, especialmente quando o cativo estava abaixo da idade adulta. Isso aparece nos anúncios de jornais a seguir:

> **Precisa-se** alugar uma **negrinha** para o serviço de uma casa de família. Para tratar na livraria Americana. (*Jornal do Commercio,* n. 148, quarta-feira, 05 de julho de 1876. p. 3)

> **Vende-se** uma **pardinha** propria para mucama de uma casa de família. Trata-se na rua S. Miguel, n. 83. (*Jornal do Commercio,* n. 208, sábado, 14 de setembro de 1878. p. 3)

Obviamente, não há como sabermos a faixa etária real nesses anúncios, mas podemos identificar que não se trata de pessoas em plena idade adulta.

Além dos índices que dizem respeito ao sexo e idade dos trabalhadores escravos, a origem ou etnia dos escravos é um item presente em algumas fontes documentais. Muitas vezes não é real, a exemplo da idade. Entretanto, aparece em muitos inventários, cartas de alforria, documentos de comercialização, anúncios de jornais, entre outros.

### 2.5.4 – Origem dos escravos

Poucas são as atenções diretas às origens dos cativos nas pesquisas sobre a região charqueadora de Pelotas, bem como ocorre para outros locais em que a escravidão era o sistema vigente; há a dificuldade da certeza dessas origens, da mesma maneira que ocorreu em todo o continente americano, pois ao longo da história de comercialização dos cativos, em muitos casos estes eram incluídos em uma única grande “etnia” africana ou o local de seu embarque nos portos da África eram usados para designar suas naturalidades (MAESTRI, 1994; BERUTE, 2006; ASSUMPÇÃO, 2011; ROSA, 2012).

Sabe-se que os principais pontos de abastecimento de escravos para o Rio Grande do Sul eram Salvador, Recife e, especialmente, Rio de Janeiro (BERUTE, 2012. pp. 207) e os trabalhadores escravizados em Pelotas são principalmente distribuídos em dois grandes grupos homogeneizados que englobam “africanos”, “de nação” ou simplesmente “nação” e “novos” (recém-chegados ao continente americano), quando originários da África, e “crioulos”, quando nascidos já em solo brasileiro.

Entre os africanos, ainda que não sejam autênticas, aparecem as seguintes origens: angola, babina, banglula, benguela, beni, brasileiro, cabinda, cabundá, calunga, cassange, congo, gege (ou jeje), inhambane, jinga (ou ginga), ladino, mange (ou moange), manjolo (monjolo ou monjollo), mina, moçambique (ou maçambique), nação (“de nação”), nagô, rebolo (rebollo ou rebola), nagama ou somente “africana” (MAESTRI, 1984; SIMÃO, 2002; GUTIERREZ, 2004; PESSI, 2008; ASSUMPÇÃO, 2009; SCHERER & ROCHA, 2010; COUTO, 2011; LEITE, 2011; ROSA, 2012).

Os escravos “mina” são os oriundos da Costa da Mina, região da África de embarque dos mesmos (ASSUMPÇÃO, 2009; COUTO, 2011). Ladinos são os escravos que conheciam algum ofício e um pouco da língua portuguesa, seja no continente africano, seja no Brasil (COUTO, 2011).

A origem dos escravos “crioulos” pertencentes a proprietários pelotenses é variada, abrangendo os atuais estados da Bahia, Ceará, Mato Grosso, Maranhão, Minas Gerais, Paraná, Paraíba, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Santa Catarina, Sergipe, entre outros, além dos nascidos em território sul-riograndense, muitas vezes identificados nos documentos como “desta província” (MAESTRI, 1984; SIMÃO, 2002; BERUTE, 2006; ASSUMPÇÃO, 2009; SCHERER & ROCHA, 2010; COUTO, 2011; VARGAS, 2012).

Tanto Assumpção (2009), como Simão (2002) e Rosa (2012), encontraram um número mais elevado de africanos em relação aos crioulos, porém na maior parte das fontes há um alto índice de indivíduos sem identificação da origem, podendo acarretar em percentuais falsos e indicando, também, que a procedência poderia não ser um atributo de tanto valor como sexo e idade. Entretanto, Freyre (2010) nos informa que as características das etnias e os atributos físicos relacionados a elas, como cor da pele e outras peculiaridades físicas naturais ou

artificiais (marcas, escoriações, etc.), bem como modos de comportamento e vestimentas, são úteis principalmente para identificação dos escravos transgressores, foragidos ou desaparecidos. É o caso dos seguintes anúncios de fugas:

> ***Fugio*** – da charqueada de Domingos Soares Barbosa, em 24 de outubro, um escravo de **nação cabinda**, estatura regular, idade de mais ou menos 36 a 38 *annos.* É bem conhecido por ter 6 dedos na mão direita, sendo 2 no *pollegar.* Gratifica-se convenientemente a quem o agarrar e levar à charqueada de seu senhor. (Jornal *Diario de Pelotas,* n. 269, sábado, 30 de novembro de 1878. p. 3)

> ***Fugio*** - Da *caza* à rua Andrade Neves n. 190 *fugio* a escrava Celestina, conhecida por Celestina Bagé, é **crioula fula**, baixa, de 23 *annos* de idade; quem a entregar a seu senhor, ou ***d'ella*** der notícias será gratificado. Pelotas, 15 de janeiro de 1887. (Jornal *Rio Grandense,* n. 531, domingo, 16 de janeiro de 1887. p. 3)

Pode ser observado que há, ainda, uma combinação entre origem e características físicas, como cor, e/ou relativas ao seu trabalho, em especial quando o cativo é um "crioulo"; autores apresentam essa miscelânea em quadros estatísticos onde aparecem escravos com etnia definida lado a lado com indivíduos descritos como "mulatos", "mestiços", "cabras", "cabra escuro", "negros", "pretos", "fula", "pardos" ou simplesmente "escravos" (MAESTRI, 2002; PESSI, 2008; DAL BOSCO, 2009; SCHERER & ROCHA, 2010; COUTO, 2011; ROSA, 2012).

Em relação a "cabra", Fonseca (2009) afirma ser uma designação complexa, que identifica não só atributos físicos, caracterizando indivíduos mestiços ou negros "claros", mas também, podendo indicar uma questão de condição social. Freyre (2010) traz exemplos de anúncios em que não se sabe se a dita ou dito "cabra" é um cativo ou um animal (p. 127 e 128). Para que não ocorra confusão, alguns anúncios trazem a definição bem clara da intenção do anunciante:

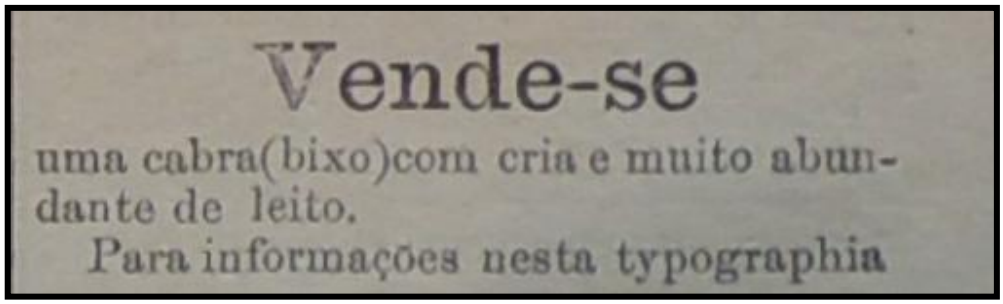



Figura 8 – Anúncio de venda de um animal, uma cabra. Fonte: Jornal *Diario de Pelotas,* n. 165, quarta-feira, 26 de julho de 1876. p. 3. (Foto da autora, 2014)

Não obstante a importância de se conhecer a etnia ou origem dos escravos para algumas ações específicas como nos casos de fugas e registros, parece-nos que não era essa atribuição relevante para o desempenho das atividades laborais como são sexo e idade, e a origem pouco aparece nos anúncios pesquisados para o presente estudo, como será discutido mais adiante.

### 2.5.5 – As especializações laborais da camada escravizada

As atividades dos escravos de posse dos charqueadores variavam conforme a necessidade dos senhores; algumas podem ser observadas no quadro a seguir, compilado e adaptado da pesquisa de Rosa (2012. p. 66), composto a partir das obras de Gutierrez (2011) e Pessi (2008; 2009). Também foi utilizada, para esta versão, a obra Documentos da Escravidão no RS: Compra e Venda de Escravos, organizado por Scherer e Rocha (2010):

| Produção do charque | Transportes | Ofícios Manuais / Artesanais | Serviços Domésticos | Serviços de campo e lavoura |
|---|---|---|---|---|
| Aprendiz | Boleeiro | Calafate | Alfaiate | Campeiro |
| Carneador | Carreteiro | Carpinteiro | Barbeiro | Campessino |
| Charqueador | Carroceiro | Corroeiro ou corrieiro | Costureira | Cavouqueiro |
| Chimango | Marinheiro | Ferreiro | Cozinheira (o) | Falquejador |
| Curtidor | | Marceneiro | Criada (o) | Roceiro |
| Descarneador | | Pedreiro | Engomador | |
| Foguista | | Oleiro | Lavadeiro (a) | |
| Graxeiro | | Serrador | Lustrador | |
| Salgador | | Tanoeiro | Mucama | |
| Salgador de couros | | | Padeiro | |
| Sebeiro | | | Peixeiro | |
| Servente | | | Sapateiro | |
| Tripeiro | | | Tecedeira | |
| | | | Tecelão | |

Tabela 2 – Atividades dos escravos de propriedade dos charqueadores pelotenses. FONTE: Pessi, 2008 e 2009; Scherer & Rocha, 2010; Gutierrez, 2011; Rosa, 2012.

Pessi (2008; 2009), Gutierrez (2011) e Rosa (2012) obtiveram a listagem das atividades em pesquisas com inventários *post-mortem* de proprietários, sendo que a especialização de cozinheiro, bem como de lavadeiro, podem ser ambíguas. Dentro da própria indústria, o cozinheiro pode trabalhar com o preparo de partes do animal abatido ou preparando alimento para os escravos; o lavadeiro pode ser quem limpa o ambiente. As mulheres, em geral, são cozinheiras da casa e lavadeiras de roupas. (PESSI, 2008; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012). A afirmativa dos cozinheiros homens não é fechada, eles trabalham também nas casas de família. No exemplo a seguir percebe-se que, por ser cozinheiro e copeiro, o trabalhador serve dentro da casa de família:

> **Aluga-se** um escravo *cosinheiro* e perfeito copeiro, de *conducta* garantida. Quem *d'elle* precisar pode dirigir-se à rua Andrade Neves n. 49. (Jornal *Onze de Junho,* n. 767, quinta-feira, 30 de março de 1882. p. 3)

Como já foi comentado anteriormente, alguns escravos nas charqueadas não eram considerados especializados ou eram tidos como semi-especializados, e eram destinados a atividades diversas no entorno das casas, no serviço doméstico. Alguns aparecem, ainda, na obra organizada por Scherer e Rocha (2010), onde informações de compra e venda de cativos foram compiladas dos contratos originais como “sem ofício” e “de todo serviço”, sendo que esta última categoria aparece, também, nos anúncios dos jornais pesquisados. Os cativos que desempenhavam algum “ofício” (artesãos como sapateiros, alfaiates) eram considerados

especializados. Mesmo dentro da indústria, poderiam exercer mais de uma atividade, caso do “servente”, considerado não-especializado e que aparece no meio urbano desempenhando funções diversas (SIMÃO, 2002; GUTIERREZ, 2011).

Em alguns anúncios de jornais observamos essa semi-especialização ou não especialização como nestas procuras e ofertas de cativos para charqueada, onde os cativos são indicados para o trabalho na indústria, mas sua atividade não é especificada. Podemos pensar que são aptos a desempenhar múltiplas funções corroborando a ideia de que o serviço do trabalhador na charqueada pode ser variado:

> **Precisa-se** alugar 4 pretos para **serviço de *xarqueada***; quem os tiver queira dirigir-se a praça Pedro II, n. 4. (*Jornal do Commercio*, nº 42. Quarta-feira, 23 de fevereiro de 1876. p. 3)

> **Vende-se** um negro **proprio para *xarqueada***, **campeiro**, moço, **entende de roça**. Quem *precizar* dirija-se a bordo do hiate Guahiba, no porto da cidade que fará negocio. Manoel José da Silva Lisboa. (*Jornal do Commercio*, nº 271. quarta-feira, 28 de novembro de 1877. p. 3)

Os escravos poderiam também estar vinculados a outras múltiplas atividades fora da indústria, porém em ambiente rural, visto que havia propriedades de criação de gado na região e alguns charqueadores estavam envolvidos com a produção de animais e mantinham hortas e pomares (GUTIERREZ, 2010; ROSA, 2012). A agricultura, ainda que não fosse a atividade principal do município, contava com plantações de milho, feijão, mandioca e fumo (SIMÃO, 2002. p. 47). Nos anúncios de jornais, esses serviços estão presentes:

> **ATTENÇÃO** Nesta *typographia* se dirá quem tem para vender um crioulo de 17 *annos*, bonita figura, **campeiro** e apto para todo serviço. (Jornal *Diario de Pelotas*, n. 162, sábado, 22 de julho de 1876. p. 3)

> **VENDE-SE** um *excellente* pardinho de 10 *annos* de idade **próprio para boleeiro**, entendendo da **lida de campo e lavrar**; para ver e tratar com seu senhor, no hotel da Boa Esperança de Vicente Martins, no outro lado de Santa Barbara. (Jornal *Diario de Pelotas*, n. 272, terça-feira, 5 de dezembro de 1876. p. 3)

Neste segundo anúncio podemos perceber que o referido “pardinho” já é trabalhador de campo e lavoura com seus 10 anos de idade e está apto para aprendiz de boleeiro.

Quanto às mulheres trabalhando diretamente com a produção dentro dos *saladeros*, são raras as informações. Temos o relato do francês Jean Baptiste Debret, de 1835, sobre a existência de cativas dentro da indústria, lidando diretamente com derivados bovinos. Debret descreve o a produção de charque em Pelotas e fala sobre essas mulheres:

> Passando pelo barracão das caldeiras, vimos, pela primeira vez, negras ocupadas nos trabalhos de charqueada; [...] cortado em pedaços (a carcaça do animal abatido), foi o conjunto jogado na água fervendo das caldeiras, a fim de se escumarem as gorduras que se vende em pães. Do outro lado, e um pouco mais atrás, mostraram-nos outra espécie de gordura de qualidade infinitamente superior produzida pela medula e pelo miolo fervidos e que se escorre ainda líquida dentro de bexigas de boi; esse trabalho minucioso era confiado especialmente às negras (DEBRET, In: MAGALHÃES, 2000a. p. 74).

Magalhães assinala que é surpreendente essa descrição do serviço das mulheres, uma vez que “tem-se disseminado a ideia de uma quase inexistência de mulheres escravas nos *saladeros* de Pelotas” (2000a. p. 80).

Maestri (1984. p. 94) apresenta um arrolamento das atividades de escravos em uma declaração do charqueador Domingos José de Almeida em que aparecem “15 graxeiros e graxeiras”. Da mesma forma, ocorre na obra de Moacyr Flores (2013) que traz as informações sobre a presença feminina no trabalho direto da indústria também atribuídas ao charqueador Domingos José de Almeida, o qual envia à sua esposa Bernardina uma carta, datada em 10/10/1843. Nessa correspondência, por conta de uma venda, estão discriminados os nomes e os valores dos cativos, bem como algumas idades e especializações dos mesmos. Encontram-se duas mulheres compondo esse grupo: Maria Joaquina e Tereza, ambas identificadas como “graxeiras” (pp. 50 e 51).

Ainda que existam esses relatos, em geral as mulheres encontravam-se mais direcionadas ao trabalho “menos pesado”, tanto no meio rural quanto no urbano, enquanto as atividades mais pesadas estavam vinculadas aos homens. Corroborando as informações sobre as tarefas das cativas no centro charqueador

pelotense apresentadas por Gutierrez (2009, 2010) e Rosa (2012), o historiador Agostinho Dalla Vechia (1994) entrevistou descendentes de escravos em Pelotas e região, e todas as informações e dados apontam para as mulheres cozinhando, limpando as casas, lavando roupas, costurando e trabalhando em lidas ao redor da casa dos proprietários ou para fora.

Esses cativos de propriedade dos charqueadores perambulavam entre o meio urbano e rural, uma vez que os proprietários circulavam entre esses ambientes. Também havia os escravos estritamente urbanos, especializados, semi-especializados ou sem especialização nenhuma, porém essa divisão é complexa e varia de autor para autor (PETIZ, 2001; SIMÃO, 2002). Os cativos trabalhavam em fábricas, em tarefas artesanais (ofícios), na construção, no serviço doméstico, entre outros, lado a lado com a mão de obra de libertos ou de brancos livres pobres (SIMÃO, 2000; MAESTRI, 2006; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012).

Algumas das principais atividades desempenhadas pelos escravos urbanos em Pelotas, sendo elas consideradas mais especializadas ou menos especializadas, são: acendedor de lampião, aguadeiro, alfaiate, ama de leite, boleeiro, carpinteiro, carregador, copeiro, costureira, cozinheira (o), criada (o), engomadora/engomadeira, estivador, ferreiro, jardineiro, lavadeira (o), marceneiro, mucama, ourives, passadeira, pedreiro, pintor, remador, sangrador, sapateiro, servente, sombreeiro, tamanqueiro, tanoeiro, tira-dentes, torneiro, vendedor ambulante, entre outras. Algumas dessas eram realizadas por homens, outras por mulheres e outras, ainda, eram comuns a ambos os sexos (SIMÃO, 2002; MAESTRI, 2006; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012; VARGAS, 2012).

Nas cidades os cativos poderiam servir diretamente seus senhores como escravos domésticos ou servirem como escravos de aluguel ou de ganho (SIMÃO, 2002; MAESTRI, 2006). O escravo de aluguel era, em geral, especializado em alguma atividade e gerava uma boa renda para seu senhor (SIMÃO, 2002. p. 49). Ele poderia ser “adestrado” desde o momento em que entrava na idade considerada capacitada para aprender algum ofício, a já descrita idade de “aprendiz” (GÓES e FLORENTINO, 2000. p. 184; PRIORE, s/d). O lucro de seu serviço era remetido ao seu proprietário, no entanto, assim como os cativos domésticos, tinham moradia, alimentação e roupa garantidos pelos seus senhores. Não era incomum que os escravos de aluguel ganhassem algum tipo de “pequeno prêmio” pelo seu serviço

(SIMÃO, 2002. p. 49). Cabe salientar que a prática do aluguel de escravos, em todo o Brasil, pode ser associada diretamente ao trabalhador doméstico e, segundo Costa (1998. p. 96-97), muitos anúncios de jornais na segunda metade do século XIX traziam o termo “alugada” para definir “criada de servir”.

Ao contrário do escravo de aluguel, o escravo de ganho centrava sua atividade em, ele próprio, vender seu serviço ou os frutos da produção de seu senhor a outras pessoas, conquistando uma pequena participação nos lucros. Os escravos de ganho eram uma opção para os pequenos proprietários, que detinham poucos cativos na cidade. O dinheiro recebido poderia equivaler-se a um salário. Esse cativo, em uma primeira vista, parecia ter uma maior liberdade em relação aos outros, uma vez que poderia ter sua própria moradia e circular mais livremente na cidade. Porém, ele precisava obter um ganho suficiente para pagar a seu senhor uma renda pré-estipulada e seus próprios gastos com o que restava. Ele precisava pagar o aluguel de sua pequena casa ou quarto nos cortiços urbanos, da mesma forma que outros moradores das periferias, como libertos, ex-trabalhadores rurais, operários e imigrantes, e precisava prover sua alimentação e seu vestuário (SIMÃO, 2002; MAESTRI, 2006; CUNHA, 2012; DIAS, 2013; MACIEL, 2014).

Em todo o lugar onde ocorreu escravidão, existia o escravo de ganho e, consequentemente, havia uma forte concorrência de mercado com outros indivíduos da população trabalhadora pobre, pois muitos destes desempenhavam as mesmas funções que os escravos urbanos (MAESTRI, 2006; CUNHA, 2012). Temos, aqui, alguns exemplos de anúncios dessa população concorrente dos escravos de ganho:

> **Ama de leite** - a **libertada** Senhorinha, para poder corresponder ao dever que *contrahiu*, precisa contratar-se como ama ou qualquer outro serviço. Para tratar com a mesma em casa do Sr. Estevam Barbosa de Pinho Louzada. (*Jornal do Commercio,* n. 277, domingo, 05 de dezembro de 1880. p. 3)

> **Criada** - precisa-se de uma que saiba *cosinhar*, preferindo-se **branca**. Informações n'esta *tipographia*. (Jornal *A Nação* n. 126, segunda-feira, 21 de abril de 1884. p. 3)

> **Ama de leite** - quem precisar d'uma ama de leite ***allemã*** e sem filho, dirija-se a rua do Imperador n. 16. (Jornal *Diario de Pelotas*, n. 101, sábado, 08 de maio de 1886. p. 3)

Essa suposta maior “liberdade” tinha, portanto, um alto preço, visto que muitas vezes o valor adquirido pelo cativo era tão escasso que o induzia a furtar, roubar e prostituir-se. E, ainda, a liberdade não deixava de ser vigiada e, na maioria das vezes, seus limites coincidiam com os limites geográficos da cidade. (SIMÃO, 2002; ZANETTI, 2002; MAESTRI, 2006). As limitações ultrapassavam a condição de escravo, entretanto muitos “construíam solidariedades eficazes com membros do seu “canto”, cujo objetivo era formar um tipo de consórcio, “uma associação de auxílio mútuo” para conseguir esconder seus ganhos extras, como uma alternativa à aquisição de suas alforrias (CUNHA, 2012. p. 56).

Figura 9 – Escravos de ganho compravam mais facilmente sua alforria. Foto de Chistiano Jr. c. 1865. (Acervo Museu Histórico Nacional / IBRAM / MinC). In: Cunha, 2012. p. 55.

Os escravos estavam, então, ocupando-se de vários trabalhos e em condições diversas e podemos observar que, desde as primeiras presenças do escravo africano e afro-descendente como mão de obra nas Américas as relações que ocorriam entre escravos e entre escravos e senhores se davam em vários âmbitos: escravizados trabalhando no meio rural e urbano, resistindo ao sistema nas mais diversas maneiras; libertos atrelados a seus senhores, pagando sua “dívida de vida” com trabalho ou oferta de outro cativo em seu lugar; escravos na cidade socializando e concorrendo com outras camadas de trabalhadores. As negociações nunca eram totalmente pacíficas e o escravo resistia de diversas maneiras ao sistema.

Para a categoria “trabalho”, uma vez que a escravidão ocorre em função de mão de obra, temos atividades diversas atribuídas conforme idade e sexo dos cativos. A mulher escrava desempenha, especialmente, os serviços domésticos ou mais próximos às casas, “mais leves”. Ainda que existam exceções, geralmente são elas que estão em contato mais próximo de seus senhores. Sendo assim, mais informações sobre essa camada de mulheres trabalhadoras cativas no ambiente oitocentista pelotense e suas especializações são úteis para entendermos as formas de se relacionarem dentro dessa sociedade a partir de suas atividades e para a compreensão da perpetuação desse trabalho doméstico através das gerações.

# CAPÍTULO III – TRABALHO DOMÉSTICO, ESCRAVIDÃO E RELAÇÕES DE GÊNERO, CLASSE E COR A PARTIR DE UMA LEITURA DOS JORNAIS PELOTENSES DO SÉCULO XIX

> Refletir sobre a temática das relações de gênero e da escravidão na história do Brasil implica, sobretudo, considerar as experiências de mulheres negras no mundo do trabalho (SOUZA, 2012. p. 244).

Como pode ser acompanhado pela historiografia, os trabalhos forçados na sociedade escravista eram desempenhados por múltiplos agentes e havia divisão das atividades por sexo. Em geral, a mulher encontra-se, historicamente, muito mais no ambiente domiciliar que o homem (SOUZA, 2012) e isso se reflete, também, na camada escravizada. Podemos dizer que há o "espaço de trabalho da mulher e o espaço de trabalho do homem" e isso pode ser entendido a partir de reflexões sobre gênero e classe, na tentativa de compreender as relações que ocorriam entre mulheres trabalhadoras cativas e de outras categorias.

## 3.1 – Dos primórdios dos estudos de gênero à atualidade: mulher, gênero e arqueologia

Os estudos sobre gênero, mostrando o quanto os papéis definidos de masculino e feminino e o quanto suas diferenças são variadas de acordo com as diversas culturas, remontam aos princípios do século XX. Na Antropologia e, um tanto tardiamente, na Arqueologia a temática vem sendo explorada em diversos âmbitos, porém as origens desses estudos centram-se na compreensão dos aspectos socioculturais das diferentes sociedades.

Foi a partir de Franz Boas que o indivíduo passou a ser observado com suas subjetividades e particularidades. Em fins do século XIX, contrapondo-se às ideias evolucionistas, Boas engajou-se em abranger diferentes disciplinas em suas abordagens, o que ele chamou de "quatro campos" (antropologia cultural, antropologia física, arqueologia e linguística). Unindo essas áreas e aproximando-se da psicologia (CASTRO, 2004), com estudos de raça e cultura, Boas abriu novos caminhos para pesquisadores que vieram a seguir.

Na mesma época, Émile Durkheim preocupa-se em identificar quais e por que algumas tarefas são atribuídas a homens e outras a mulheres (ALBUQUERQUE,

2007). Sua obra *Divisão do Trabalho* baseia-se na ideia de que o homem é biologicamente mais evoluído que a mulher e que as diferenças dos corpos podem ser transportadas para as diferenças funcionais, pressupondo que as tarefas são divididas de forma solidária para ambos os sexos, com um serviço complementando o outro. Entretanto, cabe salientar que, para o autor, essa compreensão de trabalho solidário não remete a uma questão igualitária, mas sim a uma demanda para "manter a ordem social". Seguindo as concepções tradicionais, para Durkheim, o homem é mais evoluído que a mulher e mais apto para determinadas funções (ALBUQUERQUE, 2007).

Confrontando as ideias biológicas, as discípulas de Boas, Ruth Benedict e Margareth Mead inauguram a escola "Cultura e Personalidade", dentro da qual a ideia principal seria relacionar a cultura em que o indivíduo estava inserido com a personalidade deste indivíduo, mostrando como as culturas "selecionam" o que será minimizado, acentuado ou ignorado nas vidas humanas. Isso porque, segundo essa escola, algumas características individuais têm um "valor" em cada cultura, a qual estimularia ou reprimiria essas características, de acordo com o que é concebido como aceitável (MEAD, 1971; ROCHA, 1984).

Ainda que não se discuta gênero nessas primeiras pesquisas do século XX, Margareth Mead, a exemplo de alguns de seus colegas contemporâneos, como Gregory Bateson e Marcel Mauss, já antecipava esse tema quando observou uma diversidade de papéis sexuais de acordo com as diferentes culturas. A autora, assim como alguns antropólogos de sua época, percebeu que, mesmo quando as sociedades estivam próximas geograficamente, elas entendiam de formas distintas os sexos, não se limitando às peculiaridades anatômicas (MEAD, 1971; SEGATO, 1998). A "natureza", portanto, não explicaria a gama de outras diferenciações sociais entre os sexos, como hierarquia, poder, *status*, posição na divisão do trabalho, personalidade, comportamento individual e coletivo e até mesmo as formas de lidar com o corpo. De acordo com Segato (1998. p. 5), foi Mead a precursora do que atualmente chamamos de "construção cultural de gênero", partindo da ideia de que "homem" e "mulher" são entes que se diferenciam conforme cada sociedade e assim "introduz-se o "gênero" como uma questão antropológica, etnograficamente documentável".

Se de um lado temos autores trabalhando com os conceitos de configuração e padrões de comportamento, por outro temos Lévi-Strauss, que volta a nos trazer

uma noção da divisão sexual do trabalho. Porém, ao contrário de Durkheim, para quem essa divisão ocorre dentro de uma lógica biológica, Lévi-Strauss entende que existe uma reciprocidade entre os sexos construída culturalmente derivada da necessidade econômica das sociedades. Para solucionar os problemas econômicos, existe a divisão do trabalho que ocorre a partir das alianças (os casamentos). Dessa forma, a partir das relações de parentesco e das dualidades que as relações entre os sexos permitem, das reciprocidades e das trocas entre as famílias, é que se mantém a ordem da sociedade (LÉVI-STRAUSS, 1982).

Devemos levar em conta que este e os outros clássicos são datados historicamente. No entanto, são importantes para o entendimento do percurso dos estudos de gênero, os quais caminham juntamente com os movimentos feministas, uma vez que esses movimentos impulsionaram as reflexões sobre a mulher e sua inserção nas diferentes sociedades.

Os movimentos feministas são, em geral, historicamente divididos inicialmente em três ondas. O primeiro, é conhecido como movimento sufragista, ocorreu entre 1880 e 1920, e caracteriza-se por um levante de mulheres que reivindicavam direitos políticos, educacionais e trabalhistas (GILCHRIST, 1999. p. 2).

O segundo movimento dá-se em fins dos anos 1960 e é estimulado por teóricas e feministas tanto européias quanto estadunidenses que passam a refletir sobre a posição universalizada da opressão da mulher, que se valeram dos primeiros estudos sobre os papéis sexuais dentro das sociedades (FRANCHETTO, et al., 1981; GILCHRIST, 1999). Feministas como Simone de Beauvoir, Shulamith Firestone e E. Reed entendem que fatores ligados à biologia (como a reprodução e a maternidade) e, também, ao surgimento da propriedade privada utilizando a teoria do patriarcado, levaram a mulher a ser colocada sob domínio doméstico e sob o espectro da “fragilidade” (FRANCHETTO, et al., 1981; GILCHRIST, 1999). Uma das forças para o movimento, especialmente na década de 1970, foi a inserção de militantes feministas no meio acadêmico, possibilitando o início dos “estudos da mulher” (FRANCHETTO et al., 1981; GROSSI, 2004). Expoentes dessa época foram Gayle Rubin, R. Rosaldo e J. Atkinson, cujos estudos centraram-se em análises antropológicas anteriores, como de Lévi-Strauss e demonstram que a passagem da “natureza” para a “cultura” e a condição biológica da mulher influenciavam na opressão feminina, ou na “assimetria” entre os sexos, como passa a ser chamada pelas duas últimas autoras (FRANCHETTO, et al., 1981; NICHOLSON, 2000).

Uma importante pesquisadora para essa linha é a antropóloga estadunidense Gayle Rubin, que reflete acerca da opressão feminina dentro dos sistemas sociais a partir de uma perspectiva estruturalista (RUBIN, 1993). Levantando os questionamentos sobre as interpretações de Lévi-Strauss, na obra *As estruturas elementares do parentesco*, ela percebe as relações entre homens e mulheres como históricas, consequentes de um arranjo social e com um momento de origem, não derivando de um estado de natureza. Para ela, o sistema de troca de mulheres observado por Lévi-Strauss pode ser analisado dentro de uma perspectiva em que a mulher é socialmente construída, estando o sexo para a natureza e o gênero para a cultura.

Essa teórica feminista entende que se as mulheres são trocadas para as alianças dos grupos, o que configura a passagem da natureza para a cultura, e essas alianças compreendem as regras exogâmicas e o tabu do incesto. O problema da opressão da mulher (categoria mantida pela autora e que vem do movimento feminista) estaria exatamente na criação da cultura. Assim, a teoria do social proposta por Lévi-Strauss traz, implícita, a essência de uma teoria da opressão feminina (FRANCHETTO, 1981; RUBIN, 1993). Segundo Franchetto, et al. (1981), tanto no movimento feminista desse período, quanto para as teóricas, entende-se que a natureza (biológica) é interpretada pela cultura, da qual se originam múltiplos significados que ultrapassam as diferenças dos corpos, que ganham sentido socialmente.

Para Nicholson (2000), um dos problemas de algumas feministas desse período foi não substituir o conceito de “sexo” (biológico) por “gênero” (cultural), uma vez que sexo não é analisado fora de gênero: “sexo deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero” (p. 2). Logo, o que era chamado de “estudos da mulher” passa a ser chamado de “estudos de gênero”, uma vez que as diferenças sexuais estavam sendo pensadas para além dos corpos biológicos e, então, teóricas feministas da Europa introduzem o termo “gênero” em lugar do termo “sexo”. Iniciam-se, portanto, discussões que compreendem o gênero como uma categoria que presume, além do sexo, aspectos de classe e raça (SCOTT, 1995).

Essa terceira onda, portanto, ocorre especialmente durante a década de 1990, em que uma série de mudanças são consideradas para se pensar gênero. Segundo Gilchrist (1999, p. 2), esse terceiro movimento traz discursos rejeitando a ideia de que existem características ou atributos essenciais para tipificar homens e

mulheres. Se na segunda onda gênero era entendido como construído culturalmente e sexo como pertencente à esfera biológica, na terceira onda supera-se essa dicotomia (GILCHRIST, 1999; NICHOLSON, 2000).

Scott (1995) critica a categoria gênero como um sinônimo de mulher, conceito utilizado amplamente pelas teóricas feministas de décadas anteriores. Para ela, usar essa equivalência de termos diminui a posição da mulher na história:

> Enquanto o termo "história das mulheres' proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos, o termo "gênero" inclui as mulheres, sem as nomear, e parece, assim, não constituir ameaça. (SCOTT, 1995. p. 75).

Influenciada, portanto, por ideários pós-modernos, essa fase do movimento feminista é caracterizada por ampliar o conceito de gênero (GILCHRIST, 1999; NICHOLSON, 2000; GROSSI, 2004) e ultrapassar a esfera da discussão de sexo, entendendo que gênero deve levar em conta as diferenças: "diferenças entre homens e mulheres, ou entre homens e mulheres em contraste com sexualidades, etnicidades ou classes sociais" (GILCHRIST, 1999. p. 3), em uma reestruturação que exige uma visão de igualdade política e social (SCOTT, 1995). Gênero passa a ser pensado, então, como uma conjunção de múltiplos fatores e deve ser estudado de forma "relacional", e não mais de maneira isolada. As mulheres devem ser estudadas em relação a outras mulheres e em relação a homens, por exemplo, entendendo as mulheres em um caráter heterogêneo e dentro de suas relações sociais.

Buscando uma teoria que rompesse as dicotomias sexo/gênero, temos Butler (1999), que afirma ser o "sexo" uma categoria também construída culturalmente, assim como o é "gênero". Com essa perspectiva, Butler problematiza o conceito de gênero em que se firma a teoria feminista, pois, para ela, a distinção de sexo/gênero é arbitrária, na medida em que ambos são construídos e não são naturais. O "torna-se mulher e não se nasce mulher" de Simone de Beauvoir, filósofa feminista francesa, é entendido por Butler como não indicando que o indivíduo seja biologicamente do sexo feminino para tornar-se mulher. Portanto, sexo também seria uma categoria que varia de cultura para cultura (BUTLER, 1999).

Também nos anos 1990, nas vertentes do pós-estruturalismo e com teorias pós-identitárias, rompendo ainda mais as possíveis dicotomias existentes,

desenvolve-se a teoria *queer*, por meio de uma corrente dentro dos movimentos homossexuais. Esse conceito trata de opor-se à construção do gênero heteronormativo e caracteriza-se por problematizar categorias como sujeito, identidade, agência e identificação, os quais não eram contemplados nos estudos de gênero (LOURO, 2004).

As diferentes perspectivas de gênero são construídas historicamente e as diferenças podem ser percebidas; enquanto a corrente estruturalista apresenta a dicotomia feminino/masculino, entendendo que para que exista o feminino é necessário o masculino, na corrente pós-estruturalista o gênero se constitui por linguagem/discurso. Scott (1995) fala que o discurso é um instrumento de orientação do mundo e pode ser anterior à orientação da diferença sexual (SCOTT, 1995; BUTLER, 1999; GROSSI, 2004).

De acordo com Peirano (1995), a antropologia é uma ciência que não segue paradigmas pré-estabelecidos, unindo teoria e pesquisa na busca por novas descobertas. Assim, temos que as etnografias são construções acadêmicas a partir de análises de dados de campo. Strathern (2006) demonstra isso em seu estudo sobre sociedades na Melanésia, no qual percebe a necessidade de entendermos que o conhecimento é produzido historicamente e que parte do exercício antropológico é reconhecer a criatividade dos grupos humanos, a qual ultrapassa qualquer análise acadêmica.

Dentro dessa perspectiva, Strathern (2006) nos fala que as relações de gênero são entendidas pelo viés do observador, sendo que a visão feminista “induz em grande medida a uma visão mais autônoma das relações de poder” (p. 58), uma vez que “homens e mulheres como seres caracterizados por gênero estão sempre diferentemente situados” (p. 59). Para Strathern (2006),

> A inter-relação entre interesses “femininos” e “masculinos” pode ser compreendida com respeito a cada um deles, mas a motivação por trás desses interesses é geralmente tida como inerente à existência separada das próprias categorias. Isso porque a visão pluralista implica que as ideologias têm suas origens na promoção de interesses identificáveis e mutuamente exteriorizados, mais propriamente do que nas formas de funcionamento internamente interconectadas de um sistema (p. 59).

Entender a posição das mulheres negras na sociedade escravista é buscar, portanto, nas relações de poder o foco para o entendimento das permanências das

desigualdades na sociedade pelotense atual, centrando os esforços para compreender as relações entre homens e mulheres e entre mulheres de diferentes categorias sociais. Discutiremos essa questão mais adiante.

### 3.1.1 – Breve histórico da Arqueologia de Gênero

Ainda que tardiamente, seguindo o compasso da efervescência dos estudos feministas, nos anos 1980 a Arqueologia de Gênero começa a se constituir como área (GILCHRIST, 1999; ZARANKIN & SALERNO, 2010). Pesquisas sobre o tema passaram a ser discutidas com ênfase em uma visão crítica sobre a interpretação das relações em tempos passados (ZARANKIN & SALERNO, 2010). As variações sobre a composição dos gêneros são observadas de diversos pontos de vista dos pesquisadores e essas relações podem ser interpretadas a partir de artefatos, edificações/espaços, representações visuais, dados ambientais, restos humanos, etc. (GILCHRIST, 1999).

De acordo com Voss (2006), as primeiras pesquisas dos estudos de gênero em arqueologia atentaram para os aspectos sexuais (natureza), como forma de enfatizar a presença das mulheres nos sítios separando os papéis de gênero da biologia reprodutiva. A sexualidade foi abordada em micro-escala, como proposto, por exemplo, por Conkey & Spector e por Gilchrist, entre outras.

Conkey & Spector (1984) são duas das primeiras arqueólogas feministas a questionarem a invisibilidade da mulher nas pesquisas arqueológicas. Segundo as autoras, o fator invisibilidade devia-se muito mais a uma falsa noção de objetividade e sobre paradigmas de gênero empregados pelos arqueólogos do que uma invisibilidade inerente aos dados (CONKEY & SPECTOR, 1984. pp. 5-6). Para as autoras, a visão androcêntrica tradicional enraizada nos arqueólogos, em sua grande maioria homens brancos, tornava as interpretações parciais, subjugando o papel das mulheres ou relegando-os a uma ideia ocidental de construção dos sujeitos (CONKEY & SPECTOR, 1984). A proposta dessas arqueólogas foi buscar metodologias alternativas às aplicadas comumente pelos pesquisadores, procurando os aspectos relacionados a gênero dentro das análises dos sítios, fugindo das teorias dos sistemas utilizadas na época e buscando uma arqueologia em menor escala (CONKEY & SPECTOR, 1984).

Apenas na década de 1990, com as propostas pós-modernas de pensamento sobre as relações de gênero, a arqueologia passa a propor novas reflexões sobre o papel das mulheres, tanto a partir dos registros arqueológicos, quanto sobre suas atuações como pesquisadoras. Essas novas perspectivas começam a introduzir a ideia de múltiplos gêneros, saindo da dualidade feminino/masculino e chegando aos estudos *queer* (ZARANKIN & SALERNO, 2010).

Com o entendimento de gênero como cambiante e plural (GROSSI, 2004), podemos partir para uma análise sobre o trabalho doméstico e as mulheres negras que o desempenhavam, e ainda o desempenham, e as relações que permeiam esse trabalho.

### 3.1.2 – Mulheres e trabalho doméstico: da "domesticidade" à questão da mulher negra

A história nos mostra que na sociedade escravista as mulheres das elites, as proprietárias de escravos em geral, as escravas e as trabalhadoras livres compartilham os mesmos ambientes. As relações entre essas diferentes mulheres davam-se de formas diversas. Há, por um lado, a ideia de poder e de concorrência entre as categorias trabalhadoras e, por outro, a ideia de solidariedade entre as negras (REIS, 2012; DIAS, 2013; SILVA, 2011).

A história da mulher está, em geral, entrelaçada intimamente com o ambiente doméstico. Segundo Rosaldo (1995), todas as sociedades humanas apresentam os "grupos domésticos", os quais são essencialmente integrados por mulheres e crianças. Apesar de, frequentemente, homens circularem e desempenharem funções domésticas e mulheres ultrapassarem os limites da casa, pode-se afirmar que as "mulheres, diferentemente dos homens, vivem vidas que elas mesmas concebem com referência a responsabilidades de um tipo reconhecidamente doméstico" (ROSALDO, 1995. p. 20).

Assim, algumas explicações para as relações de poder e de desigualdade de gênero podem estar centradas no papel reprodutivo da mulher, o que poderia ser a base para a "acomodação mútua da história humana e da biologia humana" (ROSALDO, 1995. p. 19). Mesmo em diferentes sociedades, essa acomodação pode derivar-se do fato de as mulheres terem crianças e produzirem leite e cuidarem

dos mais novos, portanto, elas estão mais concentradas na esfera doméstica do que na esfera pública (ROSALDO, 1995. p. 19). Entretanto, a autora ressalva que esse modelo público/privado só tem sentido em termos universais, pois em uma visão mais concreta, o lugar da mulher nas sociedades não está relacionado com o que ela faz e ao que biologicamente ela é, mas sim à significação que suas atividades adquirem dentro das interações sociais (ROSALDO, 1995. p. 22). Para essa autora, o espaço doméstico pode ser compreendido, na sociedade ocidental, como o ambiente onde ocorrem as relações sociais entre parentes baseadas na moradia e no abastecimento cotidiano da família e não mais o local de oposição ao espaço normativo jurídico (masculino): o público (p. 27).

Ainda assim, o espaço da casa relacionado às atividades da mulher está muito presente no pensamento atual. Para Zarankin & Salerno (2010), embora a arqueologia, a exemplo de outras ciências humanas, esteja rumando para uma amplitude de interpretações sobre gênero, as narrativas sobre a humanidade no passado ainda preservam traços androcêntricos e entocêntricos que são passados para as novas gerações. Em uma experiência proposta pelos autores, foi pedido a crianças que desenhassem sociedades do passado. Os desenhos apresentavam as mulheres no ambiente doméstico desempenhando o que hoje entendemos por “tarefas do lar”, enquanto os homens estavam nas atividades externas de caça, pesca, e apareciam com lanças e flechas nas mãos. As mulheres apresentavam traços de “feminilidade”, como cabelos compridos e roupas de cor rosa. As crianças reproduziram o que aprenderam em sua própria sociedade, tanto em relação às normas atuais, quanto à história da humanidade, que é claramente repetida: os homens estão na rua, enquanto as mulheres estão relacionadas ao ambiente doméstico (ZARANKIN & SALERNO, 2010).

Essa ideia de ambiente doméstico pode ser ampliada, porém mantêm-se as atividades relacionadas às mulheres. Conforme a arqueóloga Battle-Baptiste (2011), o espaço doméstico das escravas seria qualquer lugar onde ocorriam as negociações atinentes a assuntos de cuidado da família, das crianças, da alimentação, etc. Portanto, esse espaço ultrapassaria as estruturas arquitetônicas das senzalas, diferentemente do que ocorria com os espaços das mulheres brancas, especialmente das elites na sociedade escravista, os quais estavam realmente mais concentrados dentro das paredes da casa. Assim, o trabalho doméstico não pode ser atribuído sempre e apenas ao ambiente físico da casa e seu entorno.

Podemos incluir nessas tarefas de ambiente doméstico não só as que dizem respeito ao ambiente da família escrava, mas aqueles que exigiam as ruas para sua execução, porém ainda assim pertenciam ao ambiente domiciliar, como alguns trabalhos externos executados pelas cativas, por mulheres libertas e livres pobres. Esses serviços permitiam a circulação das mulheres escravas e empobrecidas nas ruas, enquanto as mulheres brancas/das elites, permaneciam em suas casas.

Figura 10 - Quitandeiras em rua do Rio de Janeiro, 1875. FERREZ, Marc. (Acervo Instituto Moreira Salles/RJ). Fonte: www.ims.com.br

A manutenção das relações de poder no que diz respeito às mulheres negras na atualidade está diretamente vinculada à herança escravista, em Pelotas e no Brasil como um todo. Há uma constante construção da subalternidade pelas elites e, em relação à mulher, pobre e negra, há a implicação nos três âmbitos: gênero, classe e cor, assim como nos fala Spivak (2010. p. 126) sobre o subalterno que “não pode falar. Não há valor algum atribuído à “mulher” como um item respeitoso nas listas de prioridades globais”.

Partindo-se de concepções sobre gênero e relações de poder, temos que a condição de grande parte da população negra no Brasil permanece em situação de exclusão, decorrente dos problemas socioeconômicos que se perpetuam no tempo. À mulher negra cabe uma situação ainda potencializada de desigualdades, pelas

discriminações sofridas por elas em vários âmbitos, pois, além da violência de gênero, a mulher negra sofre preconceito “de cor” e raça, esta entendida como uma construção cultural, social e histórica. (MENEGHEL, et. al., 2005; RIBEIRO, 2008).

Segundo a autora feminista negra Bell Hooks (1984/2004), os primeiros estudos feministas nos Estados Unidos não abrangiam as mulheres negras, a quem era relegado um papel de exclusão e abandono, sendo que às brancas cabia um papel revolucionário de combater as violências de gênero. O que, para a autora, não só deixava de lado qualquer mulher que não fosse branca de classe média/alta, como não possibilitava “medir o sofrimento” dessas outras mulheres que estavam em desvantagem socioeconômica. Hooks (1984/2004) concorda que esse sofrimento não é universal para todas as mulheres, porque está vinculado a determinadas “situações, necessidades e aspirações”, as quais, no entanto, não excluem os “parâmetros históricos e políticos” que devem ser utilizados como ferramentas para “medir o sofrimento”. Somente dessa forma é possível tomar os rumos políticos corretos: estabelecendo as prioridades sociais em níveis de “sofrimento” (BARER s/p, *apud* HOOKS, 1984/2004).

A condição histórica de colocar a mulher negra em uma posição de subalternidade dá-se na literatura feminina branca:

> El racismo abunda en la literatura de las feministas blancas, reforzando la supremacía blanca y negando la posibilidad de que las mujeres se vinculen políticamente atravesando las fronteras étnicas y raciales. El rechazo histórico de las feministas a prestar atención y a atacar las jerarquías raciales ha roto el vínculo entre raza y clase (HOOKS, 1984/2004. s/p)

Falar de hierarquias de gênero é falar de classe e raça, como entendem as teóricas pós-estruturalistas. Segundo Brown (s/d *apud* HOOKS, 1984/2004), classe ultrapassa a tradicional visão marxista de relações a respeito dos meios de produção, atingindo aspectos de comportamento, de pressupostos básicos em relação ao modo de vida e às experiências vividas pelos indivíduos. Compreendendo classe dessa forma, podemos entender os diferentes grupos de mulheres, uns em relação aos outros.

As lutas feministas brancas acabaram por não deixar espaço para as outras mulheres manifestarem-se, mesmo porque elas poderiam entender que existe a discriminação sexual, porém sem uma identificação com a opressão. Por isso, por

tanto tempo as mulheres negras foram espectros nas lutas feministas e na identificação de escravas na história das lutas contra o sistema opressor (HOOKS, 1984/2004; SHARPE, 2003; SPIVAK, 2010).

É necessário pensar que, anteriormente às teorias feministas, muitas mulheres brancas, as quais passaram a questionar sua posição social de oprimida, não se compreendiam dentro de um sistema opressor. Da mesma forma ocorre com muitas não-brancas, as quais, por questões que vão além das lutas pelas igualdades nas condições de trabalho, etc., percebem a opressão pela experiência de violência vivida no dia-a-dia. Para classe e cor diferente, há a necessidade de se pensar as lutas de formas diferentes (HOOKS, 1984/2004). Pelos discursos das feministas brancas, não há identificação das mulheres negras; as experiências de vida são variadas, portanto as reivindicações são variadas.

Hooks vai mais além e traz relatos de crianças brancas amedrontadas pelas trabalhadoras domésticas negras, quando essas eram incumbidas de cuidar das crianças e não permitiam algum ato da criança. Transformando-se em vítimas da situação, essas crianças não percebiam o quanto elas oprimiam as trabalhadoras negras; as incumbências de “dar ordens” à criança era uma outra ordem que vinha dos pais brancos dessa criança (HOOKS, 1984/2004).

Hooks, como mulher, negra e militante do movimento feminista negro, compreende que há uma diferença muito grande entre essas “opressões”, estando as mulheres negras invisibilizadas historicamente e socialmente. A autora não entende a vitimização como um aspecto negativo, entende como uma ideia que é necessária se manter em mente para que as condições atuais de opressão das mulheres negras nas sociedades ocidentais sejam alteradas.

Pensando nessas palavras de Hooks e acompanhando o percurso histórico das trabalhadoras domésticas da atualidade, cujas representantes em sua grande maioria são mulheres negras, podemos buscar nos anúncios de trabalhadoras escravas alguns pontos a serem explorados, uma vez que esses documentos trazem uma série de informações que outras fontes não contém.

## 3.2 – As escravas nos anúncios de jornais pelotenses do século XIX

Conforme já discutido anteriormente, poucos são os trabalhos que se dedicam com mais ênfase às escravas em Pelotas, sendo o tema “escravidão” ainda

pouco explorado como um todo, e não dando protagonismo para as mulheres. Entretanto, como podemos acompanhar no capítulo II, elas estão presentes e ativas no ambiente oitocentista pelotense e estão em maior evidência quando se trata de alguns eventos, como nas cartas de alforria da primeira metade do século XIX estudadas por Simão (2002) e por Couto (2011), por exemplo. Nesses documentos, como já foi apontado, as mulheres escravas aparecem como maioria numérica do total de cativos que recebiam a liberdade. Da mesma forma, os anúncios dos jornais pelotenses pesquisados para o presente trabalho apontam para uma grande maioria de mulheres sendo comercializadas, em relação aos homens. Os dados referentes a esses números serão explorado logo adiante, juntamente com outras análises feitas no âmbito deste estudo. No entanto, inicialmente faremos uma breve discussão de trabalho doméstico no Brasil, desde a escravidão até os serviços assalariados, uma vez que há reflexos do passado nas condições da atividade no presente.

A seguir, faremos um pequeno percurso histórico das mulheres cativas africanas e descendentes de africanas e suas atribuições no trabalho doméstico.

### 3.2.1 – Mulheres e escravas: da África ao Brasil

Os relatos sobre as mulheres escravas, desde a captura, comercialização, tráfico interno africano e tráfico transatlântico, são muito poucos; porém, ainda que em número inferior no total de indivíduos escravizados e com seu valor comercial cerca de 10% abaixo do valor dos homens, sabe-se que elas eram direcionadas para os serviços nas lavouras, juntamente com os escravos homens e para as casas de família (PAULA, 2012; DIAS, 2013). Tanto na África, no tráfico interno, quanto na travessia do Atlântico, as mulheres capturadas para servirem como escravas eram as que mais sofriam; o maior número de mortes das cativas se dava na viagem pelo interior da África, especialmente quando eram trazidas da África Central, onde, ao longo do percurso, eram vistas como reprodutoras e trabalhadoras agrícolas, sendo destinadas aos países árabes e à Índia, ou então, sequestradas e levadas até o litoral Atlântico para o embarque em direção ao Novo Mundo (DIAS, 2013). Apesar de o número de escravos homens capturados ser maior que o número de mulheres, o que reflete na já citada desproporção entre cativos e cativas nas Américas, as mulheres estavam mais vulneráveis às doenças, além dos problemas de gestação e

partos, e ainda, estavam vulneráveis a constantes maus-tratos infligidos pelo sistema escravista e pelas suas posições sociais em um mundo majoritariamente masculino, sofrendo violências físicas diversas e mesmo podendo ser assassinadas pelos próprios companheiros de escravidão (DIAS, 2013).

Segundo essa mesma pesquisadora, nas regiões da África onde as cativas eram apreendidas, elas eram direcionadas ao trabalho em plantações, submetidas a seus senhores quando eram escravizadas, ou aos homens mais velhos de seus grupos étnicos, os quais detinham o poder sobre essas mulheres. Chegadas ao Brasil, elas eram direcionadas às lavouras de café, açúcar e a outras atividades no meio rural e urbano (DIAS, 2013). Na região sudeste do Brasil, muitas escravas davam à luz em pleno trabalho nas plantações e não conseguiam tomar conta de seus filhos, em muitos casos acarretando na morte desses recém-nascidos. Nota-se, assim, que as condições físicas inapropriadas, como um processo de gravidez avançado, não impediam de as mulheres serem levadas ao trabalho braçal cotidiano. Há, muitas vezes, uma necessidade da continuidade das atividades, ainda que as condições orgânicas dos indivíduos não sejam as ideais para o desempenho dessas atividades. Segundo Dias (2013),

> Para as mulheres de origem africana que viveram como escravas nas grandes propriedades rurais do Brasil, sobreviver já era uma vitória. Distantes de suas redes familiares originais, elas constituíam minoria no plantel de escravos, majoritariamente masculino. [...] Seguir vivendo em ambiente tão hostil exigiu força, inteligência, capacidade de adaptação e, sempre que possível, rebeldia. É como se, a todo momento, fosse preciso inventar formas de não morrer, não adoecer e não enlouquecer enquanto serviam a seus senhores (p. 360)

Porém, nesse ambiente hostil que todo o tipo de escravidão proporciona, as escravas buscavam outros meios de se estabelecer dentro da sociedade. A resistência cotidiana, já discorrida no capítulo anterior, era um deles. Outra forma de amenizar sua vida de trabalho pesado, principalmente em regiões rurais do Brasil onde as atividades das mulheres pouco ou nada se diferenciavam das atividades dos homens (sudeste, nordeste) era

> [...] desenvolver habilidades que lhes proporcionassem algum conforto no seu dia a dia. Boas cozinheiras, engomadeiras e lavadeiras eram requisitadas para prestar serviços na sede da

> fazenda. As escravas domésticas, as mucamas, eram poupadas dos trabalhos mais pesados da lavoura e podiam andar mais bem-vestidas e limpas. Na casa-grande, usavam roupas no estilo europeu, mas as que iam e vinham, como as lavadeiras e as passadeiras, ousavam manter seus turbantes e saias de bicos, conservando os penteados e os estilos de vestir de suas terras de origem e do seu grupo étnico. Para as suas festas e batuques, as escravas que serviam à casa-grande conseguiam ostentar acessórios (DIAS, 2013. p. 375).

Portanto, havia uma busca de uma melhoria das condições de vida através do trabalho das escravas e das relações que esse trabalho permeia. A especialização das atividades, no Brasil como um todo, abria portas para que as cativas pudessem sair do meio rural em direção ao urbano e, com o passar do tempo, tentar comprar sua liberdade, ato muito mais difícil de ocorrer quando elas se mantinham no ambiente de trabalho rural (DIAS, 2013). A melhoria das condições de vida das escravas domésticas, ainda que inseridas no ambiente rural, já era apontada por Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1946), em cuja obra o autor afirma que havia distinções marcadas pelo *status* social entre os cativos da casa, cujo tratamento seria diferenciado, e os demais trabalhadores.

Em Pelotas, essas relações de trabalho das mulheres ocorriam de maneira diferente, pois, como já visto anteriormente, os serviços brutos das charqueadas exigiam mão de obra masculina, por demandarem mais força e resistência (ROSA, 2012), direcionando as escravas, desde os primórdios da formação da cidade, massivamente para o trabalho doméstico. As relações de trabalho alicerçavam, portanto, a vida cotidiana das cativas e possibilitavam alianças e disputas, criavam redes de solidariedade ou desentendimentos dentro do próprio grupo ou entre grupos sociais diferentes (DIAS, 2013).

Nepomuceno (2013) entende que essas relações que se davam entre as escravas africanas e afro-descendentes, e entre esses grupos de mulheres e outros grupos, devem ser analisadas de maneira diferente de qualquer outro tipo de relação social que ocorria no período escravagista e no pós-abolição, pois são nessas relações envolvendo mulheres cativas e negras, que estão as raízes das desigualdades que nos dias de hoje ainda persistem. Para a autora, apesar de toda a trajetória de conquistas de direitos das mulheres desde os fins do século XIX e princípios do XX, não se pode pensar em todas as mulheres de modo homogêneo, pois essas conquistas não se aplicam a todas da mesma forma.

De acordo com Paula (2012),

> Ainda nos dias atuais, as mulheres negras lutam para libertar-se do cativeiro secular, pois,sofrem com o preconceito devido ao seu sexo e sua etnia. Estão entre as piores taxas de remuneração no mercado de trabalho, povoam as listas do desemprego e do subemprego no Brasil e frequentemente são vítimas de violência física e psicológica. Assim sendo, é possível afirmar que o fenômeno da (in) visibilidade da mulher além de social e intelectual, também é espacial e étnico, visto que a mulher negra e pobre torna-se ainda mais (in) visível história e à sociedade que a branca (p. 155).

A história da escravidão africana, apesar de muitas vezes esquecida na memória da população geral contemporânea, está presente na atualidade e é pontual para o entendimento das diversidades entre as mulheres. Para Nepomuceno (2013),

> Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos (p. 383).

Entre essas estratégias, então, encontra-se o trabalho manual, o trabalho doméstico, especializado ou não, o qual possibilitava essa maior inserção no meio urbano com o desempenho de atividades que se restringiam às casas de família ou que demandavam o trânsito nas ruas, como ocorria com as quitandeiras, lavadeiras e padeiras, entre outras (DIAS, 1984. 2013; NEPOMUCENO, 2013).

Entretanto, apesar desses meios de sobrevivência e das redes de solidariedade existentes entre as escravas, ex-escravas e outras mulheres pobres, Nepomuceno (2013) aponta para um dos problemas ocorridos com as mulheres negras a partir do fim da escravidão. Trata-se do desejo de as casas de família terem a seu serviço trabalhadoras de pele clara, o que se devia, grandemente, “aos ideais de “branqueamento” bancados pelo Estado brasileiro” (NEPOMUCENO, 2013. p. 385).

Apesar de o número de mulheres brancas empobrecidas, em geral imigrantes, ser muito baixo em relação ao número de negras, muitas casas de família deixavam bem explícita sua intenção de contratar trabalhadoras domésticas

brancas (NEPOMUCENO, 2013). Essa problemática já foi abordada no capítulo anterior, onde foram apresentados alguns anúncios de jornais pelotenses de fins do século XIX em que havia a preferência, por parte de alguns contratantes, por empregadas brancas, o que ocorria mesmo antes do fim da escravidão. Porém, ainda segundo Nepomuceno (2013), apesar do aumento da discriminação por parte das “patroas”, o trabalho doméstico permaneceu predominantemente nas mãos negras em fins do século XIX e início do XX. E essa predominância ainda persiste no Brasil do século XXI, segundo Pereira (2012; 2014). Esta autora dedica-se ao estudo antropológico sobre o trabalho doméstico escravo no passado brasileiro e suas heranças na atualidade, fazendo um paralelo entre passado e presente: “A cor representava então aquilo que credenciava para a atividade e continua predominando no perfil da categoria na atualidade, em quase todo o país (com a exceção de cidades como Porto Alegre e São Paulo)” (Dados do DIEESE, In: PEREIRA, 2014).

Segundo Reis (2012), entretanto, cabe lembrar que, apesar de haver essas relações de poder no que diz respeito a gênero, classe e cor na história das mulheres negras no Brasil, nem sempre as consequências dessas relações de poder foram somente negativas para as mulheres. Muitas negras forras, libertas e livres foram ou tornaram-se proprietárias de escravos, de bens imóveis e de animais, através do seu trabalho, do casamento ou de herança e “administraram negócios, tornando-se verdadeiras pontes de processos de mobilidade social” (REIS, 2012. p. 24).

Essa autora reafirma a questão da solidariedade entre as mulheres negras ou “de cor” e aponta, através do estudo de testamentos na Bahia (1811-1830), que

> As mulheres livres solteiras ou casadas demonstram muita autonomia e interesse em beneficiar outras mulheres, sobretudo escravizadas e libertas, o que não apenas representa solidariedade de gênero, mas principalmente aponta para a reprodução bem-sucedida de mobilidade ascendente entre mulheres. Ao mesmo tempo que ascendiam na hierarquia social, também proporcionavam a ascensão de outras mulheres em situações de dependência (REIS, 2012. p. 33).

Reis (2012, p. 33) indica que não foi possível apurar, através dos dados levantados, se essas relações de mobilidade social eram reafirmadas e

aprofundadas somente entre mulheres “de cor”, mas enfatiza a importância dessas relações para muitas mulheres escravas, libertas e livres “de cor”.

Uma vez que a sociedade escravista somente mantinha-se baseada no trabalho forçado e sabendo-se da presença ativa das mulheres escravas nas atividades domésticas, analisaremos a escravidão em Pelotas a partir desse âmbito, sem esquecer as relações entre os diferentes grupos de mulheres, e também de homens, que desempenhavam esses serviços. Além disso, não podemos deixar de lembrar que o trabalho doméstico atual tem suas raízes principais na escravidão e que muitos aspectos envolvendo classe, cor e gênero devem ser discutidos com um olhar no passado.

### 3.2.2 - Os anúncios de jornais: escravidão, mulheres e trabalho doméstico

Os anúncios de escravos nos jornais do século XIX podem ser muito bem explorados para as análises das relações que se davam durante os anos de escravidão. Aspectos relativos à cor, sexo, idade e adjetivações podem ser trabalhados a partir dos anúncios, propiciando uma maior compreensão das dimensões socioculturais da sociedade escravista.

Observamos que as relações entre mulheres negras livres, libertas e escravas foram essenciais para algumas cativas e ex-cativas mudarem elementos de sua vida social em busca de melhorias nas condições de vida. E que muitas vezes, foi a proximidade entre as pessoas, propiciada pelo trabalho doméstico, que impulsionou essas mudanças. Assim, percebemos que o trabalho doméstico, apesar de visto como um trabalho “inferior”, uma vez que não demanda especialização, e ligado ao serviço “sujo” nas casas, o que pode ser percebido até os dias atuais (BRITES & FONSECA, 2014), teve importante participação na manutenção da sociedade escravista e na formação das sociedades atuais.

De acordo com Souza (2012), as escravas foram especialmente direcionadas para o trabalho doméstico na sociedade imperial e esse trabalho justamente destaca-se entre as diferentes funções exercidas pelas escravas ao longo do período escravista, muito como consequência à “aversão ao trabalho manual – típica das sociedades escravistas – e às exigências feitas pela própria economia colonial –

ainda muito dependente da força de trabalho humana [...]" (SOUZA, 2012. p. 244-245).

Ainda segundo Souza (2012), as atividades das cativas nos domicílios não se limitavam aos serviços de "limpeza e cuidado das residências", mas englobavam a "própria produção econômica" nas casas de família, pois cabia às escravas afazeres relacionados à produção de "alimentação, vestuário, fabricação de equipamentos e utensílios para o trabalho" (p. 245).

Essa mesma autora vai mais além quando se trata do trabalho doméstico, pois

> [...] a prestação desse serviço sempre constituiu o principal setor de inserção das mulheres no universo do trabalho no decorrer da formação da sociedade brasileira. Assim como aconteceu em muitas civilizações e culturas passadas, o trabalho exigido para a organização e a manutenção dos domicílios tendeu aqui a ser predominantemente realizado pelo sexo feminino (SOUZA, 2012. p. 244).

Assim, as atividades atinentes ao ambiente domiciliar na sociedade escravista eram realizadas por uma maioria de mulheres escravas, mas também, por libertas e brancas livres pobres, que circulavam pelos espaços sociais improvisando, amiúde, os papéis informais, por vezes através do trabalho clandestino, por meio de sua mão de obra mais ou menos especializada (DIAS, 1984; SIMÃO, 2002; SOUZA, 2012).

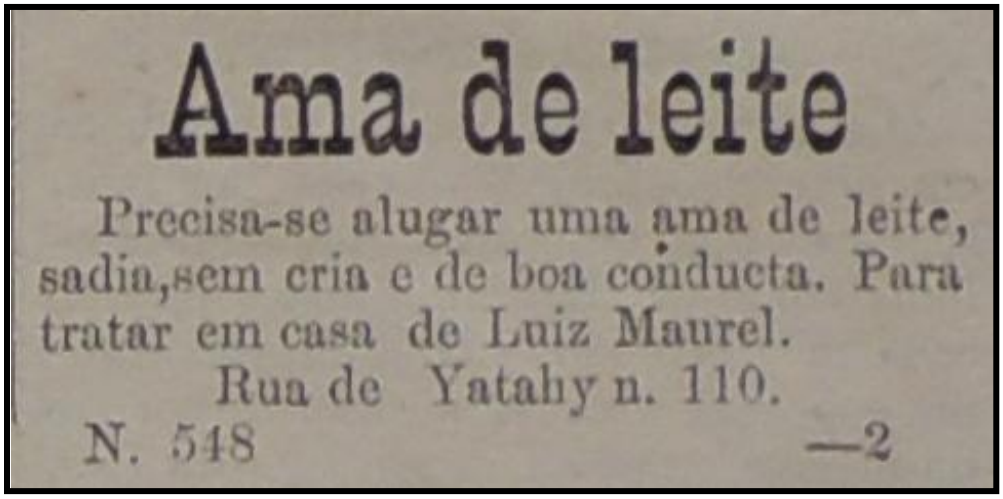
Além do conhecimento das atividades, para serem consideradas aptas ao trabalho doméstico, muitas vezes estimulado e desenvolvido desde a infância até serem consideradas idosas (SOUZA, 2012), essas mulheres precisavam estar incluídas em alguns requisitos de conduta e comportamento que serviam tanto para as escravas, quanto para as livres (SOUZA, 2012; COSTA, 2013). Esses requisitos morais eram exigidos como consequência da proximidade das trabalhadoras e da família de seus proprietários ou seus contratantes, caracterizada por "vínculos de pertencimento, de cumplicidade, de afetividade ou de amizade gerados pela convivência cotidiana" (SOUZA, 2012. p. 256). Assim,

> Nesse cenário, os atributos exigidos das serviçais não diziam respeito apenas à qualidade do trabalho que seria executado, mas também às características ligadas ao caráter ou ao comportamento. Ou seja, atributos que eram muito mais necessários ao estabelecimento de um tipo de relação pessoal do que ao

> desempenho de uma função, além de serem “qualidades” que eram esperadas das mulheres de modo geral, tendo em vista os ideais e as concepções do feminino gestadas no século XIX (SOUZA, 2012. p. 256).

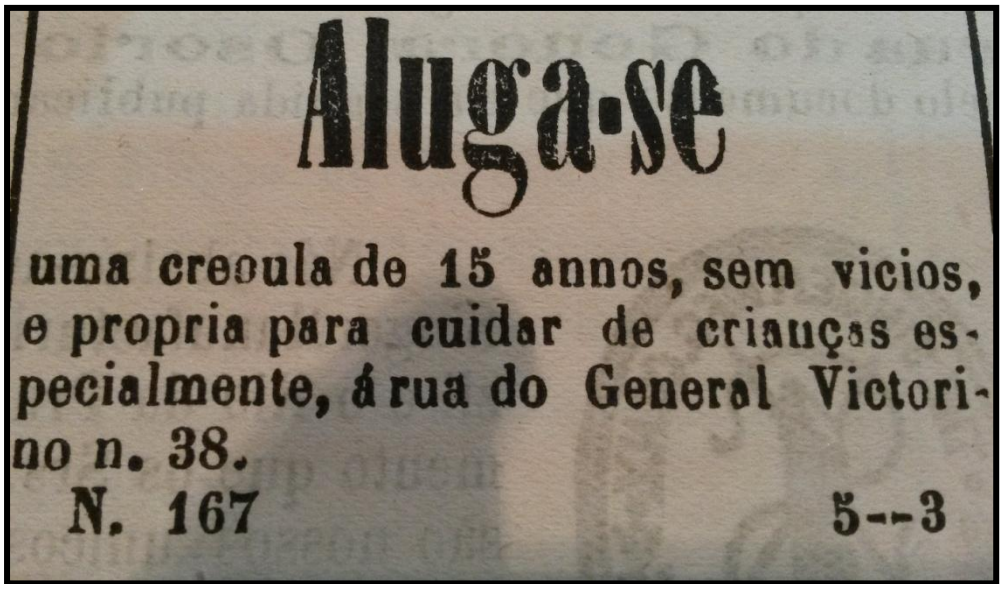
As “qualidades” destacadas principalmente nos anúncios de jornais do século XIX são boa conduta, bons costumes, bom comportamento, conduta afiançada, ausência de vícios, entre outras (FREYRE, 2010; ROSA, 2012; SOUZA, 2012). As características morais poderiam culminar em leis para definir de que maneira essas trabalhadoras deveriam conviver e atuar na sociedade, como forma de manutenção da “ordem”. Essas leis foram implantadas especialmente com a chegada do fim da escravidão e o temor que a sociedade alimentava em relação às camadas mais pobres (COSTA, 2013). Essas qualificações são, portanto, importantes para pensarmos as relações que ocorriam entre diferentes classes e, também, especialmente sobre as relações de afeto entre trabalhadoras domésticas e as pessoas da casa da família para quem trabalhavam.

As imagens dos anúncios abaixo mostram como essas qualificações estavam presentes:


Ama de leite

Precisa-se alugar uma ama de leite, sadia,sem cria e de boa conducta. Para tratar em casa de Luiz Maurel.
Rua de Yatahy n. 110.
N. 548 —2

Figura 11 – Anúncio de ama de leite de “boa conduta”. Fonte: Jornal *Diario de Pelotas,* n. 165, quarta-feira, 26 de julho de 1876. p. 3. (Foto da autora, 2014)


Aluga-se

uma creoula de 15 annos, sem vicios, e propria para cuidar de crianças especialmente, á rua do General Victorino n. 38.

N. 167 5--3

Figura 12 – Anúncio de ama seca “sem vícios”. Fonte: *Jornal do Commercio,* n. 180, terça-feira, 7 de agosto de 1877. p. 2. (Foto da autora, 2014)

As qualificações descritas não são específicas para as mulheres. Os trabalhadores homens que estão no ambiente interno das casas também aparecem nos anúncios com adjetivações de condutas e comportamentos. Quanto mais próximos os trabalhadores estão das casas de família, mais as características morais aparecem. A domesticidade parece carregar a necessidade de apelo moral, uma vez que não se entrega sua família e casa a uma pessoa desqualificada.

### 3.2.2.1 – A ocupação do trabalho doméstico por homens e mulheres nos anúncios dos jornais

Alguns afazeres domésticos já foram apresentados no capítulo anterior, no tópico 2.5.5, onde citamos autores que fizeram o levantamento das atividades gerais desenvolvidas pelos escravos urbanos homens e mulheres, em Pelotas. Porém, no arrolamento não constava quais eram especificamente os trabalhos domésticos, os quais aparecem em todo o Brasil colonial e englobam principalmente: o serviço de ama de leite, ama-seca, arrumadeira, bordadeira, camareira, carregadora de água, copeiro/a, costureira, cozinheira (o), criada (o) de servir, criada que fazia compras ou vendia produtos, criada de quarto, dama de companhia, engomadora/engomadeira, governanta, jardineiro, lavadeira, mucama e cuidadora (e) de crianças, padeira, pajem, passadeira (em geral a mesma engomadeira), quitandeira/escrava de

tabuleiro (DIAS, 1984; GRAHAM, 1992; COSTA, 1998; SIMÃO, 2002; MAESTRI, 2006; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012; SOUZA, 2012; VARGAS, 2012; COSTA, 2013).

Conforme já discutido amiúde, os espaços domésticos internos e externos confundiam-se em algumas especializações, pois os trabalhadores necessitavam da circulação nas ruas para o desempenho de suas atividades (SOUZA, 2012; COSTA, 2013), como as lavadeiras, as quais necessitavam de córregos d'água para seu trabalho, ou as/os quitandeiras/os.

As amas de leite e mucamas estavam no rol das trabalhadoras que exerciam suas ocupações nas casas de seus contratantes ou proprietários, ficando sob a vigilância contínua. As lavadeiras não circulavam com frequência nas casas de família, permanecendo no ambiente mais externo (COSTA, 2013). Já as cozinheiras, copeiras e arrumadeiras encontravam-se nos dois pólos: casa e rua (GRAHAM, 1992, p. 18). Muitas vezes, os trabalhadores escravos eram mantidos pelos negociantes, que tratavam de dar abrigo e alimentação durante os períodos de intermediações de negócios.

O trânsito dessas cativas e cativos em Pelotas pode, ainda, ser acompanhado pelos endereços dos comerciantes nos anúncios de jornais e pelo mapa que apresenta a principal área de comércio de escravos na cidade. (Figura 13; Anexos 1, e 2). O mapa foi elaborado a partir dos endereços dos anunciantes contidos nos jornais e mostra as ruas que correspondem ao espaço onde localizavam-se os principais pontos de venda de escravos na cidade; os nomes das ruas são atuais, porém correspondem aos endereços antigos que podem ser observados no anexo 2.

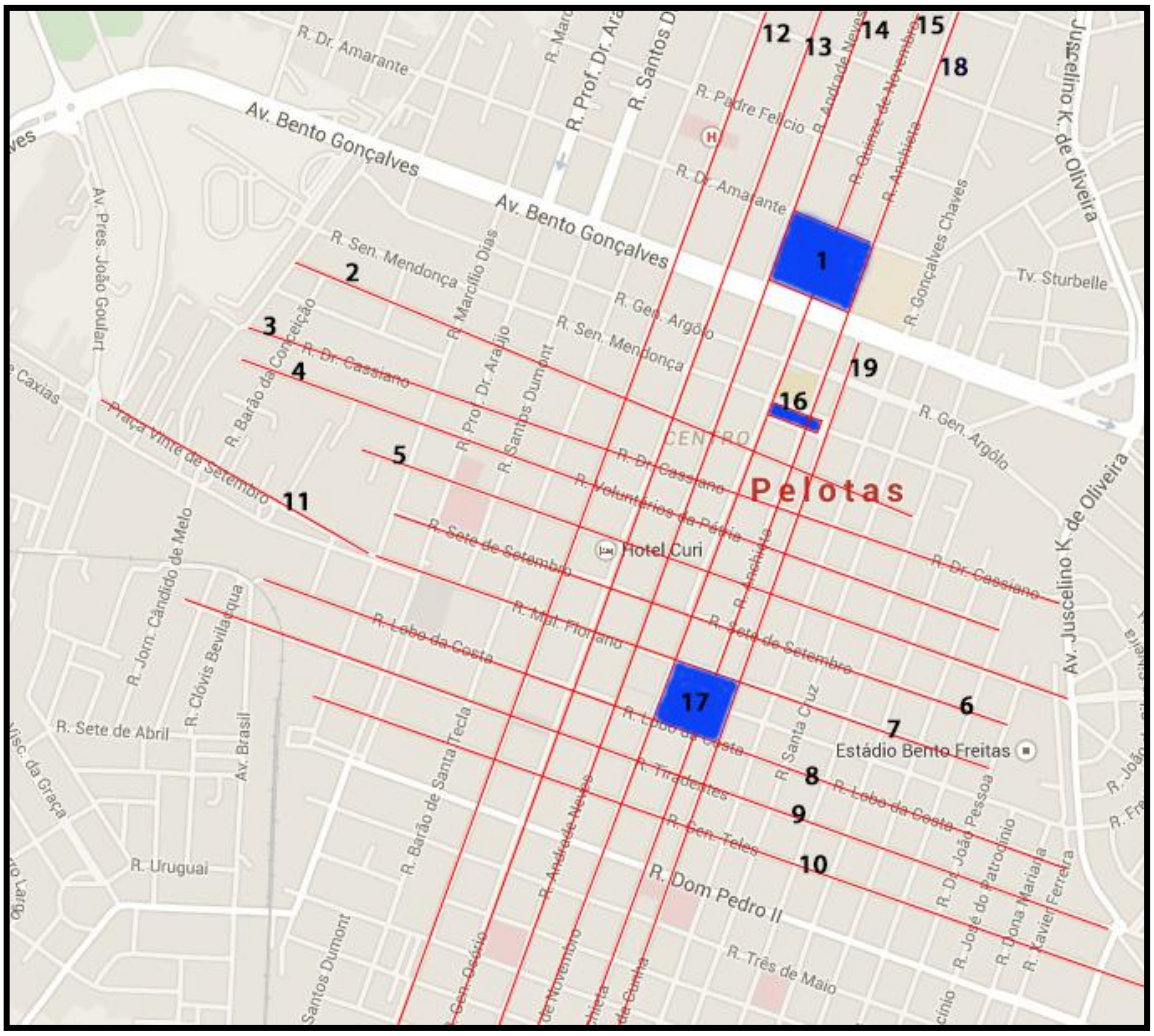



Figura 13 - Mapa de localização dos endereços dos comerciantes (numeração das ruas correspondente ao anexo 2)

Figura 14 - Lavadeiras às margens do Arroio Santa Bárbara/Pelotas - Início do século XX. Fonte: MAGALHÃES, Nelson N., 1990.

Além da circulação dos escravos domésticos dentro das cidades e, muitas vezes, entre meio urbano e rural (a exemplo da cidade de Pelotas), tanto por requisição da própria atividade, quanto pelas negociações de compra, venda e aluguel dos cativos, havia o comércio desses indivíduos entre as diferentes províncias do Brasil. No seu estudo sobre o tráfico interprovincial, Vargas (2012) analisou procurações de venda de escravos e identificou que entre os anos de 1850 e 1884, de 382 indivíduos negociados através dessas procurações em Pelotas, 252 (66%) pertenciam a proprietários pelotenses, os quais enviavam grande quantidade de cativos principalmente para o sudeste; apesar de 81 indivíduos não apresentarem ofício ou não terem informações a respeito do seu trabalho e, a maior parte ser representada por campeiros (37 indivíduos), o autor destacou que muitos estavam relacionados ao serviço doméstico. Dentre estes, os trabalhadores do sexo masculino mais numerosos foram os cozinheiros (11), os copeiros (10) e os serviçais domésticos/criados (5). Entre as mulheres, destacaram-se as cozinheiras (20), as criadas (16), as costureiras (8), as lavadeiras (8), as mucamas (3) e as engomadeiras (2). Para o autor, esses números apontam para a “pouca participação das charqueadas no tráfico interprovincial” (pp. 291-293). O autor destaca que esse fato aponta para uma circulação mais local dos escravos de Pelotas.

Como pode ser observado, há uma complexidade de serviços domésticos, que podem ser realizados por homens e/ou mulheres. Corroborando as informações desses estudiosos, os anúncios coletados para a presente pesquisa mostram quais eram as atribuições domésticas dos homens e das mulheres e de ambos os sexos, conforme a tabela a seguir:

| MULHERES | HOMENS | MULHERES E HOMENS |
|---|---|---|
| Ama de leite | Ajudante de cozinha | Ama seca / cuidado com crianças |
| Bordadeira | Copeiro | Criada (o) |
| Costureira | | Cozinheira (o) |
| Cuidado com idosos | | Mucama (o) |
| Engomadeira | | Quitandeira (o) |
| Lavadeira | | |

Tabela 3 – Trabalho doméstico das mulheres e dos homens conforme os anúncios nos jornais

A quantidade de homens e mulheres que estavam nos anúncios em que as condições dos trabalhadores era: “escravo/a”, “escravo/a ou livre” e “sem informação” pode ser observada abaixo (figura 15). Para essas categorias foram considerados os dados “sem informação” de condição social junto com os anúncios de “escravas/os” e de “escravas/os ou livres”, justamente porque não se sabe exatamente quem são esses indivíduos, somente sabe-se que são trabalhadoras/es. Foram encontradas 764 mulheres, 394 homens e 84 sem informação de sexo:

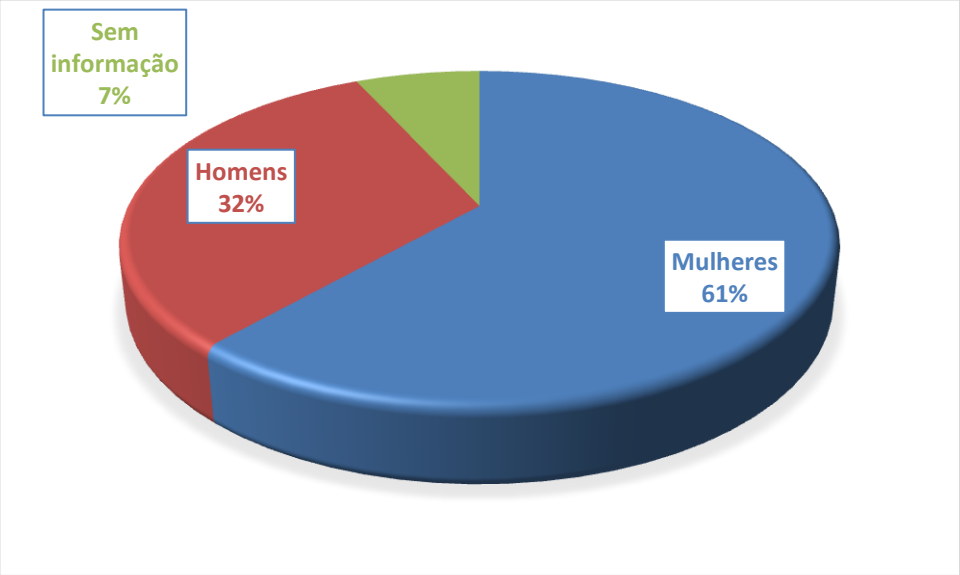



Figura 15 – Percentual de homens e mulheres anunciadas dentro das condições de escravos/as, escravos/as ou livres e sem informação.

Levando-se em conta que temos algumas falhas temporais nos jornais coletados, pois muitas edições estavam em falta e outras tantas estavam indisponíveis para consulta pelo avançado estado de deterioração, o número de trabalhadores escravizados anunciados entre 1875 e 1888 é relativamente alto para o total da população, visto que nos períodos que abrangem os anos de 1873 a 1884, Pelotas tinha de 8.142 (5.125 homens e 3.017 mulheres) a 6.526 cativos (LONER et al, 2012; VARGAS, 2012; MONQUELAT, 2014).

Outro dado importante refere-se ao número de anúncios de mulheres escravas e homens. Ora, há uma disparidade entre o número de cativos e cativas durante todo o período escravista. Os homens eram numericamente mais expressivos que as mulheres: uma média de 20% de mulheres no total de escravos. No entanto, os anúncios apontam para 61% de mulheres anunciadas e 32% de homens. Essa proporção indica que as mulheres circulavam muito mais entre as casas de famílias pelotenses que os homens; elas tinham seu trabalho doméstico muito mais ofertado e requisitado, enquanto os homens estavam mais instalados com seus proprietários. As mulheres escravas eram as mantenedoras, muitas vezes, de famílias proprietárias mais empobrecidas e tinham sua mão de obra alugada ou vendida como “ganho” (SIMÃO, 2002), portanto a quantidade de anúncios de mulheres maior que os de homens, vem ao encontro dessas informações.

Os homens anunciados dentro das categorias “escravo”, “escravo ou livre” e “sem informação”, apareciam em profissões gerais (não só de trabalho doméstico), os quais somaram 394 indivíduos. Por outro lado, as mulheres somente apareceram vinculadas aos afazeres domésticos, corroborando as informações de pesquisas que se ocuparam do tema da escravidão em Pelotas (DALLA VECHIA, 1994; SIMÃO, 2002; MAESTRI, 2006; PESSI, 2008, 2009; GUTIERREZ, 2011; ROSA, 2012).

Do total de homens, 52% eram escravos, 5% eram escravos ou livres e 43% não apareciam com a informação de condição. Para esses homens, as seguintes atribuições laborais estavam presentes nos anúncios:

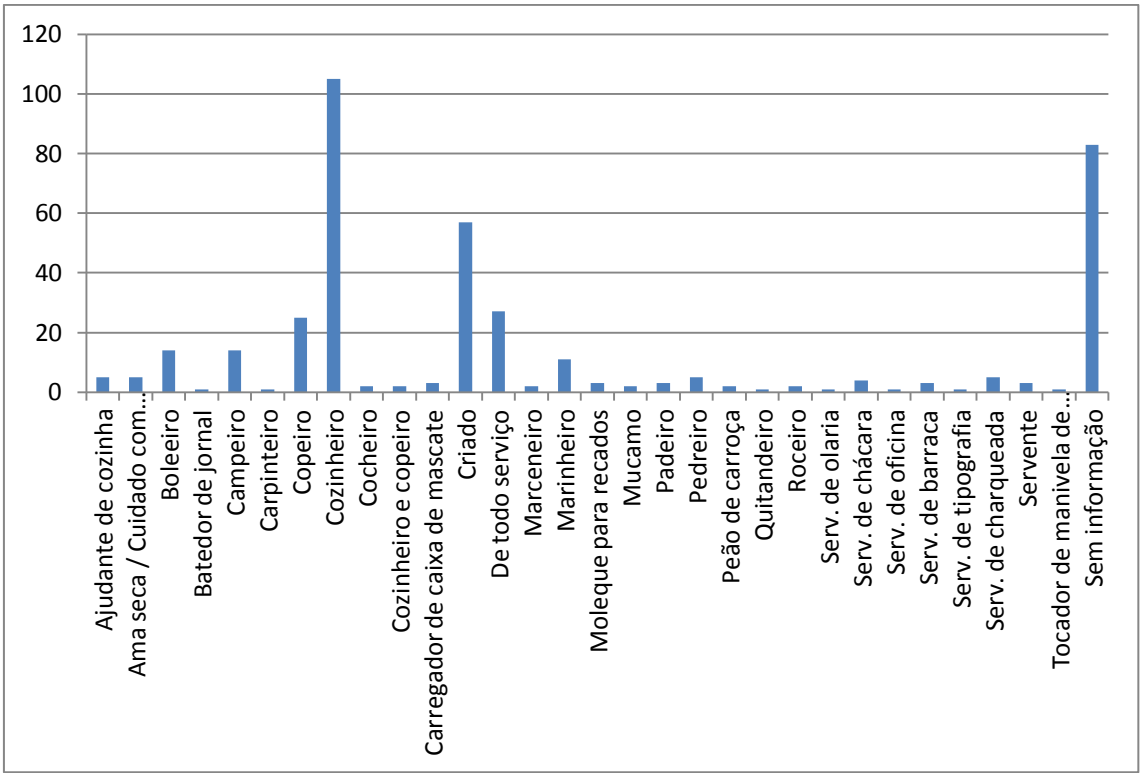



Figura 16 – Profissões gerais dos homens nos anúncios de jornais.

As atividades domésticas não eram exclusivas dos escravos; as mulheres pobres de diferentes categorias poderiam fazer os mesmo trabalhos das escravas domésticas. No entanto, não podemos dizer o mesmo sobre a participação dos homens brancos. Os autores em geral não se referem a esses indivíduos como trabalhadores domésticos, o que pode ser observado nos anúncios: ou os homens eram escravos, ou a sua condição social não aparecia descrita; nenhum homem branco apareceu como trabalhador doméstico.

Em todos os anúncios analisados, as mulheres envolvidas nessas atividades eram escravas, negras libertas, negras livres e, ainda, brancas livres. Estamos considerando, aqui, como negras todas as trabalhadoras que não são brancas, como um atributo físico “de cor”, que envolve condição social, a exemplo de Souza (2012).

Para os proprietários de escravos, não encontramos nenhuma informação sobre o aspecto “cor” nos jornais. Entretanto, do total de 354 escravos que aparecem nos contratos de compra e venda (disponíveis no APERS), no ano de 1832 temos o casal de “pretos forros” Bartolomeu Corrêa e sua mulher, Luiza Carneiro comprando dois escravos: uma mulher e um homem. Não está indicada a especialização dos escravos. Em 1849, a “preta forra” Joana Meneses compra a

escrava Maria Agostina (Mina). Para o ano de 1871, temos os “pretos forros” José da Silva Santos e sua mulher, Joana Antônia Meneses dos Santos comprando a escrava Jacinta, africana, de 41 anos e com a especialização de “serviços domésticos”.

De um total de 794 mulheres, nos anúncios de jornais, para as categorias “escrava”, “escrava ou livre” e “sem informação da condição”, foram encontrados os números de 395, 57 e 312, respectivamente.

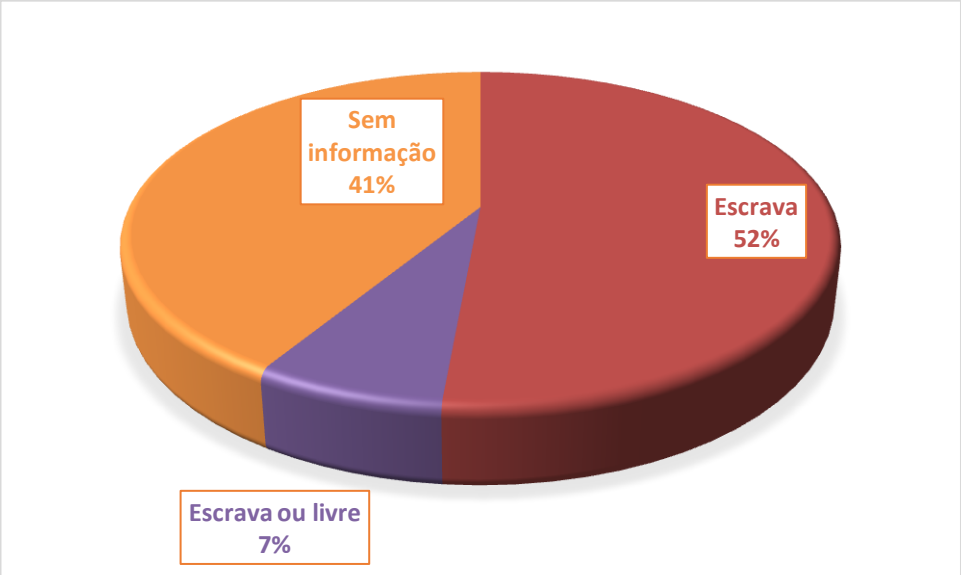



Figura 17 – Condição das mulheres para o trabalho doméstico relacionado à escravidão nos anúncios de jornais pelotenses.

Os seguintes anúncios ilustram essas condições de trabalho:

Sobre escrava:

> **Vende-se** uma **escrava** preta, moça, sadia, faz com perfeição todo o serviço de uma casa de família; para ver e tratar procure-se a Juvencio Mascarenhas, rua Riachuelo, 44. (*Jornal do Commercio,* n. 20, terça-feira, 26 de janeiro de 1875. p. 3).

> **Criada** - na rua 7 de Abril n. 45 há para alugar uma **escrava** própria para o serviço de uma casa de família. (*A Nação,* n. 25, segunda-feira, 17 de dezembro de 1883. p. 3).

Sobre livre ou escrava:

> **Precisa-se** de uma *cosinheira* **livre ou *captiva*** na loja da Menina Pelotense. (*Jornal do Commercio,* n. 75, domingo, 4 de abril de 1875. p. 3).

> **Precisa-se alugar** uma criada **livre ou escrava** que saiba cozinhar. Para informações nesta *typographia*. (*Jornal do Commercio,* n. 46, quinta-feira, 27 de fevereiro de 1879. p. 3).

Sem informação de condição social:

> **Precisa-se** de uma **criada** para *cosinhar* e mais serviço de casa de pouca família. Rua General Osorio n. 69. Loja de Louça. . (*Rio-Grandense,* n. 669, terça-feira, 5 de julho de 1887. p. 3).

> **Precisa-se alugar** uma **criada branca ou de *côr***, que saiba *cosinhar*, lavar e *engommar*, para uma casa de pouca família, na rua S. Miguel n. 120.

Apesar de Costa (1998) levantar a questão sobre a sinonímia entre “criada de servir” e “alugada”, quando nos anúncios não havia a informação explícita da condição consideramos como “sem informação”. Mesmo porque, como pode ser observado no último anúncio acima, a expressão “alugar” parece estar se referindo ao ato de “contratar” uma trabalhadora (ainda que não seja um contrato formalizado), independente da condição, uma vez que o termo “branca” não se refere a uma mulher escrava. Nesses casos, utilizamos a categoria “sem informação” sobre a condição da trabalhadora, pois sabemos que ela pode ser livre e branca, mas não sabemos se a expressão “de cor” está associada a uma mulher livre, liberta ou escrava. Da mesma maneira, alguns anúncios apresentam mulheres brancas sendo alugadas:

> **Ama de leite -** na rua s. José n. 2 há para **alugar** uma ama de leite **branca**. (*Jornal do Commercio,* n. 72, domingo, 29 de março de 1877. p. 3).

As mulheres cujos anúncios especificavam a condição de livres ou libertas não foram contabilizadas no gráfico anterior (figura 17), para facilitar a observação dos dados. Porém elas totalizaram um número de 46 mulheres, sendo 45 livres e 1 liberta.

Apenas para uma maior visualização dos percentuais totais das condições de trabalho das mulheres apresentadas na figura 12 e somando-se as trabalhadoras livres, elaboramos um gráfico único:

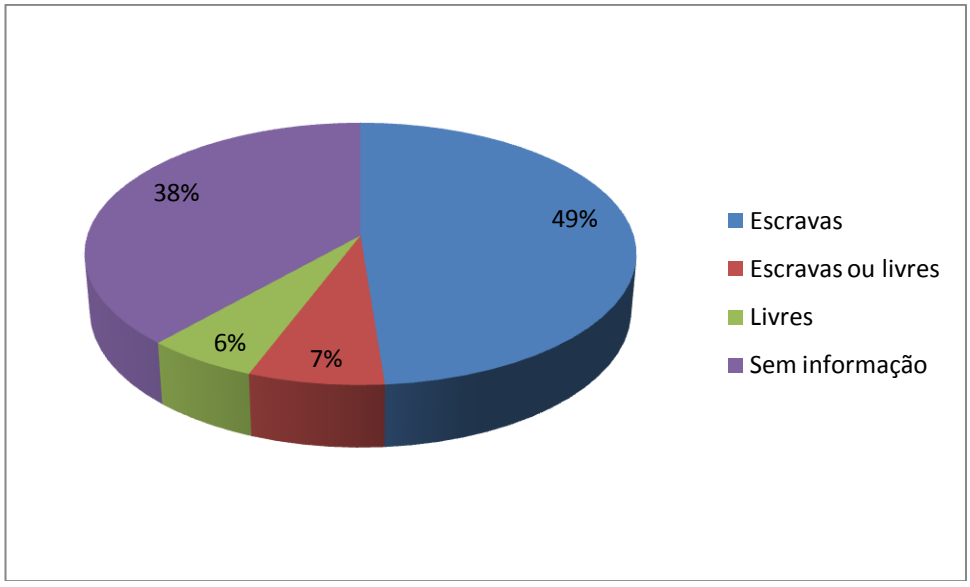



FIGURA 18 – Gráfico com os percentuais totais de escravas, escravas ou livres, livres e sem informação.

Ao contrário dos anúncios de escravas, onde geralmente não há a origem das trabalhadoras e que pode haver confusão entre origem e cor de pele (como, por exemplo, “crioula” ou “preta”), entre os anúncios de “livres”, do total de 46 mulheres, apareceram 20 brancas anunciadas, 1 branca ou “de cor”, 1 crioula (portanto “de cor”) e 24 sem informação de “cor” ou etnia. Das brancas, 3 eram alemãs, 2 eram francesas e 1 era italiana.

Para Silva (2011), quando falamos em trabalhadoras livres, devemos entender que

> Dificilmente as mulheres domésticas, fossem libertas ou livres pobres, podiam ser consideradas trabalhadoras plenamente livres no Brasil do final do século XIX. Contudo, elas podiam, ainda que premidas pela necessidade, procurar, livremente, sobretudo a partir de1850, as folhas dos periódicos mais lidos, e então, pagando alguma taxa, postar um anúncio dizendo-se apta a servir a este ou aquele tipo de família, ou a realizar serviços autônomos para diversos clientes como lavar roupa e engomar em seus estreitos cômodos (p. 42-43).

Apesar dos anúncios, segundo o mesmo autor, é provável que poucas criadas no Brasil conseguissem vender sua mão de obra. O mais comum seria trocar seu trabalho por um tipo de relação “que ultrapassava o sentido de troca mercantil” (SILVA, 2011. p. 43). A maioria dessas mulheres estaria vinculada a algumas instituições de caridade, ou à prática do serviço gratuito em troca de alimentação e medicamentos. Ser totalmente livre, para mulheres trabalhadoras domésticas,

portanto, poderia não ser uma condição tão fácil para as mulheres pobres, apesar da existência das redes de solidariedade entre negras livres e libertas (REIS, 2012; DIAS, 2013).

A distribuição das atividades domésticas pela condição das trabalhadoras pode ser acompanhada nos dois gráficos a seguir. O primeiro indica os anúncios de mulheres trabalhadoras domésticas, exceto as anunciadas especificamente como livres; o segundo, somente as mulheres livres.

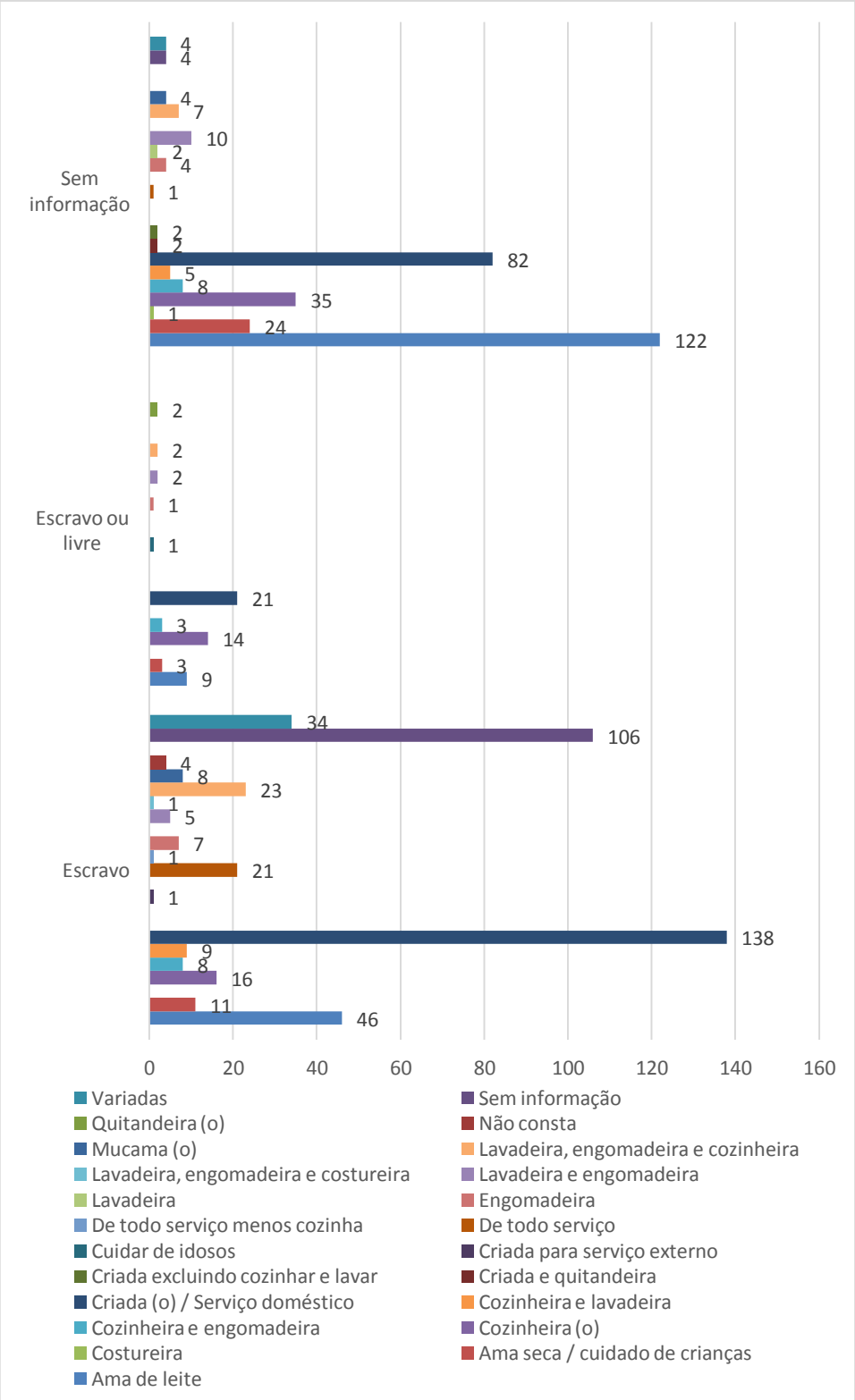



Figura 19 – Mulheres trabalhadoras domésticas por categoria de condição social escrava, escrava ou livre e sem informação e suas especializações.

Assim como nos indica a arqueóloga Beaudry (1988) quando utiliza as categorias êmicas usadas pelos escrivãos dos inventários por ela trabalhados (para

o entendimento do tipo de louças a que se referiam), utilizamos as categorias de especializações que constavam nos próprios anúncios. Essas categorias, muitas vezes, referem-se ao mesmo tipo de serviço, porém cada jornal ou anunciante utiliza termos diferentes para referirem-se aos mesmos trabalhos. Por exemplo, “criada (o)” pode se referir, ao mesmo tempo à responsável pela limpeza e manutenção da casa e assim pode equivaler a “de todo serviço”, ou “serviço doméstico”. Ou, ainda, pode se referir à/ao criada (o) que cuida das crianças. O mesmo ocorre com a “engomadeira”, muitas vezes referida como “passadeira”, mas que não necessariamente equivale à lavadeira.

A terminologia que se encontra para o trabalho doméstico nos jornais não foi usada em todos os casos para a elaboração da tabela. Em relação às mulheres associadas ao termo “variadas”, consideramos aquelas que englobam quatro ou mais tipos de especialização doméstica, como por exemplo “criada, cozinheira, lavadeira e engomadeira”. Poderíamos ter incluído às “criadas”, porém preferimos utilizar o termo “criada (o)” apenas quando essa palavra estava explícita no anúncio, mesmo porque, são poucos anúncios em que aparece uma descrição de uma escrava com mais de três especializações. Provavelmente o uso dessa descrição mais elaborada ocorria para enfatizar qualidades laborais dessa trabalhadora e o quanto ela tinha capacidade de desempenhar várias funções. Isso ocorre ainda nos dias atuais: à “empregada doméstica” são atribuídos serviços variados, desde a limpeza geral da casa, à culinária, faxinas mais pesadas e, mesmo quando não haveria o “dever” de desempenhar esse papel, cuidar de animais domésticos (e passear com ele) da família que a contrata[6].

Portanto, muitas trabalhadoras eram anunciadas com mais de uma especialização, o que era comum de ocorrer. Segundo Costa (2013. p. 67), as definições das especializações não eram rigorosas, podendo uma mesma trabalhadora exercer funções externas e internas. Por isso a escolha de manter as terminologias utilizadas nos anúncios para a elaboração dos gráficos.

Para a ama de leite, entretanto, os anúncios que encontramos eram sempre exclusivos da atividade, não aparecendo outros serviços domésticos. As especializações que mais apareceram foram criada/serviço doméstico (31,54%),

[6] Informações orais de trabalhadoras domésticas fornecidas durante a primeira oficina MUARAN / GEEUR / Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas – em 21/09/2014.

ama de leite (23,17%) e, em número bem menor, ama seca/cuidado com crianças (4,97%).

A distribuição das ocupações laborais nos anúncios específicos das mulheres livres é percebida no seguinte gráfico:

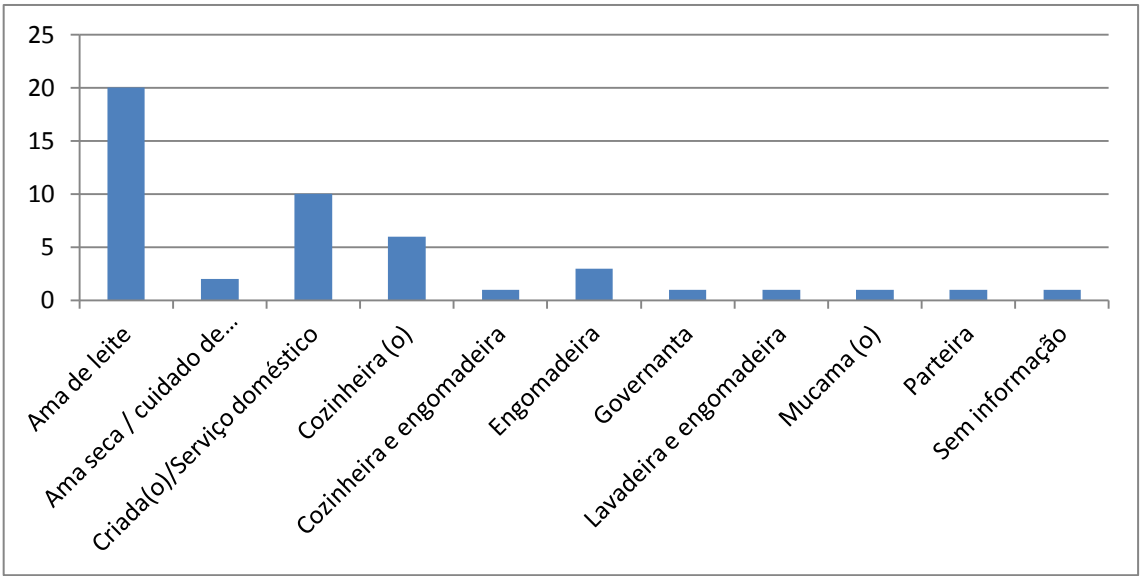



Figura 20 – Distribuição das atividades domésticas dos anúncios de mulheres especificamente livres

As amas de leite são as que mais aparecem nos anúncios das trabalhadoras livres.

Os anúncios seguintes ilustram as mulheres livres:

> **Precisa-se** de uma criada **livre** para o serviço de uma casa de família. Na rua 21 de Outubro n. 37 achará com quem tratar. (*Jornal do Commercio,* n. 173, quinta-feira, 3 de agosto de 1876. p. 3).

> **Precisa-se** de uma criada **branca**, para cozinhar e que dê fiança de sua *conducta*; trata-se com João Resende. (*A Discussão,* n. 31, quarta-feira, 8 de fevereiro de 1882. p. 3).

Algumas atividades não aparecem no quadro das mulheres escravas, como governanta e parteira. No caso da parteira, as referências bibliográficas não fizeram menção a esta especialização, e não temos mais dados sobre essas trabalhadoras, ainda que esperássemos encontrá-las nos anúncios. No entanto, o trabalho de governanta aparece na historiografia como especialização doméstica (SOUZA, 2012).

Em que pese a quantidade de anúncios de trabalhadoras especificamente livres ser muito menor que o da condição de escravas, podemos ver as interações das diferentes mulheres nas mesmas atividades domésticas. Assim, as mulheres brancas imigrantes empobrecidas aparecem concorrendo com as escravas; essa concorrência poderia acarretar um problema socioeconômico, especialmente para as escravas de ganho, (MAESTRI, 2006; CUNHA, 2012).

Percebe-se, pelas condições sociais e de trabalho determinadas nos anúncios que, em sua grande maioria, as trabalhadoras são escravas (figura 18), ou seja, africanas e afro-descendentes. Essas mulheres são descritas como negras, crioulas, pardas, pretas e, em nenhum momento, sua origem real aparece nos anúncios. Mesmo dentro da categoria “livres”, ou em que não consta a informação da condição social, é muito provável que a maioria seja negra, ou as variações afro-descendentes descritas acima, uma vez que foi possível perceber uma quantidade bem menor de anúncios em que a condição era especificamente “branca”. Portanto, o trabalho doméstico no passado, assim como seus reflexos na atualidade, mantém uma cor (negra) e uma categoria específica de gênero (mulher). Os documentos nos mostram, portanto, a circulação de um conceito de mulher trabalhadora: a negra.

Outro levantamento importante foi relativo às idades das/os trabalhadoras/es domésticas/os, especialmente das/os escravas/os.

### 3.2.2.2 - A idade das (os) escravas (os) nos anúncios e suas especializações domésticas

Para o presente estudo, utilizamos as categorias já mencionadas no capítulo II para a análise das idades por atividade: ingênua, aprendiz, adulta, idosa (Anexo 3).

É importante salientar que todos os homens que apareceram nas especializações de mucamo ou “ama seca” (cuidado com crianças), criado e copeiro estavam dentro da idade de “aprendiz”, alguns já na idade considerada “adulta” para escravos, com a menor idade encontrada de 8 anos de idade e a maior de 16 anos, conforme a categoria já foi discutida no capitulo II. Lembramos que “criança” escrava poderia ir de 4 a 6 anos, dependendo do local em que se encontrava, bem como o tipo de atividade desempenhado; “aprendiz” é o indivíduo que já tem capacidade

para aprender uma profissão e, em geral, vai até os 12 ou 15 anos de idade e "adultos" são aqueles que já têm a plena ou quase plena competência física para maior desenvolvimento de atividades (GÓES e FLORENTINO, 2000; SCARANO, 2000; PESSI, 2009; PRIORE, s/d).

Essa idade dos escravos homens que estão nos serviços domésticos internos das casas é um dado importante para visualizarmos a questão do trabalho braçal. Ainda que alguns aprendizes de copeiro e de cozinheiro, por exemplo, tornem-se adultos cozinheiros - alguns anúncios indicam essa especificidade: "copeiro, com princípios de cozinheiro" -, os mucamos e criados de servir não ultrapassam a idade de aprendiz. Podemos pensar que, chegada a idade adulta, são direcionados a outras atividades, externas ou internas, talvez mais braçais, ainda mais se levarmos em conta que a principal produção de Pelotas durante o período escravista eram as charqueadas, seguidas das olarias e construções. Os exemplos a seguir ilustram essas preferências pelas idades:

> **CRIOULO** – Nesta *typographia* se dirá quem *preciza* alugar um crioulo de **8 a 12 *annos*** próprio para **cuidar de crianças**. (Jornal *Diario de Pelotas,* n. 270, sexta-feira, 1º de dezembro de 1876. p. 3).

> **Mucamo** - na loja da Estrella, precisa-se de um **mucamo** de **12 a 15 *annos***, para todo o serviço e de *conducta* afiançada. (*Jornal do Commercio,* n. 93, sábado, 26 de abril de 1879. p. 3).

> **Copeiro** - precisa-se alugar um moleque de **13 a 15 *annos*** de idade, para o serviço de **copeiro** em uma casa de família. Trata-se na rua S. Miguel n. 185. (*Jornal do Commercio,* n. 14, quarta-feira, 18 de janeiro de 1882. p. 2).

Em relação às mulheres no trabalho doméstico, os anúncios apresentam idades variadas para as atividades (Anexo 3), sendo que a maioria massiva é adulta ou sem informação, a exemplo do que foi possível acompanhar nos contratos de compra e venda de escravos de Pelotas (SCHERER & ROCHA, 2010). Cabe salientar que as ingênuas entraram na contagem das especializações "sem informação", uma vez que, adultas (se chegassem á idade adulta), provavelmente desempenhariam algum trabalho.

A idade adulta, para as mulheres escravas, gira em torno dos 12 anos (SCARANO, 2000). Apesar de a idade nem sempre ser determinante das atividades

das mulheres trabalhadoras domésticas, muitas amas secas, algumas criadas e mucamas estão na faixa entre os 8 e os 12 anos de idade (Anexo 3), como consta neste exemplo:

> **ALUGA-SE** uma parda para o serviço interno de uma casa de família e uma outra de **12 *annos*** para **cuidar de crianças**. Rua 7 de Setembro, esquina da do Imperador n. 74. (Jornal *Diario de Pelotas,* n. 265, terça-feira, 20 de novembro de 1877. p. 3).

Nota-se que a idade da "parda para o serviço interno" da casa não aparece, levando-nos a pensar que se encontra em uma categoria capaz de desempenhar as atividades relativas aos cuidados gerais do domicílio, adulta, provavelmente. Já a outra parda "de 12 anos" é específica para o cuidado das crianças. Portanto, parece-nos que os serviços de atenção às crianças, exceto o da ama de leite, não é considerado legítimo apenas da idade adulta, ou, em outras palavras, não é necessário ter o pleno conhecimento das atividades, pois há a especificação da idade de "aprendiz" para o desenvolvimento das funções, de acordo com o que os autores que discutem as idades dos escravos a partir da capacidade para o trabalho.

### 3.2.2.3 – As qualificações das mulheres escravas

As qualificações morais e de conduta, como já comentado, são critérios que aparecem em grande parte dos anúncios e, ainda que a maioria não traga essa informação, elas trazem aspectos que podem ser explorados no que diz respeito às relações de trabalho e de afeto.

Não nos ativemos às informações referentes aos homens por não serem uma constante, porém os termos como "bom", "excelente", "bonita figura", "bons costumes" podem aparecer nos anúncios desses trabalhadores. Em contrapartida, quando os anúncios são de mulheres, as qualificações aparecem em número significativo (Anexo 4).

As qualificações que mais aparecem para as mulheres em geral são: "boa", "boa conduta", "bom comportamento", "conduta afiançada" ou "garantida", "excelente", "sem vícios". Todas essas adjetivações aparecem em anúncios de trabalhadores escravos e livres em todo o Brasil oitocentista (FREYRE, 2010; ROSA,

2012; SOUZA, 2012). A “conduta afiançada” ou “conduta garantida” eram importantes para que o/a escravo/a fosse mais facilmente colocado na casa de família, pois era entendido que ele/a iria desempenhar suas atividades com esmero e, ainda, não cometeria atos contra as pessoas e contra o patrimônio da família (SOUZA, 2012). Esse adjetivo pode ser entendido, nos dias atuais, como a “carta de recomendação” para o trabalho[7].

Para as amas de leite, a qualificação mais presente é “carinhosa”. Dentre as 177 amas de leite, 14,12% (a maioria que vinha acompanhada de adjetivo) eram anunciadas com essa adjetivação, um índice relativamente alto, uma vez que quase 50% dos anúncios dessas mulheres não apresentavam nenhuma informação sobre esse aspecto e os outros índices não passavam de 13% do total (tanto “conduta afiançada”, como “boa” atingiram esse percentual) (Anexo 4). Sadia é outra qualificação que aparece, demonstrando a preocupação com higiene/saúde.

Apesar de parecer óbvio que uma ama de leite deve ser saudável, devido à grande quantidade de doenças existentes no século XIX, principalmente tuberculose (GILL, 2007), havia a necessidade de uma certa garantia quanto à saúde das trabalhadoras que estariam em contato direto com as pessoas da família e, especialmente, com as crianças.

Não é objetivo deste estudo discorrer diretamente acerca dos aspectos de saúde, porém no *Regulamento para serviço de criados da Câmara Municipal de Pelotas*, de 1887, podemos encontrar o seguinte tópico referindo-se às amas de leite livres :

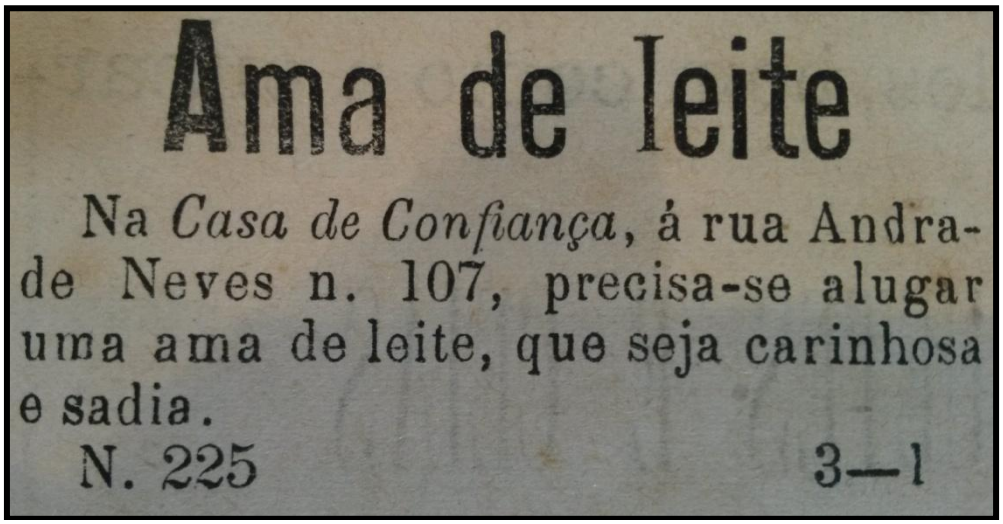
> Artigo 7º - Nenhuma ama de leite poderá contratar-se sem passar por um exame médico da Câmara Municipal para cujo fim a Câmara designará um dia da semana. O atestado médico será anotado no respectivo registro e lançado na caderneta; o que se repetirá de três em três meses se ainda não estiver contratada. Penas de 10$000 réis a 20$000 nas reincidências (INSTRUMENTOS DE TRABALHO, 2003).

E relação à saúde das crianças, em sua narrativa, a ex-trabalhadora doméstica e ex-ama de leite, Beta (já apresentada no capitulo introdutório) fala que um dos motivadores para ter amamentado tantas crianças (26, além de seus 5

[7] Informações orais de trabalhadoras domésticas fornecidas durante a primeira oficina MUARAN / GEEUR / Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas – em 21/09/2014.

filhos) é que muitas mulheres, “principalmente brancas”, não queriam amamentar as crianças de outras mães, com receio de passar alguma doença para seu próprio filho.

> Um deles (um de seus filhos de leite), ninguém queria *amamentá* porque ele tinha pneumonia e as *outra* não queriam dar leite pra não *contaminá* os *filho* delas (BETA, 2013).


Ama de leite

Na *Casa de Confiança*, á rua Andrade Neves n. 107, precisa-se alugar uma ama de leite, que seja carinhosa e sadia.

N. 225 3—1

Figura 21 – Anúncio de ama de leite “carinhosa” e “sadia”. Fonte: *Jornal do Commercio,* n. 41, quinta-feira, 20 de fevereiro de 1879. p. 3. (Foto da autora, 2014)

As particularidades sobre a qualificação “carinhosa” remetem à questão de afeto. Partimos da ideia de que uma criança não será entregue a uma pessoa que não seja de confiança, ou que possa vir a não ter os devidos cuidados.

Poucos são os anúncios que aparecem a ama de leite “com filho”/“com cria” ou “sem filho”/”sem cria”. A maioria dos anúncios não vem com essa especificação. Porém, o maior percentual de anúncios que trazem essa informação são aqueles em que a mulher aparece “sem filho” ou “sem cria”. Podemos pensar, a partir desse aspecto, que muitas mulheres escravas e livres perdiam seus filhos ainda de colo - a taxa de mortalidade infantil era alta no século XIX (GILL, 2007; LONER, et al, 2012) - , propiciando a venda de sua mão de obra para aleitar os filhos de outras mulheres. E, ainda, muitos proprietários preferiam alugar, comprar ou vender suas escravas sem os filhos. O mesmo poderia ocorrer com as amas de leite livres. Os exemplos abaixo mostram esse aspecto:

> **Ama de leite** quem precisar alugar uma, **com ou sem cria**, sadia e de boa *conducta*, dirija-se a Manoel Roxo, á rua 24 de Outubro,

esquina da de S. Miguel. (*Jornal do Commercio*, n. 232, terça-feira, 12 de outubro de 1875. p. 3).

**Aluga-se** uma ama de leite, **sem cria** e sadia**.** Para informações n'esta *typographia.* (Jornal *Diario de Pelotas*, n. 2, terça-feira, 4 de janeiro de 1876. p. 3).

**Ama de leite** - aluga-se uma **com cria**, trata-se com João de PInho Oliveira á rua de São Miguel, 184. (*Jornal do Commercio*, n. 142, terça-feira, 27 de junho de 1876. p. 3).

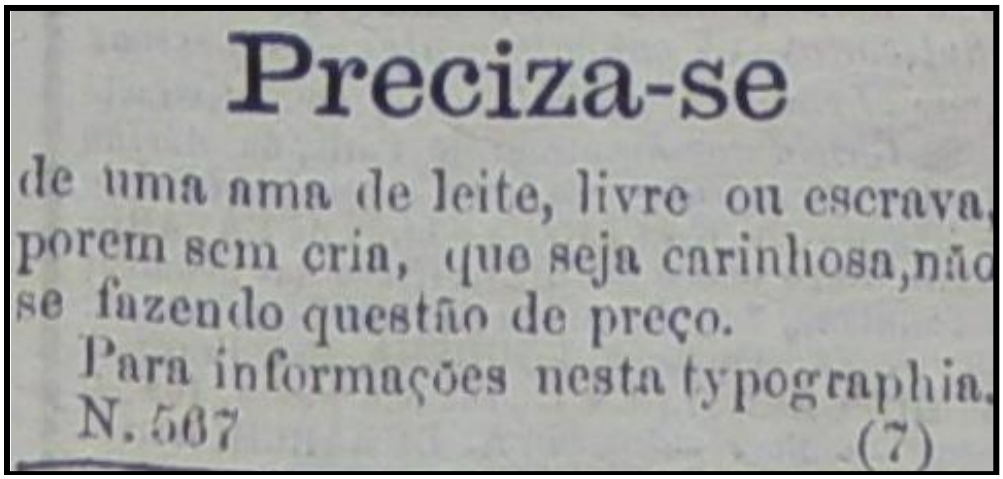

Preciza-se
de uma ama de leite, livre ou escrava,
porem sem cria, que seja carinhosa,não
se fazendo questão de preço.
Para informações nesta typographia.
N. 567 (7)

Figura 22 – Anúncio de ama de leite com exigência: “sem cria”. Fonte: Jornal *Diario de Pelotas,* n. 176, terça-feira, 8 de agosto de 1976. p. 3. (Foto da autora, 2014)

Levando-se em conta essa gama de adjetivações para o trabalho e percebendo a grande quantidade de anúncios com o termo “carinhosa”, entendemos que é possível o uso dos anúncios de jornais para a compreensão dos limites entre trabalho doméstico e relações afetivas e de cuidados com as pessoas da casa durante o período da escravidão e é possível, também, trazer essas percepções para as relações na atualidade.

# CAPÍTULO IV – TRABALHO DOMÉSTICO E AFETOS: ENTRE O PASSADO ESCRAVISTA E O PRESENTE

## 4.1 – Trabalho doméstico e afeto: sobre as criadas e as amas de leite nos anúncios da escravidão e seus reflexos na atualidade

### 4.1.1 – O trabalho doméstico no Brasil e as leis trabalhistas

> A gente precisa perceber que esse trabalho é muito importante, se não tiver uma doméstica fazendo o serviço, a patroa não vai poder sair pra rua pra trabalhar, ela teria que fazer esse serviço. É um trabalho importante, é uma categoria que é igual a todas as outras. Precisa ter todos os direitos como os demais trabalhadores. (ERNESTINA, Presidente do Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas, 2014).

O trabalho doméstico no Brasil é uma atividade tipicamente feminina e carrega, ao longo do tempo, as heranças do passado escravista, pois agrupa discriminações de gênero, classe e cor “ao eleger o papel específico da mulher negra na sociedade” (CRUZ, s/d). Segundo Angela Daves (*apud* Hooks, 1995), o trabalho ocupa um grande espaço na vida das mulheres negras e carrega os padrões estereotipados dos papéis estabelecidos pela escravidão acarretando a naturalização das desigualdades que está estabelecida nas sociedades atuais.

Além das questões que se referem às divisões sexuais do trabalho (homem-mulher), o trabalho doméstico atual é geracional: há uma preservação das crianças e dos adolescentes, principalmente das classes média e alta, em relação ao exercício das atividades domésticas (BRITES. In: BRITES & FONSECA, 2014). Provavelmente por essa razão não há discussão sobre a atuação de indivíduos dentro dessas faixas etárias, ainda que esses serviços sejam desempenhados por eles.

Segundo Goldstein (2003, *apud* BRITES, 2007. p. 3), para a classe média e alta brasileira, contar com os serviços de uma empregada doméstica é sentir-se distante da pobreza. Essa pobreza, historicamente associada à sujeira, vícios e falta de moralidade, no entanto, foi o braço que sustentou o trabalho das mulheres de

classe alta e, principalmente média permitindo que essas camadas pudessem desempenhar papéis “menos domésticos”.

Apesar de a Constituição Federal de 1988 trazer adequações às leis trabalhistas, a regulamentação dos direitos e deveres não garantia cobertura total, como o faz em relação a outras atividades laborais (CRUZ, s/d). Apenas neste ano de 2015 é que o Ministério do Trabalho aprova a lei que garante mais direitos às trabalhadoras domésticas, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), por exemplo, comum às outras categorias, na proposta conhecida como PEC das Domésticas (Proposta de Emenda Constitucional 72).

Como uma atividade tipicamente exercida por mulheres, permaneceu, por muitos anos, excluída pela Constituição Federal que, mesmo na Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, a qual ampliou até certo ponto as leis em benefício dos trabalhadores, permaneceu às margens da legalidade e invisível juridicamente (CRUZ, s/d).

A história da escravidão no Brasil, conforme já discutido no capítulo II e III, aponta as condições necessárias para entendermos porque a massa de trabalhadoras negras permanece como “linha de frente” dos serviços domésticos. O fim da escravidão deixou uma ampla camada empobrecida e marginalizada; as relações proprietários/escravos passou a se refletir nas relações patrões/empregados, não propiciando a inclusão social dessas/es trabalhadoras/es libertas/os e livres.

Segundo dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) de 2005:

> Os maiores percentuais de vulnerabilidade da mulher negra no universo dos trabalhadores [...] se explicam, sobretudo, pela intensidade de sua presença no emprego doméstico. Esta atividade, tipicamente feminina, é desvalorizada aos olhos de grande parte da sociedade, caracterizando–se pelos baixos salários e elevadas jornadas, além de altos índices de contratação à margem da legalidade e ausência de contribuição à previdência (p.5)

Por ter uma “cor” e ser massivamente exercido por mulheres, podemos tentar entender como o passado se comportou em relação a essas mulheres e como, mesmo com legislações que beneficiassem os contratantes/patrões, esse trabalho propiciou laços de solidariedade e de afeto, especialmente no que diz respeito às

mulheres ligadas ao trabalho interno direto das casas: as criadas e, em especial, as amas de leite (REIS, 2012; DIAS, 2013; BRITES & FONSECA, 2014).

#### 4.1.1.1 – As criadas e as amas de leite: dos anúncios de escravas ao regulamento de postura

Como já se tem falado, os registros dos documentos escritos, como cartas de liberdade, inventários, relatos de viajantes e jornais, mapas, entre outros, são fontes importantes para o conhecimento da existência desses trabalhos domésticos no passado, uma vez que em escavações arqueológicas muitas vezes não há possibilidade de encontrar algum objeto atribuído à especialização.

Os anúncios de jornais possibilitam uma série de interpretações como compreender de que maneira as criadas internas das casas e, especialmente as amas de leite são entendidas pela sociedade oitocentista, uma vez que são essas as servidoras que estão mais próximas da família proprietária/contratante. As relações entre os proprietários, os comerciantes e as escravas podem ser acompanhadas através dos jornais; eles circulam entre os interessados tanto em ofertar, como em adquirir mão de obra, bem como envolvem os próprios anunciantes (donos dos jornais), portanto formam-se redes heterogêneas envolvendo diferentes elementos da sociedade oitocentista (LAW, 1992; LATOUR, 1994).

Segundo Law (1992),

> [...] quase todas nossas interações com outras pessoas são *mediadas através de* objetos. [...] Nossas comunicações com os outros são mediadas por uma rede de objetos – o computador, o papel, a imprensa. E é também mediada por redes de objetos-e-pessoas (p. 2).

Ainda, de acordo com Thomas (1999), o mundo material não está isolado das relações sociais; os artefatos (jornais) estão diretamente implicados no modo pelo qual criamos, damos sentido e conduzimos as vidas diárias. Dessa forma, os periódicos são parte do processo de escravidão oitocentista, atuando na forma como os escravos e trabalhadores livres empobrecidos são entendidos pelos anunciantes/proprietários/patrões e como os próprios trabalhadores, quando isso era possível, colocava à disposição sua mão de obra nos anúncios de jornais. Ainda

hoje, nos periódicos atuais, é possível acompanharmos ofertas e procura de empregos nas páginas dos “classificados”, incluindo, entre outras/os, trabalhadoras domésticas. As relações sociais podem ter mudado ao longo dos anos, porém o trabalho doméstico permanece e, majoritariamente, está nas mãos de mulheres negras.

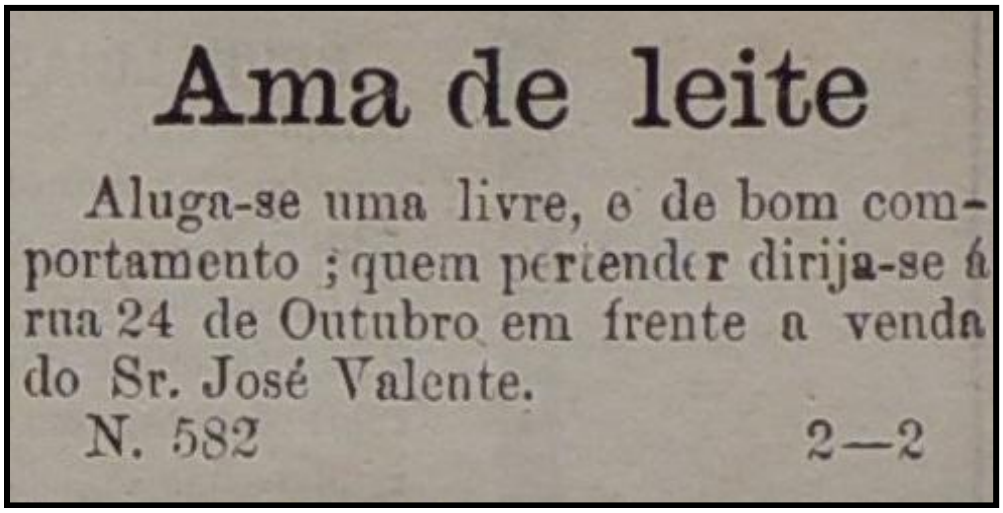
É interessante salientar que tanto os inventários de charqueadores pelotenses, quanto as cartas de alforria estudadas pelos autores citados nesta dissertação, bem como os contratos de compra e venda de escravos, não apresentam a especialização de amas de leite. Sendo assim, entendemos que poucos documentos falam sobre essas mulheres que, no entanto, aparecem massivamente nos anúncios de jornais e estão presentes nas leis municipais de higiene e conduta de trabalhadores domésticos.

Sobre essas leis que regulamentavam o trabalho doméstico no século XIX, Graham (1992) nos fala que

> No Brasil, nenhum código legal regulava, em princípio, as relações entre senhores e escravos. A lei e o costume, seja [...] expressos formalmente ou interpretados informalmente, se articulavam para elevar a vontade do senhor à condição de autoridade suprema na unidade social brasileira básica: a casa-família (p. 16).

As leis foram implantadas no momento em que as regras da sociedade oitocentista começaram a mudar, ou seja, com a aproximação do fim da escravidão e os receios em torno de higiene, conduta e comportamento que existiam em relação às camadas mais empobrecidas, incluindo os ex-escravos (COSTA, 2013. p. 51). Especialmente para os criados de servir e para as amas de leite livres essas leis foram cunhadas com o propósito de manter os espaços bem definidos e o disciplinamento, uma vez que essas/es trabalhadoras/es participavam do cotidiano da família. No entanto, segundo Graham (1992), muitas cidades brasileiras não aceitavam a intervenção do governo, em uma tentativa de manter as relações paternalistas no espaço de domesticidade.

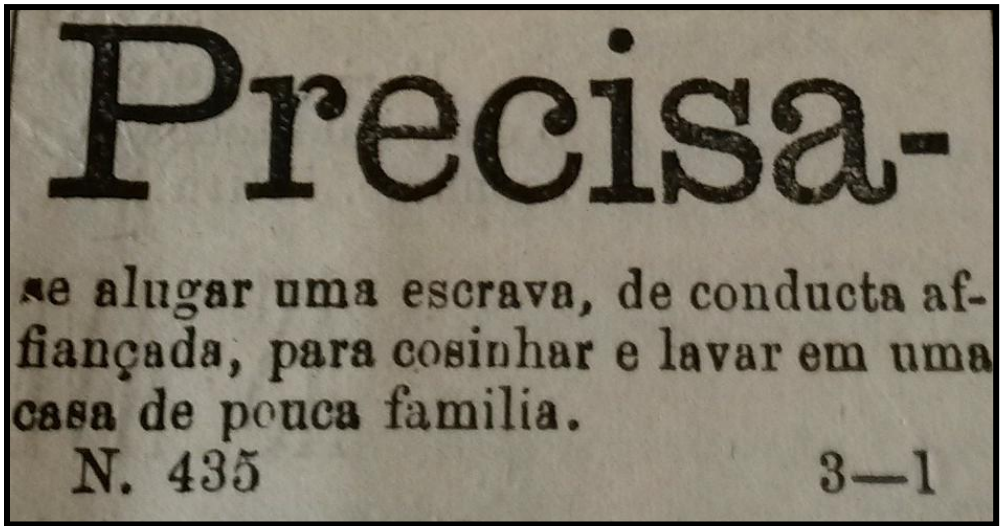
Nos seguintes anúncios podemos perceber as posturas em relação a comportamento e conduta das trabalhadoras, exigidas tanto para escravas quanto para livres:


Ama de leite

Aluga-se uma livre, e de bom comportamento ; quem pertender dirija-se á rua 24 de Outubro em frente a venda do Sr. José Valente.

N. 582 2—2

Figura 23 – Anúncio de ama de leite de “bom comportamento”. Fonte: Jornal *Diario de Pelotas,* n. 176, terça-feira, 8 de agosto de 1876. p. 3. (Foto da autora, 2014)


Precisa-

se alugar uma escrava, de conducta afiançada, para cosinhar e lavar em uma casa de pouca familia.

N. 435 3—1

Figura 24 – Anúncio de escrava de “conduta afiançada”. Fonte: Jornal *Diario de Pelotas,* n. 125, quarta-feira, 5 de junho de 1878. p. 3. (Foto da autora, 2014)

Cabe lembrar que, quando falamos em trabalhadores pobres e livres, há uma condição quase absoluta de continuação dos moldes da escravidão. Como as criadas e amas de leite livres estavam relacionadas diretamente às categorias de escravas, uma vez que desempenhavam as mesmas funções, é importante entender esse instrumento para refletirmos sobre os limites de direitos e deveres entre patrões/ex-proprietários e trabalhadoras livres (libertas, branca pobres).

O *Regulamento para serviço de criados da Câmara Municipal de Pelotas* (Aditivo da *Lei 1628 de 23 de dezembro de 1887, do Palácio do Governo de Porto Alegre*) indica a serem contemplados, no artigo 1º, os seguintes serviços dos trabalhadores livres: cocheiro, copeiro, cozinheiro, criado de servir, ama de leite e

ama seca. Para todos havia um registro e deveriam ser celebrados contratos de prestação de serviço entre contratante e contratado e para ambos havia as obrigações e os direitos. Essas obrigações e direitos, ainda que em alguns momentos apareçam como beneficiando os servidores, são bem claros em suas intenções: manter os serviçais em “seus lugares”, contendo-os e cultivando as separações de classes (GRAHAM, 1992; COSTA, 2013).

Se por um lado as leis indicam e exigem determinadas condutas ou comportamentos, sabemos que nos anúncios as exigências para as amas de leite, em especial, são principalmente de cunho afetivo (Anexo 4).

### 4.1.2. – Trabalho doméstico e as relações de cuidado e afeto

A afetividade e a “domesticidade” em grande parte das sociedades são atribuídas ao universo feminino (ROSALDO, 1995). Porém, já nas primeiras décadas do século XX, Margareth Mead nos diz que os “papéis” dos homens e das mulheres variam de cultura para cultura; a afetividade e os cuidados com os outros, em especial com as crianças, não são propriedades inerentes ao sexo feminino. Nem mesmo fatores biológicos como a concepção, o parto e a amamentação propiciam “naturalmente” o cuidado com o outro (MEAD, 1971).

Quando olhamos as qualificações das mulheres escravas e livres nos anúncios do século XIX e somamos às leis municipais, percebemos a importância da postura das trabalhadoras domésticas dentro das casas de família. Ainda que na escravidão os códigos fossem mais internos, impostos pelos proprietários de escravos como negociação de relações patriarcais, as condutas exigidas não são diferentes das esperadas pelas trabalhadoras livres. As qualificações “boa”, “boa conduta”, “bom comportamento”, “conduta afiançada” e “conduta garantida”, explicam, já em uma primeira leitura, quais as condições que a trabalhadora deveria ter para desempenhar seu papel dentro das casas de família.

No entanto, as exigências quanto à questão relacionada ao “carinho”, ou seja, a afetividades, propicia uma reflexão que vai além das posturas das trabalhadoras. Nos anúncios coletados, foram encontradas 25 amas de leite com essa qualificação, 2 amas secas e 1 mucama (Anexo 4). O cuidado com o outro e o afeto, da mesma forma como propõem Brites (2007) e Brites & Fonseca (2014), pode ser pensado a

partir dessas adjetivações. Ainda que precisemos ter cuidados para não essencializar esses achados, em se tratando de uma sociedade com elementos e relações socioculturais diferentes das atuais, alguns pontos da observação histórica e antropológica podem nos auxiliar nesse esforço.

Sabendo-se das permanências que o trabalho doméstico no Brasil carrega dos tempos da escravidão, há uma possibilidade de compreensão das relações afetivas e de cuidado dentro do contexto oitocentista que pode ser observado do contexto atual das trabalhadoras domésticas. Um ensaio etnográfico, a partir das narrativas de algumas trabalhadoras domésticas atuais, em conjunto com os dados dos anúncios e a história, pode ser um meio para as interpretações. Wagner (2010. p. 78) destaca que os contextos são múltiplos e extensos, alguns incluindo outros, articulando-se entre si, sendo que alguns não mudam com o passar do tempo por seu caráter claramente tradicional. Compreendemos, assim, que os contextos sociais em que as empregadas domésticas atuais estão inseridas devem-se, em larga medida, aos contextos passados.

De acordo com Kofes (2001) não havia apenas a proximidade física das escravas com a família para quem trabalhava. Elas ficavam, muitas vezes, sob a prática paternalista dessa sociedade, protegidas por seus senhores. Essas mulheres estariam mais bem vestidas e poderiam ter uma alimentação diferente da comum aos cativos, apesar das posições hierárquicas claramente impostas entre proprietários e escravas. No entanto, essa relação de intimidade é entendida como sentimento de posse, pois no momento em que a “babá” (mucama/criada/ama seca) está vinculada às crianças para fazer suas vontades, entrar em suas brincadeiras, como nos expõe Silva (2011), ela é reafirmada como a propriedade de alguém (SILVA, 2011. p. 126). Havia essa ambiguidade intimidade/distanciamento: em momentos se evidencia a proteção e os benefícios e, em outras, se enfatiza as divisões de classe características da construção do Brasil (KOFES, 2001).

Atualmente, segundo Brites (2007), sobretudo nos cuidados com as crianças, podemos encontrar os vínculos afetivos que se formam do contato entre empregadas domésticas e a família empregadora. Levando-se em conta, especialmente, que a esmagadora maioria dessas trabalhadoras não tem vínculo de parentela com a família para qual trabalha e, ainda, são mal remuneradas (BRITES, 2007).

Nesse interim, temos a constituição das relações de afeto, pela permanência, por muito tempo, das trabalhadoras nos mesmos ambientes domésticos, através de ações como os pagamentos extra-salariais não vinculados aos contratos de trabalho, as conversas íntimas entre empregada e patroa, e, especialmente as trocas de carinho com as crianças (BRITES, 2007; BRITO, s/d).

> A gente se apega aos "*bichinho*", é como se eles fossem filhos da gente (ÂNDULA BEATRIZ, ex-ama de leite e ex-trabalhadora doméstica, 2013).

Conforme já discutido, o viés hierárquico em que as relações entre patrões/patroas e trabalhadoras domésticas ocorrem é uma herança da sociedade escravista e envolve questões de gênero, "cor" e classe. Muitas trabalhadoras permanecem durante anos na mesma casa de família e, através dessa proximidade estabelecem-se as relações afetivas. No entanto, isso não altera as posições hierárquicas claramente estabelecidas pela sociedade (BRITES, 2007).

Dentro dessa categoria de trabalhadoras atuais, temos empregadas fixas, que trabalham 44h por semana na mesma casa e "faxineiras" ou diaristas, às quais é permitido o trabalho de até dois dias por semana para que não se caracterize vínculo empregatício, desobrigando o contratante a alguns deveres, como assinar carteira e recolher o FGTS (PEC 72 – Leis das Domésticas).

Porém, mesmo no caso das diaristas, muitas estão prestando serviços para a mesma família há anos e acabam se envolvendo com o cotidiano das famílias, sabendo "segredos", conversando com os membros da família e, nesse período, há um entrelaçamento e, ao mesmo tempo, uma separação entre o que se entende por obrigações e por extensão das relações afetivas dentro da casa, que nem sempre ocorrem de maneira recíproca.

> Isso faz muita confusão mesmo, eu mesma trabalhei numa casa que eles diziam pra mim: "bah, tu é nossa. Tu é da nossa família". Aí eu digo: "ah bom, se eu sou da família, eu vou sentar na sala e vou ver televisão. O que vocês vão dizer? E a louça como vai ficar?" Porque eu não sou da família. Eu gosto muito deles e sei que eles gostam muito de mim, mas eu não sou da família. Eu tenho que cumprir o meu serviço. (Narrativa de uma diarista durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

> Por isso que vem essa conversa de família, só que os da família ele não vai botar a trabalhar de graça. O patrão, na orientação que foi passada na antiguidade das escravagistas, é de que ela é pobre e tem que trabalhar de graça pra mim. Se ela não puder, eu boto outra que depende disso e faz pra mim. Essa conversa é antiga e essa conversa se reproduz. (Narrativa de uma das sindicalizadas durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Muitas vezes os limiares entre direitos e afetividade são ultrapassados e as trabalhadoras acabam por fazer atividades além do que é previsto em seus contratos:

> Eu faço de tudo, lavo roupa, cozinho, faço faxina, lavo janela, banheiro, faço tudo.[...] fora as outras coisas que ela (a patroa) inventa que não são normais. [...] ela pediu pra eu descer lá embaixo porque o vidro do carro dela tava com cocô de pomba... Eu acho que é muita escravidão. (Narrativa de uma das sindicalizadas durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Por isso, segundo Ernestina, presidente do Sindicato, apesar de se criarem laços de afetividade, é necessária a busca pelo conhecimento de seus direitos e deveres:

> Eles se entregam, a gente se entrega. Eles dizem: são da família, são considerados da família... Não, senta na mesa, vamos almoçar e comer juntos. Eles até dizem que são... Nós temos uma senhora aqui perto, a Dona Terezinha, que ela começou a trabalhar em casa de família, ela não casou, não teve família, não teve filhos e hoje ela *tá* sendo colocada num asilo porque ela *tá* velha. Não dá pra trabalhar mais, *tá* doente.Aí eles largam como se fosse o quê? um animal a gente tem amor... Daí quando fica velha, nos chutam. [...] É importante porque nós temos que ter amor, é obrigação tratar os outros com educação e amor. Agora, não que a gente vá tratar e se considerar da família. Não. A gente não se considera, não. A gente é empregada, a gente quer saber dos direitos da gente. [...] Tem gente que não tem conhecimento, não sabe os direitos. (ERNESTINA, Presidente do Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas, 2014).

As narrativas acima nos fazem refletir a respeito do legado que a escravidão deixou. Se, por um lado, temos a ideia de que a empregada está dentro da casa e "faz parte da família" pelo tempo de serviço e o apego às pessoas da casa, por outro, há um excesso de atividades. Embora haja leis que determinem as atribuições das empregadas domésticas, há sempre o condicionante de não se saber exatamente quais são essas atribuições. Além disso, há o receio e, por vezes, a ameaça de ser substituída por outra pessoa, caso não cumpra o que lhe foi definido,

o que acarreta uma jornada de trabalho híbrida, uma mescla de trabalho assalariado adicionado de um certo trabalho escravo (CRUZ, s/d).

> É complicado. Eu vejo que é frágil ainda a legislação, porque quem é que vai cuidar? Quem vai entrar na residência pra controlar? Pra fazer essa fiscalização? É muito complexo tudo isso. Se a gente for analisar essa estrutura, na verdade a gente tem que mudar a mentalidade em toda a população. A mentalidade do patrão, do próprio trabalhador, porque ele mesmo vai ter que fiscalizar. [...] E se o patrão quiser participar, a gente fica feliz. (Narrativa de uma das sindicalizadas durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

As desigualdades de classe estão claramente dadas, conforme Brites (2007). A própria fala "se o patrão quiser participar, a gente fica feliz", mostra que as posições sociais ainda são distantes. Entender a participação do patrão no controle do cumprimento das leis como algo a ser celebrado, demonstra essas distâncias sociais entre empregadas domésticas e contratantes. Da mesma maneira como faziam as escravas no século XIX, elas utilizam-se de sua mão de obra para seu sustento e para "garantir a sobrevivência e promoção de suas próprias famílias" (BRITES, 2007). Isso quer dizer que há uma colaboração entre contratadas e contratantes, a despeito das diferenças de classe e das relações de trabalho, ainda que os abusos nos horários e nos tipos de trabalho sejam uma constante.

Os anúncios de jornais nos mostram como as empregadas/trabalhadoras pobres se colocavam perante as qualificações necessárias para o desempenho do trabalho, por exemplo. Parece-nos que as contratadas, escravas ou livres, cumprem os requisitos para continuar seus trabalhos como forma de sua manutenção. Assim, vemos, por exemplo, este anúncio em que a própria trabalhadora (ou seus intermediadores -propretários/agenciadores) coloca sua mão de obra à disposição de contratantes enunciando, possivelmente, suas próprias qualidades:

> ***Engommadeira*** - Á rua General Osorio n. 94, há uma **superior** *engommadeira* que se encarrega deste serviço a **preço *rasoavel*** e **perfeição** em trabalho. (Jornal *Diario Commercial,* n. 9273, terça-feira, 25 de janeiro de 1887. p. 3)

Há uma preocupação da mulher (ou de seus agenciadores) em se posicionar com seu trabalho doméstico frente às/aos suas/seus contratantes. Há uma clara diferença de classe, visto que o trabalho é manual e a trabalhadora está colocada

com seus atributos laborais, que seriam aceitos por quem a contratasse (classes mais abastadas).

As negociações ocorrem entre os diferentes elementos da sociedade e, conforme propõem Brites & Fonseca (2014), podemos pensar as trabalhadoras domésticas a partir de um perfil de “cuidadoras”, uma das qualificações que aparece nos anúncios de jornais, especialmente no trato com crianças.

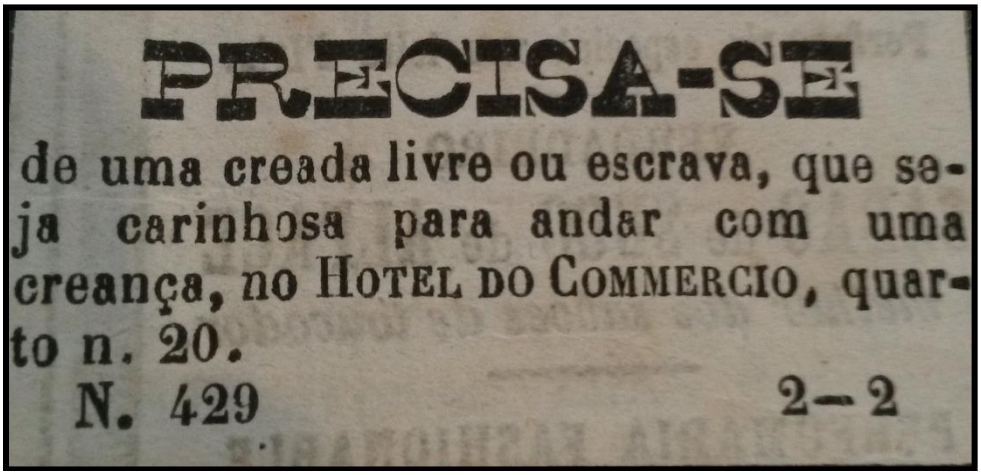

PRECISA-SE
de uma creada livre ou escrava, que seja carinhosa para andar com uma creança, no HOTEL DO COMMERCIO, quarto n. 20.
N. 429 2—2

Figura 25 – Anúncio de escrava “carinhosa” para “andar com uma criança”.
Fonte: *Jornal do Commercio,* n. 73, domingo, 1º de abril de 1887. p. 3 (Foto da autora, 2014)

A possibilidade de pensar as escravas como cuidadoras pode ser mais um elemento, a exemplo dos estudos atuais sobre escravidão em geral, para ajudar a tirar a carga de “mercadoria” sem agência, sob a qual muitas vezes os cativos são pensados ainda hoje e que é acentuada pela posição que os anúncios de jornais colocam essas escravas, comercializadas entre objetos, imóveis e animais. Entram nessa categoria de cuidado com crianças as amas de leite, as amas secas e mucamas, as quais estavam ligadas diretamente às crianças, em contato permanente ou como atividades sazonais (ama de leite). Para um total de 764 mulheres, a quantidade dessas das amas de leite e das amas secas nos anúncios é significativa, somando 177 amas de leite (23,17%), 38 amas secas (4,97%). As mucamas somaram 12 mulheres (1,57%); entretanto, por vezes as criadas anunciadas poderiam também englobar o cuidado com crianças. Essa categoria de trabalho somou 241 mulheres (31,74%). Por vezes, as amas de leite tornavam-se as amas secas ou mucamas e acompanhavam as crianças até a fase adulta. Além das

atividades envolvidas no cuidado com crianças, apareceu um anúncio com a procura de uma mulher (0,13%) para cuidar de pessoa idosa.

Segundo Brites & Fonseca (2014), pensar o trabalho doméstico como cuidado, no Brasil ainda é muito recente. Pensa-se em cuidado mais quando está relacionado à área da saúde, como, por exemplo, na enfermagem. Jurema Brites (BRITES & FONSECA, 2014),

> Creo, sin embargo, que esta categoría representa algunas potencialidades, pues a mi entender el cuidado [...] se inscribe también en una discusión proveniente de los estudios feministas que busca visibilizar las tareas invisibles del cuidado. Pienso que a veces la palabra cuidado está menos cargada de prejuicio que trabajo doméstico (p. 164).

Pensar o “cuidado” em lugar do “serviço” doméstico é uma maneira de visibilizar essa atividade que, em geral, é associada à sujeira, ao trabalho manual e não é relacionada ao cuidado (FONSECA. In: BRITES & FONSECA, 2014). É interessante perceber o quanto o trabalho doméstico mudou seu perfil e o quanto não se alterou desde a escravidão. As permanências históricas em relação a gênero, classe e “cor” confrontam-se com as separações espaciais entre empregadas e patroas, por exemplo. Hoje temos as separações do que é da empregada e o que é da família, numa tentativa de evitar o contato, uma vez que se pensa no “trabalho doméstico como desprestigiado” e, especialmente, nos “corpos das empregadas como sujos” (BRITES. In: BRITES & FONSECA, 2014).

> Existem casos e casos. Trabalhei em casas que tinha que entrar pela área de serviço, tu não comia a mesma comida; mas eu também trabalhei em casas de pessoas maravilhosas que me ajudaram muito mesmo. Então a gente não pode botar todo mundo num saco só, mas tem casos e casos (Narrativa de uma das sindicalizadas durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Essa mudança de perspectiva e as políticas de higiene e conduta que são trazidas do pós-abolição podem refletir nessas relações confusas na fronteira entre as obrigações e os vínculos de afeto de trabalhadoras domésticas e famílias para as quais trabalham.

#### 4.1.2.1 - As amas de leite: um caso especial

> Tenho filho de leite no Rio de Janeiro! Quando vem pra São Sepé e passa por mim, sempre diz: “Olha lá a “vaca” que me deu leite! É a minha mãe de leite!”. Aí me dá uma saudade desses bichinhos... (ÂNDULA BEATRIZ, a BETA, ex-ama de leite e ex- trabalhadora doméstica, 2013).

Pela característica “carinhosa” contida nos anúncios podemos pensar para além do cuidado com a criança, em relações que ultrapassam as obrigações e os cuidados e criam vínculos de afetividade entre os entes das diferentes categorias. No caso da ama de leite, o seu corpo biológico determina as relações, visto que é seu “instrumento” de trabalho, de renda e, ao mesmo tempo, é através da atividade da amamentação, do contato entre os corpos, que aparecem os laços afetivos.

Figura 26 - Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870.
(Acervo Instituto Moreira Salles). Fonte:
**http://www.pragmatismopolitico.com.br/…/10-raras-fotos-de-e**

A amamentação de crianças brancas por escravas negras no Brasil parece ter sido importada da Europa (SILVA, 1990). Freyre (1946) nos dizia que era costume na sociedade escravista as mães darem seus filhos para que as amas negras às amamentassem ao que ele atribuía ao “maior vigor” das escravas. Entretanto, Silva (1990) aponta para a própria condição de escrava, com disponibilidade de leite, o motivo pelo qual se recorria às amas negras.

Badinter (1985) estudou o costume das francesas nos séculos XVII e XVIII de terem seus filhos criados por amas, hábito que começou pelas mulheres mais abastadas e espalhou-se pela população: as mulheres ricas mantinham seus filhos

junto a si, porém contratavam amas para dentro de suas casas, enquanto as menos abastadas enviavam seus filhos para as zonas rurais para que fossem alimentados pelas camponesas. Essa prática, segundo Silva (1990), sempre foi associada à mortalidade infantil, o que fez com que os governos europeus investissem no incentivo ao aleitamento materno (BADINTER, 1985).

No Brasil, as escravas negras amamentando os filhos da “casa grande” são vistas por Freyre (1946) como tornando-se “pessoas da família” de seus senhores, no momento em que há um estreitamento nas relações entre as diferentes categorias sociais. No entanto, Magalhães & Giacomini (1983 *apud* SILVA, 1990) percebem essa dimensão de relações a partir de outra visão:

> A estória da ama-de-leite escrava, da 'embaixadora da senzala na casa grande', revela-se a história de mais uma faceta da expropriação da senzala pela casagrande, cujas conseqüências inevitáveis foram a negação da maternidade da escrava é a mortandade de seus filhos (pp. 81-82).

Dessa forma, segundo Silva (1990), há uma aproximação das escravas com a família da casa grande que, no entanto, não beneficia a criação de seus próprios filhos. Por outro lado, como já foi apontado pelos estudos mais recentes em história, apesar da alta mortalidade infantil entre as crianças filhas de escravas (e mesmo entre as brancas) durante o século XIX, havia a possibilidade de formação de famílias nucleares entre os cativos. Essas mantinham redes e auxiliavam-se mutuamente.

Com a possibilidade dos escravos de aluguel, as amas de leite também eram um negócio que interessava os senhores (SILVA, 1990), uma vez que a renda poderia não vir somente das produções agro-pastoris e muitos pequenos proprietários de escravos viviam dessa venda da mão de obra urbana. As escravas aleitando, segundo Silva (1990), eram mais rentáveis sendo alugadas do que sendo utilizadas dentro do espaço doméstico como criadas ou em outra função.

Outro fator importante para a disseminação do uso das amas de leite negras no Brasil, na contramão das políticas de aleitamento da Europa pós séculos XVII e XVIII, é a presença de grande população pobre que vendia sua mão de obra nas cidades, lado a lado com as escravas. Conforme observado nas figuras 19 e 20 do capítulo III, podemos identificar a maior concentração de amas de leite entre as

trabalhadoras livres. Entre as escravas, essa quantidade fica em segundo lugar, e o número total de trabalhadoras é liderado pelas criadas.

O uso das amas de leite na França, de acordo Badinter (1985), deve-se principalmente aos fatores sociais: nas camadas ricas e dominantes as mulheres poderiam estar buscando maior liberdade, enquanto nas de classes mais populares desempenhavam, junto à suas famílias, trabalhos como artesãs, etc. necessitando de tempo livre para essas atividades. Era mais viável contratar uma ama de leite do que aleitar seu próprio filho. O amor materno, na época, não tinha qualquer valor social ou moral, assim, o abandono de crianças também não acarretava sentimentos de culpa para a mãe. Dessa forma, as mães mais empobrecidas poderiam vender seu leite às mães mais abastadas.

Com as leis de higiene, criadas por muitas províncias brasileiras, alteram-se os valores sobre o aleitamento (SILVA, 1990; COSTA, 2013). As preocupações com a saúde da população em geral e com altos índices de mortandade infantil levam a uma atenção especial para o desenvolvimento de políticas sobre a maternidade e a amamentação e sobre a criação dos filhos pelas próprias mães. Soma-se a isso, os receios que as classes mais abastadas tinham em relação à pobreza (AZEVEDO, 2004; COSTA, 2013). Assim, temos os princípios das mudanças, mediante leis e normas governamentais, além de regras de instituições particulares que investiam na ideia da “maternidade” associada diretamente à mulher ideal que seria a intermediadora entre a família e o governo nas questões em relação à saúde (SILVA, 1990):

> A mulher tipo ideal surgiu como o modelo higiênico da filha exemplar, esposa dedicada e mãe amantíssima. Alguns médicos achavam que "para ser mãe não é bastante ter o filho, é preciso amamentá-lo" (MACHADO, 1911. 75-76 *apud* SILVA, 1990) e comparavam as mulheres que se recusam amamentar àquelas que se fazem abortar (SILVA, 1990. p. 74).

As relações de afetividade entre mãe e filho através da amamentação, nessas condições brasileiras, podem ser entendidas como uma consequência das ações governamentais para atentar à saúde e higiene. Não se pode falar em falta de afetividade entre mães e filhos de elites no Brasil colonial apenas através da amamentação pela mãe, pois não se pode atribuir valores atuais às mulheres integradas em um outro sistema social (SILVA, 1990). Podemos perceber nos

anúncios já citados das amas de leite que contém a qualificação “carinhosa” que as famílias, as mães livres e mais abastadas, estavam preocupadas com o comportamento das amas em relação a seus filhos.

Interessante trazer a narrativa de Ândula Beatriz, a Beta, já identificada anteriormente, que em fins do século XX foi ama de leite. Hoje, com 65 anos, cacique de uma terreira de Quimbanda, ela fala de sua identificação com seus antepassados escravos, fala das relações de afeto que permeavam a amamentação e sobre os problemas que as mães tinham para aleitar. Fala, ainda, que nunca cobrou nada das mães, que era um compromisso pessoal com os outros:

> Meus antepassados passaram muito trabalho. Por que eu iria deixar os outros passar trabalho também? Ih, contando assim, por cima... Eu tive uns 25, 26 *filho* de leite. Naquele tempo ninguém cobrava, não. Foi por amor. Nunca ouvi falar de nenhuma que cobrava em São Sepé. Tinha que ser porque tu *gostava* de ver as *criança* bem. [...] Os *bichinho* não têm culpa, não. Eu ia... ia dar leite pro gurizinho, a mãe não podia, teve “recaída” porque lavou a cabeça antes dos 45 dias. Eu ia de três em três horas. Até no meio da noite. Teve um que ficou comigo um mês na minha casa! A mãe também teve “recaída”, que é depressão, né? [...] Uma outra não tinha leite suficiente pros gêmeos. A menina é paraplégica e o menino morreu na incubadora... Eu tirava leite e dava de *conta-gota*, mas ele era muito fraquinho. [...] e teve uma filha de leite que morreu porque a mãe levou pra fora, a guria, e deu leite Ninho, não quis ficar na cidade, então não tinha ama de leite [...] (BETA, 2013).

Sobre a continuidade da atividade na família, e os aspectos relacionados à “cor” ela ainda diz que:

> As minhas *filha*, eu disse, pras minhas *filha*, se alguém precisar, vocês ajudem. A Francielly (NETA) foi a única que só deu leite pra família! Ela deu de *mamá* pro primo. A Janaína (FILHA DA ENTREVISTADA E TIA DE FRANCIELLY) tinha que *trabalhá* e elas tiveram os *filho* quase junto. Então a Francielly dava de *mamá* pro pequeno. A Michella (OUTRA FILHA DA ENTREVISTADA) também foi ama nos dois *filho* mais *velho.* [...] Eu disse pra elas: as pessoas precisam, acaba tudo essa coisa da cor! Porque aqui, tu sabe, né? É cheio de preconceito (BETA, 2013).

As relações de afeto estão claramente no contato direto da ama de leite e da criança. Por esse contato direto de corpos talvez exista a grande procura por amas de leite “carinhosas” nos anúncios. Como já foi falado anteriormente, os anúncios das amas de leite apresentam essa qualificação massivamente; ela também aparece nas amas secas e mucamas, embora em uma quantidade bem menor. Entendemos,

assim, que essa adjetivação está vinculada ao ato da amamentação, à ação direta do ato de “dar” o leite, pela ama, e o de “receber”, pela criança.

Hoje, essas relações de intimidade talvez tenham mudado no que diz respeito às questões sociais, porém as condições para que ocorra essa intimidade permanecem. As trabalhadoras estão no ambiente interno, em contato direto com seus contratantes e, ao mesmo tempo, estão submetidas às hierarquias existentes. Brites (2007) traz a fala da empregada doméstica Edilene, a qual cuida de uma criança de cinco anos, que pode elucidar esses aspectos de intimidade/cuidado/hierarquia:

> Lene, tu podia acertar na Sena, né? Aí tu só vinha aqui prá brincar comigo. Tu podias almoçar e deitar na cama da mamãe, para descansar, como ela faz. [Edilene fecha seu relato acrescentando] A idéia da menina! Deitar na sua cama?! (BRITES, 2007. p. 97).

O espanto dessa empregada e a fala da menina sobre “acertar na Sena” para poder estar no mesmo nível econômico (e social, de acordo com a perspectiva da menina) demonstra o quanto as relações de cuidado e de afeto estão entremeadas com aspectos de afastamento entre as diferentes classes.

Comentei sobre esta parte ser um “ensaio etnográfico” justamente porque não aprofundei o trabalho em etnografia, junto às trabalhadoras domésticas atuais, mas algumas narrativas sobre as trajetórias de vida dessas empregadas ajudaram-me a pensar sobre os aspectos contidos nos anúncios das escravas e de outras mulheres trabalhadoras domésticas do século XIX.

Compreender como ocorriam as relações de trabalho e afeto e as negociações entre diferentes categorias é buscar algumas origens para problemas atuais, na tentativa de amenizar as diferenças (de direitos) entre grupos de hoje.

## 4.2 – Entre o passado e o presente: a experiência junto ao Sindicato das (os) Trabalhadoras (es) Domésticas (os) de Pelotas

Nesta última parte da dissertação, não tenho a intenção de aprofundar questões atuais a respeito de direitos e deveres das/os trabalhadoras/es, mas apresentar algumas falas das empregadas domésticas, que ocorreram durante a primeira oficina junto ao Sindicato, dia 21 de setembro de 2014, as quais são

relevantes e podem alavancar novos estudos. A experiência de, primeiro apresentar alguns anúncios caracterizando o trabalho doméstico no século XIX, e depois, em uma segunda oficina, construir conjuntamente uma forma de representar essas trabalhadoras junto ao MUARAN, fizeram-me pensar muito a respeito dos dados encontrados nos jornais.

Embora esta pesquisa não tratasse inicialmente das trabalhadoras domésticas na atualidade, por meio da aproximação com o Sindicato das/os Trabalhadoras/res Domésticas/os de Pelotas, ficaram muito claros alguns aspectos que perpassam o tempo e mantêm-se na atualidade. Da mesma maneira como ocorria no passado escravista, a grande maioria das trabalhadoras domésticas nos dias atuais é mulher e é negra. Há uma condição social histórica que permeia a questão da trabalhadora negra, com suas origens na escravidão (PEREIRA, 2014).

Anterior à primeira oficina, a Profª Louise Alfonso conversou com algumas integrantes do Sindicato. A professora identificou que falar sobre trabalho escravo não seria uma perspectiva interessante, pois a primeira tentativa de começar o assunto da história do trabalho doméstico em Pelotas por essa via foi refutada mediante a argumentação de que muitas empregadas são brancas ou não se identificam com a escravidão africana e afro-descendente (comunicação pessoal, 2014). No entanto, os anúncios foram um meio de mostrar que, assim como nos mostra a história, o trabalho doméstico feminino tem suas origens na sociedade escravista. Por apresentarem variações entre as mulheres e os homens trabalhadores domésticos, escravos, livres, libertos, poderia ser mais fácil de visualizar essa questão. Assim, partimos para a primeira oficina, da qual eu trouxe muitas informações.

Apresentei alguns anúncios de jornais pelotenses de escravas/os domésticas/os. Além das oficineiras (eu, Profª Louise Alfonso, Profª Flávia Rieth e Profª Liza Martins) e das sindicalizadas/os, estavam presentes algumas/ns trabalhadoras/es não sindicalizadas/os e uma “patroa”. Durante a apresentação, foi possível perceber as reações de choque de algumas participantes, principalmente quando foram mostrados os anúncios de aprendizes (crianças e adolescentes na categoria atual) e quando falamos sobre as qualificações das trabalhadoras.

Na realização das oficinas, conseguimos identificar o trabalho doméstico em vários perfis. Um dos primeiros aspectos a ser comentado diz respeito a mulheres e

homens. Há uma constância, a exemplo do que foi identificado na sociedade escravista, da manutenção do trabalho doméstico nas mãos de mulheres. São poucos homens nessas atividades e eles estão mais direcionados a serviços externos, como jardinagem e limpeza de casas e entorno. Embora a fala da Sra. Ernestina Pereira, presidente do Sindicato, “não importa a cor, hoje temos domésticas negras, brancas, temos homens que são domésticas” (21/09/2014), percebemos a predominância das mulheres. As questões relacionadas ao trabalho do mucamo e do copeiro, por exemplo, foram alvo de surpresa, uma vez que “o machismo coloca o homem distante das vidas do lar” (Sindicalizada, 2014).

Há uma aproximação entre algumas trabalhadoras domésticas com movimentos negros e movimentos de mulheres negras, em que se busca não só melhores condições para todas mulheres, mas para o desempenho do trabalho doméstico (ERNESTINA PEREIRA, comunicação pessoal, 2014). Isso gera uma proximidade entre as trabalhadoras, propiciando as redes de solidariedade que também aconteciam entre as trabalhadoras escravizadas e ex-escravas.

> Nós somos consideradas, às vezes, irmãs, só que ela é muito caridosa. Quando... tem uma irmã dela que perdeu um neto... ela vai trabalhar na casa da irmã pra... enquanto trabalha, é erguida. [...] Criamos um grupo chamado grupo da Luluzinha, pra passarmos umas horas com essa irmã. [...] Pra levantar e ajudar. [...] Mas todos os dias da semana ela trabalhar na função de doméstica em serviço geral de condomínio. (Narrativa de uma das sindicalizadas durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Em relação às qualificações “conduta afiançada” ou “conduta garantida” as/os sindicalizadas/os presentes fizeram uma conexão direta com as cartas de recomendação para o trabalho, comuns entre os contratantes. O antigo contratante, ou em caso das faxineiras, alguém para quem elas trabalhem, fazem uma carta de recomendação onde constam informações pessoais da trabalhadora e do contratante para quem prestou serviço. Na carta, além da “conduta” da trabalhadora, consta o contato do antigo contratante para que confirme essa recomendação. O interessante foi que essa questão provocou um “levante” entre as participantes, que começaram a falar sobre como elas não têm cartas de referências sobre os “patrões”, então, a recomendação, a referência, é uma via de uma mão só. Elas entram em casas, muitas vezes desconhecidas, para trabalhar e não sabem para quem trabalham, não têm o histórico de seus “patrões”.

A permanência durante longos períodos de tempo numa mesma casa pode acontecer. Mesmo as diaristas ou “faxineiras” prestam serviços durante anos em uma mesma casa, criando vínculos de afeto.

> Trabalho de empregada doméstica há 18 anos numa casa... [...] É porque eu me separei e não tinha o que fazer, fui procurar emprego, na época tinha 36 anos, aí disseram que eu não tinha... Não tinha idade mais pra procurar e, aí, eu fiquei fazendo faxina. [...] Eu me peguei nessa e to 18 anos lá. (Narrativa de uma das sindicalizadas durante oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, 2014).

Esses relatos nos mostram o quanto alguns aspectos da escravidão permanecem no trabalho atual, conforme já dito várias vezes e demonstrado por estudiosos de história, ciências sociais, antropologia.

Quando perguntamos a respeito dos espaços, as narrativas das trabalhadoras apontam para divisões nítidas dentro da casa da família. Essas questões da divisão dos espaços englobam os cômodos da casa e os materiais de uso pessoal, numa tentativa de “evitar” a contaminação. Muitas empregadas nos contaram que fazem suas refeições separadamente dos “patrões” e usam pratos, talheres, copos, canecas também separadas das de uso da família; outras, ainda, precisam levar sua própria refeição e em alguns casos, seu próprio papel higiênico e seu sabonete. Isso nos remete, mais uma vez, a pensarmos na dualidade intimidade/hierarquia, pois, temos trabalhadoras em uma mesma casa durante anos, cuidando da família, das crianças, e que não podem ao menos fazer uma refeição no mesmo espaço dos “patrões”.

Quanto aos cuidados com as crianças, identificamos que é unânime a participação da trabalhadora doméstica nessa atividade. Em poucos casos há uma babá separadamente; por questões econômicas, a maioria das casas que mantém trabalhadoras domésticas não conta com uma babá, a tarefa é atribuída à empregada que faz a limpeza, prepara o alimento, etc. Não existe a separação das atividades e, quando há crianças na casa, segundo as trabalhadoras, os patrões perguntam se a empregada tem filhos, sabe lidar com crianças e gosta de crianças. O “ter filhos” parece estar associado ao “saber cuidar de uma criança”.

Também, os espaços da casa ora se confundem com a circulação dos “patrões” e da empregada, ora ajudam a definir claramente a hierarquia. Pelas

observações colocadas pelas sindicalizadas, muitas casas em Pelotas ainda mantém o “quartinho” e o “banheiro” da empregada, para que ela use esses espaços e não os espaços dos “patrões”, a não ser quando está cuidando das crianças ou limpando o local.

Várias observações foram feitas pelas participantes da primeira oficina para pensarmos o trabalho doméstico entre o passado e o presente. E foi extremamente gratificante ouvir o seguinte relato de uma das sindicalizadas ao final da apresentação:

> Eu gostaria de parabenizar o grupo porque a escolha do tema foi muito excelente, porque vai de indivíduo a indivíduo [...] Com esse tema eu acredito que pode mexer muito com as mentes e os corações. Tem muita coisa que ficou... que pra nós era desconhecida e que pode vir a mexer com a sociedade no país e no mundo. [...] Simplesmente uma riqueza, eu praticamente fiz uma faculdade aqui hoje, de tanta coisa! A escolha foi muito bem feita, muito bem estruturada, que pra nós não é tudo conhecido, mas tinha muitas coisas conhecidas e é um *feedback*, né? (2014).

Ao final da primeira oficina encaminhamos os assuntos para a segunda, onde apresentaríamos, a partir da composição em conjunto com as trabalhadoras domésticas, as prévias de como seriam os *banners* e as exposições dos mesmos para a representação do trabalho doméstico no MUARAN. Também criaríamos uma logomarca para o projeto “O Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente”, que foi idealizado, também, a partir dessa primeira oficina pelo GEEUR.

O interessante de se falar sobre a logomarca é sobre a forma como ela foi “arqueologicamente” montada. Perguntamos quais eram as especificidades que deveriam estar presentes. As trabalhadoras solicitaram que a imagem tivesse uma mulher, nem negra, nem branca, para representar todas as trabalhadoras; deveria aparecer uma vestimenta que remetesse a um uniforme; presença de luvas nas mãos, balde e vassoura (que acabou sendo excluída para não poluir visualmente a imagem); e o mais importante: mão para cima em sinal de empoderamento, da luta dessas mulheres. A imagem a seguir é o resultado da segunda oficina:

Figura 27 – Logomarca do Projeto Sindomésticas / GEEUR / MUARAN. Arte: Simone Ortiz (estudante do Curso de Antropologia - UFPEL)

Os artefatos associados ao trabalho doméstico, assim como os espaços definidos na casa como o da empregada doméstica, são aspectos a serem avaliados em futuras pesquisas abrangendo antropologia e arqueologia.

Na segunda oficina, apresentamos as ideias dos *banners* e fizemos a finalização deles para serem confeccionados e levados a público. Também ajustamos a logo para que pudesse ficar de acordo com as intenções das trabalhadoras. Esses *banners* finalizados, cuja arte é de Simone Ortiz, já estão em exposição itinerante pela cidade de Pelotas e estão disponíveis no Anexo 5.

A experiência com o Sindicato das/os Trabalhadoras/es Domésticas/os de Pelotas foi extremamente frutífera para o entendimento das continuidades do trabalho desde passado até o presente. As trocas de informações que ocorreram pela apresentação dos anúncios deram outra perspectiva ao meu trabalho e possibilitaram atualizar o tema da escravidão. Pude perceber o quanto essas permanências podem ser prejudiciais para a trabalhadora doméstica e o quanto há preconceitos a serem vencidos.

Figura 28 – 1ª Oficina. Trabalhadoras domésticas e Oficineiras.
Foto: Louise Prado Alfonso (2014)

Também, pude entender a ligação entre movimento sindical, movimentos negros e de mulheres negras, uma vez que as classes caminham juntas, como disse a Sra. Ernestina: “nós precisamos empoderar nossas mulheres”! Essas oficinas, creio eu, ajudaram bastante nesse aspecto, já que muitas trabalhadoras, antes do primeiro encontro, não se sentiam tendo qualquer ligação com o passado escravista, que traz essa carga de relações ambíguas para o presente.

Empoderar para lutar!

Figura 29 – Algumas trabalhadoras domésticas e sua luta. 1ª oficina. Foto: Louise Prado Alfonso (2014)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa apontou que, através dos anúncios de jornais, podemos chegar a entender as relações de classe, gênero e “cor” presentes no passado escravista, mas que se refletem na atualidade. As escravas anunciadas são de variados trabalhos domésticos, porém não estão desempanhando outras atividades laborais. Há uma permanência das condições do trabalho doméstico nas mãos das mulheres/negras/empobrecidas em geral, e os anúncios são fontes para a compreensão dessas permanências.

Utilizar a documentação para uma leitura arqueológica pode permitir a visualização desses aspectos. Como Galloway (2006) nos indica, os textos escritos não são, em geral, produzidos para a posteridade, e, sim, pensados para o momento em que são criados. Assim, eles implicam em situações arqueologicamente visíveis. Pensar as características das escravas e escravos a partir dos anúncios é entender como eles eram compreendidos naquele sistema social.

Mulheres livres, libertas e escravas se misturam no desempenho das atividades domésticas, apresentadas, à primeira vista, como mercadorias nos jornais. No entanto, as condições qualificantes mostram-nos que as relações vão mais além: há um misto de subordinação hierárquica de classes que, no entanto, é permeada por relações de afetividade, as quais podem ser percebidas pelas adjetivações quanto ao comportamento e a conduta dessas mulheres.

A idade é um fator importante: enquanto as mulheres no trabalho doméstico são, em sua grande maioria, adultas, os homens nos mesmos serviços são aprendizes, ou nas categorias atuais, crianças e adolescentes. As origens não foram importantes para a classificação das trabalhadoras e para o desempenho das atividades. Mesmo assim, o conhecimento de que existem mulheres brancas com etnias definidas nos anúncios é importante para compreendermos que existiam algumas preferências, o que nos dá uma visão das possíveis relações sociais da época.

A quantidade de mulheres escravas nos anúncios era significativamente maior do que a quantidade de mulheres livres ou libertas. Essa constância das mulheres negras permanece na atualidade, como pode ser acompanhado pelos dados oficiais (DIEESE).

Os anúncios são documentos relevantes quando pensamos nas amas de leite: elas não estão em documentos como cartas de alforria, ou inventários. A quantidade de amas de leite anunciadas muito mais alta que as outras especializações indica, não só as relações que se davam entre mães e filhos, como as relações que ocorriam entre as escravas e outras trabalhadoras e as amas e crianças de famílias distintas. Também é perceptível a circulação dessas mulheres, que não são trabalhadoras fixas. Interessante entender que a ama de leite precisava ser “carinhosa”, característica que demonstra qualificação de afeto, e, ao mesmo tempo não era presença permanente nas casas. Criavam-se vínculos temporários, muito provavelmente.

Trazer todas essas informações para o presente durante as oficinas junto ao Sindicato fizeram-me pensar mais a respeito de como ocorriam as relações entre trabalhadoras e família proprietária ou contratante. Todas as análises levam a refletir sobre as continuidades nas condições das trabalhadoras domésticas e sobre os possíveis materiais a serem pesquisados a seguir. As relações de espaço, de uso de artefatos, de hierarquias estabelecidas e, por vezes rompidas pelas intimidades, são aspectos a serem explorados em futuros estudos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### FONTES PRIMÁRIAS

### Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (BPP)

**Fundo: Hemeroteca - Jornais encadernados por semestre**

*Jornal A Discussão* – jan a dez/1881; jan a dez/1882; jul a dez/1883; jul a dez/1884; jan a dez/1885; jan a dez/1886; jan a dez/1887.
*Jornal A Nação* - nov e dez/1882; jan a dez/1883; jan a dez/1884; jan a mar/1885.
*Jornal A Pátria* – abril a jun/1887.
*Jornal Commercial (Diario)* – out a dez/1886; jan/1887.
*Jornal Diario de Pelotas* – jan a mar/1876; jul a dez/1877; jan a dez/1878; jul a dez/1879; jan a dez/1886; jan a dez/1887.
*Jornal do Commercio* – jan a dez/1875; jan a dez/1876; jan a dez/1877; jan a dez/1878; jan a dez/1879; jan a dez/1880; jan a dez/1881; jan a jun/1882.
*Jornal Onze de Junho* - jan a dez/1882; jan a dez/1883; jan a mar/1885; abril a dez/1888.
*Jornal Paiz* – set/1876.
*Jornal Rio-Grandense* - jan a dez/1886; jan a dez/1887; jan a mar/1888.

**Fundo: Hemeroteca – Pastas (exemplares de jornais avulsos): HEM 021; HEM 022; HEM 029; HEM 030.**

*Jornal Onze de Junho* – 14 de jan/1879.
*Jornal O Commercio* - 10 de ago/1862; 22 de nov/1862; 13 de mar/1863; 09 de out/1863; 1º de ago/1867; 06 de jun/1868; 12 de ago/1868.
*Jornal Noticiador* – 29 de dez/1855; 27 de ago/1856; 06 de dez/1856; 05 de jun/1865; 15 de dez/1865; 22 de jul/1866.
*Jornal O Brado do Sul* – 30 de ago/1861; 09 de out/1861.
*Jornal O Regenerador* – 17 de set/1863.
*Jornal de Pelotas* – 04 de abril/1862.
*Jornal O Pelotense* – 10 de mar/1853; 22 de mar/1853; 07 de dez/1854.

### REGISTROS ORAIS

Áudio gravado durante a oficina realizada pelo MUARAN (UFPEL) em parceria com GEEUR (UFPEL) e Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas, em 21 de outubro de 2014 (Organização e elaboração da oficina: Profª Drª Louise Prado Alfonso, Profª Drª Flávia Maria Rieth, Profª Ms. Liza Bilhalva Martins e Mestranda Marta Bonow Rodrigues) – transcrição realizada por Karollina Mendes de Magalhães, Johan Fonseca Lose e Beatrice Gervazzi -bolsistas do MUARAN, em dez/2014 e jan/2015).

SANTOS, Ândula Beatriz Oliveira. Entrevista concedida a RODRIGUES, Marta Bonow. São Sepé/RS, 20 de dezembro de 2013.

## BIBLIOGRAFIA

AGOSTINI, Camilla. Resistência cultural e reconstrução de identidades: Um olhar sobre a cultura material dos escravos do séc. XIX. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa (UEPG), v. 3, inverno de 1998. pp. 115-137. Disponível em http://www.revistas2.uepg.br/index.php/rhr/article/viewFile/2063/1545 (Acesso em 02/11/2010)

_____. Cultura material e a experiência africana no sudeste oitocentista: Cachimbos de escravos em imagens, histórias, estilos e listagens. *Topoi*. Rio de Janeiro, v. 10, jan-jun/2009. pp. 39-47.

_____. Panelas e Paneleiras de São Sebastião: Um núcleo produtor e a dinâmica social e simbólica de sua produção nos séculos XIX e XX. *Vestígios–Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 4, n. 2, jul-dez/2010. pp. 125-146.

_____. À sombra da clandestinidade: práticas religiosas e encontro cultural no tempo do tráfico ilegal de escravos. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 7, n. 1, jan-jun/2013. pp. 75-105.

AGUIAR, Marlise S. de. *Um olhar sobre o palimpsesto urbano: processo de formação e diferentes construções no tempo de um patrimônio arquitetônico às margens do Canal São Gonçalo (Pelotas/RS)*. Porto Alegre: PUCRS (Dissertação de Mestrado), 2009.

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. *A Negra Forca da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857).* Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

ALBUQUERQUE, Vivian M. dos Santos. Divisão Sexual do trabalho: complementaridade ou conflito. *Revista Urutágua.* Maringá, n. 13, ago-set-out-nov/2007.

ALLEN, Scott Joseph. A “cultural mosaic” at Palmares? Grappling with the Historical Archaeology of a seventeenth-century brazilian quilombo. In: FUNARI, Pedro Paulo A. *Arqueologia Histórica e cultura material.* Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. pp. 141-178.

ALMEIDA, Guilherme Pinto de. Notas Introdutórias à Iconografia do Almanaque do Bicentenário de Pelotas (Vol. 1). In: RUBIRA, Luís (org.). Almanaque do Bicentenário de Pelotas. (1ª Ed.) Santa Maria: Gráfica e Editora Pallotti S/A., v. 1, 2012. pp. 301-334.

ANDREWS, George Reid. “Um raio exterminador”: as guerras pela liberdade, 1810-1890. In: _____. *América Afro-Latina*. São Carlos: EDUFSCAR, 2007. pp. 83-116.

ARAÚJO, Thiago Leitão. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província*

*do Rio Grande de São Pedro, 1834 – 1884).* Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2008.

ARRIADA, Eduardo. *Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780 – 1835)*. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

ASSUMPÇÃO, Jorge Euzébio. Demografia escrava das charqueadas pelotenses. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen. *Grilhão Negro: Ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil.* Passo Fundo: Editora da UPF, 2009. pp. 247-269.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. *Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX.* São Paulo: Annablume, 2004.

BADINTER, Elisabeth. *Um amor conquistado: o mito do amor materno*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BAKOS, Margaret Marchiori. *RS: Escravismo e Abolição.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BATTLE-BAPTISTE, Whitney. *Black Feminist Archaeology.* Walnut Creek/CA-USA: Left Coast Press, 2011.

BAÚ LEONENSE – História, memórias, cultura e variedades do município de Capão do Leão/RS. Sucessor do antigo blog "Capão do Leão História & Cultura" (2006-2013). Contato: joaquimdias.1980@gmail.com Disponível em http://bauleonense.tumblr.com/page/2 (Acesso em 19/01/2015)

BEAUDRY, Mary C. Introduction. In: _____. *Documentary archaeology in the New World.* Cambridge: Cambridge University Press, 1988a. pp. 1-3.

BEAUDRY, Mary C. Words for things: linguistic analysis of porbate inventories. In: _____. *Documentary archaeology in the New World.* Cambridge: Cambridge University Press, 1988b. pp. 43-50.

BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKI, Stephen A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.*Vol. 1, N. 2, jul-dez 2007. pp. 73-113.

BERUTE, Gabriel S. *Dos escravos que partem para os portos do sul: características do tráfico negreiro no Rio Grande de São Pedro do Sul.* Porto Alegre: UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2006.

_____. Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c. 1830: tráfico negreiro e conjunturas atlânticas. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise.* São Paulo: Alameda, 2012. pp. 207-228.

BLAKEY, Michael L. Bioarchaeology of the African Diaspora in the Americas: Its Origins and Scope. *Annual Review of Anthropology.* v. 30, 2001. Pp. 387-422.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. *Cadernos Pagu.* N. 29. Jul-dez/2007. pp. 91-109.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. Cuidados profesionales en el espacio doméstico: algunas reflexiones desde Brasil: dialogo entre Jurema Brites e Claudia Fonseca. *Íconos – Revista de Ciencias Sociales.* Quito: Faculdad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Académica de Ecuador, n. 50, setembro/2014. pp. 163-174.

BRITO, Marcelo. *Empregadas domésticas: intimidade e distanciamentos nas relações de trabalho.* Montes Claros: UNIMONTES s/d. (Dissertação isolada para a disciplina de Pensamento sociocultural nas Américas) Disponível em: http://unimontes.br>arquivos>geografia_ixerg (Acesso em 21/01/2015)

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). *O Corpo Educado: pedagogias da sexualidade.* Belo Horizonte: Autêntica, 1999. pp. 151-172.

CAMARGO, Fernando. A pampa sul-riograndense e a pecuária. In: RIETH, Flávia, *et al*. *Inventário Nacional de Referências Culturais - Lidas Campeiras da Região de Bagé. Relatório Final.* Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, maio de 2013.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do Rio Grande do Sul.* Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CARLE, Claudio Baptista. *A organização dos assentamentos de ocupação tradicional de africanos e descendentes no Rio Grande do Sul nos séculos XVIII e XIX.* Porto Alegre: PUC/RS – Programa de Pós-Graduação em História (Tese de Doutorado), 2005.

CASTRO, Celso (org.). *Franz Boas – Antropologia Cultural.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

CENSO DE 1872 - BRASIL. Disponível em http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/pop72 (Acesso em 15/08/2014).

CÉSAR, Guilhermino. *História do Rio Grande do Sul: período colonial.* Porto Alegre: Globo, 1970.

CONKEY, Margaret W.; SPECTOR, Janet D. Archaeology and the study of gender. *Advances in archaeological method and theory*, vol. 7:1-38, 1984.

CORZO, Gabino La Rosa. Os espaços de resistência escrava em Cuba. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; ORSER Jr., Charles E.; SCHIAVETTO, Solange N. de (Orgs.). *Identidades, discurso e poder: estudos da arqueologia contemporânea.* São Paulo: Annablume; FAPESP, 2005. pp. 45-58.

CORZO, Gabino La Rosa; FERREIRA, Lúcio Menezes. Símbolo não Escolhido: Arqueologia das Marcas a Ferro em Escravos de Cuba. In: AGOSTINI, Camilla (Org.). *Objetos da Escravidão: abordagens sobre a cultura material da escravidão e seu legado*. 1 ed. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013. pp. 129-148.

COSTA, Ana Paula do A. *Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880 – 1894).* Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em História (Dissertação de Mestrado), 2013.

COSTA, Emília Viotti da. *Da senzala à colônia.* São Paulo: Unesp, 1998.

COUTO, Mateus de Oliveira. *A pia e a cruz: A demografia dos trabalhadores escravizados em Herval e Pelotas (1840 – 1859).* Passo Fundo: Ed. Da UPF, 2011.

COUTY, Louis. *A Erva Mate e o Charque (Le Mate et les Conserves de Viande).* Pelotas: Seiva, 2000.

CRUZ, Jamile Campos da. *O Trabalho doméstico ontem e hoje no Brasil: legislação, políticas públicas e desigualdade.* Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Trabalho solicitado como requisito avaliativo da disciplina Teoria Política: Estado, Sociedade e Políticas Públicas). s/d. Disponível em http://periodicos.ufes.br (Acesso em 21/01/2014).

CUNHA, Manuela Carneiro da. *Negros, estrangeiros: os escravos libertos e sua volta à África.* 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

CUNHA, Olívia Maria Gomes da. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição., In_____; GOMES, Flávio (org.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil.* Rio de Janeiro: FGV, 2007, pp. 396-404.

DAL BOSCO, Setembrino. A *fazenda pastoril no Rio Grande do Sul (1780-1889).* Passo Fundo: UPF (Dissertação de Mestrado), 2008.

DAL BOSCO, Setembrino. Estâncias das regiões de Rio Pardo, Bagé e Vacaria (1819 – 1889). In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: Ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil.* Passo Fundo: Ed. da UPF, 2009. pp. 295-331.

DALLA VECHIA, Agostinho M. *Vozes do Silêncio: depoimentos de descendentes de escravos no meridião gaúcho.* Pelotas: Editora da UFPEL, 1994. (Parte I).

DEAGAN, Kathleen. Líneas de Investigación em Arqueologia Histórica. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 2, n. 1, jan-jun/2008. pp. 61-93.

DeCORSE, Christopher R. Africanist Perspectives on Diaspora Archaeology. In: SINGLETON, Theresa. *"I, Too, Am America": Archaeological Studies of African-American Life.* 2ª ed. Virginia/USA: The University Press of Virginia, 2001. pp. 132-155.

DEVANTIER, Vanessa da Silva; SANTOS, Carlos Alberto Ávila. A Rua XV de Novembro: espaço de comércio, cultura e lazer. Pelotas, 1870-1931. 2011. Disponível em http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/39/31 (Acesso em 19/01/2015)

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX.* São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2013. pp. 360-381.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. *A mulher negra na mercado de trabalho metropolitano: inserção marcada pela dupla discriminação. Estudos e Pesquisas* (ano II), n. 14, 2005. Disponível em http://www.dieese.org.br (Acesso em 03/05/2015)

DOMINGUEZ, Lourdes. Historical Archaeology in Cuba. In: CURET Antonio; DAWDY, Shannon L.; CORZO, Gabino La Rosa. *Dialogues in Cuban Archaeology*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2005. pp. 62-71.

EIFERT, Maria Beatriz Chini. Os cativos do Botucaraí. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: Ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil.* Passo Fundo: Ed. da UPF, 2009. pp. 232-246.

ESCOBAR, Giane Vargas. *Clubes Sociais Negros: lugares de memória, resistência negra, patrimônio e potencial.* Santa Maria: UFSM (Dissertação de Mestrado), 2010.

FALOLA, Toyin. África y la esclavitud en el contexto transnacional. In: PINEAU, Marisa (ed.). *La ruta del esclavo em el Río de La Plata: aportes para el diálogo intercultural*. Caseros: Universidad Nacional de Tres de Febrero, 2011. pp. 21-42.

FARINATTI, Luís Augusto Ebling. Um campo de possibilidades: notas sobre as formas de mão de obra na pecuária (Rio Grande do Sul, século XIX). *História Unisinos,* v. 7, n. 8, pp. 253-276, jul/dez. 2003.

FERREIRA, Lúcio Menezes. *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888).* Projeto de Pesquisa. Pelotas: UFPEL, 2009a.

_____. Arqueologia da Escravidão e Arqueologia Pública: Algumas Interfaces. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 3, n. 1, jan-jun/2009b. pp. 7-23.

_____. Sobre o conceito de arqueologia da diáspora africana. *MÉTIS: história & cultura.* v. 8, n. 16. jul-dez, 2009c. pp. 267-275.

FLORES, Moacyr. *Contrabando de Escravos.* Porto Alegre: Pradense, 2013.

FONSECA, Marcus Vinícius. Apontamentos para uma problematização das formas de classificação racial dos negros no século XIX. *Revista Educação Pública.* Cuiabá, v. 18, n. 36, jan/abril 2009. pp. 201-219.

FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza. Antropologia e Feminismo. In: FRANCHETTO, Bruna; CAVALCANTI, Maria Laura V. C.; HEILBORN, Maria Luiza; SALEM, Tania. *Perspectivas Antropológicas da Mulher / 1.* Rio de Janeiro: Zahar Ed. 1981. pp. 11-47.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande e Senzala.* Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1946.

FREYRE, Gilberto. *Os escravos nos anúncios de jornais brasileiros do século XIX.* 4. Ed. São Paulo: Global, 2010.

FUNARI, Pedro Paulo A. A "República de Palmares" e a arqueologia da Serra da Barriga. *Revista USP.* São Paulo, v. 28, 1996. pp. 6-13. Disponível em

http://www.unicamp.br/nee/arqueologia/arquivos/arq_hist_estrat/rep_palmares.html (Acesso em 30/08/2014).

_____. Arqueologia, História e Arqueologia Histórica no Contexto Sul-Americano. In: _____. *Arqueologia Histórica e Cultura Material.* Campinas: UNICAMP/Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 1998. pp. 5-34.

_____. Heterogeneidade e conflito na interpretação do quilombo dos Palmares. *Revista de História Regional*. São Paulo,v. 6, n.1, verão de 2001. pp. 11-38.

_____. Teoria e métodos da Arqueologia contemporânea: o contexto da Arqueologia Histórica. *MNEME: Revista de Humanidades – Dossiê de Arqueologias Brasileiras*. v. 6, n. 13, dez/2004-jan/2005. pp. 1-5. Disponível em http://www.seol.com.br/mneme (Acesso em 14/11/2010).

FUNARI, Pedro Paulo A.; OLIVEIRA, Nanci Vieira; TAMANINI, Elizabete. Arqueologia pública no Brasil e as novas fronteiras. *Praxis Archaeologica*. v. 3, 2008. pp. 131-138.

GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e política de saúde em Pelotas/RS 1890-1930.* Pelotas: EDUCAT, 2007.

GILROY, Paul. *O Atlântico Negro.* 2ª ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. *História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2000. pp. 178-191.

GRAHAM, Sandra. *Proteção e obediência: criadas de servir e seus patrões no Rio de Janeiro 1860-1910.* São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

GROSSI, Miriam. Masculinidades: uma revisão teórica. *Antropologia em primeira mão.* Florianópolis, 2004. pp. 4-37.

GUEDES, Roberto. *Egressos do cativeiro: trabalho, família, aliança e mobilidade social: Porto Feliz, São Paulo, c. 1798 – c. 1850.* Rio de Janeiro: Mauad X: FAPERJ, 2008.

GUTIERREZ, Ester Judite B. *Negros Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense*. 2ª ed. Pelotas: Ed. Universitária/UFPEL, 2001 / 3ª ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011.

_____*. Barro e sangue: mão de obra, arquitetura e urbanismo em Pelotas (1777-1888).* Pelotas; Ed. UFPEL, 2004.

_____. Sítio Charqueador Pelotense. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau (Coord.). *História Geral do Rio Grande do Sul.* Passo Fundo: Editora da UPF, 2006. pp. 231-256.

_____. A arquitetura pelotense: charqueada e cidade. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: Ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil.* Passo Fundo: Ed. da UPF, 2009. pp. 201-231.

_____. *Sítio Charqueador Pelotense.* Porto Alegre: Paisagens do Sul, 2010.

HARTMANN, Luciana. *Gesto, palavra e memória: performances narrativas de contadores de causos.* Florianópolis: Ed. Da UFSC, 2011.

HEATH, Barbara J. The material world of slavery. In: _____. *Hidden lives: tha archaeology of slave life at Thomas Jefferson's Poplar Forest.* Virginia/USA: The University Press of Virginia, 1999. pp. 47-64.

HODDER, Ian. *Symbols in action: Ethnoarchaeological studies of material culture.* New York/USA: Cambridge University Press, 1982.

HOOKS, Bell. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. In: _____; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; Anzaldúa, Gloria (Orgas.). *Otras inapropriables: feminismos desde las fronteras, Madrid, Traficantes de Sueños.* 1984/2004. pp. 33-50. Disponível em: http://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/autores/hooks/1984/001.htm (Acesso em 09/09/2014).

HOOKS, Bell. Intelectuais Negras. *Estudos Feministas*. Rio de Janeiro, IFCS/UERJ e PPCIS/UERJ, v.3, n.2, p. 464-478.1995.

INSTRUMENTOS DE TRABALHO. Regulamento para serviços de criados da Câmara Municipal de Pelotas. *História em Revista*, Pelotas, v.9, s/p, 2003. (Núcleo de Documentação Histórica ICH/ UFPel)

JACINTO, Cristiane Pinheiro S. *Laços e enlaces: relações de intimidade de sujeitos escravizados. São Luís – século XIX.* São Luís: EDUFMA, 2008.

KELLY, Kenneth G. Historical Archaeology in the French Caribbean: An Introduction to a Special Volume of the Journal of Caribbean Archaeology. *Journal of Caribbean Archaeology, Special Publication.* v. 1, 2004. pp. 1-10.

KOFES, Suely. *Mulher, mulheres: Identidade, diferença e desigualdade na relação entre patroas e empregadas.* Campinas: Unicamp, 2001.

KÜHN, Fábio. *Breve História do Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LAGO, Luiz Aranha C. do. *Da escravidão ao trabalho livre: Brasil, 1550-1900.* São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

LANGE, Frederick W.; HANDLER, Jerome S. The Ethnohistorical Approach to Slavery. In: SINGLETON, Theresa A. *The Archaeology Slavery and Plantation Life*. Walnut Creek-California/USA: Left Coast Press Inc., 2009. pp. 15-32.

LARA Odlanyer H. De; TÁPANES, Boris R.; ANTÚNEZ, Carlos A. *Esclavos y Cimarrones em Cuba: arqueología histórica em La Cueva El Grillete.* Buenos Aires: Centro de Investigaciones Precolombinas, 2012.

LATOUR, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica.* Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor-Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. *Systems Practice.* n. 5, 1992. pp. 379-393. Tradução disponível em:

http://necso.ufrj.br/Trads/Notas%20sobre%20a%teoria%20Ator-Rede.html (Acesso em 06/11/2013).

LAYTANO, Dante de. *O negro no Rio Grande do Sul.* Porto Alegre: Primeiro Seminário de Estudos Gaúchos. PUCRS, 1957.

LEITE, Maria Cláudia Moraes. *Cativeiro e liberdade: as alforrias das charqueadas pelotenses (1880-1884).* Porto Alegre: UFRGS (Monografia: Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em História), 2011.

LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil.* São Paulo: Ática, 1991.

LÉVI-STRAUSS, Claude. A família. In: SHAPIRO, Harry. *Homem, cultura e sociedade.* São Paulo: Martins Fontes, 1982. pp. 355-380.

LIMA, Tânia. Andrade; BRUNO, Maria Cristina; FONSECA, Marta, P. R. "Sintomas do modo de vida burguês no Vale Do Paraíba, séc. XIX: Fazenda São Fernando, Vassouras, RJ: exploração arqueológica e museológica". *Anais do Museu Paulista*, *História e Cultura Material* (Nova Série), v. 1, 1993 pp.170-206.

LIMA, Tatiana Silva de. Domésticos, servos e criados: trabalho doméstico no Recife de meados do século 19. s/d. Disponível em http://alpha.unipam.edu.br (Acesso em 21/01/2015)

LITTLE, Barbara J. African American Life. In:_____. *Historical Archaeology – Why the Past Matters*. Walnut Creek, California/USA: Left Coast Press, Inc., 2007. pp. 107-115.

LONER, Beatriz Ana. Abolicionismo e Imprensa em Pelotas. In: ALVES, Francisco. *Imprensa, história, literatura e informação*. Anais do II Congresso Internacional de Estudos Históricos. Rio Grande: FURG, 2007. pp.57-64.

LONER, Beatriz Ana; GILL, Lorena Almeida; SCHEER, Micaela Irene. Enfermidade e morte: os escravos na cidade de Pelotas, 1870-1880. *História, Ciência, Saúde – Manguinhos:* Rio de Janeiro, v. 19, supl., dez 2012, pp. 133-152.

LOREN, Diana DiPaolo; BEAUDRY, Mary C. Becoming American: Small Things Remembered. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. *Historical Archaeology.* Oxford/UK: Blackwell Publishing, 2006. pp. 251-271.

LOURO, Guacira Lopes. *Um Corpo Estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer.* Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MACHADO, Neli Teresinha G. *Entre guardas e casarões: um pouco da história do interior do RS – uma perspectiva arqueológica*. São Paulo: USP/Museu de Arqueologia e Etnologia (Tese de Doutorado), primavera/2004.

MACIEL, Letícia Nörnberg. *Uma abordagem arqueológica sobre os cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX.* Pelotas: UFPEL (Monografia: Trabalho de Conclusão de Curso – Bacharelado em Antropologia), 2014.

MAESTRI, Mário José. *O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho.* Porto Alegre: EST (Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes); Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

_____. *O Escravo no Rio Grande do Sul: Trabalho, resistência, sociedade.* Porto Alegre: UFRGS, 2006.

_____. História e historiografia do trabalhador escravizado no RS: 1819-2006. In: LECHINI, Gladys. *Los estúdios afroamericanos y africanos em América Latina: herencia, presencia y visiones del outro*. Córdoba: Ferreyra Editor, 2008. pp. 53-88.

_____. Práticas *corambreras* na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul. In: MAESTRI, Mário; ORTIZ, Helen (Orgs.). *Grilhão Negro: Ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil.* Passo Fundo: Ed. da UPF, 2009. pp. 51-90.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Opulência e Cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: Um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890).* Pelotas: EDUFPEL/Livraria Mundial, 1993.

MAGALHÃES, Mário Osório. *Pelotas: toda a prosa. – 1º Volume (1809-1871).* Pelotas: Armazém Literário, 2000a.

MAGALHÃES, Mário Osório. Pelotas: Origem e Apogeu. In: RIETH, *et al. Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS. Relatório Final.* Arroio Grande: Complexo Criativo Flor de Tuna, maio/2013.

MAGALHÃES, Nelson N. *Pelotas Memória.* n. IV, 1990.

MARQUES, Alvarino da Fontoura. *Episódios do Ciclo do Charque.* Porto Alegre: EDIGAL, 1987.

MARQUESE, Rafael de Bivar. Moradia escrava na era do tráfico ilegal: senzalas rurais no Brasil e em Cuba, c. 1830-1860. *Anais do Museu Paulista.* São Paulo: Museu Paulista, v. 13, n. 2, jul-dez/2005. pp. 165-188.

MATTOS, Gil Passos de. *Etnoarqueologia e mapeamento de áreas de potencial arqueológico no Quilombo Fazenda Cachoeira (Piratini/RS).* Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Qualificação de Mestrado), agosto/2014.

MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia.* São Paulo: Cosac Naify, 2003.

MEAD, Margareth. *Macho e fêmea: um estudo dos sexos num mundo em transformação.* Petrópolis: Vozes, 1971.

MELLO, Marco Antônio L. de. *Reviras, batuques e carnavais: A cultura de resistência dos escravos em Pelotas.* Pelotas: Ed. UFPEL, 1994.

MENEGHEL, Stela Nazareth; FARINA, Olga; RAMÃO, Silvia Regina. Histórias de resistência de mulheres negras. *Estudos Feministas.* Florianópolis*:* UFSC, v. 13, n. 3, 2005. pp. 567-583.

MONASTÉRIO, Leonardo M. FCH errou? A economía da escravidão no Brasil Meridional. *História e Economia – Revista Interdisciplinar.* v. 1, n. 1, 2005. pp. 13-28.

MONQUELAT, Adão F. *Pelotas dos excluídos: subsidios para uma história do cotidiano.* Pelotas: Ed. Mundial, 2014.

MOREIRA, Paulo Roberto S. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano: Porto Alegre, 1858-1888.* Porto Alegre: EST, 2003.

_____. *Que com seu trabalho nos sustenta: as cartas de alforria de Porto Alegre (1748-1888).* Porto Alegre: EST, 2007.

_____. Por se ter queimado uma preta escrava, com o pretexto de bruxaria: fronteira, impunidade e crença dos senhores no poder mágico-religioso de seus cativos (Rincão de Artigas / 1856). In: *História em Revista – Publicação do Núcleo de Documentação Histórica. ICH.* Pelotas: UFPEL, 2010. pp. 25-52.

_____. "Com ela tem vivido sempre como o cão com o gato": alforria, maternidade e gênero na frontera meridional. In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.* São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 149-171.

MROZOWSKI, Stephen A. For gentlemen of capacity and leisure: the archaeology of colonial newspapers. In: BEAUDRY, M. C. et al. *Documentary archaeology in the New World.* Cambridge: Cambridge University Press, 1988. pp. 184-191.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). *Nova História das Mulheres no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2013. pp. 382-409.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o Gênero. *Estudos Feministas.* Florianópolis: UFSC, v. 8, n. 2, 2000. Disponível em http://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewArticle/11917 (Acesso em 15/08/2014)

OGNIBENI, Denise. *Charqueadas Pelotenses no Século XIX: Cotidiano, Estabilidade e Movimento.* Porto Alegre: PUCRS (Tese de Doutorado), 2005.

ORSER Jr., Charles. The archaeology of the African Diaspora. *Annual Review of Anthropology*, v. 27, 1998. pp. 63-82. Disponível em http://www.jstor.org/stable/223363 (Acesso em 20/06/2008)

ORSER Jr., Charles. La promesa de una arqueología del mundo moderno en América del Sur, con especial referencia a Argentina. *Revista de Arqueología Histórica Argentina y Latinoamericana*. Buenos Aires/Argentina (Sociedad Argentina de Antropología): Altuna Impresiones, n. 1, 2007. pp. 11-27.

OSÓRIO, Helen. *Estancieiros, lavradores e comerciantes na constituição da estremadura portuguesa na América: Rio Grande de São Pedro, 1737-1822.* Rio de Janeiro: UFF (Tese de Doutorado), 1999.

PALERMO, Eduardo R. "Como continuación del Río Grande del Sur": La hacienda sul-rio-grandense esclavista em el norte uruguayo (séc. 19). In: MAESTRI, Mário; BRAZIL, Maria do Carmo. (Orgs.). *Peões, vaqueiros e cativos campeiros: estudos sobre a economia pastoril no Brasil.* Passo Fundo: Editora da UPF, 2009. pp. 97-135.

PAULA, Marise Vicente de. De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in) visibilidade das mulheres negras. *Revista Latino-americana de geografia e Gênero.* Ponta Grossa, v. 3, n. 2, ago-dez/2012. pp. 155-164.

PEC das Domésticas. Disponível em www.brasil.gov.br>Governo.2015>6 (Acesso em 03/06/2015)

PEIRANO, Mariza. *A favor da Etnografia.* Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril.* São Paulo: Ed. Paz e Terra S. A., 1981.

PEREIRA, Virgínia Areias. *Herança escravocrata e trabalho doméstico remunerado: rupturas e permanências.* Pernambuco: UFPE – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Dissertação de Mestrado), 2012.

PEREIRA, Virgínia Areias: http://cultura-contemporanea.blogspot.com.br/2014/01/pesquisa-empregadas.html (Acesso em 18/11/2014).

PESSI, Bruno S. *O impacto do fim do tráfico na escravaria das charqueadas pelotenses (C. 1846 – C. 1874).* Porto Alegre: UFRGS (Monografia: Trabalho de Conclusão de Curso – Licenciatura em História), 2008.

PESSI, Bruno S. O fim do tráfico e a organização do trabalho nas charqueadas pelotenses: ofícios e avaliação dos escravos arrolados nos inventários de charqueadores. *AEDOS – Revista do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS.* Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 4, Nov/2009. pp. 157-168. Disponível em http://www.seer.ufrgs/aedos (Acesso em 24/10/2012)

PESSIS, Anne-Marie. Arqueologia de Gênero: Teoria e Fato Arqueológico. *Revista CLIO Arqueológica*. Pernambuco: UFPE, n. 18, 2005. Disponível em https://www.ufpe.br/clioarq/images/documentos/2005-N18/2005a1.pdf (Acesso em 24/10/2014)

PETIZ, Silmei de S. *Buscando a liberdade: as fugas de escravos da Província de São Pedro para o além-fronteira (1815-1851)*. Porto Alegre; UFRGS (Dissertação de Mestrado), 2001.

PINTO, Céli Regina J. Feminismo, história e poder. *Revista Sociol. Polít.* Curitiba, vol.18, n.36, junho/2010, pp. 15-23. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010444782010000200003&lng=pt&nrm=iso (Acesso em 14/08/2014)

POSNANSKY, Merrick. Toward an Archaeology of Black Diaspora. *Journal of Black Studies.* v. 15, n. 2, dez/1984. pp. 195-205. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2784008 (Acesso em 26/06/2008).

PRIORE, Mary Del. "A Criança Negra no Brasil". S/D. Disponível em http://www.construirnoticias.com.br/asp/materia.asp?id=523 (Acesso em 31/10/2014)

REIS, Adriana Dantas. Mulheres "Afro-descendentes" na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES,

Flavio (orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.* São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 24-34.

RIBEIRO, Matilde. Mulheres negras: uma trajetória de criatividade, determinação e organização. *Estudos Feministas.* Florianópolis: UFSC, v. 16, n. 3, 2008. pp. 987-1004.

RIETH, Flávia, *et al*. *Inventário Nacional de Referências Culturais - Lidas Campeiras da Região de Bagé. Relatório Final.* Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, maio/2013.

ROCHA, Everardo. *O que é etnocentrismo?* Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Ed. Brasiliense, n. 124, 1984.

ROCHA, Marcelo Garcia da. *Arqueologia da Escravidão e Patrimônio Cultural no Passo dos Negros (Pelotas, RS)*. Pelotas: UFPEL - Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural (Dissertação de Mestrado), 2014.

ROSA, Estefânia Jaékel da. *Paisagens Negras: arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil).* Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em Memória e Patrimônio Cultural (Dissertação de Mestrado), 2012.

ROSALDO, Michelle. O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. *Horizontes Antropológicos – Gênero.* Ano 1, n. 1, 1995. pp. 11-36.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo.* Recife: SOS Corpo, 1993.

SAINT-HILAIRE, Auguste de. *Viagem ao Rio Grande do Sul*. Tradução de Adroaldo Mesquita da Costa. Porto Alegre: ERUS - Martins Livreiro Editor, 1987.

SALES, Ricardo. *E o vale era escravo: Vassouras, século XIX. Senhores e escravos no coração do Império.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

SAMFORD, Patricia. The archaeology of African-American slavery and material culture. *The William and Mary Quarterly.* v. 53, n. 1, jan/1996. pp. 87-133. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2946825 (Acesso em 23/04/2009).

SANTOS, Roberto dos. O negro no Rio Grande do Sul: Uma realidade além do mito. In: TRIUMPHO, Vera. *Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude.* Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. pp. 131-142.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del. *História das Crianças no Brasil.* São Paulo: Contexto, 2000. pp. 108-136.

SCHÁVELZON, Daniel. *Buenos Aires Negra: Arqueología histórica de una cuidad silenciada.* Buenos Aires/Argentina: Emecé, 2003.

SCHERER, Jovani de Souza; ROCHA, Márcia Medeiros (Coord.). RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Administração e dos Recursos Humanos: Departamento de Arquivo Público. *Documentos da Escravidão no RS: Compra e Venda de Escravos: acervo dos tabelionatos do Rio Grande do Sul. Recorte temporal de set/1763 a maio/1888.* Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (CORAG), v.

2, nov/2010. pp. 71-116 (Pelotas). (Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS).

SCHWARTZ, Stuart, *Escravos, roceiros e rebeldes.* Bauru: EDUSC, 2001.

SCOTT, Elizabeth M. Gender Research in African American Archaeology: Introduction. In: GALLE, Jillian E.; YOUNG, Amy L. (orgs). *Engendering African American Archaeology: A Southern Perspective.* Knoxville/USA: The University of Tenesse Press, 2004. pp. 1 – 18.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e realidade.* Porto Alegre, v. 6, n. 2, 1995.

SEGATO, Rita Laura. *Os percursos do gênero na Antropologia e para além dela.* Série Antropologia. Brasília: UNB, 1998.

SHARPE, Jenny. *Ghosts of Slavery: a literary archaeology of black women's lives.* Minneapolis (USA): University of Minnesota Press, 2003.

SILVA, Antônio Augusto Moura da. *Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre o aleitamento na sociedade brasileira.* Ribeirão Preto: Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto da USP. (Dissertação de Mestrado). 1990.

SILVA, Elza E. M. Q. da; CUNHA, Ivanir. *O mito da escravidão cordial sul-rio-grandense: uma discussão historiográfica.* EDUC, v.1, n. 9, out/2007. pp. 6-13. Disponível em http://www.sinpro-rs.org.br/textual/out07/Revista%20Textua%20Escravidao.pdf (Acesso em 30/08/2011).

SILVA, Liza B. Martins. *Entre lidas: um estudo de masculinidade e trabalho campeiro na cidade.* Pelotas: UFPEL – Programa de Pós-Graduação em Antropologia (Dissertação de Mestrado), 2014.

SILVA, Roger C. da. *Muzungas: Consumo e manuseio de químicas por escravos e libertos no Rio Grande do Sul (1828-1888).* Pelotas: EDUCAT, 2001.

SILVA, Maciel Henrique Carneiro da. *Domésticas criadas entre textos e práticas sociais: Recife e Salvador (1870-1910).* Salvador/BA: UFBA – Programa de Pós-Graduação em História (Tese de Doutorado), 2011.

SIMÃO, Ana Regina F. *Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850).* Passo Fundo: UPF, 2002.

SINGLETON, Theresa A. The Archaeology of Slavery in North America. *Annual Review of Anthropology.* v. 24, 1995. pp. 119-140. Disponível em http://www.jstor.org/stable/2155932 (Acesso em 23/04/2009)

_____. An Introdution to African-American Archaeology. In: _____. *"I, Too, Am America": Archaeological Studies of African-American Life.* 2ª ed. Virginia/USA: The University Press of Virginia, 2001. pp. 1-20.

_____. Investigando la Vida del Esclavo em el Cafetal del Padre. *Gabinete de Arqueología.* v. 4, n. 4, 2005. pp. 4-13.

_____. Reflexões sobre a Diáspora Africana no Brasil. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 7, n. 1, jan-jun/2013. pp. 210-219.

SINGLETON, Theresa; SOUZA, Marcos André T. Archaeologies of the African Diaspora: Brazil, Cuba and the United States. In: MAJEWSKI, Teresita; GAIMSTER, David (ed.) *International Handbook of Historical Archaeology.* New York/ USA: Springer, 2009. pp. 449-469.

SLENES, Robert. *Na senzala, uma flor: Esperanças e recordações na formação da família escrava.* 2ª ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2011.

SOARES, Fernanda. *Santa Thereza: Um Estudo Sobre as Charqueadas da Fronteira Brasil – Uruguai.* Santa Maria: UFSM (Dissertação de Mestrado), 2006. Disponível em http://cascavel.cpd.ufsm.br/tede/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=340 (Acesso em 24/09/2010).

SOUZA, Flavia Fernandes. Escravas do Lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (orgs). *Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação.* São Paulo: Selo Negro, 2012. pp. 244-260.

SOUZA, Marcos André Torres de. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 1, n. 1, jan-jun/2007. pp. 59-92.

_____. Introdução: Arqueologia da Diáspora Africana no Brasil. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 7, n. 1, jan-jun/2013. pp. 7-19.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2010.

STRATHERN, Marilyn. *O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade na Melanésia.* Campinas: Ed. UNICAMP, 2006.

STUMPF, Elisabeth; BARBIERI, Rosa; HEIDEN, Gustavo (Orgs.). Cores *e formas no Bioma Pampa: Plantas ornamentais nativas.* Pelotas: EMBRAPA, 2009.

SYMANSKI, Luís Cláudio. O Domínio da Tática: práticas religiosas de origem africana nos engenhos de Chapada dos Guimarães (MT). *Vestígios – Revista Latina-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 1, n. 2, jul-dez/2007. pp. 7-36.

SYMANSKI, Luís Cláudio P.; SOUZA, Marcos André Torres de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).* n. 33, 2007. pp. 215-243.

SYMANSKI, Luís Cláudio P.; ZANETTINI, Paulo. Encontros Culturais e Etnogênese; o caso das comunidades afro-brasileiras do Vale do Guaporé. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 4, n. 2, jul-dez/2010. pp. 89-124.

SYMANSKI, Luís Cláudio; GOMES, Flávio. Arqueologia da escravidão em fazendas jesuíticas: primeiras notícias da pesquisa (Nota de pesquisa). *História, Ciência, Saúde – Manguinhos:* Rio de Janeiro: v. 19, supl., dez 2012, pp. 309-317.

_____. Da cultura material da escravidão e do pós-emancipação: perspectivas comparadas em arqueologia e história. *Revista História Comparada.* Rio de Janeiro/UFRJ, v. 7, n. 1, 2013. pp. 293-338. Disponível em: http://revistas.ufrj.br/index.php/RevistaHistoriaComparada/article/viewFile/376/343 (Acesso em 16/01/2015)

SYMANSKI, Luís Cláudio; HIROOKA, Suzana. Engenho Bom Jardim: cultura material e dinâmica identitária de uma comunidade escravizada do Mato Grosso. *Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 7, n. 1, jan-jun/2013. pp. 20-72.

THIESEN, Beatriz V.; MOLET, Claudia Daiane; KUNIOCHI, Márcia Naomi. Charqueada e escravidão em Rio Grande. *5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional.* Porto Alegre, 11 a 13 de maio/2011. Disponível em http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20valadao_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf (Acesso em 14/12/2014)

THOMAS, Julian. A materialidade e o social. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia.* São Paulo, suplemento 3, 1999. pp. 15-20.

VARGAS, Jonas. Das charqueadas para os cafezais? O comércio de escravos envolvendo as charqueadas de Pelotas (RS) entre as décadas de 1850 e 1880. In: XAVIER, Regina Célia Lima. *Escravidão e Liberdade: temas, problemas e perspectivas de análise.* São Paulo: Alameda, 2012. pp. 275-302.

VOSS, Barbara L. Sexuality in archaeology. In: NELSON, Sarah M. *The Handbook of Gender in Archaeology.* Lanham, MD/USA: AltaMira Press, 2006. pp. 365-400.

VOSS**,** Barbara L. Image, Text, Object: Interpreting Documents and Artifacts as 'Labors of Representation'. *Historical Archaeology*, 4 (4). Feb/2006. pp. 147-171.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura.* São Paulo: Cosac Naify, 2010.

WILKIE, Laurie A. Documentary archaeology. In: HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. *The Cambridge Companion to Historical Archaeology.* New York/USA: Cambridge University Press, 2008. pp. 13-33.

XAVIER, Regina Célia L. A escravidão no Brasil Meridional e os desafios historiográficos. In: SILVA, Gilberto F.; SANTOS, José Antônio dos (Orgs.). *RS Negro: cartografias sobre a produção do conhecimento.* Porto Alegre: EDIPUCRS, 2009. pp. 15-31.

ZANETTI, Valéria. *Calabouço urbano: escravos e libertos em Porto Alegre (1840-1860)*. Passo Fundo: UPF, 2002.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. El Sur por el Sur: uma revisión sobre la historia y el desarollo de la Arqueología Histórica em América Meridional. *Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica.* Belo Horizonte: v. 1, n. 1, Jan-Jun/2007. pp. 15-48.

ZARANKIN, Andrés; SALERNO, Melisa A. “Sobre bonecas e carrinhos”: desconstruindo as categorias “feminino” e “masculino” no passado. *Cadernos de Ciências Humanas – Especiarias. 11 y 12 (20 y 21). Dossiê Arqueologia Hoje.* Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus/BA. 2010. pp. 219-240.

# ANEXOS

**Anexo 1 –** Lista dos negociantes de escravos nos anúncios dos jornais pesquisados

| ANO | NEGOCIANTE | ENDEREÇO | TIPO DE NEGÓCIO |
|---|---|---|---|
| **1853** | Casa de Leilão de Leon Latisquet | Rua de S. Miguel | Aluguel |
| **1854** | Pedro José Leite Guimarães e Cia | | Compra |
| **1856** | "Loja" | Rua do Commercio, 149 | Compra |
| **1856** | Joaquim Braga & Cia | Porto da Cidade | Venda e Aluguel |
| **1861 - 1863** | João Baptista Roux | | Venda |
| **1861 - 1863** | Jaques & Blum C. | Rua de S. Miguel | Aluguel |
| **1861 - 1863** | Armazém de José Martins da Cunha | Rua das Flores | Venda |
| **1862** | Sem informação | Rua do Commercio, 118 | Venda |
| **1863** | Loja do Sr. Henrique de Souza Gomes | Rua das Flores | Aluguel |
| **1863** | Assis & Cunha | | Aluguel |
| **1865- 1868** | A.G. Gastal | Rua S. Jeronymo, 1<br>Rua de S. Miguel, 111 | Venda e Aluguel |
| **1865** | Sem informação | Rua da Palma | Compra e Venda |
| **1865 - 1882** | João Resende | | Venda |
| **1866** | Leopoldo Mandello | Rua dos Voluntários | Aluguel |
| **1866 - 1876** | Agência Marques de Joaquim Marques de Oliveira | Rua da Igreja, 70<br>Rua da Igreja, 24 | Compra, Venda e Aluguel |
| **1866 - 1878** | José Francisco Duarte | Rua dos Voluntários, 41 e 42 | Compra e Venda |
| **1868** | João Resende (Pelotas)<br>Antonio Dutra Pinheiro (Piratini) | | Venda |
| **1868** | Costa Irmão | Rua do Commercio | Aluguel |
| **1875 - 1879** | Luiz Alberto de Soveral (Casa Vermelha) | Rua Sta Barbara, 19<br>Rua 16 de Julho, 17<br>Rua General Victorino, 48 | Compra, Venda e Aluguel |
| **1875 - 1878** | João de Pinho Oliveira | Rua de S. Miguel, 184 | Compra, Venda e Aluguel |
| **1875** | Francisco Nunes de Souza | | Aluguel |
| **1875** | Armazém de Manoel Roxo | Rua 24 de Outubro, esq. rua S. Miguel | Aluguel |
| **1875 - 1880** | Juvêncio Mascarenhas | Rua Riachuelo, 44<br>Rua Sta Barbara, 67<br>Rua 3 de Fevereiro, 43 | Compra, Venda e Aluguel |
| **1875** | Villela e Sobrinho | | Aluguel |
| **1875** | Guerra e C. | | Venda |
| **1875** | Boaventura Fontoura Barcellos | | Aluguel e Oferta de Serviços |
| **1875 - 1876** | Thomaz Antonio de Oliveira | Rua S. Jeronymo, 80 | Compra |
| **1875 - 1881** | Angelino Soveral | Rua de S. Miguel, 96 | Compra e Venda |
| **1876** | Sem informação | Rua 3 de Fevereiro, 33 | Compra e Aluguel |
| **1876** | Sem informação | Rua 3 de Fevereiro, 80 | Compra e Aluguel |
| **1876** | Maximiano Antonio de Souza – Loja de Móveis | Rua General Victorino, 56 | Aluguel |
| **1876** | Agência Commercial de Antonio Cardoso da Costa | Rua do Imperador, 179<br>Rua de S.Miguel, 216<br>Rua de S. José, 17 | Compra e Venda |
| **1876** | Serafim Alves | Rua 3 de Fevereiro, 55 | Compra, Venda e Aluguel |
| **1876 - 1878** | Joaquim Monteiro e C. – Loja Joaquim das Prendas | Rua de S. Miguel, 119 | Compra, Venda e Aluguel |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **1876** | Honorio da Rocha Peixoto | Rua General Netto, 18 | Compra e Venda |
| **1876** | Casa Vermelha | Rua 16 de Julho, 18 | Venda |
| **1876 - 1881** | Manoel Carneiro Flores (M. C. F.) | Rua General Victorino, 90<br>Rua General Netto, 90<br>Rua General Victorino, 105 | Compra, Venda, Aluguel e Procura por serviços |
| **1876** | João Marengo* | Hotel Alliança - Rua de São Miguel | Corretor de seguros |
| **1876** | Manoel Esteves Gonçalves (Pelotas) Antonio Celestino Alves da Cunha (Rio Grande) | Praça Pedro II (Pelotas) | Venda |
| **1876** | Nunes e Filho | Praça da Matriz (Bagé) | Venda e Aluguel |
| **1876** | Sem informação | Rua 16 de Julho, 66 | Aluguel |
| **1876 - 1878** | Ferreira, Filhos & C. – Bazar do Sol | | Aluguel |
| **1876** | Cincinato Soveral | Rua de S. Miguel, 70 | Venda |
| **1876 - 1880** | Armazém de Carlos F. Natusch & Cia. | | Aluguel e Procura por serviços |
| **1877** | Lucio Cincinato Soveral | Rua de S. Miguel, 29 | Compra e Venda |
| **1877 - 1878** | Casa Vermelha | Rua 16 de Julho, 20 | Venda e Aluguel |
| **1877** | Luiz Avila D'Azevedo – Silva & Azevedo | Praça da Igreja, 12 | Compra e Venda |
| **1877** | "Loja" | Rua de S. Miguel, 122 | Aluguel |
| **1877** | Joaquim G. Pinto Monteiro | Rio Grande | Compra e Venda |
| **1877** | Sem informação | Rua 24 de Outubro, 84 | Compra e Venda |
| **1878** | Manoel Staubs | Rua dos Voluntários, 18 | Aluguel e Oferta de serviços |
| **1878** | Loja de Ferragens de Manoel Lopes de Siqueira & C. | | Venda |
| **1878** | Castro Silva & C. | Rua General Osório, 127 | Venda e Procura por serviços |
| **1878 - 1879** | Simões e Irmão / Simões e C. | Rua General Victorino, 68 | Venda e Aluguel |
| **1878** | Miguel – Pharol Pelotense | | Venda e Aluguel |
| **1878** | Casa Vermelha | Rua General Victorino, 38 | Venda e Aluguel |
| **1878** | Fileno Alves da Costa* | Hotel Alliança – Rua de São Miguel | Venda e Aluguel |
| **1879** | Casa Vermelha | Rua General Victorino, 40 | Venda |
| **1879** | Sem informação | Rua General Victorino, 81 | Venda |
| **1879** | Barraca de Couros de Bernardo Trapaga | Praça da Constituição | Aluguel |
| **1879** | Casa da Confiança | Rua Andrade Neves, 107 | Procura por serviços |
| **1879** | Loja das Famílias | Rua São Jeronymo | Compra |
| **1879** | Escritório de José Segarra Filho | Rua 7 de Setembro | Aluguel |
| **1880** | Ignacio Paredes | Rua Sta Barbara, 41A | Despacho de matrículas |
| **1880** | Agência de Leilões de Sr. João Leão Sattamini | Rua de São Miguel, 55 | Venda |
| **1881** | Dominique Villard (Pelotas) Cintrão & Martins (Rio Grande) | Praça Municipal (Pelotas)<br>Rua Riachuelo (Rio Grande) | Venda |
| **1881** | Souza Gomes e C. | Rua São Jeronymo, 37 | Aluguel |
| **1881 - 1882** | Sem informação | Rua dos Voluntários, 49 e 51 | Aluguel |
| **1881 - 1882** | Francisco Antonio Corrêa Leal | Praça General Câmara – Rua Conde D'Eu, 21 | Compra, Venda e Aluguel |
| **1882** | Coelho Leal | Estrada do Fragata (acima da lomba) | Aluguel |
| **1882** | Sem informação | Sobrado da Estrella, 57 (Depósito) | Venda e Aluguel |
| **1882 - 1883** | Armazém de Moreira & Azambuja | | Aluguel e Oferta de serviços |
| **1883** | Duarte e C. | | Aluguel |
| **1884 - 1888** | Parque Pelotense | Rua Sta Barbara, 63 | Procura de serviços |

| | | | |
|---|---|---|---|
| **1886** | Marques Figueira | Praça da Constituição | Aluguel |
| **1887** | Lima e Fonseca | Rua do Imperador, 144 e 146 | Prestação de Serviços Funerários |

*Hóspede ou morador do Hotel Allliança - que trabalha com seguros.

**Anexo 2 –** Lista dos endereços dos comerciantes de escravos e os endereços correspondentes atuais

| NÚMERO | ENDEREÇO | ENDEREÇO ATUAL |
|---|---|---|
| **1** | Praça General Câmara – Rua Conde D'Eu | Parque Dom Antônio Zattera / Av. Bento Gonçalves |
| **2** | Rua 3 de Fevereiro | Rua Major Cícero Góes Monteiro |
| **3** | Rua 16 de Julho | Rua Dr. Cassiano |
| **4** | Rua dos Voluntários | Rua Voluntários |
| **5** | Rua da Palma / Rua General Netto | Rua General Neto |
| **6** | Rua 7 de Setembro | Rua 7 de Setembro |
| **7** | Rua São Jeronymo | Rua Marechal Floriano |
| **8** | Rua Riachuelo | Rua Lobo da Costa |
| **9** | Rua 24 de Outubro | Rua Tiradentes |
| **10** | Rua de São José | Rua General Teles |
| **11** | Praça da Constituição | (MAPA: está a atual Praça 20 de Setembro, que fica nas proximidades da antiga P. da Constituição) |
| **12** | Rua Sta Barbara | Rua Marechal Deodoro |
| **13** | Rua General Osório | Rua General Osório |
| **14** | Rua das Flores / Rua Andrade Neves | Rua Andrade Neves |
| **15** | Rua de São Miguel | Rua Quinze de Novembro |
| **16** | Praça da Igreja (ou Praça da Matriz) | Praça José Bonifácio |
| **17** | Praça Pedro II (Também conhecida por Praça Municipal) | Praça Coronel Pedro Osório |
| **18** | Rua da Igreja / Rua General Victorino | Rua Padre Anchieta |
| **19** | Rua do Commercio / Rua do Imperador | Rua Félix da Cunha |
| | Estrada do Fragata (acima da lomba) | (estrada que comunicava Pelotas com a região da Campanha – próxima ao antigo Arroio Santa Bárbara) |

Fontes: MAGALHÃES, 2000; DEVANTIER & SANTOS, 2011; ALMEIDA, 2012; BAÚ LEONENSE,2015.

**Anexo 3 –** Tabela de idade das escravas de acordo com as especializações

| Especialização | Adulta | Aprendiz | Idosa | Ingênuo | Sem informação | Total Geral | % |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Ama de leite | 177 | | | | | 177 | 23,17% |
| Ama seca / cuidado de crianças | 19 | 13 | | | 6 | 38 | 4,97% |
| Costureira | 0 | | | | | 0 | 0,00% |
| Cozinheira (o) | 62 | | | | 1 | 63 | 8,25% |
| Cozinheira e engomadeira | 19 | | | | | 19 | 2,49% |
| Cozinheira e lavadeira | 14 | | | | | 14 | 1,83% |
| Criada (o) / Serviço doméstico | 224 | 6 | 3 | 4 | 4 | 241 | 31,54% |
| Criada e quitandeira | 2 | | | | | 2 | 0,26% |
| Criada excluindo cozinhar e lavar | 2 | | | | | 2 | 0,26% |
| Criada para serviço externo | 1 | | | | | 1 | 0,13% |
| Cuidar de idosos | 1 | | | | | 1 | 0,13% |
| De todo serviço | 22 | | | | | 22 | 2,88% |
| De todo serviço menos cozinha | 1 | | | | | 1 | 0,13% |
| Engomadeira | 12 | | | | | 12 | 1,57% |
| Lavadeira | 2 | | | | | 2 | 0,26% |
| Lavadeira e engomadeira | 17 | | | | | 17 | 2,23% |
| Lavadeira, engomadeira e costureira | 1 | | | | | 1 | 0,13% |
| Lavadeira, engomadeira e cozinheira | 32 | | | | | 32 | 4,19% |
| Mucama (o) | 7 | 3 | | | 2 | 12 | 1,57% |
| Quitandeira (o) | 1 | | | | | 1 | 0,13% |
| Sem informação | 54 | 8 | | 1 | 6 | 69 | 9,03% |
| Variadas | 34 | 1 | 1 | 1 | | 37 | 4,84% |
| **Total Geral** | **703** | **31** | **4** | **6** | **20** | **764** | 100,00% |
| % | 92,02% | 4,06% | 0,52% | 0,79% | 2,62% | 100,00% | |

**Anexo 4 –** Tabela de qualificação das escravas de acordo com as especializações

| QUALIFICAÇÕES DAS ESCRAVAS DE ACORDO COM A ESPECIALIZAÇÃO | | |
|---|---|---|
| **Ama de leite** | **177** | 100,00% |
| Boa | 13 | 7,34% |
| Boa conduta | 8 | 4,52% |
| Bom leite | 7 | 3,95% |
| Bons costumes | 3 | 1,69% |
| Carinhosa | 25 | 14,12% |
| Conduta afiançada | 13 | 7,34% |
| Conduta garantida | 5 | 2,82% |
| Excelente | 5 | 2,82% |
| Morigerada | 2 | 1,13% |
| Sadia | 1 | 0,56% |
| Sem informação | 88 | 49,72% |
| Sem vícios | 4 | 2,26% |
| Superior leite | 2 | 1,13% |
| Variadas | 1 | 0,56% |
| **Ama seca / cuidado de crianças** | **38** | 100,00% |
| Boa | 1 | 2,63% |
| Carinhosa | 2 | 5,26% |
| Conduta garantida | 2 | 5,26% |
| Conduta morigerada | 1 | 2,63% |
| Sem informação | 30 | 78,95% |
| Sem vícios | 2 | 5,26% |
| **Cozinheira (o)** | **63** | 100,00% |
| Boa | 5 | 7,94% |
| Boa conduta | 1 | 1,59% |
| Conduta afiançada | 3 | 4,76% |
| Conduta garantida | 1 | 1,59% |
| Excelente | 1 | 1,59% |
| Sem informação | 52 | 82,54% |
| **Cozinheira e engomadeira** | **19** | 100,00% |
| Conduta afiançada | 2 | 10,53% |
| Sem informação | 11 | 89,47% |
| **Cozinheira e lavadeira** | **14** | 100,00% |
| Boa conduta | 1 | 7,14% |
| Conduta afiançada | 4 | 28,57% |
| Sem informação | 7 | 50,00% |
| Sem vícios | 2 | 14,29% |
| **Criada (o) / Serviço doméstico** | **241** | 100,00% |
| Boa | 3 | 1,24% |
| Boa conduta | 17 | 7,05% |

| | | |
|---|---|---|
| Boa conduta e bons costumes | 3 | 1,24% |
| Bom comportamento | 4 | 1,66% |
| Bonita figura | 1 | 0,41% |
| Bons costumes | 3 | 1,24% |
| Conduta afiançada | 4 | 1,66% |
| Conduta garantida | 4 | 1,66% |
| Excelente | 1 | 0,41% |
| Sem informação | 200 | 82,99% |
| Sem vícios | 1 | 0,41% |
| **Criada e quitandeira** | **2** | 100,00% |
| Sem informação | 2 | 100,00% |
| **Criada excluindo cozinhar e lavar** | **2** | 100,00% |
| Conduta garantida | 2 | 100,00% |
| **Criada para serviço externo** | **1** | 100,00% |
| Sem informação | 1 | 100,00% |
| **Cuidar de idosos** | **1** | 100,00% |
| Boa conduta | 1 | 100,00% |
| **De todo serviço** | **22** | 100,00% |
| Boa conduta | 8 | 36,36% |
| Bonita | 1 | 4,55% |
| Conduta afiançada | 2 | 9,09% |
| Conduta garantida | 1 | 4,55% |
| Sem informação | 10 | 45,45% |
| **De todo serviço menos cozinha** | **1** | 100,00% |
| Sem informação | 1 | 100,00% |
| **Engomadeira** | **12** | 100,00% |
| Boa | 1 | 8,33% |
| Boa conduta | 3 | 25,00% |
| Conduta afiançada | 2 | 16,67% |
| Sem informação | 6 | 50,00% |
| **Lavadeira** | **2** | 100,00% |
| Boa conduta | 1 | 50,00% |
| Sem informação | 1 | 50,00% |
| **Lavadeira e engomadeira** | **17** | 100,00% |
| Boa | 1 | 5,88% |
| Perfeita | 1 | 5,88% |
| Sem informação | 15 | 88,24% |
| **Lavadeira, engomadeira e costureira** | **1** | 100,00% |
| Sem informação | 1 | 100,00% |
| **Lavadeira, engomadeira e cozinheira** | **32** | 100,00% |
| Conduta afiançada | 1 | 3,13% |
| Sem informação | 31 | 96,88% |
| **Mucama** | **12** | 100,00% |
| Boa conduta | 1 | 8,33% |
| Carinhosa | 1 | 8,33% |

| | | |
|---|---|---|
| Conduta garantida | 3 | 25,00% |
| Muito boa | 1 | 8,33% |
| Sem informação | 6 | 50,00% |
| **Quitandeira** | **1** | 100,00% |
| Sem informação | 1 | 100,00% |
| **Sem informação** | **69** | 100,00% |
| Boa conduta | 4 | 5,79% |
| Bonita figura | 2 | 2,90% |
| Bons costumes | 1 | 1,45% |
| Prendada | 4 | 5,79% |
| Sem informação | 56 | 81,16% |
| Sem vícios | 2 | 2,90% |
| **Variadas (mais de 4 especializações)** | **37** | 100,00% |
| Boa conduta | 16 | 43,24% |
| Sem informação | 21 | 56,76% |
| **Total Geral** | **764** | |

**Anexo 5 –** 5 Banners confeccionados para a exposição itinerante realizada entre MUARAN / GEEUR / Sindicato das (os) Trabalhadoras (es) Domésticas (os) de Pelotas

# O TRABALHO DOMÉSTICO: ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

## O TRABALHO DOMÉSTICO NA HISTÓRIA DE PELOTAS

**Aluga-se**
uma ama de leite, moça, sadia e carinhosa, com cria ou sem ella; na rua Riachuelo n. 32
N. 544 3—1

**Precisa-se**
alugar uma criada, preta ou branca, costura ou livre, para casa de pouca familia.
Trata-se com A. Beck, cabelleireiro
N. 47 3 2

**Ama secca**
Precisa-se de uma carinhosa e de conducta garantida. Para tratar á rua Santa Barbara n. 63

**Precisa-**
se alugar uma criada que saiba fazer todo o serviço de uma casa de familia e que se preste a quitandar.
Para informações n'esta typographia

Em Pelotas, no passado, o trabalho doméstico estava associado às atividades dos escravos. Após o fim da escravidão, em 1888, grande parte desses trabalhadores continuou a exercer as mesmas atividades, porém, passando a receber pelo trabalho (ex-escravos).

As atividades domésticas dessa época incluíam toda a limpeza e demais serviços da casa, cuidados com as crianças e com os idosos. Nos anúncios antigos, podemos ver que alguns trabalhos eram feitos somente por mulheres, tais como os de amas de leite, lavadeiras, engomadeiras, costureiras. Outras atividades, como a de copeiro, eram realizadas apenas por homens, e ainda havia funções "duplas", ou seja, preenchidas tanto por mulheres como por homens: mucama(o), ama seca/cuidador(a) de crianças, criada(o), cozinheira(o).

Era comum, também, os empregadores determinarem atividades específicas para trabalhadores brancos e outras para os negros. O trabalho doméstico demandava qualidades especiais, até mesmo com exigência de afeto para com os entes das famílias contratantes: é o caso dos anúncios das amas de leite, nos quais se pedia que a trabalhadora fosse "carinhosa" com as crianças.

A busca por um equilíbrio de relações profissionais e laços afetivos entre empregadas e empregadores parece ser uma constante na vida das trabalhadoras domésticas.

Negra com uma criança branca nas costas, Bahia, 1870.
(Acervo Instituto Moreira Salles)

# O TRABALHO DOMÉSTICO:
# ENTRE O PASSADO E O PRESENTE
## A LUTA E O SINDICATO DAS(OS )
## TRABALHADORAS(ES) DOMÉSTICAS(OS) DE PELOTAS

A luta pelos direitos trabalhistas e reconhecimento das trabalhadoras(res) domésticas(os) no Brasil começou na década de 1930. Em 1936, Laudelina de Campos de Mello fundou a primeira Associação das Trabalhadoras Domésticas do país, na cidade de Santos (SP). O grupo passou a ganhar força a partir de 1960, com o apoio da Igreja Católica, criando novas associações e grupos de apoio à classe.

Em 1972, a categoria conseguiu assegurar, por lei, o direito a férias e a contribuir para a previdência social. Seis anos mais tarde, um grupo de mulheres lideradas por Iolanda Prestes da Rosa fundou a Associação Pelotense das Empregadas Domésticas.

Com a Constituição Federal de 1988, a classe garantiu direitos como o 13º Salário e folgas aos domingos. Em 1989, a então Associação Pelotense se transforma no Sindicato das(os) Trabalhadoras(res) Domésticas(os) de Pelotas e inicia sua luta: promove cursos de formação sindical, mobilizações, articulação entre sindicatos, confraternizações, qualificações e aconselhamento, além de um trabalho constante de divulgação dos direitos das(os) trabalhadoras(res).

No ano de 2008, o grupo obteve nova vitória com o decreto proibindo o trabalho para menores de 18 anos de idade. Já o reconhecimento por lei dessa categoria foi conquistado no primeiro semestre de 2013, a partir da aprovação da Emenda Constitucional 72/2013.

Isso só foi possível porque personalidades como Laudelina e Iolanda, entre tantas outras, não silenciaram. Vozes ativas, elas enfrentaram o preconceito, a discriminação e o racismo na luta em favor de milhares de mulheres e homens trabalhadores domésticos de todo o Brasil.

# O TRABALHO DOMÉSTICO:
# ENTRE O PASSADO E O PRESENTE
## O TRABALHO DOMÉSTICO NA ATUALIDADE:
## DIREITOS E CUIDADOS NA FAMÍLIA

A valorização do trabalho doméstico se faz na luta pelos direitos e mudanças nas relações de trabalho. As(os) trabalhadoras(res) domésticas(os), ao se ocuparem das atividades de limpeza, da cozinha, do cuidado com crianças e idosos, entre outras funções, estão inseridas(os) nas casas destas(es) patroas(os) e se envolvem emocionalmente com as pessoas da família para a qual prestam serviço. Isso ocorre porque as(os) trabalhadoras(res) participam intimamente do cotidiano dessas famílias, trabalham durante anos em uma mesma residência e acabam fazendo parte da vida dessas pessoas. O afeto gerado pela intimidade, por vezes, faz com que os direitos trabalhistas fiquem em segundo plano e as fronteiras entre trabalho e cuidado desapareçam.

> "É importante, porque nós temos que ter amor, é obrigação tratar os outros com educação e amor. Agora, não que a gente vá tratar e se considerar da família. A gente é empregada, a gente quer saber dos direitos da gente".

> "Muitas vezes eu chegava e perguntava para a minha patroa, quando ela tava doente: – como a senhora tá? Eu sou assim, eu não vou mudar. Eu adoeci um dia, pensa que ela disse assim: – Fulana, tu ta bem? E já mandou arredar, empurrar um vaso no outro dia, nem pergunta: – Fulana, como é que tu tá? – Estás melhor hoje? – Tá com condições de trabalhar? Eu sempre me preocupando com a família dela, e ela nunca comigo."

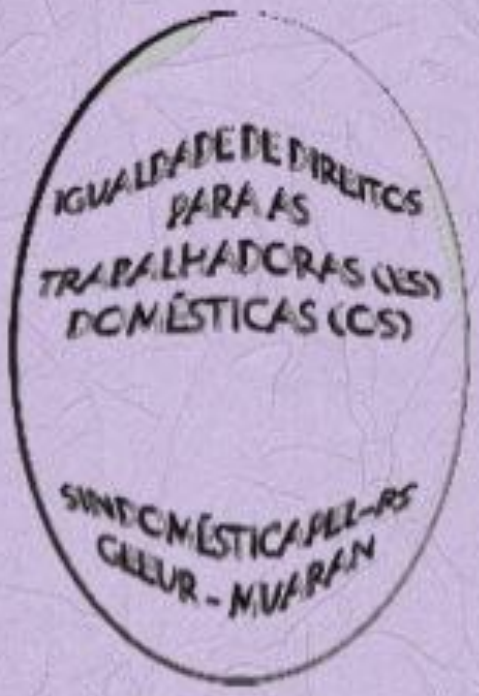
Valorizar o trabalho doméstico é reconhecer o cuidado como parte do trabalho, sem excluir os direitos dessas(es) profissionais. Isso impõe mudanças nas atuais relações de trabalho.

# O TRABALHO DOMÉSTICO:
# ENTRE O PASSADO E O PRESENTE

## O TRABALHO DOMÉSTICO NA ATUALIDADE:

## DIREITOS E CUIDADOS NA FAMÍLIA OUTRAS VOZES

"Isso faz muita confusão mesmo, eu mesma trabalhei numa casa que eles diziam pra mim: -'bah, tu é nossa. Tu é da nossa família'. Aí eu digo -'ah bom, se eu sou da família, eu vou sentar na sala e vou ver televisão. O que vocês vão dizer?' E a louça como vai ficar? Porque eu não sou da família. Eu gosto muito deles e sei que eles gostam muito de mim, mas eu não sou da família. Eu tenho que cumprir o meu serviço."

"Por isso que vem essa conversa de família, só que os da família ele não vai botar a trabalhar de graça. O patrão, na orientação que foi passada na antiguidade dos escravagistas, é de que ela é pobre e tem que trabalhar de graça pra mim. Se ela não puder, eu boto outra que depende disso e faz pra mim. Essa conversa é antiga e essa conversa se reproduz."

"Porque essa história de que trabalhadora doméstica, no meu caso eu parei de estudar porque minha mãe disse que pra trabalhar no que eu tava trabalhando não precisava de grandes coisas, sabendo ler já tava bom. Só que ela nem estudar conseguiu e ela tinha uma paixão muito grande. Quando chegou a minha época de entrar no colégio, ela falou que tudo que eu tinha já dava. Hoje a situação é outra, a trabalhadora tem que saber teclar no facebook, receber e mandar e-mail, e pra isso tem que aprender a ler e terminar os estudos. E outra, nem precisa mudar de profissão, essa história de mudar porque trabalha de doméstica é discriminação. É discriminação sim, mas nós temos que mudar, lutar pra que isso mude."